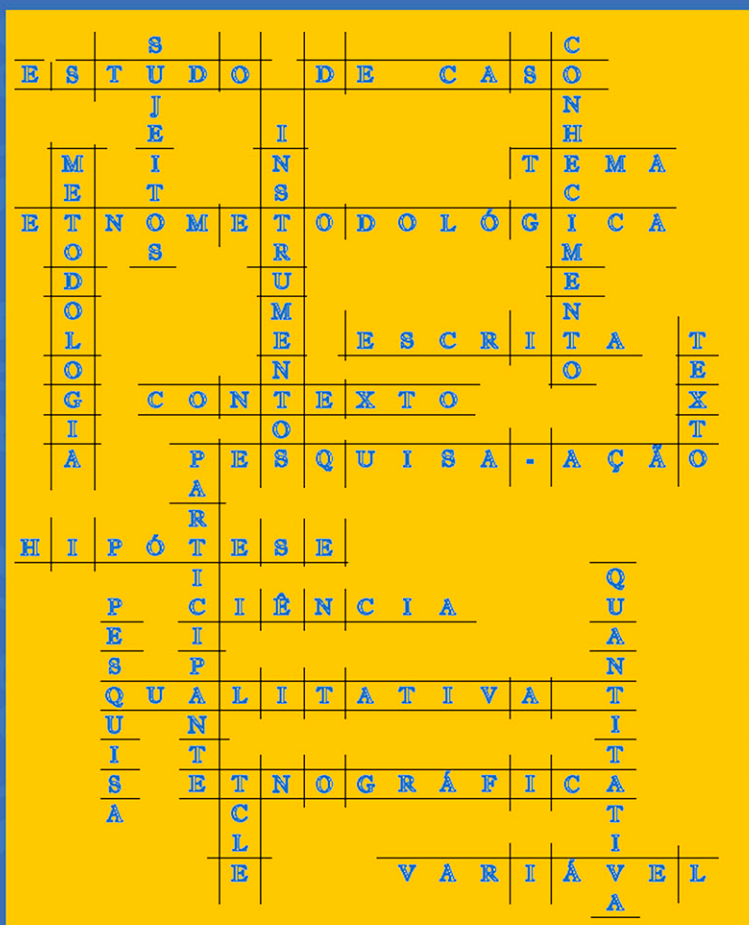


Conversando sobre Metodologia da Pesquisa Científica

Sandra Maria Nascimento de Mattos



O livro *Conversando sobre metodologia da pesquisa científica* é um livro que traz uma base teórica sobre o desenvolvimento da pesquisa científica, possibilitando aos pesquisadores tais como alunos de graduação, pós-graduação e professores terem acesso a temas que são essenciais para a elaboração tanto de um projeto de pesquisa quanto o trabalho científico em si. A leitura atenta dos capítulos que constam no livro abre possibilidades que facilitam quaisquer pesquisadores e os auxiliam em seus percursos investigativos e científicos. Os textos têm ligação uns com os outros, desenvolvidos em uma escrita acessível a qualquer leitor. Os textos compõem uma panorâmica sobre a metodologia da pesquisa científica dando suporte tanto a professores como a alunos. Partindo das dificuldades relatadas por diferentes alunos em cursos de especialização e de mestrado é que esse livro surgiu, com características próprias de embasamento teórico e utilização de linguagem simples e clara. Nessa ótica, o livro *Conversando sobre metodologia da pesquisa científica* aborda um conteúdo específico, mas relevante para o meio acadêmico científico, tratando a escrita científica como um aspecto essencial da produção científica, não como qualquer produção e sim como algo que vai além do simples escrever, ou seja, é uma escrita que atrai o leitor para a leitura.



Conversando sobre metodologia da pesquisa científica

Conversando sobre metodologia da pesquisa científica

Sandra Maria Nascimento de Mattos



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de

Conversando sobre metodologia da pesquisa científica [recurso eletrônico] / Sandra Maria Nascimento de Mattos -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

265 p.

ISBN - 978-65-87340-83-8

DOI - 10.22350/9786587340838

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Metodologia científica; 2. Escrita acadêmica; 3. Bibliografia; 4. Referenciamento; 5. ABNT; I. Título.

CDD: 10

Índices para catálogo sistemático:

1. Bibliografia 10

Sumário

Prefácio.....	9
----------------------	----------

Rosa Cristina Monteiro

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Sandra Maria Nascimento de Mattos

Capítulo I	14
-------------------------	-----------

Fundamentos básicos

1.1. O que é conhecimento?	14
1.2. O que é ciência?	26
1.3. O que é método de pesquisa?	37
1.4. O que é metodologia de pesquisa?	44
1.5. O que é pesquisa?	52
1.6. Como elaborar um projeto de pesquisa?	60

Capítulo II	86
--------------------------	-----------

A escrita científica e o pesquisador

2.1. A linguagem escrita e falada	86
2.2. A síndrome da folha em branco	88
2.3. A síndrome do superego	92
2.4. A síndrome da lixeira cheia	94
2.5. Recursos de escrita	97
2.6. Como elaborar um fichamento	99
2.7. Como elaborar resumo de texto	108
2.8. Como elaborar uma resenha	114
2.9. Como elaborar um esquema	116
2.10. Como elaborar um artigo científico	119
2.11. O pesquisador na pesquisa: analisando procedimentos.....	124

Capítulo III.....	130
Elaborando a pesquisa científica	
3.1. Desenvolvendo a pesquisa.....	130
3.2. Tema de pesquisa	131
3.3. Problema de pesquisa	140
3.4. Objetivos da pesquisa.....	152
3.5. Hipóteses de pesquisa	161
3.6. Questões norteadoras	166
3.7. Justificativa de pesquisa	170
3.8. Referencial teórico.....	174
3.9. Metodologia da pesquisa.....	190
3.10. Análises e discussões dos dados	222
3.11. Considerações finais	233
3.12. Introdução.....	238
3.13. Resumo	244
3.14. Referências	249
Referências.....	257
Sobre a autora	265

Prefácio

Rosa Cristina Monteiro

A atividade científica produz um conjunto inabordável de resultados, muitas vezes contraditórios, sobre os mesmos temas e problemas. É, por definição, um domínio de altas complexidades. Imaginem pelo menos dois séculos de produção que avança e se potencializa com transformações no campo das relações sociais e inovações técnicas e tecnológicas. Embora se pretenda buscar alguns acordos em torno das dimensões epistemológicas e metodológicas que legitimam a produção científica em diferentes domínios e campos de saber, raramente encontramos acordos suficientes para escapar aos dilemas e aos debates. A história da “Ciência” e das ciências se avoluma em nossos arquivos!

No interior de cada uma das disciplinas reconhecidas pelas instituições de cadastramento e fomento de pesquisa as discussões são enormes, gerando disputas paradigmáticas que atravessam os pesquisadores e obrigam o debate. No domínio das pesquisas interdisciplinares, a complexidade é ainda maior. Formam-se misturas que se desdobram infinitamente. Uma abordagem que apenas se aproxime das ciências e dos cientistas pode concluir que não há sequer acordos suficientes para justificar um espaço comum – o espaço científico.

No entanto, entre tantos desacordos e polêmicas, existem bases firmes sobre as quais uma pesquisa se desenvolve para merecer sua inscrição e reconhecimento como atividade científica. Em momentos de crise reconhecemos claramente um corpo de teorias e empirias que estabelecem regimes de verdades partilhadas. Os pesquisadores da ciência conseguem ler e discutir resultados com surpreendente convergência sobre os pontos

mais relevantes de cada trabalho, suas conclusões indiscutíveis e seus pontos de fragilidade.

Para quem inicia na pesquisa científica esta pletora de resultados, objetos e proposições metodológicas pode provocar um cenário demasiadamente confuso, carecendo de qualquer terreno sólido para firmar os pés, abrir a escuta e predispor-se ao trabalho. Este é o ponto de onde emerge o livro. É um texto que se propõe como uma bússola de alta precisão para orientar a navegação neste mar revolto e aparentemente perturbador da atividade científica. É um bom começo, que oferece sínteses e ordena alguns encaminhamentos, antes que a gente se atire nas aventuras complexas da pesquisa em andamento. A chegada ao complexo depende de um andar seguro que começa na simplicidade, na clareza e na concatenação racionalizada dos passos a serem seguidos. É o que a leitura deste livro nos oferece.

Miguel Pereira, outono de 2020

Apresentação

Sandra Maria Nascimento de Mattos

Início a apresentação desse livro, intitulado *Conversando sobre metodologia da Pesquisa Científica*, afirmando que a construção dele teve seu início alguns anos atrás quando atuava como professora tutora de metodologia da pesquisa e orientadora de trabalho de conclusão de curso – TCC, na especialização lato sensu, desenvolvida pela Universidade Aberta do Brasil em parceria com a Universidade Federal Fluminense, nos cursos de Planejamento, implementação e Gestão em EAD – PIGEAD e Novas tecnologias no Ensino da Matemática – NTEM.

Desde que iniciei minhas atividades como professora tutora de metodologia da pesquisa e como orientadora de TCC observei a imensa dificuldade encontrada pelos alunos para desenvolverem seus projetos de pesquisa e suas pesquisas, pois faltava-lhes embasamento teórico que desse suporte para terem autonomia e segurança no desenvolvimento das atividades propostas nas disciplinas. Tentando sanar tais inquietações dos alunos, comecei a produzir alguns textos teóricos, com os quais eles pudessem resolver suas deficiências.

Apesar do curso conter alunos com doutorado e mestrado, o método implantado pelo curso impunha certo temor aos alunos. Isso devido ao TCC ser desenvolvido, boa parte, em grupo com um tema mãe comum a todos e pequenas pesquisas individuais que traziam diferentes dados, análises e resultados. Havia, ainda, uma maioria de alunos que não tinham contato com quaisquer tipos de pesquisa e ficavam muitos assustados. Minha proposta com a elaboração dos textos era propiciar uma base teórica aliada a prática que eles tinham que desenvolver.

Foi inquietante observar e perceber que o material didático disponibilizado no ambiente era insuficiente. Isso levou-me a elaborar alguns textos didáticos, de fácil acesso e com linguagem a mais simples possível para que os alunos alcançassem mais rapidamente os objetivos das tarefas propostas. Dessa maneira, foram surgindo os textos que constam em parte no capítulo 3 desse livro. Depois, comecei a atuar como colaboradora e a orientar alunos de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

De mesma maneira que os alunos da especialização, os alunos do PPGEA também sentem dificuldades no que diz respeito a elaboração e desenvolvimento de suas pesquisas. Aspecto que o programa tenta sanar com diferentes aulas que abordam o tema metodologia científica e elaboração de artigo científico. Entretanto, eu comecei a estruturar esse livro em observação às necessidades desses alunos, no que diz respeito a escrita científica e a organização do texto científico, tanto da dissertação como artigos para revistas científicas. Em uma aula abordando sobre produção científica, o esquema do livro veio a minha cabeça e comecei a escrever o restante que ainda não havia pensando. Assim, escrevi o capítulo 1, o capítulo 2 e parte do capítulo 3.

No capítulo 1 trago alguns conceitos básicos e necessários para os alunos começarem a compreender a investigação científica, sua importância para a produção de conhecimentos inovadores e para o entendimento de que cada ciência surgiu pela geração de conhecimentos e posterior difusão pelo mundo a fora. O capítulo 2 aborda um tema crucial para o pesquisador que é a escrita de um texto, trata das dificuldades que podem se apresentar quando escrevem e dos procedimentos errôneos que podem perpassar essa escrita. Ou se escreve pouco ou se escreve muito, os limites nossas ideias que os põem. O fluir da escrita passa pelo fluir da leitura, pois quem lê, lê o mundo em si e, portanto, escreve sobre esse mundo. Já o capítulo 3 traz o passo a passo de como desenvolver um trabalho científico. Desde a escolha do tema até as referências, passando pelo

desenvolvimento da metodologia com a escolha dos instrumentos e aportes metodológicos essenciais para direcionar a pesquisa.

É interessante notar que os alunos após ter o conhecimento mais detalhado sobre metodologia da pesquisa, o desenvolvimento de sua pesquisa torna-se mais agradável. Eles conseguem produzir textos com análise crítica, refletindo sobre aquilo que estão desenvolvendo como um novo conhecimento. Algumas pesquisas na especialização tornaram-se artigos em revistas, já no mestrado as pesquisas são apresentadas em eventos ou aceitas para publicação em periódicos científicos. É gratificante observar o crescimento de cada aluno em sua trajetória investigativa e, conseqüentemente, em sua formação como pesquisador científico.

Rio de Janeiro, abril de 2020

Capítulo I

Fundamentos básicos

1.1. O que é conhecimento?



Iniciando nossa conversa

Você deve estar perguntando-se por que explicar o que é conhecimento, já que é um tema tão óbvio. Entretanto, há sutilezas que diferenciam conhecimento de informação, como também de saber e de sabedoria. Pode-se, então, perceber que não é tão simples. Etimologicamente a palavra conhecimento vem da palavra latina *cognoscere*, entendida como reconhecer ou vir a saber. Em sua constituição a palavra *cognoscere* é composta pelo prefixo *com* que significa junto e pela palavra *gnoscerere* que significa obter saber. Assim, **conhecimento significa construir um saber junto com outros**, isto é, são saberes compartilhados por um grupo de pessoas ou por um povo sociocultural. Já no grego vem de *gnosis*, entendido como conhecimento.

Algumas distinções são necessárias, assim, conhecimento não é o mesmo que informação. Informação vem do latim *informare* que significa dar forma ou modelar. A informação é um dado conhecido sobre um tema ou assunto, atribuindo significado a esses. O conhecimento tem a ver com a constituição da ideia de algum assunto ou tema, envolvendo o resultado da manipulação dos dados conhecidos e da informação. Atualmente, com a internet, a informação chega a muitas pessoas em variados lugares. O conhecimento exige o



Conhecimento é saber que tomate é fruta. Sabedoria é não utilizá-lo na salada de fruta.

Charlton Albert

tratamento dessa informação que pode ser científico. Consequentemente, a informação tem utilidade para a geração e produção do conhecimento.

Não confunda conhecimento com sabedoria. Para o conhecimento, a informação útil é retirada ou abstraída de algum fato ou fenômeno. Já a sabedoria consiste em saber o que fazer com esse conhecimento, ou seja, como utilizá-lo de maneira que não traga prejuízo a outrem ou a algo. Sabedoria tem sua origem na palavra grega *sophia*, significando sábio. Dessa maneira, sabedoria é denotada à pessoa detentora de um conhecimento aprofundado sobre uma área ou um tema. Utilize o conhecimento com sabedoria!

Há, ainda, uma diferença entre conhecimento e saber. Saber vem da palavra latina *sapere*, significando sentir o gosto, conhecer pelos sentidos, saber. Saber significa ter posse da representação de um contexto e, que esta seja útil para que os membros desse contexto consigam tomar decisões. Francis Bacon, em seu livro *O Progresso do conhecimento* (2007) afirmava que saber é poder, mas esse poder advinha de ter o autoconhecimento de si.

Segundo Bacon (2007) todo saber é conhecimento adquirido, o qual ajuda a reprimir as discórdias entre as pessoas na tentativa de sanar as necessidades surgidas. Nessa perspectiva, saber é tomado como aquele originário de um ofício. É uma sabedoria justificada pela experiência e aplicado à ação. O conhecimento faz referência ao entendimento humano, em saber solucionar os fatos e fenômenos surgidos e que ficam resguardado nos livros. Um saber pode não estar registrado em livros. Esse saber é dito propriedade intelectual de quem o detém.

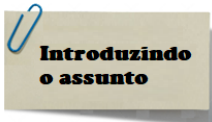
Na atualidade o conhecimento foi impactado com a evolução da tecnologia e com a divulgação acelerada das informações. As tecnologias da informação e comunicação são agregadoras de conhecimento, facilitando o acesso e abrindo espaço para a divulgação. A



Francis Bacon (1561-1626)
Filósofo inglês, político e
ensaísta.
Obras: *Novum Organum*
(1620, *Novo Método*) e *De*
Dignitate et Augmentis
Scientiarum (1623, *Sobre*
a Dignificação e Progresso
da Ciência).

internet é terreno fértil para reprodução dos mais variados tipos de conhecimentos. Assim, o conhecimento que é construído individualmente torna-se coletivo e atinge muitas pessoas ao mesmo tempo, permitindo novas gerações de conhecimento.

Esse conhecimento inclui diferentes pessoas em realidades distantes em quaisquer tempos, mas também exclui outras tantas pessoas, já que muitas não têm acesso a toda essa sofisticação tecnológica. Outra crítica a esse aceleração é a utilização generalizada do *copy paste* via internet. O que é de um pesquisador passa a ser de todos e cada qual utiliza a seu bem prazer aquele conhecimento. Mesmo com todo esse aparato tecnológico continua a fragmentação do conhecimento, pois cada um acrescenta algo e toma para si a produção do conhecimento.



Você pode pensar que o conhecimento se encontra pronto e acabado, compartimentado em suas caixinhas. Ou você pode imaginar que ele não está pronto, mas em sua maioria encontra-se acabado. Pura ilusão! O conhecimento está sempre em construção, portanto, ele é dinâmico e encontra-se inacabado. A necessidade e a criatividade humana facilitam a geração e produção do conhecimento. O conhecimento é gerado e difundido pelos membros de um grupo sociocultural. Portanto, viver em um grupo sociocultural permite que esse conhecimento seja passado de geração em geração, constituindo-se parte da cultura desse povo. Qualquer conhecimento gerado e difundido dentro de um contexto sociocultural é empírico, o que significa que esse conhecimento é baseado nas vivências cotidianas desenvolvidas nesse contexto, pelos membros de um povo ou grupo, ou seja, são conhecimentos baseados na experiência, na observação e na aplicação para alcançar o resultado.

Fonseca (2002, p. 10) afirma que o ser humano “desde que nasce interage com a natureza e os objetos à sua volta, interpretando o universo a partir das referências sociais e culturais do meio em que vive”. Nessa perspectiva, o conhecimento é uma criação humana que foi acumulado por gerações. Os conhecimentos acumulados auxiliam a geração do próximo

conhecimento. Para Galliano (1979, p. 8) “o processo de acumulação e transmissão de conhecimentos tem sido a mola propulsora da ciência e do progresso material da humanidade”. O autor (GALLIANO, 1979) afirma que essa acumulação de conhecimentos impulsiona a mente a aperfeiçoar-se cada vez mais. Esse desenvolvimento da estrutura mental do ser humano ocorre pelo estímulo para gerar novos conhecimentos para outras necessidades.

De tempos em tempos, ao longo da história, novos conhecimentos revolucionam a ciência, modificando percursos científicos, alterando verdades, criando incertezas quanto aos conhecimentos já compartilhados. Isso é natural, pois os conhecimentos transformam-se e constituem-se inacabados. Todo conhecimento gerado e difundido, ao longo dos tempos, não faz parte do mundo científico, ou seja, não faz parte da ciência. Isso ocorre devido a necessidade de ele ser verificável, quer dizer, ele tem que passar por um conjunto de regras de análises rigorosas. Dessa maneira, o conhecimento é composto por pontos de vista, de cada pessoa, para entender o que acontece no mundo e a tentativa de alcançar respostas satisfatórias às necessidades, no tempo e no espaço, em que ele é produzido.

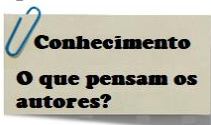
A geração e produção de conhecimento vai além do mero conhecer o mundo. Significa apreender e interpretar o mundo, criando uma representação daquilo que se conhece, passando a ser uma construção do sujeito. De acordo com França (1994, p. 140) “o conhecimento produz, assim, modelos de apreensão – que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros”. Cada modelo de apreensão é estabelecido sobre o ponto de vista de quem interpreta o mundo. Há nesse modelar o mundo pela representação dois movimentos opostos, isto é, ou o conhecimento admite a abertura ou consente a cristalização do mundo. A posição tomada gravita em torno da atitude de quem gera o conhecimento e de que maneira esse é difundido.

A abertura para o mundo consiste em buscar nos conhecimentos já produzidos e difundidos, aspectos que desenvolvam ou possibilitem o

desenvolvimento. Já a cristalização fecha-se e admite-se único ou hegemônico. Supõe-se aquele que tem características de transformar os outros conhecimentos, desde que, esses conhecimentos sejam adaptados às suas regras e aceito como tal pelo meio científico. Para França (1994, p. 140) “o monopólio de uma ou outra dessas tendências tem efeitos negativos, e é através do seu equilíbrio que se pode alcançar o conhecimento ao mesmo tempo atento ao novo e enriquecido pelas experiências cognitivas anteriores”. Consequentemente, o pesquisador atento está sempre imerso em um mundo repleto de saberes e fazeres que surtirão em conhecimento.

O diálogo entre os autores facilita um olhar mais atento, mais consciente do que já existe e do que precisa ser desenvolvido. Trilhar os espaços ou as lacunas que muitos desses conhecimentos deixaram é fonte inesgotável de conhecimento. Além disso, olhar para a realidade e buscar os fatos ou fenômenos que possam gerar conhecimento é um caminho conveniente e salutar. O pesquisador está imerso nessa mistura, que não deve ser homogênea, tampouco hegemônica, mas que ocorre entre o diálogo com aquilo que já existe e aquilo que pode surgir. Cabe a ele, e somente a ele, decidir quais caminhos trilhar para que o novo conhecimento se torne vivo, autônomo, consciente, reflexivo, crítico e criativo.

Para que isso ocorra o novo conhecimento não se encontra pronto ou tem respostas marcadas ou, ainda, corrobora àquilo que o pesquisador crer ser verdade. O novo conhecimento atende às expectativas da realidade, de acordo com os fatos e fenômenos apresentados, e que suscitaram inquietações. Cabe ao pesquisador, na busca do novo conhecimento, livrar-se dos pré-conceitos e ater-se àquilo que se apresenta no mundo. É um constante re-fletir, ou seja, dobrar sobre si mesmo e olhar o que está posto. Nessa percepção o pesquisador apreende o real e estabelece a sua representação.



O conhecimento tem como função social facilitar o acesso ao saber gerado e difundido ao longo dos tempos em diversas épocas da história. À medida que esses conhecimentos são repassados, a rigorosidade e a credibilidade

a respeito deles aumentam. Vários conhecimentos são passados, desde o nascimento, pelos sentidos, pela família e por outras instituições. É na observação do mundo que se apreende muitos conhecimentos. De acordo com Gil (1999, p. 19) o ser humano “[...] valendo-se dos sentidos, recebe e interpreta as informações do mundo exterior”. As crenças, valores e costumes são apreendidos no interior familiar. Normas e regras de condutas são adquiridas tanto na família como no ambiente escolar e social. Consequentemente, a pessoa desenvolve comportamentos que permitem conhecer e conviver no mundo.

Para Fonseca (2002, p. 10) “o conhecimento humano é na sua essência um esforço para resolver contradições, entre as representações do objeto e a realidade do mesmo”. É a maneira da pessoa entender o mundo e interpretá-lo de acordo com as necessidades surgidas. Assim, a primeira forma de gerar e produzir conhecimento é pelos sentidos e faz parte da intuição do sujeito. Há, ainda, a geração e produção de conhecimento por meio da experimentação em que o sujeito determina pela ação o conhecimento. É o conhecimento empírico, pois está relacionado à prática em um determinado contexto. Ocorre, ainda, o conhecimento racional, que para estabelecer a relação de conhecer e gerar conhecimento, o sujeito cognoscente reflete criticamente sobre o objeto a ser conhecido. Esse conhecimento é gerado e produzido pela pesquisa.

Segundo Galliano (1979, p. 8) “sem a contribuição do conhecimento anterior, acumulado por nossos antepassados em séculos e séculos de observação, pesquisa e experimentação, estaríamos ainda vivendo como animais selvagens”. Assim sendo, o processo de civilização humana passa o processo de geração e difusão do conhecimento. Freire (2019, p. 81) afirma que só existe conhecimento “[...] na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. Consequentemente, o processo de geração e difusão do conhecimento é um processo de criação, pois ocorre o diálogo entre diferentes autores para que um novo conhecimento surja.

Maturana e Varela acreditam que conhecimento

[...] é uma nova percepção para olhar o nosso mundo (e nossa realidade social) através dela, pelo que afeta (devido à natureza de toda percepção) simultaneamente nossa dinâmica operacional “interna” (organismo e sistema nervoso) e “externa” (nossos atos no meio social) (MATURANA; VARELA, 1995, p. 44).

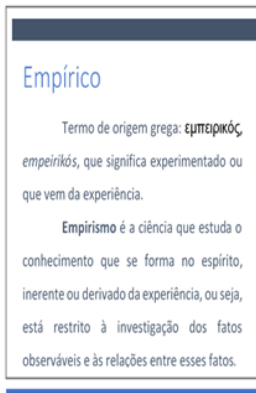
Nessa perspectiva, o ato de criação do conhecimento movimenta o sujeito para gerar um novo que se integrará aos anteriores. Entretanto, existem fronteiras tênues entre esses conhecimentos. Assim, esse conjunto de dimensões conceituais e teóricas descortina novos horizontes científicos.



Assim como existem diferentes definições para conhecimento, existem variados tipos de conhecimento. A primeira separação das maneiras de conhecer perpassa o conhecimento explícito e o conhecimento implícito. Segundo Alves (2004, p. 28) o conhecimento explícito é aquele “[...] que se mostra verbalizável, analisável e explanatório”, mas isso não significa que o sujeito saiba aplicá-lo corretamente em diferentes circunstâncias. Já o conhecimento implícito ou tácito “[...] caracteriza-se como uma forma de conhecimento intuitiva, não facilmente verbalizável” (ALVES, 2004, p. 29). Ambos estão baseados com a natureza da aprendizagem do sujeito sobre aquilo que está consciência ou não.

Quase todos os autores são unânimes na afirmação que existem quatro tipos de conhecimento: **empírico, filosófico, teológico e científico**. Todos utilizados como domínios relevantes para conhecer o mundo, o sujeito e os outros. Conseqüentemente, tudo que o ser humano conhece tem relação direta com o ser, o estar e o agir no mundo e com o mundo. Quando o ser humano gera conhecimento, ele interfere no mundo, mas especificamente na realidade próxima ou contexto em que está inserido. A evolução do ser humano e, sobretudo, do conhecimento que ocorreu pelo fato de que, à medida que exploravam o ambiente ao redor, refletiam sobre como transformá-lo ou adaptá-lo às suas necessidades. E,

problematizando a realidade, o ser humano pensava criticamente sobre essa realidade, sentia a respeito dos fenômenos e fatos ocorridos e agia na intenção de modificá-los. Dessa maneira, produzia conhecimento como respostas às necessidades advindas da realidade.



Assim sendo, o **conhecimento empírico** surge desse reconhecimento da realidade e das adaptações ocorridas para a sobrevivência do ser humano no planeta Terra. Diferentes autores denominam esse conhecimento como vulgar, do senso comum, do cotidiano, espontâneos e popular. Todas essas denominações determinam um único conhecimento que se traduz como as vivências e experiências humanas que constituem a cultura de cada povo.

Fonseca (2002, p. 10) afirma que o conhecimento empírico, entendido pelo autor como conhecimento do senso comum, “[...] surge da necessidade de resolver problemas imediatos. [...]. Adquiridos através de ações não planejadas, ele surge instintivo, espontâneo, subjetivo, acrítico, permeados pelas opiniões, emoções e valores de quem o produz”. O autor compreende que esse tipo de conhecimento ocorreu em um determinado momento histórico e com o compartilhamento e acolhimento entre os membros de cada grupo sociocultural.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 78) o conhecimento empírico é denominado como conhecimento popular. Segundo as autoras, ele é “valorativo por excelência”, já que advém das emoções; é “reflexivo”, limitado a familiaridade com os fatos; é “assistemático”, pois baseia-se em uma sistematização particular; é “verificável”, devido estar circunscrito ao âmbito cotidiano; e é “falível e inexato”, já que se conforma apenas com a observação do fenômeno.

Galliano (1979) compreende o conhecimento empírico como conhecimento vulgar. O autor entende o conhecimento empírico como aquele que “todas as pessoas adquirem na vida cotidiana, ao acaso, baseado

apenas na experiência vivida ou transmitida por alguém” (GALLIANO, 1979, p. 18). Galliano afirma que esses conhecimentos permanecem na aparência da realidade, já que não penetra nos fenômenos. Entretanto, de acordo com o autor, esse conhecimento “[...] não deve ser menosprezado. Ele constituiu a base do saber e já existia muito antes do homem imaginar a possibilidade da ciência” (GALLIANO, 1979, p. 18).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 21) o conhecimento empírico, por eles designado de popular, “não deixa de ser conhecimento aquele que foi observado ou passado de geração em geração através da educação informal ou baseado em imitação ou experiência pessoal”. Segundo os autores, é uma experiência vivida que não foi suficientemente refletida. Consequentemente, é percebido que o conhecimento empírico é algo considerado de menor valor para o meio acadêmico. Entretanto, é um conhecimento que se torna relevante para diversas pesquisas desenvolvidas em grupos socioculturais que foram invisibilizados durante muito tempo na história da construção científica por áreas acadêmicas hegemônicas.

Segundo Boaventura Santos o conhecimento empírico, denominado por ele conhecimento do senso comum, é considerado “[...] um “conhecimento” evidente que pensa o que existe tal como existe e cuja função é reconciliar a todo custo a consciência comum consigo própria” (SANTOS, 1989, p. 34). Para o autor há que se propiciar um reencontro entre o conhecimento do senso comum e a ciência, já que o primeiro é o denominador comum, de menor escala, que um povo ou grupo sociocultural acredita coletivamente. É por intermédio desse conhecimento que um povo vive sua subordinação com sentidos de resistência, de empoderamento e de fortalecimento de sua identidade.

O ser humano busca estabelecer relações com o meio ambiente por intermédio da verdade. Luckesi (1999, p. 22) afirma que filosofia “[...] é um corpo de conhecimento, constituído a partir de um esforço que o ser humano vem fazendo de compreender o seu mundo e dar-lhe um sentido,

um significado compreensivo”. Os grandes filósofos inquietaram-se com os domínios da fé, do ser humano e da natureza.

O **conhecimento filosófico** tem origem na capacidade humana de refletir a respeito dos fenômenos, utilizando o raciocínio. É filosofando que o ser humano tenta ultrapassar fronteiras e compreender a realidade a sua volta e em sua totalidade (GALLIANO, 1979). Para o autor, “[...] a essência do conhecimento filosófico é a busca do "saber" e não sua posse” (GALLIANO, 1979, p. 19 – grifo do autor). Assim, o conhecimento filosófico influencia diretamente a vida do ser humano,

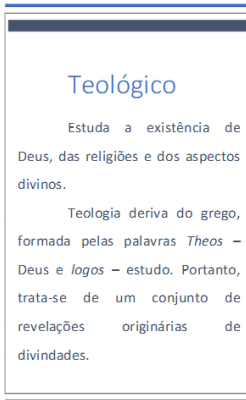
já que problematiza não só os fenômenos que ocorrem na realidade, mas o ser humano propriamente dito, traduzindo-se em ideologia para vida de qualquer pessoa.

Para Marconi e Lakatos (2003) o conhecimento filosófico é “valorativo”, já que é baseado em hipóteses advindas da experiência; “não é verificável” devido as hipóteses não serem confirmadas ou refutadas; é “racional” posto que consiste em um conjunto de enunciados relacionados; é “sistemático” já que assume apreender a representação da totalidade da realidade; e é “infalível e exato” visto que as hipóteses e postulados não submetem-se à experimentação. Na tentativa de discernir sobre o certo e o errado, os filósofos recorriam a própria razão humana. São as ideias que direcionam o método racional, utilizado pelo conhecimento filosófico, na busca de leis universais.

Filosófico

Conhecimento baseado na racionalidade, na reflexão e no uso do questionamento para obter respostas aos fenômenos e fatos ocorridos. Relativo à filosofia ou aos filósofos.

Filosofia é a ciência que estuda os problemas fundamentais da existência. É uma palavra de origem grega: *Φιλοσοφία, filosofia*. Composta por *philo*, que significa amor fraterno e *sophia* que significa sabedoria. Portanto, filosofia é amor à sabedoria.



O ser humano está sempre em busca de explicações espirituais e divinas para os acontecimentos ocorridos no mundo. Inspirado nesses esclarecimentos sagrados, o ser humano desenvolve o **conhecimento religioso ou teológico**. Assim sendo, esse conhecimento é produzido por intermédio da fé humana em suas divindades e nas inspirações advindas delas. Segundo Galliano (1979, p. 19) “ele provém das revelações do mistério, do oculto, por algo que é interpretado como mensagem ou manifestação divina”. Consequentemente, o conhecimento teológico apresenta-se como revelações, inspirações ou intuições relatadas por uma pessoa ou por aquelas em posição superior aos demais. “As revelações feitas pelos deuses ou em seu nome são consideradas satisfatórias e aceitas como expressões de verdade” (GALLIANO, 1979, p. 20) por pessoas que depositam sua fé nessas revelações.

Marconi e Lakatos (2003, p. 79) afirmam que esse conhecimento revelado pelo sobrenatural é considerado “exato” por serem “verdades infalíveis e indiscutíveis” e revelações de divindades; é “sistemático” devido ser obra de Deus; e “suas evidências não são verificáveis” por estar implícita à fé humana. Para as autoras:

A adesão das pessoas passa a ser um ato de fé, pois a visão sistemática do mundo é interpretada como decorrente do ato de um criador divino, cujas evidências não são postas em dúvida nem sequer verificáveis (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 79).

Portanto, para aquele que crê, não é necessário comprovações desse tipo de conhecimento, já que deriva do divino, isto é, de Deus.

Em suas inquietações o ser humano busca comprovação daquilo que percebe no mundo. Para que isso ocorra há que se utilizar um método sistemático que alcance as respostas e soluções para essas angústias. É a elaboração do **conhecimento científico**. Para Fonseca (2002, p. 11) “o conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos”. Ainda, segundo o autor, “é um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação” (FONSECA, 2002, p. 11). Assim sendo, esse conhecimento encontra-se inacabado, já que pode ser ampliado, reelaborado e reconstruído ou desconstruído para o surgimento de um novo conhecimento. Portanto, é um conhecimento acumulativo que pode refutar ou ampliar os conhecimentos já existentes.

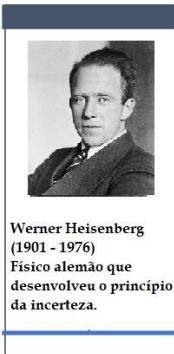
Científico

Estudos direcionados para solucionar às dúvidas e às inquietações do pesquisador. Baseia-se em um sistema metodológico e no rigor científico.

René Descartes, em seu livro *Discurso sobre o método* introduziu a dúvida como elemento principal da investigação científica. Segundo Descartes existem quatro regras básicas para o método científico: jamais aceitar como exata qualquer coisa que não se tenha evidências; dividir em o máximo da partes possíveis e necessárias para chegar a solução; colocar em ordem o pensamentos do mais fácil para o mais complicado; e fazer uma enumeração tão exata e uma revisão tão ampla que não se tenha possibilidade de esquecer algo

Prodanov e Freitas afirmam que:

O conhecimento científico difere dos outros tipos de conhecimento por ter toda uma fundamentação e metodologias a serem seguidas, além de se basear em informações classificadas, submetidas à verificação, que oferecem explicações plausíveis a respeito do objeto ou evento em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 22).



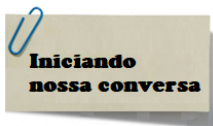
Além de explicar o fato ou fenômeno, o conhecimento científico busca conhecer a realidade para além das aparências visíveis. Outros investigadores o tomam como verdadeiro e real, apesar de que atualmente comprova-se que não existem verdades absolutas, portanto, há incertezas. Heisenberg, físico alemão, criou o princípio da incerteza. Segundo esse princípio, não se conhece com precisão absoluta a posição e a velocidade

de uma partícula em um dado momento, pois quanto maior for a precisão de um, menor será a do outro. O que significa que sempre há modificação na realidade pesquisada, devido a interferência da presença do pesquisador.

Marconi e Lakatos (2003, p. 80) afirmam que o conhecimento científico é “real” posto que lida com os fenômenos e fatos da realidade; é “contingente” já que as hipóteses são verificadas por meio da experiência e da razão; é “sistemático” devido ter um sistema de ideias ordenadas; é “falível” por não ser definitivo e estar em constante construção; assim sendo é “aproximadamente exato” visto que pode sofrer reformulações ou refutação; e é “verificável” posto que as hipóteses não comprovadas são descartadas no meio científico.

De acordo com Galliano (1979, p. 19) o conhecimento científico “resulta de investigação metódica, sistemática da realidade. Ele transcende os fatos e os fenômenos em si mesmos, analisa-os para descobrir suas causas e concluir as leis gerais que os regem”. Esse rigor metodológico demonstra com clareza e precisão as relações entre os fatos ou fenômenos. Dessa maneira, o conhecimento científico pode fazer previsões, aplicando leis da realidade para explicar os fatos.

1.2. O que é ciência?



Outro conceito que parece ser tão óbvio, mas que precisa ser explicado para melhor compreendê-lo. Será que você sabe o que é ciência? A palavra ciência vem do latim *scientia*. Segundo o dicionário de filosofia, ciência é o “conhecimento que inclua, em qualquer forma ou medida, uma garantia da própria validade” (ABBAGNANO, 2007, p. 136). Ainda, segundo o autor, o oposto da ciência é a opinião, a qual não se pode afirmar sua validade. Ciência é entendida como o conhecimento profundo sobre alguma área. Em uma visão comum, ciência constitui na crença que o conhecimento por ela produzido tem alto grau de certeza. Em uma visão clássica, ciência

constitui um sistema acabado de verdades, determinadas por evidência ou por demonstração.

A concepção descritiva da ciência iniciou-se com Francis Bacon (1561-1626). Para Bacon (2002, p. 11) “o homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais”. Com essa afirmação Bacon garantiu que **a ciência começa pela observação atenta dos fatos ou fenômenos e por intermédio da razão realiza generalizações pela indução**. Ainda, de acordo com Bacon (2002) a ciência não é mais que combinações de descobertas anteriores.

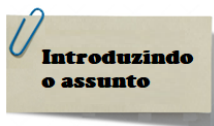
O rigor é um aspecto essencial para a ciência. O grau de precisão caracteriza um conhecimento rigoroso em um determinado momento histórico. Dessa maneira, o grau de precisão é determinado pelos instrumentos e pelos métodos de validação utilizados. O rigor científico estabelece as normas básicas a serem seguidas na geração de um conhecimento. É, mais precisamente, um método utilizado para a comprovação ou refutação dos fenômenos ou fatos investigados. **É por meio do rigor que se alcança a cientificidade.** A rigorosidade científica varia de

<p>RIGOR</p> <p>Do latim: rigore, que significa excesso de força, rigidez. Significa, ainda, concisão, exatidão.</p> <p>RIGOROSIDADE</p> <p>Condição de quem se apresenta com rigor. Agir de maneira rígida na obtenção de resultados precisos, exatos e válidos</p>
--

acordo com a precisão e a segurança do método e das técnicas utilizadas para produzir e gerar conhecimento.

Quando a palavra ciência aparece no plural, **ciências**, está designando áreas de conhecimentos e são classificadas em **ciências puras ou teóricas e ciências práticas ou aplicadas**. As ciências teóricas ou puras consistem em um conjunto de conhecimentos e procedimentos que têm um método específico de sistematização dos conhecimentos já adquiridos ou a adquirir. Já as ciências práticas ou aplicadas consistem em um conjunto de conhecimentos e procedimentos que têm utilidade particular.

As ciências teóricas ou puras passam por uma segunda divisão: **ciências formais e ciências empíricas ou experimentais**. Nas ciências formais – Matemática, Lógica, Geometria - o objeto de investigação é passível de ser estudado com exatidão. As ciências experimentais ou empíricas estão classificadas em ciências naturais – Física, Química, Biologia, Astro-nomia, Geografia – cujo ramo encontram as chamadas ciências da vida; e ciências humanas e sociais – Antropologia, Sociologia, Filosofia, História, Linguística, entre outras – cujo ramo incluem o mundo vivido, o real.

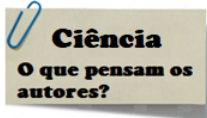


Ciência é o conhecimento sistematizado e tão rigoroso quanto seja necessário para a sua comprovação. Para Silva (2011, p. 20) “toda ciência consiste numa perspectiva e numa mirada formalmente específica”. Essa afirmação particulariza o olhar do pesquisador sobre o objeto investigado e o predispõe para a verdade sobre o objeto, mesmo que essa verdade não seja aquela que ele supunha que encontraria. Ainda, segundo o autor, “toda ciência consiste numa atividade” (SILVA, 2011, p, 20), ou seja, é a ação de ampliar o conhecimento existente, de validá-lo e de sistematizá-lo, produzindo um novo conhecimento.

A produção ou geração desse novo conhecimento possibilita que a ciência esteja constantemente em evolução. Portanto, encontra-se inacabada. O que valida essa produção é o método e os instrumentos de investigação, conduzindo ao conhecimento verdadeiro. Esse conhecimento inovador é apresentado, na academia científica, seguindo uma linguagem própria. Toda ciência busca o devir como um fluxo constante de movimentos, ou seja, pretende demonstrar aquilo que está encoberto, mas por intermédio dos conhecimentos já existentes na área de saber. Toda ciência tem uma evolução histórica, marcada pelo tempo ou época em que acontece.

A ciência é marcada pela mudança de paradigmas ao longo dos tempos. É um novo questionar a própria ciência e os conhecimentos por ela produzidos. Há momentos marcados por novos instrumentos, novas

reconceitualização, e mudança do próprio entendimento do que seja ciência. São viradas importantes na história da construção do conhecimento humano.



A ciência é um processo que está em permanente construção. Para Galliano (1979):

Esse processo permanente de acúmulo de conhecimentos sobre a natureza e de ações racionais capazes de transformá-la compõe o universo de idéias que hoje denominamos "Ciência". Ciência é, pois, o conhecimento racional, sistemático, exato e verificável da realidade (GALLIANO, 1979, p. 16).

O conhecimento científico não se deixa apreender ou desvelar facilmente. Há que se desenvolver um método sistematizado para investigá-lo e desvelá-lo. Gil (1999) afirma que o conceito de ciência é uma questão insolúvel e controversa. Para o autor, “pode-se definir ciência mediante a identificação de suas características essenciais. Assim, a ciência pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível” (GIL, 1999, p. 20). Essas características permitem identificar o que é ciência do que não é.

Essas características são confirmadas devido a pesquisa ser desenvolvida no mundo real. Portanto, a ciência se torna objetiva porque tem a função de descrever a realidade, independentemente da posição do pesquisador. A racionalidade está implícita à ciência. Não se pode fazer ciência simplesmente utilizando o sensível ou as impressões do pesquisador ou, ainda, demonstrar aquilo que o pesquisador considera relevante ou que ele queria encontrar. A ciência se faz confiável porque emerge de um método sistematicamente rigoroso e elaborado a partir de um referencial teórico que dá base aos resultados encontrados.

Dessa maneira, o novo conhecimento vai complementar os já produzidos e difundidos no meio acadêmico. São considerados problemas parciais que fazem parte do todo já construído e que ainda será produzido pelos diferentes pesquisadores da área. Assim sendo, vai gerando

generalizações, pois uma lacuna existente resulta em conceitos que já se iniciaram em pesquisas anteriores. Uma parte não pode permitir generalizações, mas quando complementa outras pesquisas, tem o caráter mais amplo para explicar os fenômenos e criar normas a respeito do tema.

O desenvolvimento de um método sistematizado e rigoroso de pesquisa possibilita a verificação dos dados e dos resultados encontrados. A própria natureza da ciência dá a possibilidade de demonstrar seus erros, isto é, por ser uma investigação que se utiliza de pessoas, com características subjetivas implícitas, há a possibilidade de incorrer em alguns erros. E quando isso acontecer é permitido apresentá-lo e identificá-lo para que novos recursos possam ser introduzidos e, ao mesmo tempo, detectar em que momento houve o erro, partindo daí, caminhar para resultados confiáveis e verificáveis.

Lakatos e Marconi (1991) trazem algumas referências quanto a conceituação de ciência emitidas por diferentes autores. Segundo as autoras as tentativas de definir ciência acaba por serem incompletas, mas tornam-se aberturas para o entendimento do que seja ciência. As autoras não citam os autores das citações, mas fazem uma lista de algumas tentativas de definição do que seja ciência, o que será transcrito a seguir:

“Acumulação de conhecimento sistemáticos.”

“Atividade que se propõe a demonstrar a verdade dos fatos experimentais e suas aplicações práticas.”

“Caracteriza-se pelo conhecimento racional, sistemático, exato, verificável e, por conseguinte, falível.”

“Conhecimento certo do real pelas suas causas.”

“Conhecimento sistemático dos fenômenos da natureza e das leis que o regem, obtidos através da investigação, pelo raciocínio e pela experimentação intensiva.”

“Conjunto de enunciados lógicos e dedutivamente justificados por outros enunciados.”

“Conjunto orgânico de conclusões certas e gerais, metodicamente demonstradas e relacionadas com objeto determinado.”

“Corpo de conhecimentos consistindo em percepções, experiências, fatos certos e seguros.”

“Estudo dos problemas solúveis, mediante método científico.”

“Forma sistematicamente organizada de pensamento objetivo.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 18, grifos das autoras).

Analisando essas citações, as quais as autoras relacionaram, é perceptível em quase todas que ciência é apresentação de conhecimentos novos, além de acumulação dos mesmos. Está implícito, ainda, que para ser um conhecimento científico há que se construir um método sistemático e organizado para demonstrar a validade ou veracidade desses conhecimentos. Entretanto, a atenção maior recai sobre aquelas citações que afirmam que a ciência traz resultados certos. Fica explícito que somente por intermédio da ciência produz-se certezas, o que não é verdade. Outras formas de conhecer o mundo, também, têm suas certezas, dependendo do ponto de vista de quem está observando esses conhecimentos. Por isso mesmo, existem outros tipos de conhecimento.

Seguindo a sequência, Lakatos e Marconi (1991) trazem Ander-Egg, por compreenderem que sua conceituação seria a mais completa. Entendida pelo autor citado como: “A ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza.” (ANDER-EGG, 1978 apud LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 19). Elas, ainda explicam as características contidas na citação, que tornam um conhecimento em conhecimento científico. A seguir, as autoras trazem a definição de Trujillo, por considerá-la mais precisa, apesar das autoras continuarem entendendo que a conceituação de Ander-Egg fosse mais completa.

Trujillo conceitua ciência como sendo “todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação.” (TRUJILLO, 1974 apud LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 19). Partindo dessa conceituação, as autoras apresentam aquilo que elas entendem por ciência, que seria “[...] uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se de-sejar estudar” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 19). As autoras afirmam,

ainda, que o conhecimento científico não é final, tampouco definitivo, pois está em constante construção.

Nessa perspectiva, Lakatos e Marconi (1991) aproximam a conceituação delas, sobre o que entendem por ciência, com esses dois autores. Conseqüentemente, não fogem da construção de um método sistemático para verificação do conhecimento produzido. Além disso, para sistematização desse conhecimento há que se garantir a verificação, a validade e a confiabilidade dos resultados encontrados, por meio da delimitação do objeto de pesquisa, da rigorosidade dos aspectos metodológicos, entendendo que sempre haverá possibilidades de continuação ou de modificação do conhecimento produzido e difundido na academia.

Minayo (2009, p. 4) apresenta ciência como “[...] a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade”. Segundo a autora, essa hegemonia deu-se pelo entendimento que a ciência tem a possibilidade de apresentar respostas às inquietações do pesquisador referente à realidade que está inserido ou que ele se inseriu. Ela, ainda, afirma que a ciência estabeleceu uma linguagem própria que controla e é controlada por cientistas que corroboram essa linguagem (MINAYO, 2009).

É interessante que o entendimento de ciência que a autora propõe, afirma como uma hegemonia. Essa hegemonia está cada vez mais acirrada pela exigência de produção. Produz-se muito atualmente. É claro que há essa necessidade, pois a sociedade evolui e surgem novas inquietações tanto a favor como contra a essa evolução, ou mesmo, em relação ao que provoca nos membros das sociedades essa explosão evolutiva. Entretanto, essa hegemonia apresentada pela autora, diz respeito a maneira de como se produz o conhecimento e qual conhecimento é eleito como científico. Não existe um saber superior ao outro, existem saberes diferentes. Todos apresentam teor científico, dependendo da mirada de quem os observa.

Minayo (2009) afirma que apesar de ser normativa, a ciência apresenta pontos de convergências e divergências. Um embate importante

ocorre entre as ciências sociais e as ciências da natureza. De acordo com a autora, há cientistas que apregoam a uniformidade de procedimentos entre ambas as ciências, mas, há aqueles que requerem a total diferenciação e apresentação de suas especificidades. A autora advoga que “a cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimos de modelos e normas a serem seguidos” (MINAYO, 2009, p. 11).

Mais um conceito que a autora traz e que demonstra a hegemonia da ciência é a regulação para com os aspectos referentes a pesquisa e ao pesquisador. Essa regulação acaba por se transformar em modelos ou exemplos perseguidos por vários pesquisadores. Entretanto, é importante reafirmar que se deve seguir um método sistemático de investigação e que este seja rigorosamente desenvolvido para que os resultados surtam profícuos. O que não pode acontecer é o pesquisador não se permitir ter outros olhares sobre aquilo que investiga, cerceando possibilidades que trariam aspectos para denunciar ou anunciar sobre aquilo que foi investigado.

De acordo com Minayo:

[...] o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios de historicidade, da colaboração e, sobretudo, revestem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído (MINAYO, 2009, p. 11-12).

Nessa perspectiva, ocorre a retorno a inconclusão do conhecimento, já que ele está em constante construção. Morin (2005, p. 26) nos alerta que “[...] o ato de conhecimento, ao mesmo tempo biológico, cerebral, espiritual, lógico, linguístico, cultural, social, histórico, faz com que o conhecimento não possa ser dissociado da vida humana e da relação social”. Consequentemente, significa renunciar a concludente do conhecimento, visto que os seres humanos também são inconclusos.

Morin (2005) afirma, ainda, que os pesquisadores têm consciência da inconclusão do conhecimento. Entretanto, continuam construindo conhecimentos de maneira que sejam entendidos como fechados e acabados. Esses conhecimentos, tidos como acabados, abrigam inúmeras janelas e lacunas que serão, posteriormente, abertas por futuros pesquisadores para a geração de novos conhecimentos. As conclusões são apenas considerações, as quais se chega em um dado momento histórico e de acordo com o olhar do pesquisador para o fenômeno ou fato pesquisado.

O próprio Morin (2005) ressaltar que não se pode confundir a realização do inacabamento com o acabamento, ou seja, uma obra deve conter um fechamento, atingindo o essencial para que possa atualizar os conhecimentos existentes. Entretanto, o conhecimento produzido terminará incompleto, o que permitirá novos avanços, novas pesquisas e novas oportunidades de investigação. Minayo (2009, p. 13) afirma que “toda ciência – embora mais intensamente nas ciências sociais – passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores”. Portanto, a ciência não se fecha em si mesma.

De acordo com Tartuce (2006, p. 12) ciência é conceituada de maneira geral “enquanto conjunto de observações generalizáveis expressam pelo enunciado de uma lei”. E de modo particular como ciências que se privilegia de aspectos da realidade e que “dispõe de métodos e linguagens próprios, com similaridades” (TRATUCE, 2006, p. 13). Segundo a autora a ciência pode ser compreendida como busca constante de explicações para os fenômenos ou fatos da realidade. É previsível e falível, considerando os limites impostos pela natureza da pesquisa. Entretanto, promove soluções para os problemas e necessidades da humanidade.

Fachin (2006, p. 19) afirma que ciência é a “sequência permanente de acréscimos de conhecimentos racionais e verificáveis da realidade”. Segundo a autora, o ser humano tem necessidade de compreender o

mundo e para isso acumula conhecimentos que são capazes de transformar o próprio mundo. Fachin (2006) compreende que a definição de ciência dá valor aos fatos e aos objetos de uma determinada realidade e mostra que a ciência inicia-se com dados observáveis, os quais podem ser verificados segundo o desenvolvimento de um método sistemático de investigação. Para a autora, a ciência é exata até que novos conhecimentos surjam, provocando transformações inovadoras nos conhecimentos anteriores.

Fachin (2006, p. 20) ressalta que fazendo uma análise da evolução histórica da ciência, constata-se que a ciência é uma busca incansável por conhecimento, “uma investigação contínua e incessante de soluções e explicações para os problemas propostos”. Por ser uma busca incansável, a ciência tem o potencial para revisitar conhecimentos passados, olhando sobre o presente, mas com vistas ao futuro da realidade. Essa busca sendo sistemática, possibilita novas análises de maneira crítica e reflexiva, confrontando os resultados, os quais darão provas que surgirá ou não um novo conhecimento.

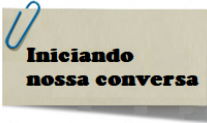
Para a autora, “a ciência é constituída pela observação sistemática dos fatos. Por meio da análise e da experimentação, extraem-se resultados que passam a ser validados universalmente” (FACHIN, 2006, p. 20). Entretanto, esse conhecimento só ganha sentido quando analisado à luz das causas que lhe dão origem. Como consequência, a ciência é dita provisória e só tem relação para a realidade em que o conhecimento foi produzido. Andery *et al.* (1996, p. 13) afirmam que “[...] a ciência é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nelas interfere”. Conseqüentemente, a ciência é um processo histórico e social. Histórico porque permite identificar as inter-relações entre as necessidades do ser humano e o conhecimento que foi produzido, levando-o a olhar adiante para a nova produção de conhecimento, não havendo retorno ao ponto inicial. Social devido ser um processo de produção da existência humana.

“A ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana” (ANDERY *et al.*, 1996, p. 13). Assim sendo, o produto gerado pela construção do conhecimento são reflexos do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, são rupturas ocorridas em momentos históricos. Quando o ser humano percebe o antagonismo entre o conhecimento do passado e o presente a ser transformado, ocorre rupturas que necessitam ser transpostas, ultrapassadas e, refletindo sobre o próprio conhecer o mundo, muda o que é considerado ciência e as próprias explicações.

De acordo com Andery *et al.* (1996, p. 14) “enquanto tentativa de explicar a realidade, a ciência caracteriza-se por ser uma atividade metódica”. Logo, esse método gera ações para o desenvolvimento do conhecimento. Essas ações são suscetíveis de serem replicadas. Cabe ressaltar que esse método não pode ser único, tampouco permanecer o mesmo para a geração de conhecimento. Cada investigação exige um sistemático e rigoroso processo de ações metodológicas. Essa adequação ou modificação ou renovação do método existe devido a possibilidade de refletir as condições históricas em um dado momento e em uma determinada realidade.

Demo (1985) afirma que sendo a ciência um fenômeno histórico, é também processo porque a construção do conhecimento sempre tem um novo iniciar. Isso não quer dizer que a ciência inicia-se do zero. Partindo do que já existe, com um novo método e novos fatos ou fenômenos é que o conhecimento existente pode ser modificado ou ratificado. Segundo o autor, além dessas características, a ciência é ideológica porque parte de pessoas portadoras de intelectualidade, com erudição teórica, a qual justifica a ciência. Por ser ideológica contém um caráter de senso comum e, assim sendo, não é uma produção estanque, o que significa que está em constante construção, a depender do objeto que o pesquisador busca em um dado momento histórico e social.

1.3. O que é método de pesquisa?



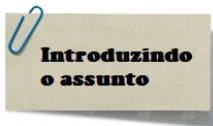
Agora sim, método você sabe conceituar! Será que sabe mesmo? A palavra método é originária do grego, *methodos*, formada pela junção de duas outras palavras, a saber: *meta* que significa para e *hodos* que é caminho. Nessa perspectiva, **método seria o caminho para chegar a um fim**. Não é de agora que os pesquisadores se preocupam com o método de pesquisa. Na antiguidade os filósofos já atentavam para o método como caminho para chegar à verdade. Sócrates (469 a. C. – 399 a. C.) introduziu um método que utilizava perguntas para desenvolver o raciocínio de seus discípulos, com isso propiciou uma reviravolta científica. O homem deixa de contemplar a natureza e volta-se para si. Era o desenvolvimento do autoconhecimento. O método socrático partia da maiêutica, ou seja, parteiro de ideias em que fazia sucessivas perguntas para levar ao conhecimento e chegava à ironia para mostrá-lo que poderia estar errado.

Platão (428 a. C. – 347 a. C.) seguiu os passos de Sócrates utilizando o método dialético, entendido como a arte de pensar, questionar e organizar as ideias. No mundo das ideias e das formas encontraríamos o conhecimento inteligível. Apresentou a Alegoria da caverna, expondo que o conhecimento era apenas ilusão, a superioridade do conhecimento adivinha do mundo das ideias e do raciocínio intelectual. Aristóteles (384 a. C. – 322 a. C.), influenciado por Platão, criou o método indutivo-dedutivo, partindo do particular para o geral e criando os caminhos que o conhecimento seguiria para alcançar a verdade. Francis Bacon (1561-1626) constrói um método indutivo que tem objetivo prático e teórico, em que a natureza estaria a serviço do homem. Seu método caminha pela observação, dedução e experimentação, chegando à indução.

O filósofo que mais influência tem sobre a natureza da pesquisa é René Descartes (1596-1650). Em seu livro *O Discurso do Método* busca apresentar como desenvolveu um método para alcançar a razão. Descartes acreditava que alguma coisa para ser considerada verdadeira deveria ser

conhecida evidente e distintamente, sem dúvida alguma a respeito. Para isso, haveria de dividir o que seria conhecido em tantas partes quantas fossem necessárias para examiná-lo, ordenando o pensamento do mais fácil para o mais difícil, do simples para o geral e realizar revisões tão completas quantas fossem adequadas para não haver dúvidas sobre o que seria conhecido. Esse método tão minucioso era o caminho para chegar a verdadeira ordem e enumerar todas as circunstâncias que o que se procura possa ter. Descartes estava preocupado com um novo raciocínio científico, com o qual quaisquer filósofos descobririam as leis divinas.

Inúmeros foram [e são] os cientistas, filósofos, entre outros estudiosos que criaram métodos para alcançar o conhecimento. A busca constante sobre a verdade a respeito dos conhecimentos é incansável e trilha caminhos tanto conhecidos como desconhecidos. É estimulante desbravar novos conhecimentos, iniciando daqueles que já são conhecidos e a partir daí seguir em frente. Cabe, portanto, ao pesquisador querer fazê-lo.



É notório que cabe ao pesquisador a escolha do método pelo qual desenvolverá sua investigação. É, também, compreensível que esse método apresente aquilo que o pesquisador entende sobre o assunto a ser pesquisado tal qual sobre como pretende alcançar o novo conhecimento. É importante ter clareza sobre o que é método. Nessa perspectiva e partindo do significado etimológico, **método é um caminho para chegar ao novo conhecimento.**

Método tem dois fundamentos básicos que significam a orientação de uma pesquisa e uma técnica particular de pesquisa. Tomando o primeiro aspecto, fica evidente que se trata de uma investigação. Nesse sentido, investigação é entendida como uma ação desenvolvida por alguém para chegar à verdade ou ao novo conhecimento. Já o segundo aspecto refere-se a um procedimento de pesquisa organizado e que garanta resultados válidos. **Não há dúvidas que método é uma orientação de pesquisa, que deve ser sistematizado e ordenado para alcançar os novos conhecimentos.**

É constatado, desde a antiguidade, que método foi utilizado em ambos os fundamentos básicos, isto é, ora era uma orientação e ora era uma técnica. Ainda hoje ocorre essa ambiguidade conceitual. Entretanto, uma doutrina ou orientação de pesquisa precisa observar a ordem e os procedimentos a serem utilizados na pesquisa. Clarificando o conceito de **método**, é necessário constatar que ele **tem uma sequência lógica ou uma série de regras para solucionar o problema e alcançar o novo conhecimento**. Dessa maneira, **seguindo essas regras atinge-se os objetivos da pesquisa**.

O pesquisador deve constatar que não existe um único método, tampouco permanece estático e o mesmo ao longo dos tempos. **O método científico é uma orientação geral que facilita ao pesquisador tomar decisões acertadas, formulando hipóteses, realizando experiências e, conseqüentemente, analisando e interpretando os dados da investigação de maneira coerente, clara e precisa, alcançando resultados verificáveis e confiáveis**.



Método
O que pensam os
autores?

Richardson *et al.* (2012) afirmam que a ideia de método é antiga, a qual recebeu contribuições de grandes filósofos. Os autores asseguram que os fundamentos existentes em um método são adotados, inconscientemente e cotidianamente, por diversas pessoas nas atividades corriqueiras. Segundo Richardson *et al.* (2012, p. 22) “método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”. De acordo com os autores, o método é o caminho da ciência para alcançar um determinado objetivo, para o qual existe uma estrutura lógica que permite alcançar o conhecimento verdadeiro e original.

Prodanov e Freitas (2013, p. 24) conceituam método como “o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação”. Esta definição aponta para as operações mentais desenvolvidas pelo pesquisador ao longo da investigação, com isso compromete-o com os resultados alcançados. Os autores afirmam que o método “é a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa” (PRODANOV; FREITAS,

2013, p. 24). Nessa perspectiva, o pesquisador assume os caminhos escolhidos como a base lógica da investigação.

Para Minayo, o método é uma abordagem teórica, “é a alma da teoria” (MINAYO, 2009, p. 15). De acordo com a autora, o método determina “os parâmetros para caminhar na produção do conhecimento (MINAYO, 2009, p. 16). Entretanto, cabe ao pesquisador, por meio de sua criatividade, quebrar algumas regras que sejam necessárias para alcançar seu objetivo, já que a ilusão das regras pode engessar o caminho investigativo. Por conseguinte, há que se ter em mente que não se pode quebrá-las levemente, pois causaria especulações abstratas e estéreis, inviabilizando a pesquisa ou construindo conhecimentos sem respaldo científico.

De acordo com Fachin (2006, p. 29), em um sentido genérico, método “é a escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de um estudo”. O autor afirma que no desenvolvimento de uma pesquisa pode surgir várias formas de métodos. O método dá validade, coerência, firmeza e garantia ao conhecimento. Dessa maneira, o método é o princípio organizador da pesquisa e para que tais aspectos sejam garantidos é necessário ser fundamentado e analisado de acordo com regras estabelecidas. Ao longo da pesquisa é o método que direciona o caminho investigativo.

Para Fachin (2006) seria incompreensível falar de ciências sem método, já que não se evidenciaria as regras propostas para o conhecimento buscado. É o método que conduz a uma reflexão crítica sobre os resultados encontrados. “O método é um plano de ação, formado por um conjunto de etapas ordenadamente dispostas, destinadas a realizar e a antecipar uma atividade na busca de uma realidade” (FACHIN, 2006, p. 31). O método faz referência ao alcance de objetivos, permitindo a construção de conhecimentos eficazes.

Laville e Dionne (1999, p. 11) afirmam que o método “indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia”. Os autores, citando Descartes, afirmam que o método é constituído por regras precisas e fáceis para não nos cansar mentalmente.

Segundo os autores, Descartes definiu método como “regras precisas e fáceis, a partir da observação exata das quais se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 11). Os autores asseguram que a definição utilizada por Descartes permanece válida na atualidade.

De acordo com Gil (1999, p. 26) método é definido como “o caminho para se chegar a fim”. Por conseguinte, utiliza-se da conceituação clássica. Segundo o autor, para o conhecimento ser determinado cientificamente é necessário estabelecer um método de pesquisa. Gil afirma que existem vários métodos a depender da área que se estuda e por isso é necessário compreendê-los. “Esses métodos esclarecem acerca dos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade” (GIL, 1999, p. 27). Consequentemente, dão possibilidades ao pesquisador decidir o alcance da investigação.

Segundo Andery *et al.* (1996, p. 14) “método científico é um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir o conhecimento científico”. Essa afirmação envolve a definição de método como sendo o conjunto de regras de ação para a construção do conhecimento. De acordo com as autoras, o método reflete as condições históricas quando o conhecimento foi construído. Isso prova que o método não é único, tampouco permanece exatamente o mesmo no passar dos tempos.

Andery *et al.* (1996, p. 15) afirmam que “o método é o reflexo de nossas necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo que nelas interfere”. Nessa perspectiva, o método é determinado historicamente, sofrendo alterações e acréscimos a depender das necessidades existentes no tempo e no espaço. O método explica os fatos pesquisados e dá respostas válidas que podem ser ou não generalizadas, já que refletem as condições e necessidades concretas de uma dada realidade. É o método que interfere no caminho a ser seguido, ou melhor, que orienta esse caminho.

Lakatos e Marconi (1991, p. 40-41) trazem algumas definições de alguns autores e após algumas considerações afirmam que “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Elas asseguram que não existe ciência sem o emprego de um método. Portanto, para obter o conhecimento válido, verdadeiro e coerente é necessário orientar-se por um método.

Galliano (1979, p. 6) aborda método como sendo “um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”. De acordo com o autor, o método dá indicação do que fazer no percurso da pesquisa. Portanto, é o método que dá orientação para a atividade do pesquisador que seguindo a sequência de etapas obterá o resultado esperado com menor uso de tempo e com maior eficácia e veracidade.

De maneira geral, os autores entendem método como um caminho, uma orientação ou um conjunto de regras e procedimentos que leva a obtenção de um fim ou objetivo, que é o desenvolvimento de o conhecimento verdadeiro, original, válido e coerente com a realidade pesquisada. É esse o objetivo da pesquisa científica!



Os métodos são divididos em dois grandes grupos: **os de abordagem – bases lógicas da investigação e os procedimentos – meios técnicos da investigação**. Os métodos de abordagem podem ser designados como gerais e incluem: o dedutivo, o indutivo, o hipotético-dedutivo, o dialético e o fenomenológico. Já os métodos de procedimentos podem ser designados como específicos e incluem: o histórico, o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico, o clínico e o monográfico.

1.3.1. Métodos de abordagem – bases lógicas da investigação

1.3.1.1. Método dedutivo – parte do geral para o particular; de teorias, princípios ou leis verdadeiras e indiscutíveis para chegar ao conhecimento verdadeiro.

1.3.1.2. Método indutivo – parte do particular para o geral; da observação de fatos ou fenômenos para chegar a conclusões verdadeiras e a generalização.

1.3.1.3. Método hipotético-dedutivo – parte de um problema ou lacuna, utilizando a observação cuidadosa, elaborando hipóteses, as quais serão refutadas ou corroboradas para o alcance do conhecimento.

1.3.1.4. Método dialético – parte da premissa que tudo se relaciona na natureza, interpretando-a para chegar ao conhecimento.

1.3.1.5. Método fenomenológico – parte do dado ou fenômeno constatado, orientando-se pela consciência do sujeito na construção do conhecimento.

1.3.2. Métodos de procedimentos – meios técnicos de investigação

1.3.2.1. Método experimental – os objetos de estudo são submetidos a variáveis controladas e conhecidas para chegar ao conhecimento.

1.3.2.2. Método observacional – parte da observação do fato ou fenômeno para chegar ao conhecimento.

1.3.2.3. Método comparativo – parte dos fatos ou fenômenos, ressaltando diferenças e similitudes para chegar ao conhecimento.

1.3.2.4. Método estatístico – utiliza testes estatístico obtendo a probabilidade de acerto ou erros para chegar ao conhecimento.

1.3.2.5. Método clínico – apoia-se na relação entre pesquisador e pesquisado para chegar ao conhecimento.

1.3.2.6. Método monográfico – parte do estudo de um caso, afirmando que pode ser representativo de outros casos para chegar ao conhecimento.

Os métodos podem, ainda, ser classificados com base no quadro de referência, ou seja, de acordo com o paradigma epistemológico adotado pelo pesquisador. São teorias propostas para a investigação científica.

a. Método histórico – parte de acontecimentos, fatos ou fenômenos passados para observar a influência no presente.

b. Método funcionalista – estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, ou seja, como um sistema organizado.

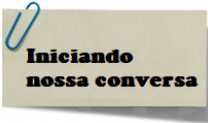
c. Método estruturalista – parte do fato ou fenômeno concreto para chegar ao abstrato.

d. Método tipológico – compara fatos ou fenômenos sociais complexos com modelos ideais.

e. Método materialista histórico – enfatiza a dimensão histórica dos fatos ou fenômenos socioculturais.

f. Etnometodologia – analisa os procedimentos, crenças e comportamentos socialmente organizados.

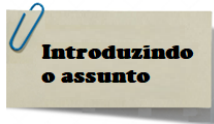
1.4. O que é metodologia de pesquisa?



Muitos falam sobre metodologia! Quase sempre essa palavra está aparecendo em qualquer movimento investigativo. A etimologia da palavra metodologia vem do grego. Assim, ela é originária de *methodos* + *logos*. *Methodos*, como já observamos no capítulo anterior, é formada por *meta* [para] + *hodos* [caminho] e acrescentou-se a estas, *logos* que significa estudo. Literalmente, **metodologia é o estudo dos caminhos para chegar a um determinado fim**. Metodologia pode ser entendida, ainda, como “a lógica ou parte da lógica que estuda os métodos” ou “conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências” (ABBAGNANO, 2007, p. 669).

Segundo o autor, sendo considerada parte da lógica, traria incluída o conceito de “a arte de bem conduzir a própria razão no conhecimento das coisas” e sendo considerada procedimentos, determina as condições formais para alcançar o conhecimento. Entretanto, a própria metodologia faz parte da lógica e, assim sendo, também é ciência. Nesse sentido, de acordo

com Abbagnano (2007, p. 669), **metodologia é “destinada a análise das técnicas de investigação empregadas em uma ou mais ciências”**. Fica evidenciado que a metodologia é uma parte importante da pesquisa e, conseqüentemente, envolve a preocupação com uma determinada realidade e de como captá-la – no sentido de estar à serviço dela e não do pesquisador –, chegando a resultados verdadeiros.



A metodologia tem a intenção de discutir teoricamente todo o processo científico, problematizando os limites que a ciência tem. É essencial, ao pesquisador, entender a importância da metodologia, pois trata-se de como fazer ciência por intermédio dos caminhos escolhidos. Para Demo (1985, p. 19) “é condição fundamental de seu amadurecimento como personalidade científica”. O cientista torna-se crítico por meio de suas escolhas, principalmente, pelo tipo de cientista quer ser, capaz de fazer a autoavaliação de suas potencialidades investigativas e promover a autoconsciência do trajeto já realizado e por realizar.

Alguns autores não fazem distinção entre método e metodologia por entenderem que ambas abordam aspectos semelhantes. Outros tratam-na como base teórica-metodológica, o que significa mesclar ambos os termos, isto é, abarca a escolha do método tal qual as escolhas metodológicas em que se estabelece os caminhos a serem seguidos no decorrer da investigação. A metodologia de uma pesquisa é tão relevante que existe um capítulo para descrevê-la. É por intermédio dela que é compreendido a trajetória de pesquisa.

Um dos erros comuns relacionados à metodologia diz respeito a identificá-la como a padronização da pesquisa, ou seja, envolve a forma e formato do trabalho acadêmico. Entretanto, esses aspectos são regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Essas normas padronizam e uniformizam a apresentação de trabalhos científicos. Adequar-se às normas é importante, mas não tão essencial como as escolhas metodológicas para desenvolver a investigação. Para estabelecer

as margens, citações, referências, corpo do texto do trabalho científico existem normas técnicas específicas.

Outro erro comum é a compreensão de que metodologia é o estabelecimento de regras fixas de como desenvolver a pesquisa. Esse erro leva ao entendimento de que todas as pesquisas devem ser desenvolvidas igualmente e seguir os mesmos caminhos. A metodologia é construída por meio de escolhas. Essas escolhas estão baseadas na opção de paradigma epistemológico adotado pelo pesquisador. Escolhido o método, existe a aplicação de um instrumental ou técnicas que seguem um plano de ação direcionado pelo paradigma epistemológico.

Severino (2007, p. 100) afirma que não basta seguir um método e aplicar técnicas para se ter a metodologia e o conhecimento científico, já que a ciência é “o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real”. Nessa perspectiva, a determinação da metodologia implica o conhecimento do objeto de estudo que é exterior ao pesquisador, da subjetividade e criatividade do cientista e da relação estabelecida entre sujeito e objeto. Implica, ainda, o registro objetivo da realidade pesquisada, o que exige do cientista a observação dos fatos ou fenômenos, problematizando-os para alcançar uma análise crítica e reflexiva, composta por resultados válidos e verdadeiros.



Minayo (2009, p. 14) entende metodologia como “o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade”. Segundo a autora, a metodologia inclui simultaneamente o método, as técnicas e criatividade do pesquisador. “Na verdade a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas de abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO, 2009, p. 15). Assim, as técnicas escolhidas pelo pesquisador devem instrumentalizá-lo e projetarem-se para superar os impasses da pesquisa. Entretanto, não se deve endeusá-las, tampouco desprezá-las,

pois corre-se o risco de obter respostas especulativas, ilusórias e estereotipadas. A autora afirma que nada substitui a criatividade do cientista.

Andrade (2009, p. 119) define metodologia como “o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”. Com essa definição, a autora passa a explicar diferentes tipos de métodos e técnicas que são utilizados em uma pesquisa, o que permite afirmar que ela compreende metodologia como a articulação entre a escolha paradigmática [teoria] e o instrumental necessário [técnicas] para identificá-lo. Dessa maneira, as técnicas estão sujeitas aos recortes pertinentes, os quais envolvem o método escolhido.

Para Demo (1985, p. 19) “metodologia é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”. Segundo o autor é finalidade da ciência apresentar a realidade de maneira teórica e, ao mesmo tempo, prática. Com isso, ele assegura que existem vários caminhos para alcançar essa finalidade e é disso que a metodologia se incumbem. Entretanto, o pesquisador não precisa dar mais atenção a esse aspecto, esquecendo-se de fazer ciência, ou seja, de construir conhecimento. E para fazer ciência só se chega pelo aspecto instrumental, isto é, pela metodologia. Demo (1985, p. 19) afirma que “é essencial entendermos a importância da metodologia para a formação do cientista”. Com esse entendimento, o autor afirma que se obtém o desenvolvimento do espírito científico.

Em outro estudo, Demo (1995, p. 11) constata que metodologia significa o “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para fazer ciência”. Assim sendo, a metodologia está à serviço da ciência, problematizando-a criticamente e demonstrando os limites que a ciência detém. Por ser a metodologia problematizadora, o cientista deve aceitar que tudo é questionável quando se refere à ciência. O autor afirma que “não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente” (DEMO, 1995, p. 11), significando que o pesquisador deve sempre questionar as respostas encontradas, já que as respostas, a depender do tempo, sofrem alterações devido nunca exaurirmos a realidade.

Fachin (2006, p. 29, grifos da autora) aborda que o trabalho científico se baseia em procedimentos metodológicos “os quais conduzem a um modo pelo qual se realiza uma operação denominada *conhecer*, outra *agir* e outra *fazer*”, operações desenvolvidas pelo ser humano para construir o conhecimento científico. Dessa forma, há que se proceder escolhas de acordo com àquilo que o cientista propõe e pretende investigar. Essas escolhas passam pelos procedimentos que sistematizarão os caminhos da pesquisa para conhecer a realidade pesquisada; agir de acordo com às necessidades e anseios da realidade e fazer observações e coletar dados para alcançar os resultados.

Richardson *et al.* (2012, p. 22) define metodologia como “os procedimentos e regras utilizados por um determinado método”. Baseando-se na definição de método, o autor caracteriza metodologia como o estabelecimento de regras para alcançar o conhecimento científico. Para os autores, somente por intermédio do método que se cria um instrumental fundamental para chegar as respostas válidas e verdadeiras. Esse instrumental seria a metodologia da pesquisa.

Há uma distinção sutil entre método e metodologia. Entretanto, ambos os termos dão a direção para o pesquisador desenvolver a investigação. É lógico que a construção de um plano de pesquisa envolve escolhas e que estas são inseparáveis do aspecto subjetivo do cientista. Essas escolhas envolvem, ainda, o tema ou assunto que parte de um problema investigativo; diferentes técnicas; sujeitos que farão parte da pesquisa, escolhidos em uma população, entre outros. É interessante notar que uma mesma realidade pode gerar inúmeras pesquisas e que essas pesquisas assumem diferentes metodologias.

Há que se ter em mente a ética investigativa. O pesquisador não pode forjar dados, tampouco resultados, são as escolhas que determinam os instrumentos que gerarão os dados confiáveis e válidos. São as escolhas, em quaisquer momentos da pesquisa, que gerarão um conhecimento novo, sanando uma ausência ou lacuna e ratificando ou retificando um conhecimento existente, ampliando-o.



De acordo com a **finalidade da pesquisa**, ela pode ser classificada em **pura ou básica e aplicada**. A **pesquisa pura ou básica busca o progresso da ciência** (GIL, 1999). De acordo com o autor, o desenvolvimento de pesquisas puras ou básicas é “formalizado e objetiva à generalização, com vistas na construção de teorias e leis” (GIL, 1999, p. 42). Já a **pesquisa aplicada depende das descobertas e se enriquece por intermédio do desenvolvimento delas**. Segundo Gil (1999) sua característica fundamental é o interesse na aplicação, na utilização gerada por meio das práticas do conhecimento.

No que diz respeito a **abordagem**, a pesquisa pode ser classificada em **qualitativa, quantitativa e mista ou quali-quantí**. Para Minayo (2009, p. 21-22) a **abordagem qualitativa tem preocupação** em desenvolver conhecimentos particulares, ou seja, “ela trabalha **com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes**”, utilizando-se das ações e relações humanas inerentes à subjetividade. A **abordagem quantitativa baseia-se em dados estatísticos**, utilizando-se de variáveis para produzir dados matemáticos, inerentes a construção da objetividade. A **abordagem mista ou quali-quantí utiliza-se tanto dos dados estatísticos como subjetivismos** que estão envolvidos na pesquisa. Portanto, compreende uma relação de complementariedade.

No que concerne **aos objetivos**, a pesquisa pode ser **exploratória, descritiva e explicativa**. A **pesquisa exploratória tem como finalidade propiciar uma visão geral do tema**. É considerada a parte inicial de uma investigação mais ampla. A **pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever certas características de um fenômeno ou de um grupo sociocultural**. Visa descobrir associações entre variáveis. A **pesquisa explicativa tem a finalidade de identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de um dado fenômeno**. As três complementam-se.

De acordo com os procedimentos a pesquisa pode ser **experimental, bibliográfica, documental, de campo, ex-post facto, de levantamento,**

de survey, estado da arte, de caso, participante, pesquisa-ação, etnográfica e etnometodológica. A Pesquisa experimental segue um planejamento rigoroso. Pode ser desenvolvida em laboratório ou em campo. **A pesquisa experimental procura entender de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido.**

A pesquisa bibliográfica realiza o levantamento de referências, ou seja, autores que atuam na área em que o tema escolhido está inserido. É um trabalho minucioso de busca de referenciais. É entendida como um estudo bibliométrico, isto é, a realização do mapeamento de tudo ou quase tudo que foi produzido a respeito do tema pesquisado. **A pesquisa documental realiza o levantamento de materiais já produzidos,** constituindo-se em documentos, fotografias, relatórios, cartas, pinturas, jornais, revistas etc. Tanto a pesquisa bibliográfica como a documental podem fazer parte de outras pesquisas.

A **Pesquisa ex-post-facto** como o próprio nome diz é realizada após a ocorrência do fato ou do fenômeno. A **Pesquisa de survey** é utilizada para obtenção em grandes quantidades de dados. É semelhante ao censo, pois utiliza-se uma amostra da população, podendo realizar generalizações. A **Pesquisa de levantamento** é utilizada em estudos exploratórios e descritivos. A obtenção dos dados é realizada diretamente com as pessoas, para conhecer características, atitudes e opiniões. **A pesquisa de estado da arte ou estado do conhecimento é um levantamento de caráter bibliográfico.** O objetivo é mapear acerca da produção a respeito de um tema ou assunto. É reconhecida como uma metodologia por ter caráter inventariante da produção acadêmica. Pode caracterizar-se como parte inicial de qualquer pesquisa.

A **Pesquisa de campo** coleta os dados, direto na realidade, junto às pessoas com utilização de diferentes recursos. A pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta. De acordo com Minayo (2009) o pesquisador deve estar preparado para não ficar preso às surpresas encontradas, tampouco ficar tenso por não encontrar respostas imediatas. Na **Pesquisa participante** há o envolvimento do pesquisador. Ele fica imerso no

contexto da pesquisa tentando entender como os membros da realidade solucionam os problemas. O pesquisador assume uma dupla postura de observador crítico e participante ativo (HAGUETTE, 2010).

O **Estudo de caso** é uma pesquisa que estuda um contexto, um grupo, um indivíduo. Os dados não podem ser generalizados, a não ser que confirmem os resultados em outro contexto. Para Gil (1999, p. 72) o estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos”. Lüdke e André (1993, p. 17, grifo das autoras) afirmam que o estudo de caso “é o estudo de *um* caso, seja ele simples ou específico [...]”. Yin (1994, p. 24, grifos do autor) afirma que o estudo de caso é “*um inquérito empírico* que investiga um fenômeno” de vida real. Pode-se ter **Estudo de caso múltiplos**, em que várias pesquisas ocorrem paralelas para obtenção dos resultados e comparação entre eles.

Na **Pesquisa-ação** ocorre a participação planejada do pesquisador para transformar a realidade pesquisada. Thiollent (1986) define pesquisa-ação

[...] como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14).

Para o autor, essa definição deixa a questão valorativa de fora. Entretanto, a pesquisa-ação pode ser vista como engajamento sócio-político quando estiver a serviço de causas para as classes populares.

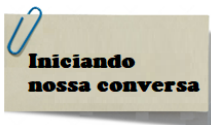
A **Pesquisa etnográfica** desenvolve o estudo de um povo ou grupo sociocultural. Exige um tempo do pesquisador imerso no contexto da pesquisa e a utilização de variados instrumentos. De acordo com André (1995) **a pesquisa etnográfica é um esquema de pesquisa para estudar a cultura e a sociedade**. Assim, o foco da pesquisa etnográfica é a descrição cultural e para tal empenho deve-se utilizar variados instrumentos de coleta de dados. Além disso, há ênfase no processo, preocupa-se com o

significado, envolve trabalho de campo, descrição e indução, fazendo uso de um plano de trabalho aberto e flexível.

Já para a educação o enfoque é o processo educativo. A autora afirma que em educação é realizada **pesquisa “tipo etnográfica”, ou seja, é efetivada uma adequação para a educação**. André (1995) afirma, ainda, que por ser “tipo etnográfica” faz uso de técnicas etnográficas como a observação participante, entrevista e análise documental, entre outras. Além disso, o pesquisador interage constantemente. Na educação pode-se utilizar o estudo de caso etnográfico, o qual faz aplicação da abordagem etnográfica ao estudo de caso por ter um sistema delimitado, isto é, envolve uma unidade, um programa, uma pessoa, uma instituição etc.

A **Pesquisa etnometodológica** busca compreender como as pessoas constroem e reconstróem a sua realidade social. Segundo Coulon (1995, p. 30) a etnometodologia “é uma pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias”. Ainda, de acordo com o autor, a etnometodologia “analisa as crenças e os comportamentos do senso comum como os constituintes necessários de ‘todo comportamento socialmente organizado’” (COULON, 1995, p. 30, grifo do autor).

1.5. O que é pesquisa?



Você considera-se curioso? Pesquisar envolve a curiosidade, a criatividade e um pouco de espírito desbravador. Esses são alguns ingredientes essenciais para desenvolver uma pesquisa. Afirma-se que faz parte da natureza humana a inquietação, a busca por respostas às necessidades. Há, portanto, a curiosidade a respeito de algo ou de algum objeto ou de alguém. O saber é inerente ao sujeito, mas é um saber da experiência, do cotidiano, do senso comum. Pesquisar é descortinar o conhecimento novo, é descoberta. Freire (2003, p. 29) afirma que “pesquiso para constatar,

constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

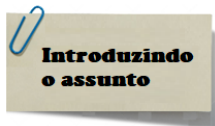
Nessa perspectiva, quando há pesquisa, na verdade a curiosidade inicial torna-se metodologicamente crítica, por meios de um rigor científico. Essa curiosidade transforma-se indagadora, esclarecedora e permite desvelar o que está velado. Portanto, passa a ser uma curiosidade crítica e reflexiva, respeitando aquilo que se pesquisa. O mundo mostra-se ao ser humano, que o reconhece e modifica-o. As lacunas existentes transfiguraram-se em inquietações. Dessa maneira, surge um novo conhecimento a respeito de algo ou alguém.

Você deve estar perguntando-se qual é a origem da palavra pesquisa. Etimologicamente, pesquisa é de origem latina e é originária da palavra *perquirere* que significa busca constante. *Perquirere* é formada por duas outras palavras, a saber: *per* que tem significado de intensivo, intensidade e, *quaerere* que significa indagar, mas *quaerere* vem de *quaestio* significando busca, procura. Consequentemente, pesquisa em sua origem etimológica é a busca constante e para tal indaga-se, investiga-se as lacunas existentes.

Na realização de uma pesquisa ocorre operações que envolvem um processo de investigação. Pode-se desenvolver uma pesquisa em qualquer área de estudo e de diversas maneiras. Cabe ao pesquisador optar por onde pretende caminhar. Não é uma escolha simples. Entra em jogo a área de atuação do pesquisador, o interesse que tem a respeito de algum tema e o tempo disponível para pesquisar. O tempo é um fator crucial para uma pesquisa. Há que se ter um amadurecimento sobre aquilo que se pretende pesquisar. Consequentemente, é necessário a troca com autores que já pesquisam o tema ou assunto e fazer um diálogo com o que é investigado.

Pitta e Castro (2006, p. 243) afirmam que “para iniciarmos uma pesquisa científica, devemos partir de três pré-requisitos básicos: 1) conhecer bem e ter competência no assunto a ser pesquisado; 2) ter acesso e dominar a amostra; e 3) depender o mínimo possível de terceiros para realizar a pesquisa”. Observa-se que o domínio a respeito do assunto é aspecto

importante para o desenvolvimento de uma pesquisa, o que significa que não se pode partir do vazio ou simplesmente por curiosidade, mas buscar compreender e descobrir sobre um tema ou um assunto. Os autores afirmam, ainda que “devemos também gostar do método científico e nos empolgar com o aprendizado que poderemos ter durante esse processo” (PITTA; CASTRO, 2006, p. 243). Se uma pesquisa não empolga ou não estimula o pesquisador significa que algo não vai bem.




Por onde começa uma pesquisa? Você já parou para pensar nessa pergunta? Talvez sim, talvez não. Para responder essa pergunta alguns autores afirmam que é necessária uma “boa ideia” ou uma “ideia brilhante” (PITTA; CASTRO, 2006) ou “pensar certo” (FREIRE, 2003) ou ter “uma cabeça bem-feita” (MORIN, 2004). Logicamente, tudo isso favorece o pesquisador em uma pesquisa, pois há a necessidade de repensar o que se pesquisa.

A “boa ideia” ou “ideia brilhante” impacta o pesquisador, inquieta-o e faz com que busque respostas para sua inquietação. Assim, a “ideia brilhante” surge “a partir da pergunta de pesquisa que queremos responder” (PITTA; CASTRO, 2006, p. 243). Essa pergunta faz emergir possibilidades para alcançar a resposta, permitindo ao pesquisador trilhar os caminhos necessários para chegar à mesma. O “pensar certo” implica o respeito àquilo que se quer pesquisar, tanto sobre o senso comum produzido e difundido no cotidiano de um grupo como sobre o compromisso com o conhecimento científico já produzido e difundido. Dessa forma, o “pensar certo” exige princípios éticos, exige fazer certo. O “pensar certo” aceita o novo sem negar o velho conhecimento. Consequentemente, o “pensar certo por isso é dialógico e não polêmico” (FREIRE, 2003, p. 38).


Para Morin (2004) “uma cabeça bem-feita” significa dispor de aptidões para colocar e tratar problemas, além de princípios que permitam ligar os saberes, dando-lhes sentido. Saber empregar a inteligência geral estimula a capacidade de tratar os problemas percebidos, mas, para que isso ocorra é necessário curiosidade. Um pesquisador precisa ser curioso.

Quanto mais curioso, mais instigado a buscar respostas para suas inquietações. Esse pesquisador vai argumentar, vai debater e vai pôr a prova o repensar o pensamento, desenvolvendo o espírito problematizador, refletindo criticamente sobre suas descobertas. Conseqüentemente, “uma cabeça bem-feita é uma cabeça apta a organizar os conhecimentos [...]” (MORIN, 2004, p. 24).



O que é pesquisa?

O que é pesquisa? Muitas pessoas começam por essa pergunta, sem entender por onde começar. Algumas até sabem por onde começar, mas não sabem como desenvolver a pesquisa. Outras até sabem desenvolver, mas fazem compilação de conhecimentos existentes sem realizar uma análise crítica sobre sua produção. Pesquisar não é simplesmente compilar conhecimentos existentes e desenvolver uma posição. **Pesquisar tem como finalidade descobrir novos conhecimentos, partindo dos conhecimentos já existentes, trazendo uma contribuição para o enriquecimento e acréscimo sobre o tema ou assunto estudado.** Pesquisar é recolher elementos



Pesquisa O que pensam os autores?

essenciais para o estudo de um tema ou assunto. Muitos autores debruçam seus estudos sobre a pesquisa. Alguns desses autores já responderam essa questão, mas não há um consenso com relação a definição do que seja uma pesquisa. Quer saber quem são alguns desses autores?

Uma pesquisa visa fornecer um material acadêmico-científico, estruturado didaticamente e desenvolvido com base nos princípios éticos e do rigor científico. Para Gil (2002, p. 17) uma pesquisa é definida como “um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. De acordo com o autor, a pesquisa é desenvolvida quando não se dispõe de informações suficientes para responder um dado problema.

Demo (1985, p. 23) entende que pesquisa “é uma atividade científica pela qual descobrimos a realidade”. Ainda, segundo o autor (2000, p. 20) “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do

conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem [...]”. A produção do conhecimento é um processo de aprendizagem pois desvela a realidade em que foi encontrada a lacuna a ser respondida. Consequentemente, faz parte do processo de reconstrução do conhecimento existente em um novo conhecimento a ser difundido. O pesquisador pode chegar a um conhecimento desconhecido por ele ou, ainda, desconhecido pela comunidade acadêmica (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 68).

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 43) essa pergunta pode ser respondida de diferentes maneiras. De forma simplificada, pesquisa é “procurar respostas as indagações”, buscando um novo conhecimento a respeito do tema ou assunto pesquisado. De forma ampla, é “procurar uma informação que não sabemos e que precisamos saber” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43). Nessa perspectiva, faz-se perguntas com a intenção de obter respostas a inquietação surgida. Assim sendo, a pesquisa busca respostas e contribui para a reflexão crítica a respeito de uma realidade.

Minayo (2002, p. 17) afirma que pesquisa é uma “atividade básica da Ciências na sua indagação e construção da realidade”. Para a autora, “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 2002, p. 17). Desse modo, os problemas que surgem são da vida prática e se relacionam a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. Assim, toda pesquisa está condicionada ao conhecimento anterior que lançam “luz” sobre a inquietação do pesquisador, são teorias que trazem explicações parciais da realidade pesquisada, permitindo ao pesquisador saber e compreender as respostas encontradas.

Rudio (2007, p. 9) entende pesquisa como “um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento” no sentido mais amplo. Em uma visão simplificada é um modo sistematizado que procura um conhecimento referente à uma realidade empírica. Segundo o autor “a pesquisa científica se distingue de outras modalidades qualquer de pesquisa, pelo método, pelas técnicas, por estar voltada para a realidade empírica e pela forma de comunicar o conhecimento obtido” (RUDIO, 2007, p. 9).

Para Laville e Dionne (1999, p. 11) pesquisa nada mais é do que “perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, formular uma hipótese, testá-la e tirar conclusões”. De acordo com os autores, chegar à solução de um determinado problema implica não apenas aquisição de um novo conhecimento, mas antes pode favorecer uma intervenção na realidade pesquisada. Eles afirmam, ainda, que um problema é sempre a falta de conhecimento a respeito do que se pesquisa. Portanto, exige a busca de um novo conhecimento que traga solução para a lacuna encontrada ou para a inquietação suscitada.

Fachin (2005) nos alerta que pesquisa é um procedimento intelectual e é por meio dela e da busca de novas verdades sobre o fato ou fenômeno que o pesquisador adquire conhecimento sobre a realidade. Para autora, “a necessidade da pesquisa surge quando temos consciência de um problema e nos sentimos pressionados a encontrar sua solução” (FACHIN, 2005, p. 139) e é isso que constitui propriamente a pesquisa. A pesquisa visa desenvolver e aplicar procedimentos metodológicos e científicos, a fim de criar probabilidade de obter a solução adequada ao problema proposto. De acordo com a autora, “a pesquisa, para ser produtiva e eficaz, não deve ser desligada de um elenco de etapas” (FACHIN, 2005, p. 140). Entretanto, isso não significa rigidez no processo de pesquisa.

De acordo com Gatti (2002, p. 9) pesquisa em um sentido amplo, “é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” e em um sentido mais estrito, a pesquisa apresenta algumas características específicas, na busca de um *corpus* de conhecimento sobre determinado assunto. Essas características permitem obter certa segurança quanto ao conhecimento gerado. Segundo a autora, o que a pesquisa busca é “um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos” (GATTI, 2002, p. 9).

Gatti (2002) afirma que a pesquisa educacional compreende uma diversidade de questões com diferentes conotações, abrangendo níveis diferenciados. Segundo a autora, o ato de educar deve ser “o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa” (GATTI, 2002, p. 14). Qualquer

educação é foco de conhecimento e o percorremos “para buscar uma maior compreensão dos atos de educar e de ser educado, suas funções, seu contexto, suas consequências” (GATTI, 2002, p. 14). Há uma multiplicidade de problemas e uma variedade de abordagens que podem dar acesso à novos conhecimentos. Entretanto, o crucial é pensar que a educação se dá porque é um fato; é processo porque está sendo e fazendo-se constantemente e; é situada em um contexto, portanto, é contextualizada. Não se pode fugir desses aspectos em uma pesquisa educacional.

Todos esses autores e alguns outros entendem que pesquisa envolve um problema a ser respondido e esse problema nasce de uma boa ideia, a qual também surgiu da lacuna que provocou inquietação no pesquisador. Para solucionar o problema há que se desenvolver um planejamento que direcionará os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador. Todos compreendem que o pesquisador não pode partir do vazio, portanto, ele deve buscar autores que já estudaram o tema ou assunto para ter uma visão do que precisa ser respondido pela lacuna existente.



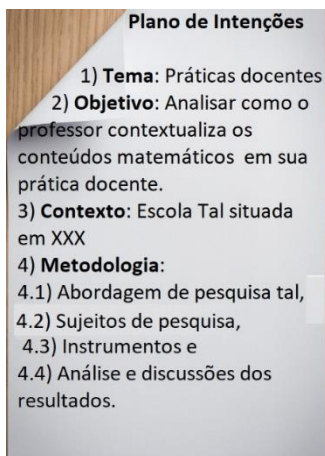
Planejamento

Uma pesquisa exige um planejamento detalhado de seu desenvolvimento. Fachin (2005) nos alerta que toda pesquisa tem que passar por uma fase preparatória de planejamento. Segundo a autora, algumas diretrizes de ação devem ser estabelecidas, fixando uma estratégia global. “Certas decisões importantes devem ser colocadas em primeiro plano, embora a vitalidade da pesquisa dependa de certo grau de flexibilidade” (FACHIN, 2005, p. 140) que o pesquisador deve manter. Esse planejamento começa com a inquietação do pesquisador, surge então uma ideia ou como já foi abordado uma boa ideia que se busca a solução. Essa ideia parte de lacunas, de necessidades não respondidas, mas, **como elaborar o planejamento de uma pesquisa?**

O planejamento começa com a ideia, ou seja, forma-se uma representação mental a respeito daquilo que traz inquietação e que ainda não tem resposta. Essa ideia surge como uma **pergunta inicial (Primeiro passo)**. Para alcançar a resposta, o pesquisador constrói um **plano de intenções**



(**Segundo passo**) que é um resumo daquilo que o pesquisador pretende realizar. Nesse plano o pesquisador trata de forma geral como será o desenvolvimento da pesquisa. É um esboço inicial que pode ser modificado ao longo da construção do projeto de pesquisa. **O plano de intenções conterá o tema, o objetivo, o contexto, a metodologia que constará os instrumentos e os procedimentos de análise e discussão dos resultados, organizados em tópicos sucintos.** É no plano de intenções que começa a delimitação do que pretende investigar com o desenvolvimento de pesquisa.



← [Exemplo de um plano de intenções](#)

Após elaborar o plano de intenções, o pesquisador precisa ter uma visão do que já tem produzido sobre o tema, quais autores abordam o tema e quais lacunas persistem, fazendo uma **revisão da literatura ampla (Terceiro passo)**. Somente dessa forma consegue observar se a inquietação realmente não tem resposta. Nessa etapa, o pesquisador busca verificar se é viável desenvolver a pesquisa. De posse de tudo isso, o pesquisador está apto a desenvolver um **projeto de pesquisa (Quarto passo)**.

1.6. Como elaborar um projeto de pesquisa?

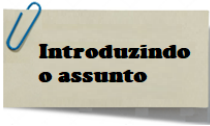


Iniciando nossa conversa

Você está sempre desenvolvendo projetos, seja de trabalho, seja de escolarização ou quaisquer outros, projetos para sua vida. Esses projetos têm objetivos, tem metodologia, caminhos que direcionam o alcance desses projetos, mesmo que você não tenha escrito o projeto, ele está lá em sua mente. O mesmo acontece com uma pesquisa, mas essa sim tem que ter seus aspectos bem definidos e escritos. O desenvolvimento de uma pesquisa acadêmico-científica é um trabalho árduo, mas sempre possível quando há interesse. Uma pesquisa requer engajamento do pesquisador, tal qual, comprometimento e disponibilidade para a sua execução. Requer o entendimento de como realizá-la, de que caminhos seguir para atingir o objetivo. Uma pesquisa é a construção de um novo saber, um novo conhecimento que auxiliará outros pesquisadores. É importante sanar todas as dificuldades que possam surgir para que não haja entraves e retrocessos.

Pensando em sanar alguns desafios que possam aparecer quando se desenvolve uma pesquisa é necessário construir um projeto de pesquisa. Ressalta-se que vários caminhos podem ser seguidos, mas faz-se necessário escolher alguns, delimitando onde chegar, para nessa perspectiva, trilhá-los rumo ao desenvolvimento de uma pesquisa que não ocorra atropelos, tampouco dificuldades, tão natural quando se constrói um trabalho acadêmico-científico. Isso não significa que não deva acontecer inquietações. Essas sim são bem-vindas e quando ocorrem frutificam a pesquisa.

Fique atento para a etimologia da palavra projeto. Sendo de origem latina é originária da palavra *projectus* que significa lançar para a frente. Em geral, é a antecipação de possibilidades, em se tratando de pesquisa, é a antecipação daquilo que se pretende realizar. Assim, o projeto contém um conjunto de ideias iniciais, projetadas para o futuro. É um planejamento detalhado daquilo que o pesquisador pretende desenvolver para alcançar a solução ou resposta ao seu problema de partida.



Várias denominações são dadas para projeto de pesquisa. Pode ser anteprojeto, pré-projeto, plano de trabalho. Cada instituição tem sua denominação.

Toma-se aqui para efeito de denominação, projeto de pesquisa. Para desenvolver uma pesquisa é fundamental a elaboração de um projeto de pesquisa. Torna-se necessário entender o que é um anteprojeto ou pré-projeto ou projeto de pesquisa. As duas primeiras palavras contêm um prefixo designativo que exprime anterioridade, isto é, é elaborado antes da execução da pesquisa. Projeto de pesquisa é tomado como um esboço inicial. Nessa perspectiva, **anteprojeto ou pré-projeto ou projeto é um esboço de como ocorrerá a execução de uma pesquisa.**

O projeto de pesquisa é o rascunho do que será desenvolvido, torna-se assim, o **primeiro passo** no desenvolvimento de uma pesquisa. É justamente a **fase preparativa**, após os estudos preliminares, em que o pesquisador está organizando as diretrizes que orientarão a investigação. **É nesta fase que o pesquisador se interroga sobre: O que? Para que? Por quê? Como? Quando? Onde? Com quem? Quanto?** São muitas perguntas a serem respondidas. E para que tudo isso? Juntamente porque é a fase de detalhamento. Se há pesquisa, há a necessidade de planejar sistematicamente o percurso a ser trilhado, trazendo segurança e confiabilidade aos resultados encontrados.

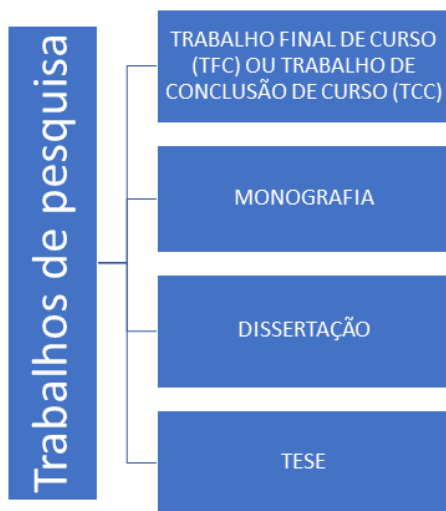
O projeto de pesquisa é uma maneira simples de estabelecer os parâmetros necessários para o desenvolvimento de uma pesquisa. O pesquisador estabelece um conjunto de procedimentos, com a intenção de organizar as ideias, sobre algum aspecto que o inquietou em uma dada realidade e apresenta sucintamente o que pretende desenvolver. Alguns destes parâmetros serão aprofundados no desenvolvimento da pesquisa, seja em trabalho final de curso, monografia, dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

De posse do projeto de pesquisa, o pesquisador encontra-se preparado para desenvolver sua pesquisa com segurança, sem atropelos.

Subentende-se que o pesquisador alcançará êxito, já que tem como trilhar caminhos que o levará a finalização da pesquisa. É certo lembrar que, apesar de ter elaborado um projeto de pesquisa, o pesquisador pode não obter o resultado esperado, mas, será aquele possível de alcançar.

Antes de começar o desenvolvimento de como elaborar um projeto de pesquisa há que se esclarecer o que significa um trabalho final de curso, uma monografia, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. Todos são trabalhos de pesquisa acadêmico-científicos, mas que traduzem diferenças apropriadas ao grau de escolaridade que é almejado. Resumidamente está apresentado no Organograma 1 e logo abaixo a explicação do que significa cada um.

Organograma 1 - Tipos de trabalhos de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

O TCC é um trabalho de pesquisa acadêmico-científico desenvolvido ao final de um curso de graduação. É uma compilação de artigos e livros que vem acompanhada de uma reflexão do autor. A monografia (mónos = um só; graphein = escrever) é um trabalho de pesquisa acadêmico-científico desenvolvido ao final de um curso de especialização *latu sensu*, que é uma pós-graduação realizada após a graduação. Pode ocorrer que algumas

instituições nomeiem o TCC como monografia. É uma compilação de artigos e livros que vem acompanhada de uma reflexão crítica do autor.

A dissertação é um trabalho de pesquisa acadêmico-científico desenvolvido ao final de um curso de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado. Pode ser inédito ou não, dependendo da área pretendida. Difere do TCC e da monografia por apresentar, além de uma análise crítica e reflexiva do autor, resultados contundentes sobre o que se pesquisou. Apresenta também um referencial teórico que embasa a análise do autor, tal qual uma metodologia de pesquisa que busque sujeitos, instrumentos e técnicas de pesquisa que possibilite a realização dessa análise.

A tese é um trabalho de pesquisa acadêmico-científico desenvolvido ao final de um curso de pós-graduação *stricto sensu* de doutorado. Deve ser inédito, ou seja, é uma contribuição original à área que se estuda. Deve conter uma pergunta não respondida, a qual se busca a resposta no desenvolvimento da pesquisa. Apresenta referencial teórico que embasa a resposta do autor, tal qual uma metodologia de pesquisa que busque sujeitos, instrumentos e técnicas de pesquisa que possibilite a realização de uma análise crítica e reflexiva a respeito da resposta alcançada.

De posse desse entendimento cada pesquisa tem seu grau de profundidade. Todas buscam um tema de pesquisa e devem seguir normas¹. Todas trazem contribuições à área de estudo do autor e todas surgem de inquietações, pois sem isso não há pesquisa. Agora você está no caminho para saber como fazer um projeto de pesquisa.

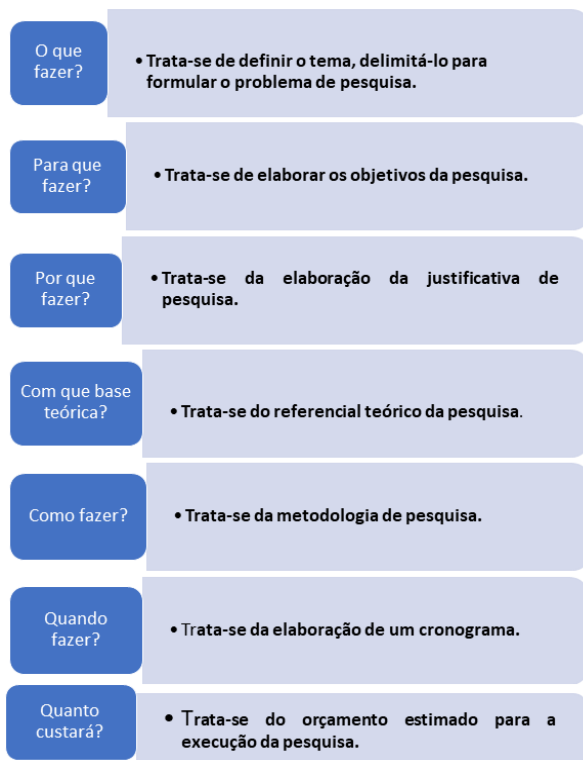


Toda pesquisa científica precisa de um plano de ações a ser seguido pelo pesquisador. O projeto de pesquisa é a esquematização de uma investigação científica. Sua elaboração evita que o pesquisador improvise e se perca nos rumos da investigação. Nesta perspectiva, **o projeto de pesquisa é um planejamento simples, mas, cuidadoso do desenvolvimento da pesquisa.**

¹ No Brasil existe uma norma técnica de referência, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas há, também, a American Psychological Association (APA) utilizada no Brasil e em outros países.

Existem alguns pontos que são fundamentais na elaboração de um projeto de pesquisa. A maioria destes pontos também são desenvolvidos em trabalho de conclusão de curso, monografia, dissertação e tese. Em um projeto de pesquisa eles são apresentados sucintamente ou em forma de um esboço do que se pretende desenvolver com a pesquisa. Observe o organograma 2:

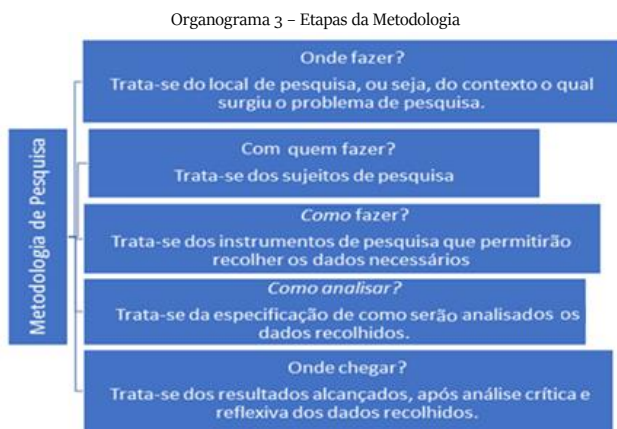
Organograma 2 – Esboço do projeto de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

Percebe-se que a primeira pergunta a ser elaborada no desenvolvimento de um projeto de pesquisa ou quaisquer trabalhos de pesquisa é de suma importância. Sem ela não há pesquisa. Os objetivos direcionam os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador. A justificativa deve trazer quais foram os motivos, as razões, as causas, ou seja, aquilo que motivou

o pesquisador a realizar a investigação. O referencial teórico precisa apresentar autores relevantes – aqueles de renome na área de pesquisa – com os quais foi embasada a pesquisa e que respaldaram ou comprovaram os resultados encontrados. Já a metodologia deve ser desmembrada para que o pesquisador tenha suporte investigativo e construa um caminho para encontrar o que pesquisa. Veja a seguir o organograma 3:



Fonte: Elaborado pela autora

Estes pontos fundamentais são abordados em etapas que traduzem um projeto de pesquisa. De acordo com a ABNT NBR 15.287/2011 (BRASIL, 2011a) estas etapas formam a estrutura do projeto de pesquisa. O que será realizado, vai depender do curso pretendido. Cada curso tem uma certa exigência para a elaboração do projeto de pesquisa. Esteja sempre atento ao que o curso exige.

Apresentação do projeto de pesquisa

Segundo a ABNT NBR 15.287/2011 (BRASIL, 2011a) existem regras gerais para a apresentação de um projeto de pesquisa ou quaisquer trabalhos de pesquisa. De acordo com essa norma, estas regras seguem um padrão de formatação, isto é, a depender da instituição, este deve ser o padrão seguido:

1.6.1. Formatação – papel A4 (21 cm X 29,7cm) com margens 3 cm para esquerda e superior e 2 cm para direita e inferior. Fonte tamanho 12 com espaçamento 1,5 entre as linhas.

1.6.2. Paginação – as páginas pré-textuais devem ser contadas, mas não numeradas. Deve aparecer na parte superior direita da folha, iniciando-se a partir da primeira folha dos elementos textuais e contadas sequencialmente.

1.6.3. Numeração – na numeração dos capítulos, seção e subseção deve ser utilizado algarismos arábicos. Inicia-se com números inteiros a partir do 1 e as seções e subseções seguidos do número do capítulo mais o número inteiro 1 e subseqüentes. Desse modo, deve ser grafado pelo número do capítulo, seguido do número atribuído a seqüência do assunto e separado por ponto. Deve-se evitar ultrapassar à quinta divisão. Para mais detalhes consulte a ABNT NBR 6024/2003 (BRASIL, 2003c). Lá encontrará informação sobre a numeração progressiva das seções.

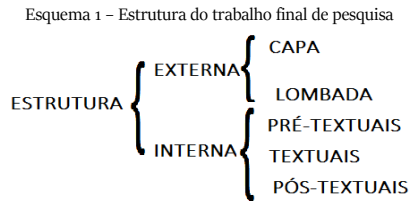
Ex: Capítulo 1; Seção 1.1, 1.2; Subseção 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 etc.



De acordo com a ABNT NBR 15.287/2011 (BRASIL, 2011a) um projeto de pesquisa estrutura-se em duas partes: externa e interna. A parte externa compreende a capa (a depender da instituição é opcional) e a lombada. **Lembrando que capa é diferente de folha de rosto.** Geralmente, o projeto de pesquisa não tem lombada, pois não é elaborado em capa rígida. Somente trabalhos finalizados têm lombada. O interesse aqui é apresentar todos os aspectos que existem para elaboração de projeto de pesquisa e para trabalhos finalizados, como monografias, dissertações e teses. Atente-se ao que pede a instituição, a qual pretende apresentar o projeto de pesquisa.

A parte interna compreende os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Nos elementos pré-textuais constam a folha de rosto (opcional em certas instituições), listas de ilustrações, tabelas, abreviaturas e símbolos (quando necessário) e sumário. Dos elementos textuais fazem

parte a introdução, o desenvolvimento e a consideração final. Já os elementos pós-textuais compreendem as referências, glossário (opcional), apêndices e anexos (quando necessários). De acordo com a ANBT de 2018, para TCC e monografias, tornam-se opcionais as listas, os apêndices e os anexos. Segue o esquema 1 da estrutura de um projeto de pesquisa ou trabalho finalizado:



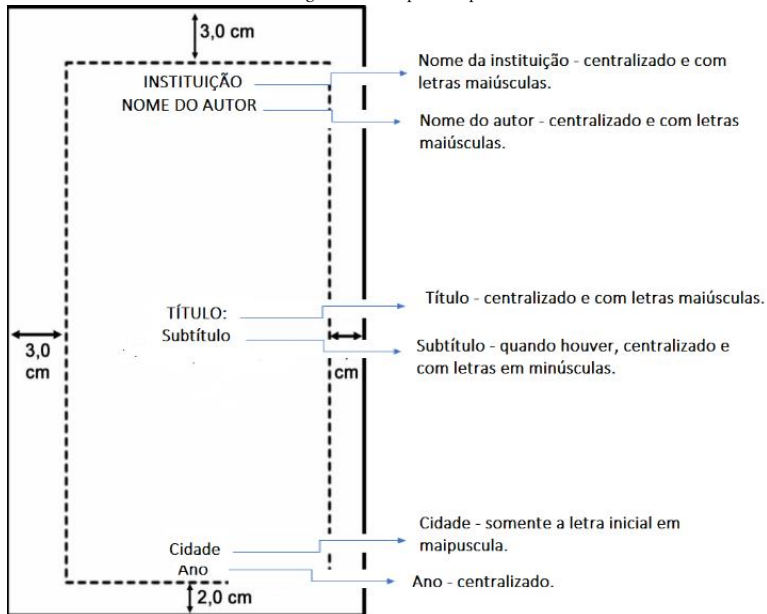
Fonte: Elaborado pela autora

Dando continuidade, a seguir será especificado cada elemento constitutivo da estrutura de um projeto de pesquisa ou de um trabalho finalizado.

1.6.4. Estrutura Externa: como visto no esquema, a estrutura externa compõe-se de dois elementos, ou seja, da capa e da lombada.

1.6.4.1. Capa - Geralmente consta o nome da instituição a qual se submete o trabalho, o nome do autor do projeto, o título do trabalho, local e ano. Observe Figura 1. É opcional o acréscimo de logotipo da instituição. Os afastamentos de margem são: 3 cm superior e esquerda e 2 cm inferior e direita. Pode sofrer alterações, a depender da instituição.

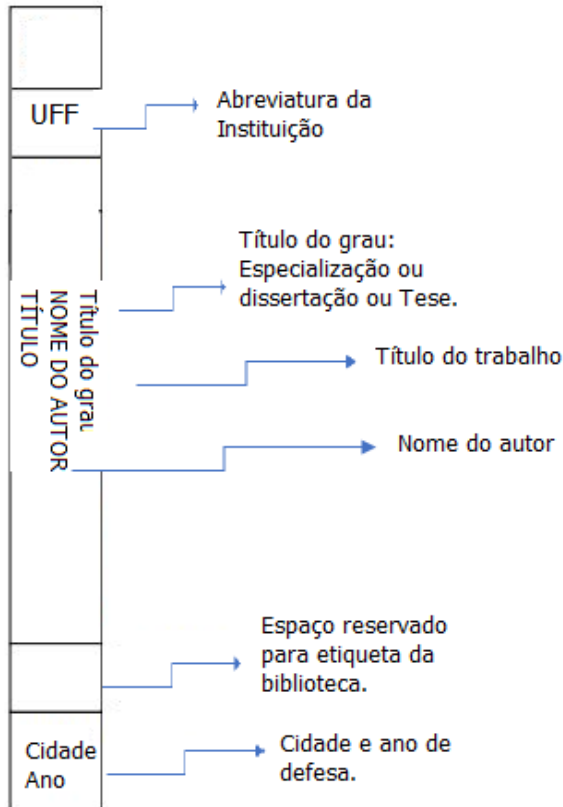
Figura 1 - Exemplo de capa



Fonte: Elaborado pela autora

1.6.4.2. Lombada – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É elemento obrigatório em pesquisa concluída. Observe Figura 2. Geralmente é utilizado em formato capa dura, quando a pesquisa já está pronta e acabada e o pesquisador vai submeter à instituição para defesa. Consta abreviatura da instituição, tipo do trabalho, nome do autor, título e ano.

Figura 2 – Exemplo de lombada



Fonte: Elaborado pela autora

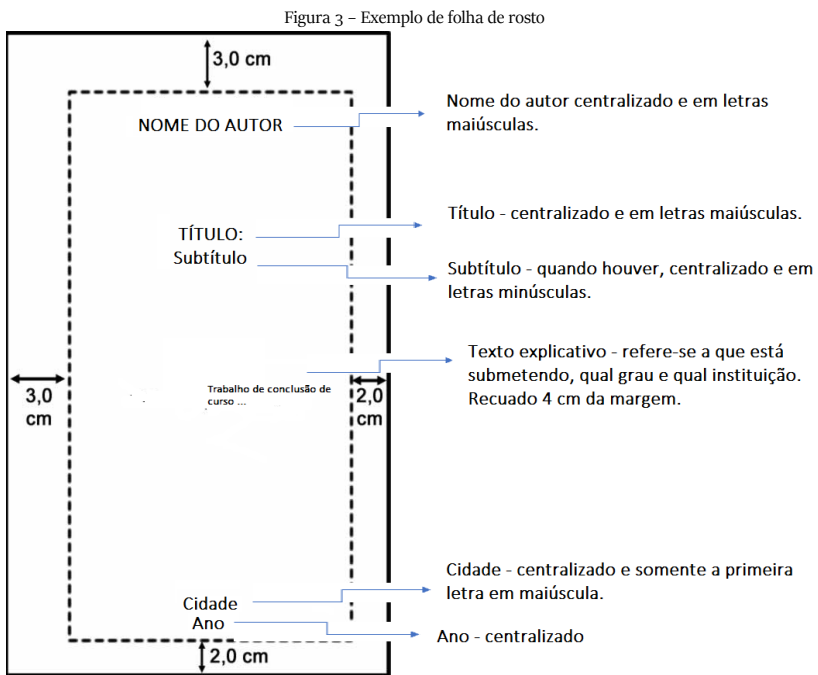
1.6.5. Estrutura Interna: como observado no esquema, a estrutura interna compõe-se de três elementos, ou seja, as partes pré-textuais, as partes textuais e as partes pós-textuais.

1.6.5.1. Elementos pré-textuais: compõem-se de folha de rosto; listas de figuras, tabelas, quadros, abreviaturas etc.; folha de aprovação; folha de dedicatória; folha de agradecimentos; folha de resumo na língua vernácula; folha de resumo na língua estrangeira e sumário.

OBS.: **Projeto de pesquisa** - compõem-se de folha de rosto e sumário.

OBS₂: Trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese – compõem-se de folha de rosto, listas de figuras, tabelas, abreviaturas e símbolos (quando necessário), folha de aprovação, dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), bem como resumo na língua materna e um resumo na língua inglesa ou francesa ou espanhola e o sumário.

1.6.5.1.1. Folha de rosto – é elemento obrigatório para trabalhos concluídos. Apresenta os mesmos elementos da capa, acrescida do tipo de grau a que concorre o pesquisador, ou seja, deve vir especificado em texto a parte para qual nível está submetendo o projeto de pesquisa. Observe Figura 3. Em projeto de pesquisa é opcional o nome de quem pretende orientação.



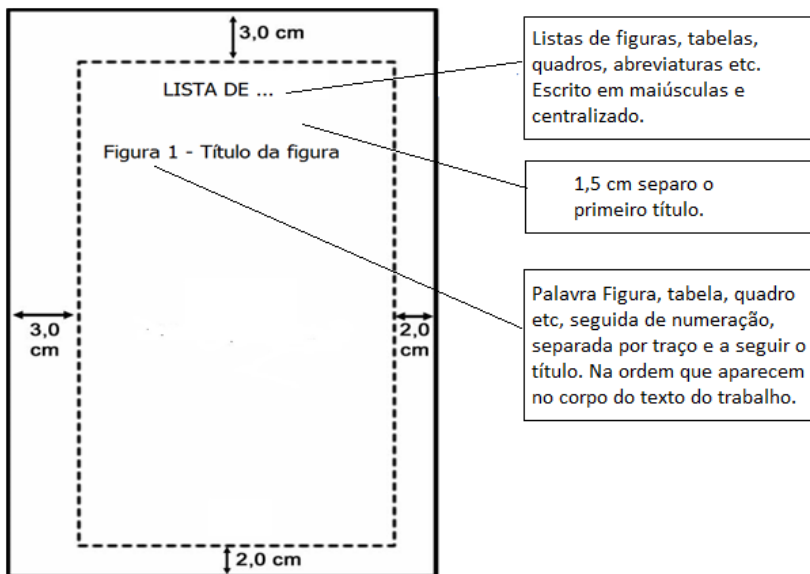
A folha de rosto é acompanhada por texto explicativo, no qual consta se é projeto de pesquisa ou trabalho finalizado – monografia, dissertação e tese –, nível pretendido ou finalizado. Esse texto não tem padrão fixo,

mas tem aspectos essenciais. Cabe a instituição estabelecer o seu. A seguir alguns exemplos:

- 1) Projeto de pesquisa apresentado ao curso de (Especialização, Mestrado, Doutorado) da (instituição a que se submete o trabalho) como requisito para o processo seletivo (especificar qual).
- 2) Trabalho de conclusão de curso, apresentado a banca examinadora, como requisito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura em (especificar o curso) da (instituição), sob orientação de (colocar o nome do orientador juntamente com a palavra professor e o grau máximo do mesmo).
- 3) Trabalho de Conclusão de curso, Dissertação de Mestrado/Tese de Doutorado em (especificar a área), apresentado a banca examinadora, como requisito parcial para a obtenção do título Especialista/Mestre/Doutor em (especificar) do curso de Pós-Graduação em (especificar) da (especificar a instituição), sob orientação de (colocar o nome do orientador juntamente com a palavra professor e o grau máximo do mesmo).

1.6.5.1.2. Listas de figuras, tabelas, siglas, abreviaturas etc. – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos. São elementos utilizados quando necessários. Observe Figura 4. Elaborado de acordo com a ordem que aparecem no texto, seguidos por numeração e título. Ao final colocar a página em que aparece. A listagem desses elementos é uma maneira mais prática de localizá-los no corpo do texto. Deve seguir o que está especificado pela ABNT NBR 14.724/2011 (BRASIL, 2011b).

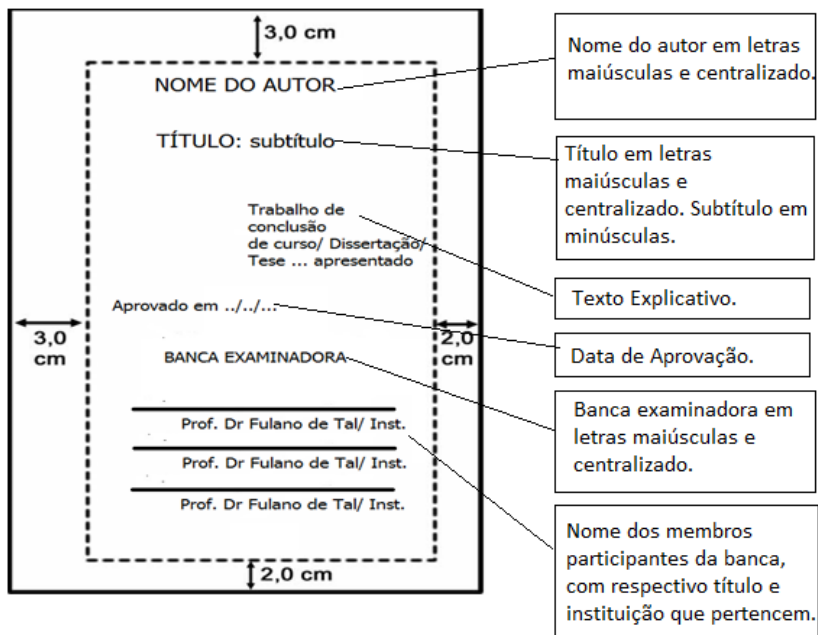
Figura 4 – Exemplo de folha de listas



Fonte: Elaborado pela autora

1.6.5.1.3. Folha de aprovação – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento obrigatório para trabalhos concluídos. Deve constar o nome do autor, título do trabalho, texto explicativo, nomes e titulação dos membros da banca a começar pelo orientador, instituição de cada um e local para assinatura dos mesmos. Observe Figura 5. A folha de aprovação não deve ser xerocopiada para anexar ao documento final, ou seja, cada exemplar deve conter uma folha de aprovação original. Para a versão eletrônica, a folha já assinada pelos membros da banca deve ser digitalizada e introduzida no trabalho final ser entregue na biblioteca.

Figura 5 – Exemplo de folha de aprovação



Fonte: Elaborado pela autora

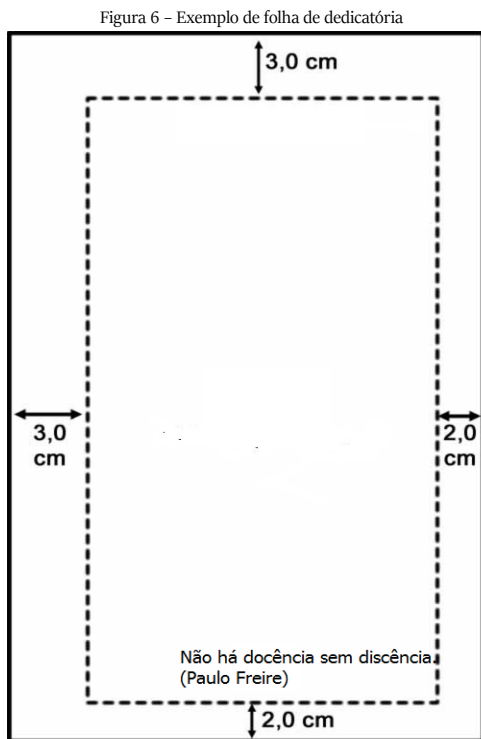
A formatação da folha de aprovação depende da instituição. Algumas instituições preferem especificar a folha de aprovação com suas características próprias. Ressalta-se que a ABNT NBR 14724/2011 (BRASIL, 2011b, p. 3) afirma que a folha de aprovação deve conter “os elementos essenciais à aprovação do trabalho”, tais como os explicitados acima. O texto explicativo fica a critério da instituição e cabe a ela elaborar o texto que melhor lhe convier.

1.6.5.1.4. Dedicatória – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos. Não deve constar a palavra dedicatória na folha. É um texto em que o autor homenageia alguém. Alguns autores optam por colocar uma epígrafe², ou seja, uma frase representativa do trabalho, podendo ser de algum autor de

²A epígrafe pode ser colocada no início de capítulos, utilizando-a para introduzir o assunto ou que diz respeito ao assunto tratado ou que serviu de motivação para o autor.

referência do texto. A dedicatória deve ser alocada ao final da folha, alinhada à direita. Geralmente o recuo utilizado é de 6 a 8 cm da margem esquerda e o espaçamento é simples.

Se o autor optar por epígrafe deve recorrer a frases curtas. Observe a Figura 6. A dedicatória, comumente, é escrita no mesmo formato de letra do texto, entretanto, pode ser escrita em formato diferente. Pode estar em *itálico* ou **negrito**. Se for homenagem a alguém deve iniciar-se com: Dedicado este trabalho à De preferência escrevendo o motivo a quem se dedica o trabalho.

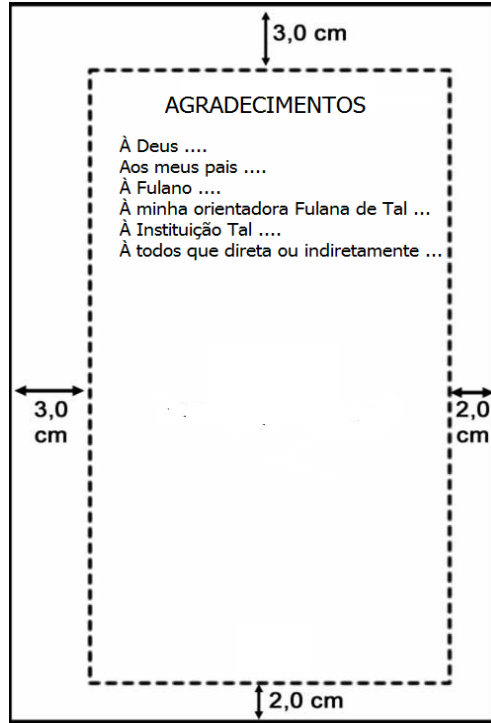


Fonte: Elaborado pela autora

1.6.5.1.5. Agradecimentos – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos. De acordo com a ABNT NBR 14724/2011 (BRASIL, 2011b, p. 1) é um “texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de

maneira relevante à elaboração do trabalho”. Geralmente, o autor faz agradecimentos aos participantes da pesquisa, aos pais, filhos, cônjuges, amigos etc. Observe a Figura 7. Se a pesquisa contou com financiamento de alguma instituição, seja pública ou privada, é essencial agradecê-la.

Figura 7 – Exemplo de folha de agradecimento



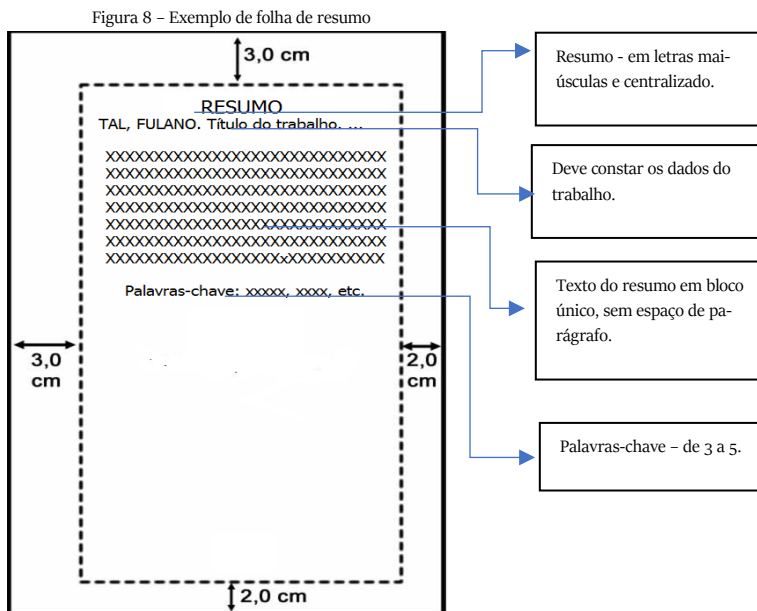
Fonte: Elaborado pela autora

Os agradecimentos ficam a critério do autor do trabalho, mas, se houve financiamento, deve-se agradecer a instituição financiadora. Em algumas instituições o agradecimento à instituição financiadora vem em folha à parte dos demais.

1.6.5.1.6. Resumo na língua vernácula (português) – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É elemento obrigatório somente para trabalhos concluídos. De acordo com a ABNT NBR 14724/2011 (BRASIL, 2011b, p. 4) é a “apresentação concisa dos pontos

relevantes de um texto, fornecendo uma visão rápida e clara dos conteúdos e das conclusões do trabalho”. Observe a Figura 8. Segundo a ABNT NBR 6028/2003 (BRASIL, 2003a), o resumo deve ser elaborado com extensão de 150 a 500 palavras, seguido de três a cinco palavras-chave representativas do trabalho. De acordo com a ABNT NBR 6028/2003 (BRASIL, 2003a, p. 1) palavra-chave significa uma “palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado”.

O resumo que se elabora em trabalhos concluídos é um resumo informativo. Segundo a ABNT NBR 6028/2003 (BRASIL, 2003a, p. 1) “informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original”. Nessa perspectiva, é importante manter a clareza e coerência com o trabalho realizado.

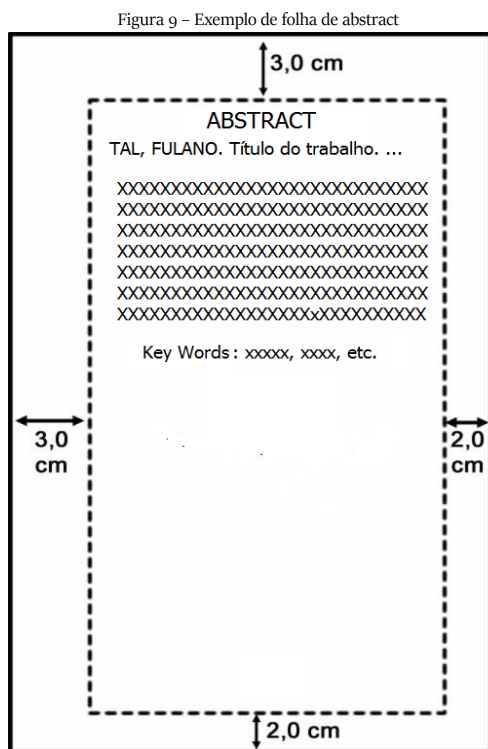


Fonte: Elaborado pela autora

Algumas instituições especificam o que deve constar no resumo, mas o essencial é ter aquilo que represente o trabalho como um todo. Antes da

escrita do resumo, o pesquisador deve colocar a referência bibliográfica do texto, o qual fez o resumo. É a última parte em um trabalho de pesquisa, pois é somente ao término da pesquisa e da escrita da mesma que o pesquisador pode escrevê-lo.

1.6.5.1.7. Resumo na língua estrangeira (inglês, francês, espanhol) – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É elemento obrigatório somente para trabalhos concluídos. Observe Figura 9. De acordo com a ABNT NBR 14724/2011 (BRASIL, 2011b, p. 3) é uma “versão do resumo do idioma de divulgação internacional”. Geralmente, no Brasil, o resumo é traduzido para a língua inglesa (abstract), mas há autores que optam em traduzir, também, em outras línguas, como o espanhol e o francês.

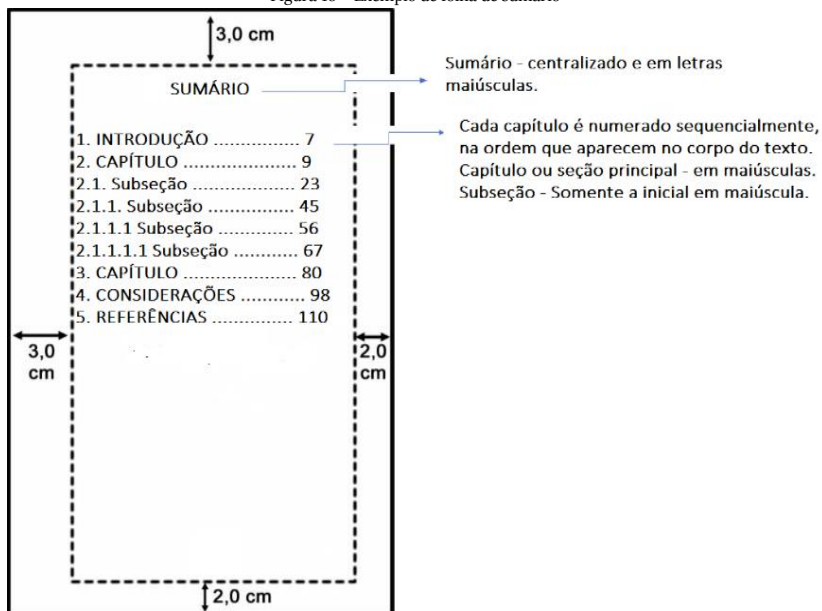


Fonte: Elaborado pela autora

A elaboração do abstract segue os mesmos critérios de elaboração do resumo na língua materna. Geralmente, é uma versão do que foi escrito. Às vezes, há a necessidade de se fazer pequenas alterações. Estas devem ser realizadas desde que não afetem o teor do resumo na língua vernácula. Cabe ao autor tomar a decisão do que realizar.

1.6.5.1.8. Sumário – elemento obrigatório em quaisquer trabalhos acadêmicos e projeto de pesquisa. É a enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele sucede, de acordo com a ABNT NBR 6027/2003 (BRASIL, 2003b). Observe a figura 10. A apresentação da paginação deve vir logo a seguir, separada por pontos até alcançar o final do sumário. Utiliza-se a colocação da página inicial de cada elemento do texto, seja ele capítulo, tópico, seção ou subseção. É o último elemento pré-textual.

Figura 10 – Exemplo de folha de sumário



Fonte: Elaborado pela autora

1.6.5.2. Elementos textuais: compõem-se de introdução, desenvolvimento e considerações finais.

1.6.5.2.1. Introdução – elemento obrigatório em qualquer trabalho acadêmico. Deve constar o problema de pesquisa; as hipóteses ou perguntas norteadoras (quando houver); os objetivos; a justificativa; resumo do embasamento teórico, da metodologia e das considerações finais. A introdução, geralmente, é a penúltima parte do trabalho, ou seja, ela deve ser realizada após o término da pesquisa. Finalizado todo o texto, o autor deve lê-lo e realizar a escrita da introdução. Como um resumo do texto, a introdução apresenta um panorama da pesquisa realizada, local onde qualquer leitor pode entender o que foi desenvolvido.

Não existe limite de páginas para a escrita da introdução. Entretanto, o pesquisador deve ater-se ao essencial. Nada de expandir conceitos, citações ou outros elementos que prejudique a apresentação da pesquisa. Geralmente, abre-se a introdução abordando o tema que foi estudado, aspectos relevantes, lacunas existentes e qual dessas o pesquisador sanou. Uma introdução não deve ser longa, tampouco curta demais. Alguns pesquisadores optam por colocar a motivação que o levou a desenvolver a pesquisa. Outros optam por contar um pouco da trajetória acadêmica e profissional até chegar à pesquisa. E há, ainda, outros que optam por apresentar o autor de base da pesquisa, ou seja, aquele autor que suscitou a resolução da pesquisa e auxiliou o pesquisador a analisar e discutir os resultados. De qualquer forma, cabe somente ao pesquisador como vai desenvolver a introdução, não esquecendo os elementos essenciais.

1.6.5.2.2. Desenvolvimento – elemento obrigatório em qualquer trabalho acadêmico. Deve ser dividido em seções, tópicos ou capítulos para facilitar a apresentação do corpo do texto. Não existe regras sobre a quantidade ou sobre quantas partições terá o corpo do texto, mas supõem-se que terão quantas partes forem necessárias para a explicação de conceitos essenciais, de análises dos dados, de resultados e discussões, entre outros, que se fizerem imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. As partes essenciais que não podem faltar no desenvolvimento de uma

pesquisa são: o referencial teórico, a metodologia de pesquisa, a análise e discussões sobre os dados coletados e os resultados encontrados.

1.6.5.2.3. Considerações finais³ – elemento obrigatório em qualquer trabalho acadêmico. Deve constar no seu teor se o pesquisador alcançou os objetivos e se respondeu ao problema de pesquisa, resultados encontrados, lacunas deixadas e futuras pesquisas.

1.6.5.3. Elementos pós-textuais: compreendem as referências, glossário (opcional), apêndices e anexos (quando necessários).

1.6.5.3.1. Referências – elemento obrigatório em qualquer trabalho acadêmico. Consiste em um “conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual”, de acordo com a ABNT NRB 6023 (BRASIL, 2018a, p. 3). É composta por elementos essenciais e, quando necessário, elementos complementares.

Conforme a ABNT NRB 6023/2018, houve modificação na forma de apresentação, deixando de ser espaço duplo entre as mesmas para ser simples. Assim sendo, “as referências devem ser elaboradas em espaço simples, alinhadas à margem esquerda do texto e separadas entre si por uma linha em branco de espaço simples” (BRASIL, 2018a, p. 5). Observe a Figura 11.

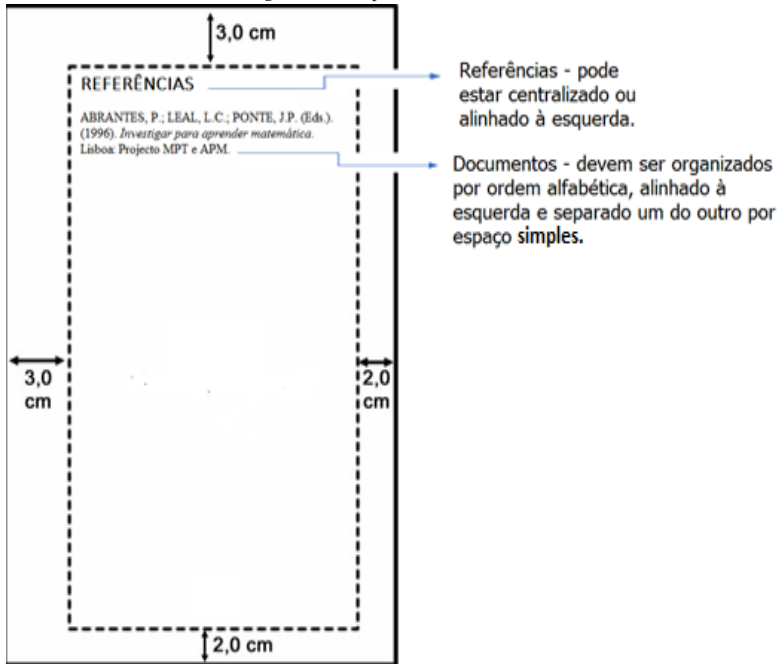
Deve-se padronizar o recurso tipográfico para o destaque das referências, ou seja, o recurso que o pesquisador vai utilizar para dar destaque ao elemento principal da referência, ou seja, ao título do documento, do periódico, de anais etc. Para o destaque desses elementos podem ser utilizados **negrito**, *itálico* ou sublinhado, mas apenas um. A opção é do autor ou da instituição, a qual ele faz parte. Geralmente, algumas instituições têm regras a esse respeito, ou seja, optam por um padrão para a realização do destaque, por isso fique atento!

Outro aspecto relevante é a apresentação do nome dos autores, que é o responsável pela produção intelectual ou artística do documento. Sua

³ Optou-se por considerações finais e não por conclusão, por entender que um trabalho de pesquisa nunca está finalizado, sempre haverá algo para continuá-lo no futuro.

apresentação vem com o último sobrenome em caixa alta, seguido pelas iniciais do restante do nome do autor ou pode vir acompanhado do primeiro nome por extenso e o restante abreviado ou, ainda, todo o nome por extenso. Isso é opção do pesquisador. É interessante padronizar qual estilo vai seguir. Nada de colocar todos os formatos!

Figura 11 – Exemplo de folha de referências



Fonte: Elaborado pela autora

1.6.5.3.2. Glossário – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos, mas recomendável para trabalhos muito técnicos. Dessa forma, glossário é uma lista de termos pouco conhecidos, expressões técnicas de uso restrito à uma área, que vem acompanhada da respectiva definição, para esclarecimento ao leitor. Deve ser organizado em ordem alfabética, alinhado à esquerda e espaço simples entre os termos. A palavra glossário deve estar centralizada. Deve ser utilizado, quando necessário, somente para trabalhos concluídos.

1.6.5.3.3. Apêndices – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos, mas recomendável para trabalhos que contenham documentos produzidos pelo autor. Portanto, apêndice é um documento criado pelo autor ou pesquisador. Deve ser identificado pela palavra APÊNDICE precedido de uma letra do alfabeto (utilizar a ordem alfabética), seguido de traço e o título do documento. Deve ser utilizado, quando necessário, somente para trabalhos concluídos.

1.6.5.3.4. Anexos – é um elemento não existente para projeto de pesquisa. É um elemento opcional em trabalhos concluídos, mas recomendável para trabalhos que contenham documentos reproduzidos de outro autor, ou seja, que não é de autoria do pesquisador. Nessa perspectiva, anexo é um documento criado por outros autores e que foram utilizados em uma pesquisa. Deve ser identificado pela palavra ANEXO precedido de uma letra do alfabeto (utilizar a ordem alfabética), seguido de traço e o título do documento. Deve ser utilizado, quando necessário, somente para trabalhos concluídos.

1.6.5.3.5. Cronograma – é um elemento obrigatório em projeto de pesquisa. Não existente em trabalhos concluídos. Estabelece um planejamento com datas e atividades determinadas pelo pesquisador a serem executadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, é um plano de ações com etapas a serem seguidas para o desenvolvimento da pesquisa. É um elemento que serve para organizar o tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa. Não existe uma forma universal de desenvolver um cronograma, por isso, atente-se ao que pede a instituição a qual o trabalho se destina.

O cronograma é desenvolvido em formato de tabela. Esta deve ser clara e objetiva, em que se cruzam as etapas ou fases com os meses que se tem para a implementação da pesquisa. É uma forma esquemática de realização da pesquisa, elaborado pelo autor, e não deve ultrapassar uma página. Observe a Figura 12. As etapas ou fases ficam a critério do pesquisador ou da instituição a qual será submetido o projeto. Não esqueça de

colocar a etapa inicial e final no cronograma e atente-se para o prazo final de desenvolvimento da pesquisa.

Geralmente, monografias e trabalhos de conclusão de curso têm prazo de seis meses a um ano para o desenvolvimento. Para as dissertações o prazo é a partir da entrada no programa até o final, ou seja, de um ano e meio a dois anos para seu término. Já para as teses o prazo estende-se para quatro anos ou quatro anos e meio. Para as pesquisas lato sensu e stricto sensu não é computado nesses prazos a elaboração do projeto de pesquisa, pois ele é pré-requisito para entrada em um programa de pós-graduação. Já para os trabalhos de conclusão de curso e monografias, o projeto está incluído no prazo estipulado para o término.

Figura 12 - Exemplo de cronograma

FASES/MESES	mai	jun	jul	ago	set	out
1) Entrega do anteprojeto						
2) Elaboração dos pressupostos teóricos						
3) Elaboração da metodologia						
4) Aplicação e coleta de dados						
5) Análise dos dados						
6) Elaboração da conclusão e da introdução						
7) Entrega do TFC						

Fonte: Elaborado pela autora

1.6.5.3.6. Orçamento - é um elemento obrigatório em projeto de pesquisa. Não existente em trabalhos concluídos. Estabelece os gastos que o pesquisador terá para executar a pesquisa. Os gastos podem ser divididos entre custeio e capital. Os gastos de Capital são entendidos como aqueles para compra de equipamentos, isto é, bens duráveis e materiais permanentes. Os gastos de custeio são entendidos como aqueles para despesas de implementação do projeto, ou seja, material de consumo e serviços de terceiros. Está implícito nesses gastos as despesas de viagens e diárias de acomodação para apresentação de trabalhos em eventos.

Assim como o cronograma, o orçamento também é apresentado em formato de tabela que deve ser clara e objetiva e não ultrapassar uma página. Quando houver necessidade, deve trazer o valor unitário dos itens

que serão adquiridos em maior quantidade. Observe Figura 13. Na elaboração do orçamento, o pesquisador deve pensar e avaliar o cálculo aproximado das despesas com viagens. Entretanto, para o restante, ele pode realizar pesquisa orçamento e escolher qual é o melhor local para adquirir os equipamentos e materiais. Quando o pesquisador recebe bolsa de agência financiadora é necessário realizar, pelo menos, três avaliações para comprar o material. Outro aspecto importantíssimo para colocar no orçamento é o custo com revisão e editoração do trabalho concluído.

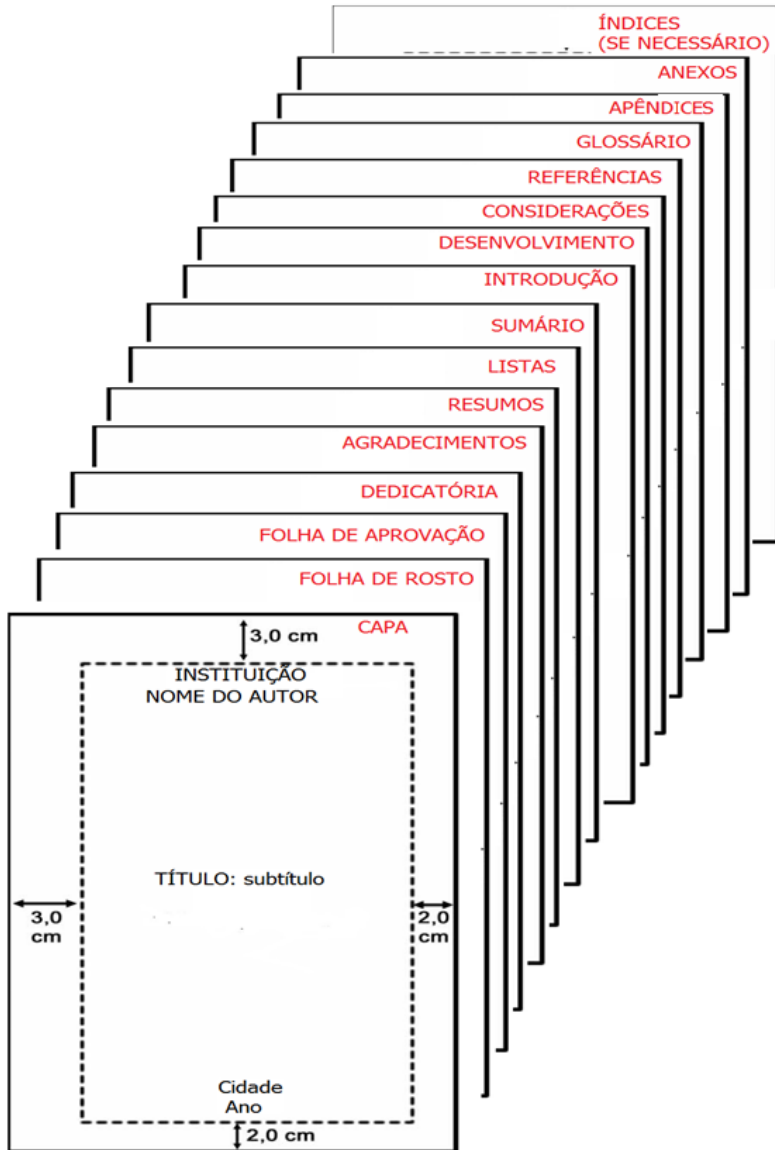
Figura 13 - Exemplo de orçamento

ELEMENTO DE DESPESA	Valor específico	Valor geral
Material de consumo	R\$ 100,00	
Remuneração de serviços pessoais	R\$ 100,00	
Outros serviços e encargos	R\$ 100,00	
SUBTOTAL DE CUSTEIO		R\$300,00
Equipamentos e material permanente	R\$ 2000,00	
Material bibliográfico	R\$ 200,00	
SUBTOTAL DE CAPITAL		R\$ 2200,00
TOTAL		R\$ 2500,00

Fonte: Elaborado pela autora

Após a finalização do projeto de pesquisa, escolha uma instituição e parta para a disputa com outros concorrentes. É uma disputa acirrada, mas que, ao final, trará a gratificação com os resultados encontrados. Não se desespere e procure mostrar tudo que sabe à banca examinadora. O importante é saber se portar, falar com calma e clareza, expondo seus objetivos e metas a serem alcançadas. É essencial, também, ter o conhecimento do referencial teórico, no qual os representantes da área sejam citados, tal qual, a legislação, se existir, a respeito do tema pesquisado.

Visão geral do trabalho concluído:



Capítulo II

A escrita científica e o pesquisador

2.1. A linguagem escrita e falada



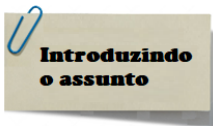
A linguagem escrita e falada é a capacidade que o ser humano tem para interagir com seus pares. Escrever parece ser um ato tão simples, comum na vida cotidiana. Ainda mais, atualmente, com a utilização da internet que permite um diálogo constante entre amigos, parentes e vizinhos próximos ou distantes. Inúmeros recados são mandados todos os dias. Você já parou para pensar o quanto se escreve atualmente? E-mail, WhatsApp, Instagram, Tumblr, Twitter, entre outros meios de comunicar-se virtualmente com as pessoas. Agora pense e responda: você realmente escreve? Ou melhor, você pensa para escrever sobre aquilo que quer escrever? Acredito que não. A escrita acontece naturalmente, desde que a pessoa seja alfabetizada na linguagem escrita e falada.

Uma primeira pergunta: você sabe o que é escrever? É lógico que você respondeu que sim! Se você está lendo esse livro é porque sabe fazê-lo e, conseqüentemente, sabe também escrever, mesmo que possa não ser a norma culta da língua portuguesa. A língua portuguesa é a linguagem utilizada pelos brasileiros, com algumas variações da língua portuguesa falada e escrita em Portugal. É óbvio que você já sabia disso! Nada tão complicado de entender. Já a norma culta da língua portuguesa refere-se aos padrões exigidos para escrever e que define o idioma utilizado pelas pessoas em um determinado país.

No Brasil é utilizada a norma culta da língua portuguesa, originária de Portugal com alterações próprias e regionais. Na linguagem falada admite-se os regionalismos, em que algumas palavras adquirem traços marcantes da localidade. Entretanto, na linguagem escrita é preciso um pouco mais de atenção, principalmente em trabalhos acadêmicos científicos. É a norma culta que se aprende nas instituições de ensino. É lógico que, ao escrever, haja atenção e respeito aos padrões linguísticos. Assim, há um emaranhado de regras que compõem a linguagem escrita. Evidentemente, alcança-se a perfeição com revisão ortográfica.

Agora atente-se para a etimologia da palavra escrever. Escrever vem da palavra latina *scribere* que tem significado de marcar com estilo. Sendo assim, escrever significa a representação gráfica daquilo que se fala. Essa representação gráfica – que é formada por letras, números e símbolos – compõe-se de alguns caracteres que foram estabelecidos para elaborar a linguagem escrita. Você pode estar pensando, como surgiram esses caracteres que são utilizados atualmente. Isso é uma longa história! Legado de várias culturas passadas pelo planeta Terra. Os primeiros símbolos consistiam em ideogramas e pictogramas. Sabe o que significam?

Ideograma é um símbolo gráfico que expressa a ideia daquilo que foi falado ou pensado. Atualmente, algumas línguas utilizam o ideograma, tais como as originárias da cultura oriental. O pictograma é um desenho ou pintura rupestre, que é a forma mais rudimentar de representação e manifestação de escrita. Esses desenhos continham cenas e acontecimentos vividos pelos seres humanos na pré-história ou Antiguidade. Em suma, **pictograma é uma imagem ou desenho de algo ou alguém e ideograma é um símbolo.**



Com o passar dos tempos esses ideogramas multiplicaram-se e ficava complicado a comunicação com tantos símbolos criados. Afirma-se que a fonética – som atribuídos aos caracteres – surgiu com os fenícios e possuía 22 letras. Séculos depois, os gregos aprimoraram esses caracteres. Para simplificar, surge os hieróglifos. Era tida como uma escrita sagrada, em que

somente os sacerdotes, a realeza e os escribas sabiam como grafá-los e lê-los. Sua base de escrita era cuneiforme, aliando símbolos gráficos e desenhos.

O alfabeto latino ou romano, com escrita alfabética, é o mais utilizado no mundo. Logicamente, o alfabeto da língua portuguesa está incluído. É claro que você sabe que ele é composto por 26 letras, ordenado e sistematicamente utilizado com as 23 letras latinas mais o k, w e o y. Voltando ao assunto da escrita, como você pode ver, há uma série de características que viabilizam a escrita da norma culta da língua portuguesa. Complicado? Talvez. Mas nada que seja impossível de realizar. Basta seguir certos cuidados e não utilizar a língua falada. Como diz o ditado: falar é fácil, difícil é escrever!

Quando o pesquisador se encontra diante de uma folha em branco, ele sente a necessidade de escrever. Entretanto, como começar? O que vem primeiro? Qual lógica seguir? Tudo isso vai do bom senso do pesquisador. Freire (2003) já alertava para o pensar certo e para isso é necessário leitura crítica e reflexiva. Segundo o autor, para pensar certo é necessário respeitar os conhecimentos gerados e difundidos pela humanidade, aqueles aos quais o pesquisador se apropria para escrever seu texto. Pense que escrever não é fácil, tampouco difícil. É um caminho para apresentar aquilo que foi descoberto na jornada investigativa. Cumpre, assim, discutir com os autores os rumos do texto que é escrito. Escrever, por assim dizer, é discutir com os autores a realidade concreta, sobre a qual o pesquisador encontrou alguma lacuna e que busca saná-la.

2.2. A síndrome da folha em branco



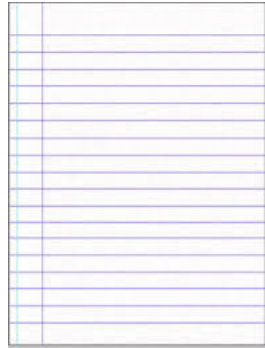
Imagine agora que você está diante de uma folha, totalmente em branco. Inúmeros pensamentos surgem, indagações consigo mesmo, tais como: como começar, o que abordar, que autores apresentar, que caminhos seguir etc. Talvez você seja aquele tipo de pessoa que diante de um obstáculo busca

uma solução apropriada ou seja daquele tipo que um obstáculo bloqueia suas iniciativas. Pare e pense o que é preciso resolver. O que fazer quando há a necessidade de escrever? Alguns pesquisadores levam alguns segundos para começar a escrever, outros levam algumas horas e outros alguns dias. Tudo vai depender daquilo que se quer escrever. É um assunto que se conhece ou não? É algo que se envereda com o intuito de buscar novas soluções? A depender do assunto existe certa influência em discorrer ou não. Tudo que já se sabe, é mais fácil escrever. Entretanto, tudo que se sabe, pode ser que todos também saibam e não há necessidade em escrever.

Em frações de segundos toma-se uma atitude para iniciar a escrita. Uma folha em branco assusta alguns escritores ou permite que a criatividade flua. Há pessoas que acreditam não serem capazes de escrever. Todos têm condições

para tal feito! O que é essencial é ter leitura sobre o que escrever. Quanto mais, melhor. A escrita fluente ou não tem a ver com aquilo que ela representa para o escritor. Tem a ver, ainda, com as experiências exitosas em relação a própria escrita. Nessa lógica, o ato de escrever não é algo tão simples, pois traz as representações, concepções e percepções do escritor com sua escrita.

A escrita tem seus encantos, facetas invisíveis que afloram diante da folha em branco. Tem desafios que resvalam no escritor e que podem impedi-lo de desenvolver seu raciocínio lógico para uma escrita clara, coesa e precisa. A escrita figura como uma das atividades humanas que concatenam criatividade, expressividade e imaginação. Além disso, existe a intencionalidade e a materialidade sobre o que se escreve. Goulart (2012) sinaliza que a produção textual acontece na complexidade de um emaranhado de ações e de relações. Escrever não é um ato solitário como muitos podem pensar. A escrita envolve diferentes “outros” que participam com suas ideias da construção de um texto. Escrever é fazer uma imagem do



que se pensa e apresentá-la a quem lê. Assim, o texto nasce na cabeça do escritor e toma forma na folha em branco. Personifica-se pelo enredo criado pelo escritor para dar forma visual às borbulhas do pensamento.



De acordo com Koch (2003) o texto passa a ser tratado como produto, ou seja, passa a ser abordado em seu processo de construção e planejamento. Consequentemente, um texto nunca é definitivo e, portanto, não se encontra fechado. Um texto abre caminhos para novas propostas de diálogo com outros autores e leitores. O texto é resultado parcial de memórias ancoradas na estrutura cognitiva do escritor. Nessa lógica, a produção textual é “[...] uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e de escolha de meios adequados à realização dos objetivos, [...]” (KOCH, 2003a, p. 26). Mas o que significa isso? Significa que o texto é uma atividade intencional, já que tem a intenção de apresentar um conteúdo a alguém. Dessa maneira, o escritor tem a intenção de dar a compreender ao leitor os propósitos do texto.

Consequentemente, quando o escritor se encontra diante de uma folha em branco, ele encontra-se consigo e, ao mesmo tempo, com diferentes autores que compõem a sua memória a respeito do assunto abordado no texto. A escolha de cada palavra envolve sentimentos, crenças e concepções sobre o que se escreve. Cabe ao escritor, restaurar a vivacidade contida em cada palavra e dar vida ao texto. A palavra passa a ser portadora de conteúdo e, por isso, torna-se viva. O que o escritor não pode, em hipótese alguma, é coisificar a palavra! Isso a reduziria a um objeto. A palavra deve estar repleta de significado e sentido.

O processamento textual é estratégico (KOCH, 2003b). Trata-se de modelos construídos ao longo da vida do escritor, determinando modelos como uma rede de estruturas complexas de conhecimento armazenadas no pensamento. Representam as experiências vivenciadas em um grupo sociocultural distinto, mesclado por diferentes outros grupos ou povos que são a base dos processos conceituais. A competência sociocomunicativa é

desenvolvida por aquilo que o escritor ou falante entende ser adequado ou inadequado expor e essa competência leva a elaboração de diferentes tipos de texto. Cabe, portanto, ao escritor escolher qual estilo percorrer para apresentar seu texto e expor suas ideias.

Você pode estar se perguntando o que é competência sociocomunicativa. A competência sociocomunicativa seja de falantes ou ouvintes tem por base a capacidade metatextual – que é uma atividade realizada pelo ser humano que trata o texto como um objeto de análise – para construir e interpretar textos. Essa capacidade aumenta, à medida que aumenta o contato com diferentes gêneros textuais. Sendo assim, o escritor ou falante possuem competência sociocomunicativa, permitindo-os reconhecer aquilo que é adequado a um dado evento comunicativo, bem como identificar diferentes gêneros textuais, ainda que intuitivamente.

Essa competência sociocomunicativa leva ao conhecimento acerca das estratégias de construção e interpretação de textos, possibilitando identificar os tipos textuais predominantes em um dado texto, no qual pode prevalecer seqüências de caráter narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo e expositivo. Acha que complicou? É lógico que escrever não é algo fácil, tampouco impossível. Compete ao escritor fazer escolhas e essas serão a base para a produção textual. Existem inúmeros caminhos para construir um texto e somente o escritor pode realizar essa opção.

Entretanto, fica um alerta: não escreva palavras rebuscadas, tampouco floreadas. Utilize dicionários somente para clarificar conceitos. Utilize recursos simples, coerente e coeso que torne o texto claro e de fácil entendimento para o leitor. É importante lembrar que qualquer pessoa pode ler o texto. Você pode observar-se diante da folha em branco? Diante dela organize suas ideias, planeje o texto nos mínimos detalhes e supere a possível dificuldade de começar a escrever. Lembre-se para escrever é necessário ler. Leitura e escrita andam de mãos dadas para a transformação do escritor.

2.3. A síndrome do superego



Imagine uma situação completamente oposta à síndrome da folha em branco. Nessa situação o escritor tem que estar atento e saber discernir o que é importante escrever. É claro que ao escrever tudo ou quase tudo torna-se importante, aos olhos do escritor. A cada aspecto que escreve, acrescenta algum ponto que acha interessante e acaba por realizar uma colcha de retalhos de diferentes ideias, às vezes incompatíveis entre elas. O escritor lê tudo, sabe tudo e escreve sobre tudo. Triste ilusão! A folha torna-se repleta de palavras reagrupadas ou reorganizadas de acordo com aquilo que o escritor acha ser o correto. São simplesmente sequências vazias e talvez sem precisão textual. O tema aborda com certa imprecisão e a coesão apresenta-se superficial, com desorganização em relação aos níveis de sentido e significado do texto.

Talvez você esteja pensando que é um absurdo ter uma folha cheia, repleta de uma produção textual vazia e reticulada. Entretanto, escrever é mais que iniciar um texto. É dar a conhecer aquilo que se escreve de forma clara, coesa e coerente. Na verdade, escrever é mais que escolher palavras e caminhos para a estruturação de um texto. Escrever é dar vida as palavras. É fazer ou possibilitar que o leitor queira ler e goste daquilo que lê. Portanto, escrever envolve afinidade com o tema e, ao mesmo tempo, uma relação afetiva com o que é escrito. Nessa lógica, a escolha das palavras é crucial para considerar a dimensão socioafetiva que envolve texto e o planejamento dessa escrita é pré-requisito para a harmonia textual.

O que significa uma palavra? Na língua portuguesa, uma palavra é o conjunto de letras ou sons, juntamente com a ideia do que essa palavra evoca e tem como função representar parte do pensamento humano. De acordo com Goulart (2012, p. 406):

Ao descrever um pouco a relação que o autor estabelece com e sobre a sua produção escrita, foi possível observar duas questões que marcam esta proximidade com as palavras: uma que aponta para um relacionamento permeado

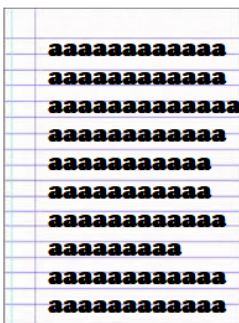
de representações para se defini-la e compreendê-la; outra que indica que as palavras se consolidam pelas ações, sejam estas do autor ou do leitor, numa atividade de construção e de produção incansável de sentidos, uma vez que, segundo Sartre (1999, p. 19), “existe a palavra vivida e a palavra encontrada. Mas nos dois casos isso se dá pela atividade, seja de mim sobre os outros, seja do outro sobre mim.”

Diante disso, o escritor encontra-se em um embate entre aquilo que quer escrever e aquilo que é possível escrever para que o texto seja vivo e dinâmico. O escritor tem que se tornar íntimo das palavras e com elas construir o texto.



Pense em um escritor com a imaginação fértil e que quer desenvolver um texto sobre algum assunto. O que ele faz? Põe em prática suas ideias e concepções a respeito do que seja escrever e planeja seu texto. Por um lado, ele sabe que tem que deixar claro o que escreve de forma que o leitor, qualquer que seja, consiga usufruí-lo. Por outro lado, a ânsia em escrever impulsiona-o a elaborar um texto rico de vivências e experiências, com as quais acredita dar um caráter criativo ao mesmo. Advém que o fenômeno ou o ato de escrever envolve muito mais que pôr em prática a escrita. Acontece uma intertextualidade que influencia o ponto de partida e o de chegada na elaboração do texto.

Mas o que é intertextualidade? A intertextualidade nada mais é do



que a influência e a relação que um ou mais textos exerce sobre o outro. É um processo que ocorre quando o escritor produz um texto, abordando outras produções em suas referências explícitas ou implícitas. É, por assim dizer, um diálogo entre autores. A intertextualidade só faz sentido quando outros textos conseguem dialogar com o texto base, enriquecendo e acrescentando ao repertório sociocultural do escritor. Entretanto, realizar uma colcha de retalhos não significa propiciar esse diálogo.

E o que é esse tal de texto base? O texto base é aquele que o autor escreve sem interferência de outros autores. É a referência daquilo que o autor sabe sobre algum assunto. É o apoio que norteia a escrita do escritor. Dessa maneira, retirando as citações de outros autores, sobra a ideia intelectual do autor que compõe a produção textual. Sem ele o texto não tem sentido. Assim, alinhar a intertextualidade faz parte dessa construção que definirá a coesão e a coerência textual. A coesão textual é um fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos se encontram interligados entre si para a formação de sentido ou sequências de sentidos (KOCH, 2003a). Já a coerência textual diz respeito ao modo como os elementos linguísticos se constituem como veiculadores de sentido na mente do leitor (KOCH, 2003a). Nessa lógica, é constatado que há uma zona de interseção entre a coerência e a coesão, a qual torna o texto claro e preciso. Todavia a coesão não é condição para que haja coerência.

A produção efêmera de um texto provoca inúmeras consequências desastrosas. O escritor incapaz de dar uma sequência textual, produz retalhos organizados e reestruturados com suas ideias, prejudicando o entendimento dele. Quantos textos já foram lidos, pelo quais não há entrosamento, tampouco entendimento por parte do leitor. Muitos vão dizer que é falta de base do leitor. Outros vão afirmar que falta conhecimento científico. Outros, ainda, vão conjecturar que o texto não está ao alcance do leitor. Então, para que escrevê-lo? Para que produzir um texto com o qual apenas uma parcela mínima vai compreendê-lo? Escrever é possível, desde que haja prudência e respeito ao leitor.

2.4. A síndrome da lixeira cheia



Imagine um terceiro escritor que tem a missão de escrever um texto. Esse autor prima por um texto harmonioso, coeso e coerente com suas ideias. Lê muito e escreve sobre o que lê. Inúmeras produções vão surgindo e contextualizando-se em textos. Entretanto, esse escritor nunca está satisfeito

com aquilo que escreve e seu impulso é o descarte do que escreve. A lixeira, rica de ideias, transborda ao fundo da sala, mas o escritor sente-se vazio e frustrado. O que acontece? Como modificar essa concepção? A exigência exagerada pela perfeição, ou melhor, o perfeccionismo não resulta em diálogo com os outros autores. O perfeccionismo bloqueia a beleza da escrita. Não se quer dizer com isso que o texto deva ser mal organizado, sem lógica ou reticulado. Muito pelo contrário! Nada é viável ou possível de ser considerado satisfatório para o escritor.



Em um texto há certas ligações que o compõem como uma produção. Há uma vizinhança que une cada palavra e estrutura o texto. De acordo com Foucault (1999) é conveniente as aproximações, os toques, as misturas que evidenciam o início e o final de algum assunto. Assim, “[...] a vizinhança não é uma relação exterior entre as coisas, mas o signo de um parentesco [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 23). Nessa lógica, a conveniência é uma semelhança ligada pelo espaço da forma e da justaposição das palavras que englobam o texto. Implica, portanto, ao escritor perceber que forma ele almeja para seu texto.

Mas você pode estar se perguntando, quando um texto está pronto, isto é, quando o escritor pode ficar satisfeito com aquilo que escreve? Essa resposta é complicada de ser dada. Cabe a cada autor e somente a ele, por intermédio da sua experiência, perceber a beleza de seu texto. Pode, ainda, pedir a opinião de outras pessoas a respeito do texto ou, mais ainda, solicitar o aval de um técnico especializado. Geralmente, um texto após ser considerado pronto pelo autor deve ser mandado para um técnico que realize a revisão ortográfica e, ao mesmo tempo, realize a revisão no que concerne às normas da ABNT, aspecto essencial para trabalhos acadêmicos.

É constatado que o que denota um texto acadêmico científico é o seu objeto, ou seja, aquilo que ele veicula como resultado de alguma investigação científica. Sendo assim, o que deve refletir esse texto? Naturalmente os resultados, os quais devem ser apresentados como rigor exigido pela

academia. Além disso, apresentar uma perspectiva crítica e reflexiva, elaborada pelo autor do texto. Diante disso, ocorre uma preocupação constante com a objetividade que o texto apresentará. A objetividade é uma das qualidades impostas à ciência. Atua juntamente com o rigor e a verdade. E o que seria objetividade? Pode-se afirmar que objetividade é um conceito que diz respeito à característica do conhecimento sobre a realidade e que se confunde com a própria realidade. Nesse contexto, objetividade tem a ver com “fazer ciência” e é requisito para a legitimidade e credibilidade dos resultados encontrados.



De acordo com Costa e Krüger (2003, p. 2, grifos dos autores):

objetividade designa **a pretensão** que define a ciência como conhecimento (adequar-se ao seu objeto, sendo desse modo um saber verdadeiro), **o modo** de garantir essa pretensão (o controle intersubjetivo) e **a condição** para exercitá-la (a superação dos elementos de valor puramente pessoal). Ainda de acordo com Cupani (1989), “uma afirmação é ‘objetiva’ se – e à medida que – atinge seu objeto, vale para todos e não se prende a peculiaridades pessoais” (p. 18).

É fato que o escritor ou pesquisador não se exime de responsabilidades quando divulga seus resultados. Portanto, ele deve incluir a dimensão ética, o que o impossibilita de criar ou falsear dados para obter os resultados que ele acredita serem verdadeiros. Um grande aspecto ao escritor é a humildade em reconhecer seus limites e seus erros e, ao mesmo tempo, suas facilidades e sua coragem ao divulgar seus resultados.

O que está em voga é a escrita, portanto, é essencial escrever. Não desanime no primeiro impasse, não subestime às primeiras construções de textos e não jogue fora o que escreve. Em algum momento pode ser útil. Diante disso, há uma máxima que deve ser lembrada: **Para escrever é necessário ler!** Sem leitura não há estímulo para a produção escrita, tampouco tem-se uma mente borbulhante que prima por apresentar suas conquistas. Para escrever basta ter ideias e iniciar. Então mãos à obra!

2.5. Recursos de escrita



A escrita requer alguns recursos que a facilita. Esses recursos fazem parte da trajetória de um pesquisador quando vai iniciar sua investigação. Inúmeros são os recursos utilizados, tais como: fichamento, resenha, resumo, diário de campo, esquemas, apontamentos, relatórios, transcrição, desenhos etc. A escolha de um ou vários fica a critério do escritor ou pesquisador. O que o escritor não pode esquecer é que quaisquer desses recursos são utilizados como síntese de outros textos ou produções faladas. Nessa lógica, deve-se colocar os pontos essenciais, ideias principais e ater-se aos fatos pelo qual o texto foi produzido, ou seja, a época e o local, o espaço e o tempo, e fazer às devidas adaptações àquilo que se escreve quando se escreve. Lembre-se de que não se pode modificar a propriedade intelectual do autor, mas pode fazer adaptações ou generalizações.

Existe um ditado atribuído à Confúcio que diz: uma imagem vale mais que mil palavras. Será? De fato, as imagens possuem atrativos que evocam a sensibilidade e a afetividade de quem a observa. Atualmente, o recurso visual está em voga e as mídias jogam com isso. As propagandas investem maciçamente e a sociedade é banhada por estilos visuais que atraem olhares de todos os cantos do mundo. Mas e na academia? O que vale mais? Seria lógico que as palavras valessem mais, mas uma imagem também é um meio de apresentar algo cientificamente. Contudo, a escrita é o recurso usual para trazer intelectualmente as ideias do pesquisador.



Existem diferentes recursos de escrita, com os quais o pesquisador pode se utilizar para resguardar a coleta de dados, independentemente de ser bibliográfica, observacional, participante ou em roda de conversa. O que está em destaque é a forma como o pesquisador vai passar para o papel aquilo que pesquisa, vê, ouve ou capta em suas idas e vindas à realidade investigada. Importante é ter em mente os diferentes recursos de escrita que podem ser utilizados e como os utilizar em campo.

Por medida de organização, primeiramente serão apresentados os diferentes tipos de recursos quando se realiza uma pesquisa bibliográfica e depois outros tipos que podem ser aplicados em roda de conversa ou em variadas maneiras de diálogo com os sujeitos de pesquisa. Vale ressaltar que um pesquisador pode utilizar mais de um recurso independente da etapa em que esteja na pesquisa. Voltando a arte de escrever e de acordo com Pontecorvo (1997) escrever é uma atividade humana específica que pode ser examinada de várias perspectivas, em que há, pelo menos, dois significados principais associados a essa escrita, que são: a escrita como o processo de rastrear símbolos em uma superfície material, no caso aqui é o papel, e a escrita como o processo de produção de escrever textos permanentemente.

Nessa perspectiva, na prática cotidiana de uma pessoa alfabetizada, é quase impossível separar a escrita da leitura. Representar o que lê, ouve e fala em símbolos é uma atividade corriqueira e natural para as pessoas alfabetizadas. Entretanto, sabe-se que a pesquisa sobre a escrita é recente e mais precisamente sobre a lentidão na escrita. Escrever tem a ver com o desenvolvimento linguístico e seus efeitos sobre o escritor. Modernos estudiosos sobre a escrita declararam que o que importava era estudar a linguagem oral, já que a linguagem escrita era uma mera transcrição dela. Entretanto, não é assim que se deve tratar a linguagem escrita.

Recorrendo a Emília Ferreiro (2017), em sua argumentação sobre as pesquisas psicolinguísticas, a autora afirma que em sua maioria esses investigadores dão pouca atenção à linguagem escrita e muitas vezes declaram a intenção de estudar uma linguagem que deveria ser oral. Sendo assim, muitos estudos psicolinguísticos dão aos sujeitos tarefas de leitura que implicam que este tenha que ser pelo menos uma pessoa alfabetizada. A linguagem oral exige conhecimento do assunto abordado, tal qual a linguagem escrita. Portanto, para escrever é necessário entendimento sobre aquilo que se escreve.

2.6. Como elaborar um fichamento



O fichamento de um texto é uma etapa básica quando se quer elaborar uma pesquisa científica. É a criação de um conjunto de dados de um texto, ou seja, o pesquisador vai anotar em fichas tudo que for essencial para que ele possa compreender melhor o assunto que quer pesquisar. É um procedimento extremamente relevante quando o pesquisador tem pouco conhecimento do tema ou quando está embasando a pesquisa que já está em desenvolvimento. Nesta perspectiva, fichamento significa elaborar resumos essenciais ao desenvolvimento de uma pesquisa.

Como fazê-lo? Por onde começar? O pesquisador pode ter dúvidas a respeito do tema escolhido ou pode querer se certificar de que é este o tema que realmente quer pesquisar. Assim, ele vai buscar os dados necessários que lhe darão as certezas ou não, que tanto precisa, para iniciar a pesquisa. Inicialmente, o pesquisador busca o tema de forma geral para ter noção do que já existe, se o que ele pretende pesquisar já foi desenvolvido, se existem lacunas, desafios, dificuldades, similitudes ou divergências a respeito do tema. Depois, ele vai especificando, ou melhor delimitando, até chegar ao ponto que vai desenvolver.



O que é fichamento? **Fichamento é uma técnica utilizada no meio acadêmico para anotar as ideias-chaves ou ideias-núcleos de textos, ou seja, é uma técnica de transcrição das informações consideradas importantes em um texto-base ou texto-fonte ou texto de origem.** Assim, fichar é o ato de selecionar, registrar e organizar o que é essencial para o desenvolvimento de um trabalho científico, tomando por base um texto-base de algum ou alguns autores da área de pesquisa. Por conseguinte, o pesquisador vai elaborar um segundo texto ou um resumo do texto-base, realizando a elaboração de uma síntese ou de uma análise crítica a respeito do entendimento que adquiriu sobre o texto-base.

Geralmente, o pesquisador lança mão desse recurso como uma forma de armazenar, organizadamente, aquilo que vai precisar para escrever o próprio texto. Portanto, é o início da construção conjunta do embasamento teórico da pesquisa, já que



utiliza diferentes autores, sem o qual a mesma perde o sentido. Sendo assim, esses fichamentos serão materiais de consulta ao longo do desenvolvimento da pesquisa, como uma estratégia para ampliar conhecimentos e consolidar entendimentos.

Antes de iniciar a elaboração dos fichamentos é essencial ter à mão uma síntese ou um roteiro de pesquisa bibliográfica, melhor dizendo, quando o pesquisador for realizar a busca documental e/ou bibliográfica e/ou quaisquer outras, precisa saber o que vai ser necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Você sabe o que é um roteiro de pesquisa? É um resumo realizado pelo pesquisador que lhe direcionará a buscar sobre as informações.

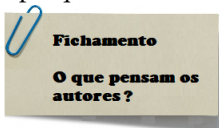
Mas como elaborar um roteiro de pesquisa bibliográfica? O pesquisador coloca em um quadro os objetivos da pesquisa e o que ele precisa buscar para atender cada um, quer dizer, após a alocação dos objetivos, o pesquisador escreve o que é necessário à sua pesquisa e que vai permitir alcançar cada objetivo. A seguir veja um exemplo de síntese ou roteiro de pesquisa:

Quadro 1 - Roteiro de pesquisa bibliográfica

Síntese ou Roteiro de Pesquisa			
Parte Geral			
Integrante	Ênfase	Objetivo geral	Buscar textos que tratem do tema de forma geral
Todos	Geral		
Parte Específica			
Integrante	Ênfase	Objetivo(s) específico(s)	Buscar textos que tratem do tema de forma específica

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro item “integrante” diz respeito a quem vai realizar cada busca, se a pesquisa estiver sendo realizada por mais de uma pessoa. Neste caso, quem está pesquisando deve escrever atrás da ficha o local onde conseguiu a informação, a data da pesquisa e assinar ou colocar uma rubrica. Isto é de suma importância para o pesquisador, caso ele próprio tenha que confirmar alguma informação. O item “ênfase” deve conter os conceitos ou temas que se fazem necessários à pesquisa e que o pesquisador não pode esquecer. O último item refere-se aos autores que o pesquisador já tenha conhecimento, os quais trabalhem com o assunto pesquisado. O que não significa que o pesquisador não possa acrescentar outros. Em uma busca sempre aparecem novos autores, novos conceitos etc., sobre os quais o pesquisador não tinha conhecimento.



A qualidade de um texto acadêmico traz à tona a necessidade de elaboração de diversos fichamentos para auxiliar na construção do texto do pesquisador, em que ele vai demonstrar todo seu entendimento a respeito do tema em questão. Esses fichamentos auxiliarão o pesquisador a escrever de forma clara e concisa, permitindo equilíbrio entre o que escreve e aquilo que já tem desenvolvido por outros autores. De acordo com Weg (2006, p. 14, grifo do autor):

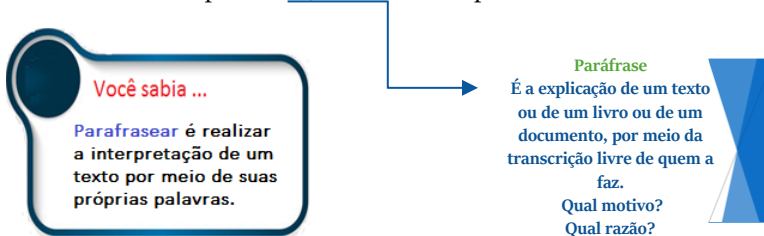
Fazer um fichamento é, portanto, a partir de um texto-base, elaborar um segundo texto, organizado de tal forma que possa servir de material de consulta

para a elaboração de um terceiro. Esse terceiro texto pode ser escrito (trabalho de conclusão de curso, dissertação, tese) ou oral (aula, defesa de monografia, palestra etc.).

Andrade (2009) afirma que o ato de fichar significa transcrever, realizar anotações em fichas com o fim específico para estudos ou para pesquisa. A autora acredita que a vantagem de elaborar fichamento é a possibilidade de obter dados exatos na hora necessária ao desenvolvimento do trabalho. Além do que as fichas são facilmente transportadas e não ocupam muito espaço, o que possibilita a ordenação do material. Tanto Andrade (2009) como Weg (2006) entendem que fichamento é um material para elaboração de outro texto.

Marconi e Lakatos (2002) entendem fichamento como a transcrição cuidadosa e exata dos dados encontrados, anotando, ainda, os elementos essenciais para identificação da fonte pesquisada e um resumo do texto. Para Severino (2007) fichamento é a passagem ao pé da letra, ou seja, é a transcrição exata do que se lê, que deve ser realizada entre aspas. De acordo com o autor (2007) pode ser feita, ainda, a síntese das ideias do texto-base.

Segundo Weg (2006, p. 14) existem requisitos necessários para iniciar um fichamento. São eles: a) ter um projeto; b) dispor de textos-base para consulta (livros, artigos, periódicos etc.); c) dispor de material auxiliar para a consulta nos textos-base (dicionários, gramáticas etc.) e d) dispor de fichas. Um fichamento não é um resumo, mas pode contê-lo. Um fichamento não é uma paráfrase, mas também pode contê-la.



O fichamento contém duas etapas: a releitura orientada do texto-base afim de realizar as anotações e o registro das informações. O registro é

feito a partir da referência bibliográfica; número da ficha, quando for o caso; tema ou assunto geral e específico, quando for o caso; informações essenciais ou ideias-núcleo que estarão no corpo da ficha [pode conter citações e é importante que as tenham] e observações ou anotações de quem elabora a ficha.

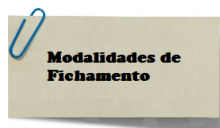


Os fichamentos podem ser realizados através de dois tipos: por enunciados verbais e/ou por itens.

- 1) **Por enunciados verbais:** os apontamentos das informações são realizados por meio da transcrição de frases, que podem ser citações retiradas do texto-base ou o entendimento do pesquisador.
- 2) **Por itens:** os apontamentos das informações são realizados por meio de transcrição de itens ou tópicos, ou seja, é um esquema dos texto-base.

Esquema é uma síntese do texto-base, assemelha-se ao esqueleto do texto-base, permitindo ter uma ideia rápida do que se trata. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 25) “a elaboração de um esquema fundamenta-se na hierarquia das palavras, frases e parágrafos-chaves que, destacados por várias leituras, devem apresentar ligações entre as ideias sucessivas para evidenciar o raciocínio desenvolvido”.

Um esquema apresenta-se em tópicos, ou seja, “em cada frase, a ideia expressa pode ser condensada em palavras-chave; em um parágrafo, a ideia principal é expressa numa frase-mestra; e finalmente, na exposição, a sucessão das principais ideias concretiza-se nos parágrafos-chave” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 25). O esquema pode ser desenvolvido por sistema de numeração sequencial e/ou progressiva e/ou quaisquer outros tipos de sistemas.



Existem diferentes tipos de elaboração de fichas. Cada ficha tem uma finalidade para o pesquisador, mas duas delas são essenciais em trabalhos acadêmicos. São as fichas informativas e as fichas de leitura ou documentação. As **fichas informativas** servem para situar o leitor. São elaboradas por

profissional de bibliotecas. Já as **fichas de leitura ou de documentação** remetem o pesquisador ao texto-base. São elaboradas pelo próprio pesquisador. Estas últimas apresentam-se de diversos tipos, a saber:

- a) **Ficha de transcrição textual ou citação direta** é aquela que o pesquisador realiza a **cópia fiel do texto-base**, ou seja, o pesquisador faz a transcrição de citações do texto-base. O excerto deve vir entre aspas e, como a referência já está contida na ficha, basta colocar a página a qual foi retirada a citação.

Ex:

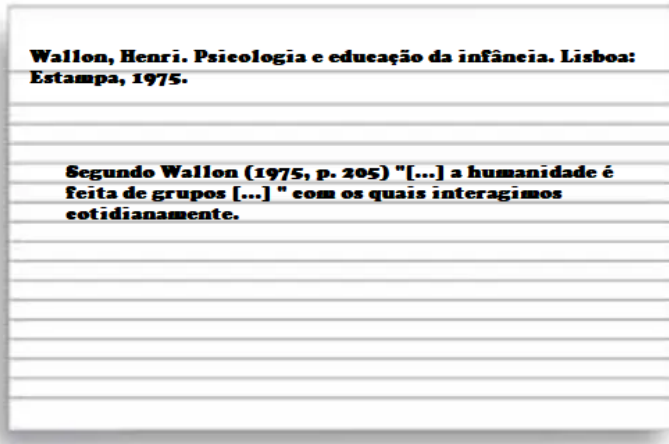
PELLISSON, Maria C. R. M. Análise de um memorial de formação: a afetividade no processo de constituição de uma professora. In: LEITE, Sérgio A. S. (org). Afetividade e práticas pedagógicas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011.

Segundo Pellisson (2011, p. 305) "o ato de ensinar exige do professor que, em primeiro lugar, goste dessa prática. O aluno envolve-se quando percebe, no professor, laços afetivos que este possui com seu objeto de trabalho".

Este tipo de fichamento pode apresentar-se de três formas:

- a.1) **transcrição sem cortes**, ou seja, cópia fiel do original sem cortes, um parágrafo inteiro. Segue o modelo anterior.
- a.2) **transcrição com cortes intermediários** de algumas palavras ou partes do texto-base. Nesta transcrição utiliza-se [...] para indicar omissão.

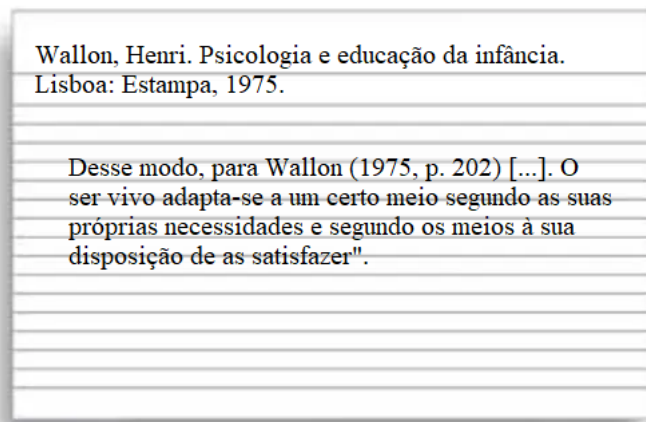
Ex:



a.3) **transcrição com cortes de parágrafo inteiro.**

Utiliza-se uma linha pontilhada ou – ou [...].

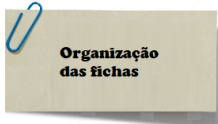
Ex:



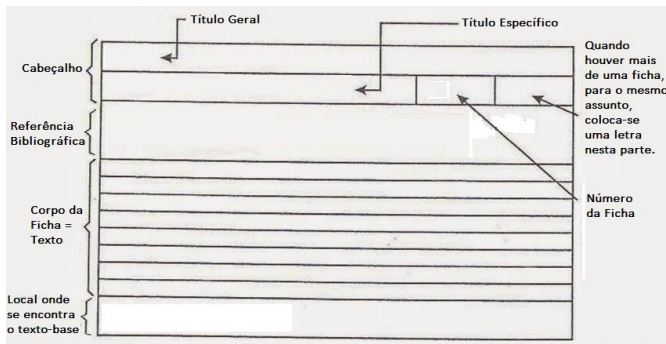
- b) A **ficha resumo ou de conteúdo** é realizada quando o pesquisador escreve uma **adaptação do texto-base**, ou seja, é um segundo texto a partir da ideia principal do autor do texto-base. É um texto parafrásico, portanto, não precisa vir entre aspas nem conter página. É um texto de autoria do pesquisador, mas, deve-se citar o autor da ideia principal, bem como o ano do texto. Sem essa indicação o texto torna-se plágio! O pesquisador deve retirar do texto-base somente o essencial. Existem dois tipos de seleção:
- b.1) Selecionar as informações fundamentais, isto é, a mensagem que o autor quer passar com sua obra.
 - b.2) Selecionar o que é essencial para a construção do seu próprio texto.
- c) A **ficha de comentário ou crítica** é realizada quando o pesquisador **além de realizar o resumo, vai tecer comentários a respeito do texto-base**. Portanto, é uma adaptação do texto-base mais os comentários críticos do pesquisador. Esses comentários podem ser valiosos para o pesquisador, pois ao final pode acrescentá-los em seu trabalho.
- d) A **ficha combinada ou mista** é realizada quando o pesquisador **reúne todas as anteriores em uma só**, ou seja, vai elaborar um resumo com comentários, bem como, adicionar citações do texto-base. Esta ficha é essencial para o pesquisador, pois contém todas as informações necessárias para a construção do texto próprio. Além disso, reduz o número de fichas elaboradas.

Após a realização do fichamento, o pesquisador deve verificar se as fichas contêm todas as informações necessárias à elaboração do seu próprio texto. Desse modo, deve realizar a leitura atenta, fazer adaptações quando forem necessárias e verificar a eficiência de cada uma, ou seja, o pesquisador procura compreender como as fichas elaboradas vão contribuir para construir seu texto.

Nesta perspectiva, o pesquisador retorna ao seu projeto de pesquisa e observa atentamente o que é necessário para desenvolvê-lo, isto é, se todos os conceitos estão garantidos e são passíveis de explicação, se há embasamento teórico fundamental para comprovar sua tese, se os autores pesquisados são os importantes da área etc. Esta fase da pesquisa é muito importante, pois evita que o pesquisador perca tempo e que tenha que retornar ao texto-base ou tenha que realizar novos fichamentos em outros textos-base.



É claro que existe uma organização lógica na elaboração de uma ficha. As fichas são organizadas segundo um padrão que compreende o cabeçalho, no qual encontra-se a referência bibliográfica; o corpo da ficha em que serão alocadas as explicações, citações essenciais ao desenvolvimento do texto do pesquisador e o local onde o texto-base encontra-se. Observe o detalhamento de uma ficha a seguir:



Logo no início da ficha escreve-se o tema ou assunto geral, isto facilita a busca no fichário. Após, quando houver necessidade, escreve-se o assunto específico. Ao lado, do tema específico coloca-se o número da ficha. É essencial ao pesquisador colocar o número da ficha, seguido de barra e o número de quantidades de fichas (Ex: 1/20). Desse modo, o pesquisador sabe quantas fichas abordam aquele assunto. O principal vem a seguir, que é referência bibliográfica e sua elaboração deve seguir a norma da ABNT NBR 6.023/2002 (BRASIL, 2002b) e 6.023/2018 (BRASIL, 2018a). Isto se faz necessário para que o pesquisador, ao transcrever para as referências de seu texto, não necessite retornar ao texto-base.

A seguir o pesquisador vai elaborar o fichamento propriamente dito, escolhendo uma das modalidades de fichas. É nesta etapa que o pesquisador vai fazer citações, seguindo a norma ABNT NBR 10.520/2002 (BRASIL, 2002a). O pesquisador escolhe, ainda, que tipo de citação vai fazer, se é direta ou indireta, se vai haver supressões, acréscimos ou destaques, se vai haver citação de citação (Quando a citação de outro autor

está no texto-base e o pesquisador não tem acesso ao texto original). O importante é mencionar o autor do texto-base para evitar plágios.

O pesquisador faz uma leitura atenta do texto-base. “O primeiro nível desta leitura é o denotativo, parafrásico” (MEDEIROS, 2006, p. 106). No segundo nível o pesquisador interpreta o que o autor quis dizer. “A pergunta a responder é: o que o autor quis demonstrar?” (MEDEIROS, 2006, p. 107). O terceiro nível é o da crítica, segundo Medeiros (2006). O pesquisador procura compreender se aquilo que ele escreveu está coerente com aquilo que o autor do texto-base quis dizer. O último nível é a problematização, de acordo com Medeiros (2006), em que o pesquisador indaga a possibilidade de utilização do texto elaborado em outros textos.



Passos para elaborar um fichamento

Primeira Etapa: pré-fichamento

- 1) Inicie realizando uma leitura geral, sem fazer anotações.
- 2) Verifique se há vocábulos desconhecidos e busque o significado.
- 3) Realize uma segunda leitura, sublinhando e anotando o que achar interessante.

Segunda Etapa: fichamento

- 1) Inicie realizando uma releitura orientada do texto-base.
- 2) Faça os registros das informações necessárias na ficha.

Terceira Etapa: pós-fichamento

- 1) Inicie realizando uma leitura atenta, fazendo alterações, quando forem necessárias.
- 2) Arquive as fichas por ordem alfabética ou por ordem de importância ou por sequência numérica.

2.7. Como elaborar resumo de texto



Iniciando nossa conversa

Quando você pensa em resumo, o que vem à cabeça? Talvez você lembre de resumos de trabalhos acadêmicos, tais como TCC, monografias e outros.

É claro que existe esse tipo de resumo, que por ora não será abordado. Quando se trata de resumo é a tentativa de demonstrar como ler um texto e realizar uma síntese. Nessa lógica, para realizar um resumo o pesquisador precisa entender a organização do texto-base e para isso deve efetuar uma leitura global, ou seja, uma primeira leitura do texto completo. Com essa leitura preliminar o pesquisador vai compreender que enfoque o autor do texto realizou.

Cabe ressaltar que a redução excessiva prejudica o entender daquilo que o autor do texto original quis apresentar. Entretanto, a prática de elaborar resumos evita o plágio. Essa prática possibilita ao pesquisador a compreensão daquilo que leu, permitindo-o realizar a reelaboração a respeito do texto-base. Lembre-se sempre que a ideia intelectual continua sendo do autor do texto original. Conseqüentemente, há a necessidade de citá-lo quando o pesquisador for construir seu texto. O que fica constatado é que existe uma prática de leitura para que haja a elaboração de um resumo. Reafirma-se que a leitura é tão importante quanto a escrita.



Resumir significa realizar uma leitura atenta e escrever a síntese do que se leu, ou seja, **escrever em poucas palavras aquilo que o autor quis passar no texto**. Portanto, resumir significa escrever as ideias principais do texto-base. Nessa lógica, ao realizar um resumo o pesquisador tem como objetivo condensar ideias, ou seja, informar o que é importante em um texto, para isso ele precisa encontrar a ideia-chave ou a ideia-tópico do texto. Entendendo o tema gerador do texto, o pesquisador inicia seu resumo, de preferência parágrafo a parágrafo.

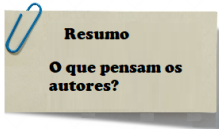
Medeiros (2006, p. 126) alerta que “se a ideia principal estiver subentendida, será necessário isolar as frases-chaves para encontrar a ideia central”. De posse dessas frases, o pesquisador investe em eliminar ideias secundárias que servem somente para reforçar o que foi abordado. Essas ideias secundárias não fazem falta quando são retiradas do texto. Fique atento a isto! Medeiros (2006) ressalta que em um texto há passagens que servem somente para esclarecer e que constituem paráfrases de ideias

anteriores já apresentadas no texto. Diante disso, o pesquisador elabora uma primeira versão do texto-base que após leitura pode ou não ser reformulado para explicitar um pouco mais a ideia intelectual do autor.

Fiorin e Savioli (2007) apresentam alguns defeitos de argumentação na elaboração de um texto, os quais prejudicam o entendimento. O **emprego de noções confusas** que trazem empregos e de palavras e conceitos que às vezes se contradizem. Convém lembrar que o dicionário é um recurso a ser utilizado nesses casos, pois clarificam ideias e conceitos. O **emprego de noções de totalidade indeterminadas**, demonstrando falta de informação, “[...] sintoma de uma mente preguiçosa, que apaga, por simplismo ou por comodismo, as diferenças e as reduz a uma sombra neutra que esconde dados completamente diferentes” (FIORIN; SAVIOLI, 2007, p. 203).

O **emprego de noções semiformalizadas** que apresentam palavras ou conceitos científicos, atribuindo-lhes uma significação subjetiva (FIORIN; SAVIOLI, 2007). Nesse caso, o pesquisador tenta apresentar suas ideias a respeito de temas ou assuntos estudados por ele, o que lhe confere incorrer em falhas. Há, ainda, o **emprego de exemplos** em que o pesquisador vai explicitar ou apresentar modelos para reforçar a ideia do texto-base (FIORIN; SAVIOLI, 2007). Entretanto, alguns constituem um procedimento que interfere na lógica argumentativa do texto e na ideia central que o autor quis apresentar.

Por esse ponto de vista, procure ater-se as ideias do texto-base. Evite acréscimos desnecessários e incorretos. **Em um resumo é essencial apresentar a ideia central do texto.** Deixe os acréscimos, excertos e paráfrases para quando for construir o seu texto. Ao resumir procure responder a seguinte questão: **De que trata o texto?** Para isso, leia o texto integralmente, sem interrupções, procurando captar o assunto ou tema do texto. Após, em uma segunda leitura, atenha-se às frases-chaves, sublinhando-as. Se necessário utilize o dicionário para compreensão de conceitos.



Para Fiorin e Savioli (2007, p. 420) “resumo é uma condensação fiel das ideias ou dos fatos contidos no texto”, ou seja, reduz o texto ao seu esqueleto essencial. Segundo esses autores não se pode perder

de vista:

- a) cada uma das partes essenciais do texto;
- b) a progressão em que elas se sucedem; e
- c) a correlação que o texto estabelece entre cada uma dessas partes.

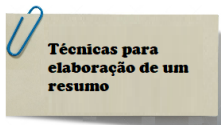
Encontrar a essência de um texto é tarefa complexa que exige entendimento por parte do pesquisador. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 23): “devemos compreender que cada texto, capítulo, subdivisão ou mesmo parágrafo têm uma idéia principal, um conceito fundamental, uma palavra-chave, que se apresenta como fio condutor do pensamento”. Portanto, é necessário buscar a ideia-mestra de cada frase ou parágrafo.

Siqueira (1990 apud MEDEIROS, 2006, p. 142) afirma que “resumir é selecionar as partes principais de um texto. Por partes principais entende a apresentação de uma situação inicial, a colocação de informação nova, as justificativas e a conclusão”. Ainda, de acordo com Siqueira (1990 apud MEDEIROS, 2006), a prática do resumo é essencial para determinar a referência do texto, isto é, o assunto e o tema, ou seja, o enfoque dado pelo autor do texto original, apresentando as relações lógicas e argumentativas utilizadas pelo autor original. Para Galliano (1979) resumir é o mesmo que realizar a condensação do texto. Segundo o autor

[...] é especialmente útil quando se necessita, em rápida leitura, recordar o essencial do que se estudou e a conclusão a que se chegou. Sim, num resumo também cabe, desde que claramente identificada, a interpretação que o estudante faz de seu estudo (GALLIANO, 1979, p. 89).

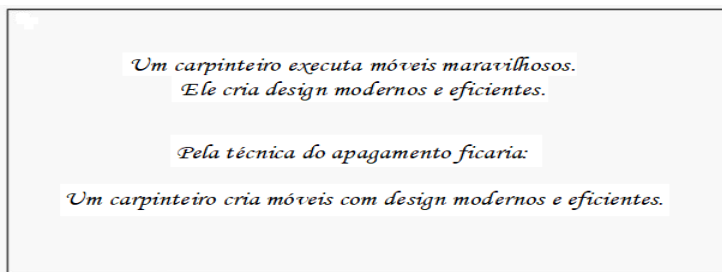
É importante ressaltar que a produção de um resumo obriga o pesquisador estudar o texto e concentrar-se na busca da ideia-chave. Um resumo não pode ser um aglomerado de informações. Deve seguir uma

seqüência lógica de ideias que estruturam esse novo texto. Dessa maneira, um resumo depende da capacidade do pesquisador em ler e interpretar o que lê. Segundo Medeiros (2006, p. 131) “um leitor que é capaz de resumir um texto com suas próprias palavras demonstra ter compreendido as ideias nele expostas”. É interessante notar que um leitor competente também é um escritor competente.



Existem algumas técnicas que facilitam a elaboração de um resumo. A mais utilizada é a **técnica de sublinhar** que consiste em sublinhar as ideias principais do texto-base. Além da técnica de sublinhar o que é essencial no texto, existem também o apagamento, a generalização e a construção (FONTANA, 1995).

A **técnica de apagamento** consiste em apagar partes do texto, ou seja, retira-se os excessos, palavras desnecessárias. Para Medeiros (2006, p. 131) a técnica de apagamento elimina “[...] os elementos redundantes e supérfluos ou não relevantes. Inclui-se nesse caso supressão de adjetivos e advérbios”. Observe um exemplo da técnica de apagamento a seguir:



Já a **técnica de generalização** consiste em reduzir elementos das frases, ou seja, palavras repetidas com o mesmo significado de uma única palavra. Sobre isso Medeiros (2006, p. 131) afirma que “o leitor deve ser capaz de, desprezando ideias particulares, registrar informações de ordem geral”. A seguir um exemplo:

Maria comprou picanha, maminha, contra-filé e alcatra para o churrasco.

Pela técnica da generalização ficaria:

Maria comprou carne para o churrasco.

A **técnica da construção** consiste em substituir uma sequência de fatos do texto por um conjunto de palavras ou uma frase, que exprima seu significado. Nessa lógica, de acordo com Medeiros (2006) o leitor deve construir frases que incluam várias ideias expostas pelo autor do texto-base, realizando uma síntese. Observe o exemplo a seguir:

*Maria comprou ovos, leite condensado e leite.
Maria misturou os ingredientes no liquidificador.
Maria colocou a mistura na forma caramelizada.
Maria colocou no forno para assar.*

Pela técnica da construção ficaria:

Maria fez pudim.

Segundo Medeiros (2006) existe a **técnica da seleção das ideias principais** que consiste em identificar que ideia o autor quis passar, o que leva o pesquisador a ideia de sublinhar ou lançar mão de esquemas e a **técnica da combinação de dois ou três tópicos frasais de diferentes parágrafos** que consiste em criar um novo texto, suprimindo o dispensável ou o que não é relevante, o que leva o pesquisador a técnica da construção.

Andrade (2009) afirma que existem vários tipos de resumo, cada qual com características específicas. Segundo a autora, existe o **resumo descritivo ou indicativo** que descreve “os principais tópicos do texto original” e indica “sucintamente seus conteúdos” (ANDRADE, 2009, p. 15). O **resumo informativo ou analítico** reduz o texto original a 1/3 ou 1/4, mantendo

as ideias principais. O **resumo crítico** é uma condensação do texto original, mantendo as ideias principais com comentários e opiniões de quem o realiza. A **sinopse** consiste em indicar o tema ou assunto e algumas partes principais da obra. É realizado somente pelo autor do documento.

De acordo com ABNT NBR 6028 (BRASIL, 2003a, p. 1) existem apenas três tipos de resumo, a saber: resumo crítico, indicativo e informativo. O **resumo crítico** é um “resumo redigido por especialistas com análise crítica de um documento. Também chamado de resenha”. No **resumo indicativo** indica-se “apenas os pontos principais do documento, não apresentando dados qualitativos, quantitativos etc.” (BRASIL, 2003a, p. 1). Esse tipo de resumo apresenta um inconveniente que é o retorno ao texto original. Já o **resumo informativo** busca informar ao leitor certas características do texto original, tais como “finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento” (BRASIL, 2003a, p. 1), dispensando a consulta ao texto original.

2.8. Como elaborar uma resenha



A origem da palavra resenha vem do latim *resignare* que é uma palavra composta, formada pelo prefixo *re* que significa de novo e pela palavra *signum* que significa marca, sinal. Dessa maneira **resenha significa fazer um rol, tomar nota, escrever novamente**. Mas de que maneira é realizada essa escrita? É uma escrita detalhada, é uma análise crítica a respeito de um texto ou documento. Muitas resenhas, elaboradas por especialistas, ajudam o pesquisador na hora de escolher qual livro consultar, sem a necessidade de lê-lo na íntegra. Algumas revistas publicam essas resenhas como maneira de mostrar o que consta em alguns livros.

O que se percebe é que para elaborar uma resenha torna-se necessário ter experiência e vivência no tema ou assunto. Portanto, somente um especialista pode realizar uma resenha. Não é que seja difícil construir uma resenha. É que se deve emitir comentários e opiniões pertinentes,

introduzindo, às vezes, outros autores que corroborem aquilo que se expõe. Outro aspecto importante e de relevância é que ao elaborar uma resenha, alguns estudiosos podem contestar ou refutar o que foi apresentado e outros podem corroborar, mas a ética é um aspecto imprescindível.

Cabe ressaltar que, na atualidade, muitas resenhas apresentam livros de autores renomados. Essas resenhas são de suma importância para um pesquisador que inicia sua caminhada para a construção de sua escrita. São resenhas que, muitas vezes, apresentam um resumo da obra, trazem citações relevantes e corroboram esses autores, apresentando a importância da leitura da obra. Cabe ao pesquisador lê-las e decidir por quais irá realizar a leitura integral.



Como foi visto para elaborar uma resenha há a exigência de ter conhecimento sobre o tema ou assunto. Portanto, não haverá necessidade de alongar o tema, mas cabe apresentar alguns autores que explicam o que seja resenha. De acordo com Andrade (2009, p. 15) resenha “é um tipo de resumo crítico; contudo mais abrangente”. Segundo a autora, além de reduzir o texto original, possibilita a quem elabora a resenha emitir comentários e opiniões, incluindo, em alguns casos, um julgamento de valor a respeito da obra. Nessa lógica, pode-se fazer comparações com outras obras de relevância na mesma área; demonstrar a relevância da obra em relação à outras de mesmo gênero etc.

Para Medeiros (2006, p. 137) resenha é “um relato minucioso das propriedades de um objeto, ou suas partes constitutivas. É um tipo de redação técnica que inclui várias modalidades de textos: descrição, narração e dissertação”. Ainda, de acordo com o autor, uma resenha é composta pela descrição da obra, do autor e um resumo a respeito da obra, no qual estão presentes o referencial teórico utilizado pelo autor da obra, a metodologia e as conclusões. Por último, apresenta a avaliação da obra, abordando a quem é destinada. Medeiros (2006) afirma que além dos objetivos exposto para a elaboração de uma resenha, ela traz, ainda, o desenvolvimento da capacidade de síntese, interpretação e crítica. Assim,

“ela contribui para desenvolver a mentalidade científica e levar o iniciante à pesquisa e à elaboração de trabalhos monográficos” (MEDEIROS, 2006, p. 138). Conseqüentemente, a resenha não é um resumo, mas o contém, admitindo comentários, juízos valorativos e emissão de opiniões.

2.9. Como elaborar um esquema



Quando você pensa em esquema, o que vem à mente? Talvez uma figura simplificada de algo ou alguns tipos de gráficos ou, ainda, um esqueleto de alguma coisa. De acordo com a etimologia da palavra esquema, ela pode ser tanto latina como grega: *schema* ou *schêma*, mas ambas significam a mesma coisa: figura. Com esse entendimento, pode-se supor que esquema seja uma representação gráfica sintética de um determinado tema ou assunto. Pode-se, ainda, supor que seja uma sinopse de algum documento.

Em alguns dicionários, esquema é denominado como sendo um desenho que conserva em sua essência os traços fundamentais do texto original, ou seja, é a síntese das ideias principais, organizadas por palavras-chave. Assim, ao visualizar um esquema, o leitor remete-se aos aspectos relevantes do texto-base. Não é tarefa fácil elaborar um esquema, o pesquisador tem que realizar leitura atenta e perceber as palavras-chave contidas no texto. O processo de esquematizar textos exige uma leitura criteriosa, compreensão do assunto abordado e ser fidedigno ao texto.



Se o pesquisador observar a realidade envolvente, vai constatar que esquema é um recurso utilizado para propagar situações do cotidiano. Algumas mídias utilizam-no como recurso de propaganda, mas ele é utilizado no meio acadêmico para apresentar o esqueleto de um texto. Existem esquemas nos mais diferentes formatos de representação gráfica. Eles podem aparecer como organogramas, mapa de ideias, com setas, balões ou chaves, como vetores, mistos e de subordinação.

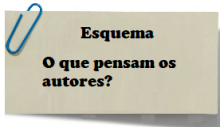
De acordo com Dionísio (2013) a representação gráfica de um esquema pode ser feita de várias formas. O esquema de setas ou flechas assume a forma linear, horizontal, vertical, piramidal, circular ou retangular. Já o esquema de chaves assume a forma linear-horizontal, com função de encadear as ideias primárias às secundárias. O esquema de subordinação possui dois subtipos, a saber: o numerado que se configura por intermédio da enumeração das ideias e o de letras que se assemelha ao numerado, seguindo a mesma lógica hierárquica, sendo diferenciado pela representação de letras.

Ainda, segundo Dionísio (2013), o esquema de retângulos constitui-se ligados por linhas e sua organização pode ser linear, horizontal, vertical, piramidal ou retangular. O esquema de ideias, confundindo-se com o diagrama, por possui uma ideia central e dela diversas linhas saem com a função de ligar a ideia fundamental às subordinadas, hierarquicamente. E, por último, o esquema misto que apresenta dois ou mais tipos diferentes de esquema.

Cada texto apresenta uma ideia-mestra e esta não se manifesta desprovida de outras ideias que gravitam ao redor dela. Entretanto, cabe ao pesquisador descobrir o fio condutor do pensamento do autor, o qual gerou o texto. Geralmente, o autor apresenta esse pensamento, que conduziu o desenvolvimento do texto, no título do documento e em algumas palavras-chave. Marconi e Lakatos (2003, p. 24) afirmam que “[...] a ideia-mestra não se apresenta desprovida de outras, que revelam pormenores importantes [...]”. Assim sendo, ao redor da ideia-mestra existem outras ideias, também importantes, e que podem ser trazidas para a elaboração do esquema.

Em primeiro lugar, nunca assinale o texto-base na primeira leitura. Faça uma leitura geral do texto. Essa primeira leitura ajuda a organizar o assunto do texto na mente do pesquisador. Em segundo lugar, leia o texto sublinhando as palavras-chaves. Cabe ressaltar que cada parágrafo traz uma ideia principal ou um fundamento importante ou um conceito

relevante. Você pode usar cores variadas para ideias diferentes. Por último, hierarquize as palavras-chave e elabore o seu esquema do texto.



Um esquema é uma síntese do texto, se assemelha ao esqueleto do texto. O esquema permite ter ideia rápida do texto. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 25): “a elaboração de um esquema fundamenta-se na hierarquia das palavras, frase e parágrafos-chave que, destacados após várias leituras, devem apresentar ligações entre as idéias sucessivas para evidenciar o raciocínio desenvolvido”. Desta forma, um esquema apresenta-se em tópicos, ou seja, “em cada frase, a idéia expressa pode ser condensada em palavras-chave; em um parágrafo, a idéia principal é geralmente expressa numa frase-mestra; e, finalmente, na exposição, a sucessão das principais idéias concretiza-se nos parágrafos-chave” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 25).

Para Pereira e Silva (2007, p. 757) esquema é

um gênero textual de meio de produção gráfica que tem como função sociocomunicativa apresentar de forma sintética e de rápido reconhecimento as principais partes de um conteúdo ou assunto lido. Por ser um instrumento de estudo do texto, o esquema de leitura é bastante utilizado pelos interactantes dos domínios acadêmico e escolar.

Nessa lógica, um esquema antecede a preparação de um resumo ou resenha. Ruiz (2002, p. 43) define esquema como sendo um “[...] plano, a linha diretriz seguida pelo autor no desenvolvimento de seu escrito, esse plano delimita um tema e estabelece a trajetória básica de sua apresentação, subordinando ideias, selecionando fatos e argumentos”. Ainda de acordo com o autor, a função do esquema é “definir o tema e hierarquizar as partes de um todo numa linha diretriz” (RUIZ, 2002, p. 43). Nessa ótica, por intermédio do esquema alcança-se o todo em uma mirada só.

O esquema segue algumas regras. Em consonância com Ruiz (2002) são elas: ser fiel ao texto; apanhar o tema do autor; ser simples, claro e distribuir organicamente o texto; subordinar ideias e fatos; e manter um sistema uniforme da estrutura do texto. Nessa perspectiva, um esquema não deve manter uma forma rígida nem apresentar conceitos

preconcebidos, forçando assim o texto a entrar nas ideias de quem elabora o esquema. Deve apresentar uma imagem limpa, focada no todo do texto original.

Andrade (2009) considera o esquema como uma radiografia do texto original. A autora afirma que o esquema é o esqueleto do texto, sem apresentar frases. Andrade traz algumas características para um esquema ser considerado útil. Recorrendo à Salomon, a autora apresenta cinco características, a saber: fidelidade ao texto original; estrutura lógica do assunto; adequação e funcionalidade do assunto estudado; utilidade de seu emprego e cunho pessoal (ANDRADE, 2009). Um esquema considerado útil é flexível, facilitando o estudo a respeito do tema. Cabe ressaltar que um esquema elaborado por um pesquisador raramente é útil para outro.

2.10. Como elaborar um artigo científico



Todo aluno que desenvolve um trabalho de pesquisa, para divulgá-lo precisa escrever um artigo científico e publicá-lo em um periódico científico ou em forma de capítulo de livro. Etimologicamente a palavra artigo deriva do latim *articulus* que significa articulação, ligação. Portanto, o pesquisador vai elaborar um texto resumido com os principais elementos de ligação para a compreensão do original. A ABNT NRB 6022/2018 (BRASIL, 2018b) afirma que artigo faz referência a parte de uma publicação de pesquisa, elaborado por um autor ou mais, que é avaliado por pareceristas em periódicos científicos.

Para a elaboração de um artigo científico é necessário utilizar a norma ABNT NRB 6022/2003 (BRASIL, 2003d), reeditado em 2018 (BRASIL, 2018b) que fixa as condições exigidas para a apresentação dos elementos que constituem um artigo científico no Brasil ou a norma APA – American Psychological Association (2009) para alguns periódicos nacionais e internacionais. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 259) artigo científico é um pequeno estudo completo, que trata “de uma questão

verdadeiramente científica, mas que não se constitui em uma matéria de um livro.” Entretanto, algumas pesquisas são transformadas em livros, contendo a íntegra das mesmas.

Um artigo científico é um texto com autoria declarada de um ou mais autores que apresenta e debate ideias, métodos, processos, técnicas e resultados nas diversas áreas do conhecimento. De acordo com a ABNT NRB 6022/2003, em seu item 3.3 (BRASIL, 2003d, p. 2) artigo científico é “parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.” Em 2018, houve modificação dessa redação e passou a ser a redigida no item 3.6 da norma, em que afirma que artigo científico é “parte de uma publicação, com autoria declarada, de natureza técnica e/ou científica” (BRASIL, 2018b, p. 2).

Segundo a ABNT 6022/2003 (BRASIL, 2003d, p. 2) existem dois tipos de artigo científico, o **artigo original** apresentando tema ou abordagem original e elaborado pelo autor da pesquisa e o **artigo de revisão** apresentando informações já publicadas. Geralmente, resume, analisa e discute informações que constam em documentos de outros autores, podendo ser resultado de pesquisa bibliográfica.



Um artigo científico é estruturado de forma que qualquer leitor consiga compreendê-lo e apropriar-se de seu conteúdo. Portanto, sua escrita deve ser clara, coesa e coerente, apresentando os pontos mais importantes de uma pesquisa científica. Assim, sendo, a estrutura de um artigo deve conter necessariamente elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. A maioria dos periódicos têm suas normas para publicação. Entretanto, a maioria segue as normas da ABNT ou APA.

Os elementos pré-textuais são aqueles que antecedem o texto propriamente dito. São informações que ajudam a identificação e a utilização do texto. Constam dos elementos pré-textuais o título que deve expressar o conteúdo do artigo, seguido pela autoria que deve indicar o(s) nome(s) do(s) autor(es). Pode-se indicar em nota de rodapé sua formação, e-mail,

atuação profissional, ORCID, Lattes. A seguir, apresenta-se o resumo em um bloco único, que sintetiza o objetivo, a metodologia, o desenvolvimento e as conclusões alcançadas.

Para elaborar o resumo, veja norma ABNT NRB 6028/2003 (BRASIL, 2003a). Logo após ao resumo, coloca-se as palavras-chaves que são termos escolhidos para indicar o conteúdo do artigo, que variam de três a cinco palavras. Ainda, pode constar dos elementos pré-textuais o abstract, tradução do resumo, precedido do título, em língua inglesa. Deve constar também as palavras-chaves traduzidas. Alguns periódicos podem pedir, ainda, a tradução para o espanhol ou francês. Alguns periódicos optam por colocar essa tradução ao final do texto, após as referências, mas o comum é vir como pré-texto.

Os elementos textuais são aqueles elementos que expõem o corpo do texto, composto basicamente de três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. Se for dividido em seções, deverá seguir o sistema de numeração progressiva exposto na ABNT NRB 6024/2003 (BRASIL, 2003c). A introdução expõe o objetivo, a finalidade, a metodologia utilizada, dá uma visão geral do tema, o entendimento do autor a respeito dele e como será desenvolvido o texto. Pode apresentar, ainda, trabalhos anteriores que abordam o assunto do artigo. Dessa maneira, a introdução deve dar uma visão panorâmica do desenvolvimento do corpo do artigo.

Já o desenvolvimento mostra, de forma sucinta, os tópicos desenvolvidos para atingir o objetivo. Em artigos originais é necessário relatar a análise, a discussão e os resultados. É considerado a parte principal do artigo e pela qual o autor deve ter o cuidado de relatar os fatos, as análises e discussões que os dados geraram. Deve conter a abordagem metodológica, bem como o contexto, os sujeitos e os instrumentos utilizados. Pode apresentar gráfico, quadros, parte de relatos etc., que embasem as reflexões contidas no texto.

A finalização do texto deve trazer as considerações finais que aborda uma síntese dos resultados e traz uma reflexão conclusiva do autor. Apresentar se respondeu a problemática, se alcançou os objetivos ou hipóteses.

Tudo desenvolvido em um relato breve, claro e coerente. Ressalta-se que o corpo do trabalho pode trazer elementos de apoio, tais como notas, citações, quadros, fórmulas, ilustrações, partes de relatos etc. As citações devem ser apresentadas de acordo com a ABNT NRB 10520/2002 (BRASIL, 2002a).

Os elementos pós-textuais são aqueles que complementam o trabalho. Neles encontram-se as referências que é a lista de documentos citados no artigo de acordo com a ABNT NRB 6023/2002 (BRASIL, 2002b), atualizada em 2018. Podem constar os apêndices que são documentos elaborado pelo autor; anexos que são documentos que servem de ilustração, comprovação ou fundamentação e que foi elaborado por terceiros e já existe e; nota editorial que traz o currículo do autor, endereço para contato, agradecimentos e data de entrega dos originais. Geralmente, quem disponibiliza esses dados é a revista.

A produção de um artigo científico é uma etapa importante na constituição acadêmica de um pesquisador. O objetivo principal de um artigo é apresentar de maneira sucinta uma pesquisa científica, ou seja, ele é um meio rápido de divulgação de conhecimentos. Portanto, um artigo é uma apresentação sintética, uma espécie de relatório para divulgar e dar a conhecer a outros estudiosos àquilo que foi produzido, evitando perda de tempo com pesquisas idênticas ou semelhantes. Algumas revistas utilizam a produção de dossiês, nos quais são abordados temas específicos, sem necessariamente ser uma pesquisa.

Exemplo de artigo:

COMO ELABORAR UM ARTIGO

Sandra Mattos

Resumo: A palavra resumo pode aparecer centralizada ou justificada. O texto deve apresentar-se em um bloco único, contendo os dados essenciais para a compreensão do que foi escrito no artigo. Portanto, objetivo, resumo do desenvolvimento e dos resultados é importante em um resumo.

Palavras-chave: representativas do texto.

Introdução

É uma apresentação sucinta do que será abordado no texto. Deve constar o tema, justificativa, metodologia e resultados.

Desenvolvimento

Pode ser apresentado em seções ou subitens.

Geralmente, aborda o tema e conceitos chaves, além da metodologia, análise e discussões dos dados, bem como os resultados alcançados. A originalidade está na inovação dos resultados e no avanço para a área de pesquisa.

Conclusões

Fechamento do texto com análise crítica do autor.

Referências:

Listas dos autores e documentos citados no artigo.

2.11. O pesquisador na pesquisa: analisando procedimentos



Refletir sobre aspectos que inviabilizam a pesquisa se faz necessário. Atualmente, inúmeros são os aspectos que não dão credibilidade, tampouco respaldo aos resultados obtidos. Afirma-se que são **entranças à produção científica**, tais como: fraudes cometidas por pesquisadores de má fé, que invadem a produção intelectual de outros pesquisadores. A internet facilitou muito essa prática antiética. **Fraudes científicas** que abordam a produção de dados pelo pesquisador, de acordo com o seu ponto de vista. Essa prática permite indução ou a condução para a resposta esperada. O pesquisador tem obrigação de realizar suas análises à luz dos dados obtidos, utilizando métodos de pesquisa confiáveis e que resultem em credibilidade para os resultados alcançados.

Outro entrave considerado crime é **o plágio** que resulta em cópia parcial ou total de textos ou documentos produzidos por outros pesquisadores e assumidos como daquele que o copiou. Plágio é crime de propriedade intelectual! O correto é dar os devidos créditos a quem de fato produziu o conhecimento. Existem, ainda, o que se denomina **autoplágio** que resulta da cópia parcial, ou seja, de mais de 30% de produção intelectual de própria autoria. É responsabilidade do pesquisador garantir a fidedignidade, credibilidade e veracidade da pesquisa científica brasileira.



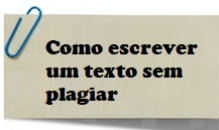
Quando se pensa em ética vem à cabeça a palavra moral. De acordo com Nosella (2008, p. 256) os dois termos não são sinônimos, mas remete “[...] a significações intimamente correlatas e, até mesmo, em parte, sobrepostas”. Na origem etimológica da palavra ética, ela vem do grego *ethos* com o significado de modo de ser, costume, caráter ou hábito. Em uma acepção ampla significa a ciência da conduta humana. Entretanto, essa definição remete a duas linhas de significação. A primeira que diz ao ideal para o qual o ser humano se dirige por sua natureza e a segunda dirige-se aos motivos, as causas, as circunstâncias da conduta

humana ou das forças que a determina, atendo-se ao conhecimento dos fatos (ABBAGNANO, 2007).

Ainda, de acordo com Abbagnano (2007, p. 358) “[...] como o significado e o alcance das duas asserções são, portanto, completamente diferentes, sempre se deve ter em mente a distinção entre ética do fim e ética do móvel, nas discussões sobre ética”. Cabe ressaltar que na primeira concepção as normas derivam do ideal que se assume como próprio do homem e na segunda procura-se, em primeiro lugar, determinar o móvel ao homem, ou seja, a normas que ele de fato obedece (ABBAGNANO, 2007). Voltando aos termos ética e moral e a confusão que se realiza em suas concepções, Nosella afirma que:

Todavia, quer na linguagem cotidiana, quer na reflexão científica ou acadêmica, freqüentemente, os termos se confundem ou se identificam, pois ambos referem-se ao mundo dos valores, hábitos, deveres e obrigações, ao certo ou errado, ao bom ou mau, ao justo ou injusto etc. Mas, assim como a antiga filosofia grega acentuou no termo e no conceito de ética a dimensão filosófico-científica, a sociedade romano-cristã acentuou no termo e conceito de moral (imoral) a dimensão pragmática da opção pessoal a favor do bem ou do mal, conforme normas e regras definidas numa determinada organização social (NOSELLA, 2008, p. 257).

Subentende-se assim, que os termos têm proximidade semânticas e que abarcam uma mesma problemática. Ambos se relacionam com o conceito de bem e mal, de certo e errado. Como percebe-se a noção de pesquisa, ao longo da história, tem relação com o conceito de virtude. Entretanto, as produções científicas, algumas vezes, levaram o mal ao ser humano. A pesquisa desenvolvida sem controle ético ultrapassa a barreira da própria ética. Cabe ao pesquisador responsabilizar-se por sua produção científica.



Existem diferentes maneiras de escrever um texto. Pensa-se e escreve-se o que vem à cabeça quando se quer escrever um poema, um romance, uma crônica, sobre a vida. Conta-se, de alguma forma, uma

história. Em um texto acadêmico existem regras que não podem ser quebradas. Existem formas de escrever que torna escritores em autores e existem outras formas de escrever que faz de alguns escritores meros copiadores ou reprodutores e até plagiadores.

É lógico que você já ouviu a palavra plágio. Você sabe o que significa plágio? Em alguns dicionários, plágio significa copiar obras alheias, apresentando-as como de sua própria autoria. Em outros, significa a ação do plagiário quando realiza cópia, mais ou menos disfarçada, de obra alheia. Ambas abordam a cópia da ideia intelectual de alguém como recurso para produzir a sua própria. Atualmente, existem softwares desenvolvidos para descobrir plágios, tais como o CopySpider.

Para Kroskocz (2004, p. 9) plágio é entendido “[...] como o uso ou a reprodução desautorizada de obras alheias (livros, músicas, imagens etc.) [...]”. O autor citando alguns dicionários, acrescenta:

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS, 2009), plágio é definido como “ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem”. Para o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, plágio é “ato ou efeito de plagiar” e o verbo plagiar significa “assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem). Imitar (trabalho alheio)” (FERREIRA, 1986, p. 1343) (KROSKOCZ, 2004, p. 11).

Nessa lógica, plágio é sempre a apropriação indevida de obra intelectual de alguém, independentemente de o tipo de obra ser artística, comercial ou de conhecimento. Para escrever um texto, utilizando partes de texto de outros autores, tem-se duas maneiras corretas a seguir:

2.11.1. Fazendo citação literal do texto lido, ou seja, o escritor copia partes do texto que interessa e transpõe para o seu texto. E como isso é feito?

Exemplos:

2.11.1.1. Citação direta com até três linhas: Em Pérez-Gómez (2000, p. 95) temos que “o aluno aprenderá de forma relevante o que considere necessário para sobreviver com êxito na escola, o que venha exigido

pelas peculiaridades da cultura escolar”. Podemos perceber que o educando aprende envolto por um misto de sentimentos, de emoções e de sensações, que se originam nos fatores motivadores para a aprendizagem¹.

Pode-se perceber que no texto foi utilizada uma citação igual à que o autor escreveu em seu texto. A citação encontra-se entre aspas e está devidamente identificada com nome do autor, ano e página. O que significa que foi retirado de algum livro ou artigo ou documento. Cabe ressaltar que na norma APA ao invés de três linhas são computadas até 40 palavras.

2.11.1.2. Citação direta com mais de três linhas: O educador necessita tornar-se um educador empático, pois poderá perceber os sinais dados pelo educando e reverter os aspectos negativos em positivos e efetivamente ensinar. Concordando com Goleman (apud CHABOT; CHABOT, 2008, p. 141) afirmamos que:

os indivíduos empáticos sabem ouvir os inúmeros sinais emocionais e isto faz com que sintam as emoções não-explicitas de uma pessoa ou de um grupo. São capazes de ouvir com atenção e de compreender a perspectiva do outro. Um indivíduo dotado de empatia não terá dificuldades para entender-se com pessoas de meios diversos e de outras culturas.

Percebe-se que no texto foi utilizada uma citação literal do autor. Entretanto, a citação está devidamente identificada com nome do autor, ano e página. Como é uma citação com mais de três linhas há o recuo de 4 cm da margem, diminuição da fonte para 10 ou 11 e passa a ter espaço simples, mostrando que o escrito é do autor citado.

2.11.2. Fazendo transcrição do que leu, ou seja, o escritor lê o texto e escreve com suas palavras o que compreendeu. E como isso é feito?

Exemplos:

2.11.2.1. Em Pérez-Gómez (2000, p. 95) temos que “o aluno aprenderá de forma relevante o que considere necessário para sobreviver com êxito na escola, o que venha exigido pelas peculiaridades da cultura escolar”.

¹ Trecho de texto retirado de (MATTOS, 2008, p. 51).

Tem-se o texto do autor acima em citação, certo? Como modificá-lo sem plagiar?

2.11.2.1.1. Inicie o texto por utilizar expressões como: De acordo com.... Corroborando.... Segundo.... Para Concordando com.... ou com o próprio nome do autor do texto.

2.11.2.1.2. Ao ler o texto percebem-se as palavras essenciais, ou seja, aquelas que não podem ser retiradas do texto ou sem elas o texto não faz sentido. Então sublinhe essas palavras-chave ou expressões ou tópico frasal:

“o aluno aprenderá de forma relevante o que considere necessário para sobreviver com êxito na escola, o que venha exigido pelas peculiaridades da cultura escolar”.

Agora podemos transcrever o texto:

De acordo com Pérez-Gómez (2000) a aprendizagem do aluno, realizada com êxito na escola, ocorrerá pelas peculiaridades da cultura escolar.

Não necessário citar a página, já que não houve cópia fiel do texto do autor. Entretanto, como foram utilizadas palavras do texto há a necessidade de citar autor e ano do texto, significando que a ideia intelectual é deste autor.

2.11.2.2. Concordando com Goleman (apud CHABOT; CHABOT, 2008, p. 141) afirmamos que:

os indivíduos empáticos sabem ouvir os inúmeros sinais emocionais e isto faz com que sintam as emoções não-explicitas de uma pessoa ou de um grupo. São capazes de ouvir com atenção e de compreender a perspectiva do outro. Um indivíduo dotado de empatia não terá dificuldades para entender-se com pessoas de meios diversos e de outras culturas.

2.11.2.2.1. Faça o mesmo procedimento do item anterior, sublinhando o que é essencial no texto. O texto foi ampliado para facilitar.

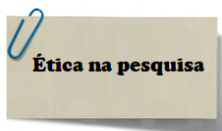
os indivíduos empáticos sabem ouvir os inúmeros sinais emocionais e isto faz com que sintam as emoções não-explicitas de uma pessoa ou de um grupo. São capazes de ouvir com atenção e de compreender a

perspectiva do outro. Um indivíduo dotado de empatia não terá dificuldades para entender-se com pessoas de meios diversos e de outras culturas.

Transcrevendo o texto:

Concordando com Goleman (apud CHABOT; CHABOT, 2008) afirmamos que os indivíduos empáticos percebem as emoções não explícitas, ouvem com atenção e compreendem a perspectiva do outro de culturas e meios diversos.

Não necessário citar a página, já que não houve cópia fiel do texto do autor. Entretanto, como foram utilizadas palavras do texto há a necessidade de citar autor e ano do texto, significando que a ideia intelectual é deste autor.



Um assunto importante de tratar é a ética. Como foi abordado acima existem algumas coisas que não se pode fazer em uma pesquisa, tais como plágios, fraudes e faltar com a verdade. Entretanto, quando a realização da pesquisa conta com a participação de seres humanos, alguns aspectos devem ser levados em consideração. A pesquisa científica inicia-se a partir de fontes, sejam elas documental, bibliográficas ou seres humanos. Diante disso, a integridade do ser humano deve ser resguardada. No Brasil, a preocupação com a ética e com a integridade tem pouco tempo de discussões. Para coibir os abusos foi estabelecido pela resolução 196/96 (BRASIL, 1996) que as pesquisas com seres humanos devem ser aprovadas por um comitê de ética.

De acordo com Araújo (2003, p. 59) “a partir da Resolução CNS 196 (1996) e das resoluções complementares, o desenvolvimento das pesquisas com seres humanos, no Brasil, tomou um novo rumo e os pesquisadores tiveram que se adaptar ou estão se adaptando a essa nova realidade”. Assim, essa resolução abrange qualquer tipo de pesquisa, as quais tenham participação de seres humanos. Além disso, o manejo das informações obtidas por intermédio de seres humanos deve ter o consentimento dos mesmos para serem publicadas.

Capítulo III

Elaborando a pesquisa científica

3.1. Desenvolvendo a pesquisa



O desenvolvimento de uma pesquisa envolve a busca de respostas a respeito de fatos ou de fenômenos ainda não respondidos. Para Gatti (2006) pesquisa pode ser uma busca simples de informações, chegando até o uso de metodologias e teorias para novos conhecimentos. Entre um e outro muita coisa acontece. Segundo a autora:

Não se pode tomar a palavra pesquisa de modo amplo e vago, mas é necessário tomá-la em uma acepção mais acadêmica, implicando o uso de métodos específicos, preocupação com validade, rigor ou consistência metodológica, preocupação com a ampliação ou construção de novos conhecimentos sobre determinada questão [...] (GATTI, 2006, p. 26)

Nessa perspectiva, cabe ao pesquisador sair da superficialidade ou emissão de opiniões e buscar um método que esclareça os fatos ou fenômenos com rigor científico. Gatti (2010, p. 9) afirma que, em um sentido amplo, pesquisa pode ser entendida como “[...] o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” e, em um sentido mais estrito seria a “[...] criação de um corpo de conhecimentos sobre um certo assunto”. Por esse ângulo, pesquisar envolve características específicas na busca de um conhecimento que ultrapasse o entendimento imediato do pesquisador para a compreensão da realidade pesquisada.



Desenvolver uma pesquisa envolve procedimentos com os quais o pesquisador assume seu compromisso com a veracidade, credibilidade e confiabilidade para com os resultados encontrados. Envolve, ainda, o planejamento minucioso de um projeto de pesquisa com o qual o pesquisador se orientará, com o rigor necessário, para a implementação da investigação. Beillerot (1991) adverte que o pesquisador precisa ter em mente que existe uma diferença entre fazer pesquisa, pesquisar e ser pesquisador. O autor ressalta que na literatura existem três critérios para reconhecer um processo de pesquisa, a saber: produção de novos conhecimentos; um rigoroso processo de investigação e comunicação dos resultados.

Cabe ressaltar que a produção de novos conhecimentos traz consequências para a área na qual ele está inserido. Essas consequências vão desde a modificação das práticas relativas ao assunto ou tema até a modificação da própria área de conhecimento. Consequentemente, o pesquisador tem que tomar o cuidado de não prescrever resultados. Analogamente, cabe ao pesquisador, por intermédio de suas escolhas, esclarecer no conjunto de suas opções de ações a dimensão política que tem a ver com os propósitos e estratégias de pesquisa e a dimensão ética que envolve os valores.

Nessa ótica, o pesquisador consciente compreende a complexidade de realizar uma pesquisa e entende que suas escolhas são baseadas em valores éticos e ideológicos. A seguir é apresentado os procedimentos para o desenvolvimento de uma pesquisa com os quais o pesquisador responde as seguintes questões: O que? Para que? Por quê? Como? Quando? Onde? Com quem? Quanto?

3.2. Tema de pesquisa



Muitos autores abordam a importância da escolha do tema para o desenvolvimento de uma pesquisa. Um tema não é apenas um assunto ou algo a ser

tratado para se obter um título ou o reconhecimento da academia. Um tema é o elemento essencial! Pode-se dizer que é a parte mais importante para que uma pesquisa obtenha êxito. Um tema é rico, é desbravador e proporciona ao pesquisador descobrir novos conhecimentos. Um tema é criativo e permite ao pesquisador sê-lo também. A aventura de uma pesquisa de sucesso começa pela escolha do tema.

Um tema é tão relevante em uma pesquisa que faz parte ou compõe o título da mesma. Pode-se dizer que é essência do texto, ou seja, aquilo que impulsionou o pesquisador a realizar a pesquisa. Um tema deve ser delimitado, mas não pode limitar as ideias do pesquisador. Muito pelo contrário, deve sim desvelar e revelar todas as possibilidades que o contém.

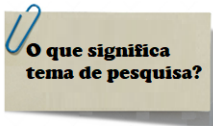


Em uma pesquisa científica o primeiro item, ou seja, o ponto de partida, é a escolha do tema. A pergunta a ser respondida pelo pesquisador é **O que vou explorar?** Geralmente, o tema ou assunto está vinculado a área profissional do pesquisador ou a algo que o inquieta dentro de sua comunidade ou em outras comunidades ou pode estar diretamente relacionada a área de pesquisa do orientador. Nesta perspectiva, o tema abrange uma área de interesse, na qual existem **Lacunas ou Gap**. Entretanto, não basta haver lacunas. O importante é ser um tema que traga acréscimos aos conhecimentos já desenvolvidos por outros pesquisadores da área. **O TEMA é um item extremamente relevante em uma pesquisa.**

A área de pesquisa é uma primeira delimitação, ainda que seja ampla. Para a escolha do tema de uma pesquisa, o pesquisador faz uma segunda delimitação, especificando ainda mais aquilo que pretende desenvolver. É um recorte realizado na área de pesquisa. Encontrar um tema de pesquisa exige que o pesquisador faça algumas perguntas para verificar se realmente é o tema eleito. Primeiro, ele vai responder: **Este tema me agrada e me motiva?** Se, a resposta for positiva, o pesquisador vai fazer a segunda pergunta: **Este tema possui relevância social e acadêmica?** Novamente, se a resposta for positiva, o pesquisador faz a terceira e última pergunta:

Este tema possui fontes de pesquisa? Se for sim, ótimo! O tema está escolhido.

Entretanto, se o tema não possui ou possui poucas fontes por mais razão deve ser pesquisado. Pode ser um sinal de que o tema está relegado pelos estudiosos e pesquisadores. A opção por temas que têm poucas ou nenhuma fonte exige um comprometimento maior do pesquisador, já que ele será o produtor e difundirá novas fontes de pesquisa. Cabe lembrar a dimensão ética em uma pesquisa desse tipo e a relevância dos resultados encontrados.



Você deve estar se perguntando o que significa tema. O significado literal da palavra remete ao assunto, mas etimologicamente significa tese, assunto, proposta. Na origem latina vem da palavra *thema*, a mesma para a origem grega. Entretanto, no latim remete a matéria, ao tema, ao assunto e no grego a algo colocado, proposto. Tema é o assunto sobre o qual a pesquisa se desenvolverá. Surge da curiosidade do pesquisador ou dos desafios ou das dificuldades encontradas. Na maioria, a escolha do tema está vinculada ao curso que se estuda ou a área de atuação do pesquisador como já foi abordado. Entretanto, pode haver necessidade do orientador ou da instituição delimitar algumas áreas de estudo, facilitando, assim, a escolha por parte do aluno. Um “bom”¹ tema deve ser de interesse do pesquisador, permitindo que o desenvolvimento da pesquisa não se torne desinteressante e cansativo.

Nada de escolher temas mirabolantes ou difíceis de serem desenvolvidos no tempo estipulado pelo curso. Essa escolha pode influenciar o desenvolvimento do pesquisador, acabando por desanimá-lo e até provocar a desistência de seu objetivo. Opte por temas acessíveis e procure por aqueles que trarão respostas a assuntos relevantes cientificamente. Lembre-se, uma simples curiosidade sobre o tema ou assunto pode não ser um “bom” tema de pesquisa. Lacunas devem existir, ou seja,

¹ A utilização do termo “bom” não significa atribuição de juízo de valor, mas como atribuição de relevância que surtirá em pesquisa.

existem espaços a serem preenchidos com respostas a serem alcançadas. Reflita criticamente e responda as seguintes questões:

- 1) O tema é interessante para mim e para o meio acadêmico e científico?
- 2) Conseguirei responder as perguntas que o tema suscita, no tempo disponível?
- 3) O tema despertará o interesse dos possíveis leitores?
- 4) O tema gerará opiniões controversas?

Após responder estas questões, verifique se o tema é pertinente para ser desenvolvido em uma pesquisa, ou seja, se o tema é interessante tanto para você como para os possíveis leitores, bem como para o meio acadêmico e científico. Sendo assim, é um “bom” tema. Se gerar polêmicas ou se é extenso demasiadamente ou, ainda, se não conseguirá desenvolvê-lo, então busque outro tema mais acessível ou procure delimitar um pouco mais o tema. Portanto, é muito importante definir um tema claro e coerente com possibilidades reais para desenvolvê-lo, além de obter facilidade para encontrar referências bibliográficas necessárias ao desenvolvimento do referencial teórico.

Uma vez escolhido o tema verifique sua viabilidade, acessibilidade de teorias, importância acadêmica e científica e busque prazer em desenvolvê-lo. Quanto

mais perguntas suscitar um tema, melhor ele é. Escolher um tema de pesquisa significa selecionar um assunto dentre tantos outros que ficarão de fora. Portanto, **escolher um tema significa encontrar o objeto de pesquisa que será explorado cientificamente**. Explorar um tema remete a curiosidade, a criatividade e a originalidade do pesquisador. Após a escolha do objeto de pesquisa, o pesquisador sai da fase exploratória, que é fase a qual o pesquisador está definindo o que explorar.

TEMA

Assunto pelo qual se desenvolve uma pesquisa.

TEMA = OBJETO DE PESQUISA

TEMA = O que vou explorar?





Tema
O que pensam os
autores?

A escolha do tema precisa ser viável, ter relevância acadêmica e ser pertinente e atual à época da pesquisa. Segundo Furasté (2008) a escolha do tema precisa levar em consideração: a área de interesse; o ramo de trabalho; o assunto de conhecimento ou gosto pessoal e o tema propriamente dito, para que o pesquisador consiga tratar o tema de forma segura e coerente.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 218) tema “é o assunto que se deseja provar ou desenvolver”. Segundo as autoras, na escolha de um tema leva-se em consideração fatores internos e externos. Os fatores internos consistem no interesse e na compatibilidade do pesquisador com o tema escolhido, bem como, “encontrar um objeto que mereça ser investigado cientificamente” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 45). Os fatores externos constituem-se na disponibilidade do pesquisador, na existência de fontes e na “possibilidade de consultar especialistas da área” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 45).

Para Minayo (2009, p. 19) a definição do tema indica a área de interesse, tratando-se de uma “delimitação ainda bastante grande”. Segundo Eco (1983, p. 41) a escolha do tema precisa responder aos interesses do pesquisador, que sejam acessíveis e que faça parte da experiência vivida dele. Portanto, um tema precisa ser adequado ao pesquisador e, ao mesmo tempo, possuir importância para o meio acadêmico e científico.

Segundo Kahlmeyer-Mertens, Fumanga, Toffano e Siqueira (2007, p. 32-33) “[...]. Tema é sobre o que se fala; é aquilo com o que nos ocuparemos no projeto, no curso da pesquisa e na monografia”. Dessa forma, o tema é o que deve ser tratado, determinado ou descrito de forma mais aprofundada em um trabalho de pesquisa científica. De acordo com os autores acima citados, “falar de um tema é, em boa medida, falar de um objeto que o constitui, devendo ambos estar claramente delimitados” (KAHLMAYER-MERTENS *et al.*, 2007, p. 38).

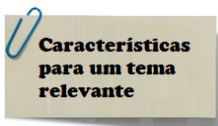
De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 120) o tema pode “surgir de uma dificuldade prática enfrentada pelo pesquisador, da sua curiosidade científica, de desafios encontrados na leitura de outros trabalhos

ou da própria teoria”. É importante o pesquisador ter a curiosidade aguçada e realçada pelas leituras que realiza. Escolher um tema é fazer uma escolha pessoal, que tenha as características daquilo que o pesquisador está desenvolvendo em seu percurso acadêmico e profissional.

Desse modo, todos os autores citados concordam que um tema precisa ser do interesse do pesquisador, ou seja, faz parte da vida dele ou ainda, faz parte da vida profissional. O interesse é um aspecto que desperta o pesquisador para o tema, que o faz pensar a respeito do que está ocorrendo ou o que está faltando ou ainda, o que suscita dificuldades, desafios ou lacunas.

Tão importante quanto o interesse está a relevância para o meio acadêmico. Um tema que esteja em voga ou que esteja causando impacto no meio acadêmico e científico desperta o interesse do pesquisador e de toda comunidade. Entretanto, um tema que é pouco explorado ou que esteja em “stand by” pode ser um bom tema de pesquisa, melhor dizendo, caso o pesquisador tenha encontrado algo relevante a ser pesquisado.

Há certa propensão a escolher um tema que trata de muitos outros temas. O pesquisador precisa estar atento a esse engodo que ocorre ao escolher um tema. Pode ser um desafio impossível! Não se pode escolher um tema baseado no orgulho intelectual, em que a escolha caminha por uma visão panorâmica e sem profundidade. **Escolher um tema trata-se de um ato de astúcia do pesquisador, dizendo de outro modo, é um ato de sutileza, de encontrar o ponto certo, a direção correta para desenvolver a pesquisa.**



Primeiro deve-se levar em consideração que o termo “ser relevante” não é um juízo de valor em relação a escolha do tema, mas sim, como algo que se torna “pesquisável”. Ser “pesquisável” é ter a possibilidade de desenvolvimento para uma pesquisa. Um tema relevante tem algumas características que o pesquisador precisa ficar atento na hora da escolha. São quatro as características essenciais para um tema ser

considerado “pesquisável”, isto é, compreendendo que desse tema surtirá uma pesquisa:

- a) **Originalidade:** é sempre importante escolher um tema que tenha pontos ou lacunas a serem resolvidos ou que permita novos questionamentos;
- b) **Relevância:** é importante propiciar o enriquecimento das informações sobre o tema escolhido;
- c) **Viabilidade:** é importante ser acessível às diferentes fontes de consulta, ao tempo disponível e ao nível do pesquisador; e
- d) **Pertinência:** é importante ser um tema atual e oportuno para o crescimento acadêmico e científico.

O tema é autêntico (originalidade); é importante para o meio acadêmico-científico (relevância); é acessível ao pesquisador e tem caminhos a serem percorridos (viabilidade) e se refere a uma lacuna específica de uma área (pertinência).

Delimitação do tema

A delimitação do tema é um momento muito complicado, em que o pesquisador precisa, após separar diversos assuntos sobre o tema, optar apenas por um, tendo em vista, aquele que mais o atrai e que, ao mesmo tempo, traga respaldo para a área de estudo, ou seja, traga uma efetiva contribuição a respeito do tema em questão. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 218) “o processo de delimitação do tema só é dado por concluído quando se faz a sua limitação geográfica e espacial, com vistas à realização da pesquisa”.

É necessário colocar um limite sobre o que se vai pesquisar. É necessário delimitar para não fugir ao tema e, ao mesmo tempo, não despender muito tempo com uma pesquisa que não conseguirá chegar ao término em tempo hábil, estipulado pela instituição escolhida. Optar por temas muito abrangentes inviabiliza o aprofundamento. É importante extrair um assunto constitutivo e significativo do tema e que contemple as disponibilidades e o gosto do pesquisador.

Nessa perspectiva, de um todo (tema) deve-se retirar as partes (assuntos) e dentre estes, escolher aquele que melhor representa

aquilo que se pretende investigar. Conforme Santos, Molina e Dias (2007, p. 131) “o tema precisa ser delimitado, pois, quanto mais demarcado, mais claro fica, facilitando, assim, o alcance dos objetivos propostos. A delimitação representa a especificação de uma parte no todo e deve identificar o espaço pesquisado”. Assim, o primeiro passo é separar o tema em quantas partes forem possíveis, desde que nenhuma parte contenha o todo. Observe o exemplo a seguir:

Exemplo de tema: **Tecnologia ou Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**

Exemplo de assuntos: **informática educativa; uso do computador na educação; uso de um software para ensino de um assunto; uso da calculadora; ambientes interativos; redes sociais etc.**

Alguns assuntos podem ser desmembrados. Por exemplo: **redes sociais**

Exemplo de desmembramento de redes sociais: **uso de um blog para o ensino de conteúdo; uso do Facebook para o ensino e a aprendizagem; uso de um blog para disponibilizar material; interferência das redes sociais na aprendizagem; o mau uso das redes sociais, a produção indevida de Fake News nas redes sociais, Bullying virtual etc.**

O que é delimitar?

Delimitar significa por limites, ou seja, definir a abrangência de um tema pesquisado, selecionando algum aspecto ou problema encontrado.

Delimitar é estabelecer os limites espaciais, temporais e conceituais, fazendo a determinação de fronteiras entre o todo e a parte que vai pesquisar.

Cada tema tem n possibilidades de desenvolvimento. O importante é estar atento para escolher um assunto que possibilite melhorar a área, na qual o pesquisador estuda ou atua profissionalmente. Isso permite maior engajamento e interesse no desenvolvimento da pesquisa.

Mas nem tudo são flores na escolha do tema. A escolha de um tema é passível de erros por parte do pesquisador. Um erro que ocorre normalmente é o pesquisador entender que tem um tema porque ficou curioso com algo. Nesse caso há duas possibilidades. A primeira é que essa curiosidade – curiosidade epistemológica (FREIRE, 2003, p. 31) – realmente se traduz em um tema de pesquisa, ou seja, o pesquisador ficou curioso com algo que tem uma lacuna e que precisa ser investigada na busca da solução.

Erros comuns na escolha do tema:

- 1 - Escolher um tema porque quer trabalhar com determinado amigo. Isso pode levar a atritos e divergências ao longo do desenvolvimento do trabalho.
- 2 - Escolher um tema fácil, muito pesquisado e que se encontram diversas pesquisas online. Isso pode gerar facilidade excessiva, levando ao plágio. Plágio é crime e acarreta reprovação ou eliminação do curso.
- 3 - Escolher um tema sem relação com a vivência e experiência. Isso acarreta esforço demais e se, se perde o fôlego, pode levar a desistência da pesquisa.
- 4 - Deixar outro escolher o tema. Isso acarreta falta de compromisso com o desenvolvimento do trabalho.
- 5 - Escolher um tema porque um amigo ou alguém já desenvolveu um trabalho sobre o assunto. Isso é perigoso, pois a identificação ou interesse pelo tema é forçado, possibilitando ao longo do desenvolvimento do trabalho desinteresse e plágio.

No segundo caso, a curiosidade é uma “curiosidade ingênua” (FREIRE, 2003, p. 31) em que o pesquisador se encanta por algo do saber comum. Entretanto, não há uma reflexão crítica sobre o que pretende pesquisar. Não traduz um pensar certo pela superficialidade dos acontecimentos, pelos achismos ou opiniões sem relevância, portanto é hora de optar por modificar o tema eleito.

De acordo com Freire (2003, p. 33-34)

Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda – exige o pensar certo – que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensar certo não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar é radicalmente coerente.

Espera-se que o pesquisador delimite seu tema com responsabilidade, compreendendo a relevância dessa escolha. Há que se ter compromisso, ética e estar aberto ao novo. Há que se ter o entendimento

do ponto de vista do pensar certo, que significa não ter a cabeça cheia de acúmulo de saber, mas, ter uma cabeça bem-feita valorizando o pensar certo e estimulado pela investigação interrogativa. Repensar o conhecimento existente por meio da argumentação e da discussão de ideias, valorizando o diálogo entre o pensamento, o conhecimento e o espírito investigativo.

Nessa perspectiva, a organização do conhecimento abrange “separação e ligação, análise e síntese” (MORIN, 2004, p. 24), situando o conhecimento existente em um contexto, onde “um pensamento unificador abre-se de si mesmo para o contexto” (MORIN, 2004, p. 25). Ainda segundo Morin (2004, p. 25) é “impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes”. O pensar certo permite o fluir de ideias, em um caminho aberto para a criatividade e a prática crítica e reflexiva sobre aquilo que se produz.

3.3. Problema de pesquisa



Muitos pensam que um problema de pesquisa é tão somente uma situação inquietante, isto é, algo que afligiu o pesquisador e que tem ele que resolver.

Um problema de pesquisa não é qualquer problema, já que qualquer problema pode ter a resposta obtida rapidamente, sem necessidade de desenvolvimento de uma pesquisa. Um problema qualquer, por exemplo, é inquietar-se sobre que comida será feita, que roupa vestir, que time ganhará o torneio etc.

Um problema de pesquisa exige um questionamento relacionado ao tema que será pesquisado. É o parâmetro para o desenvolvimento de todo o estudo. Exige, ainda, o desconhecimento da resposta desse problema. Entretanto, o desconhecimento não deve significar a ausência de conhecimento da existência da resposta, mas sim, que o problema ainda não tem solução, ou seja, é uma lacuna que necessita resposta. Dessa forma, só há pesquisa se houver um problema e só há problema se e somente se ocorrer

uma necessidade por parte de uma comunidade em solucionar uma situação existente em um dado espaço e em um determinado tempo.



Introduzindo o assunto

A busca pelo conhecimento científico é um processo crítico e reflexivo, que envolve um procedimento metodológico. A investigação científica surge do desejo de obter uma explicação viável, provável, testável e que emerge da necessidade de encontrar uma solução a qualquer problema. Como já foi abordado, um problema de pesquisa não pode ser qualquer pergunta. Ele tem características específicas. Ele precisa ser respondível, ou seja, um problema de pesquisa visa encontrar resposta. Consequentemente, **um problema de pesquisa é uma pergunta que precisa de solução e que emerge da inquietação do pesquisador**. Nessa perspectiva, o problema deve ser escrito na forma interrogativa.

De onde surgiu a palavra problema?

Para Laville e Dionne (2008) a palavra problema originou-se de duas palavras gregas. *Pro* que significa *na frente* e de *ballein* que significa *jogar*. Consequentemente, problema significa jogar na frente, ou seja, pôr à frente para tentar resolver as situações problemas que aparecem em determinada realidade.

Nem todo problema é passível de ser tratado cientificamente. Um problema de natureza científica é aquele que envolve aspectos ou variáveis que possam ser testadas e comprovadas. Cabe ao pesquisador compreender qual pergunta é um problema de pesquisa científica. Portanto, um problema cientificamente viável permite ao pesquisador testar, manipular e observar diferentes variáveis, bem como, encontrar uma solução, por

meio dos dados coletados e da análise dos mesmos. Um problema pode ser a explicação para o sucesso ou para o fracasso em uma pesquisa científica.

O que é problema de pesquisa?

Quando a realidade é observada e alguma coisa provoca inquietação em alguém, está-se diante de um tema de pesquisa. Este tema, delimitado, gerará uma questão, uma pergunta de partida, que encaminhará o desenvolvimento da pesquisa e que deverá ser respondida após um percurso investigativo. Esquemáticamente:

O pesquisador está diante de uma fase decisiva da pesquisa, mas também de formulação da pesquisa, pois lhe permite definir a abrangência que o desenvolvimento da mesma possibilitará. Nesta etapa preliminar da pesquisa, o pesquisador vai optar por um questionamento, após ter realizado leituras a respeito do tema em questão e ter certo grau de conhecimento sobre o assunto a ser investigado. Um pesquisador não parte do nada, tampouco caminha no vazio diante de um tema.

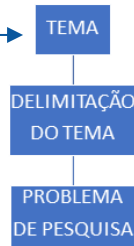
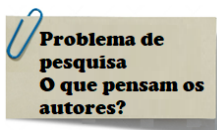


Imagem capturada da internet

Observando a tirinha da Mafalda é possível perceber que houve uma inquietação devido a algo que não estava justificado pela lógica que ela tinha conhecimento, isto é, se havia água no chão supôs-se que uma possibilidade era estar chovendo. Que não era a alternativa correta. Consequentemente, ela foi em busca da solução de sua inquietação. É assim que o pesquisador assume uma pergunta ou problemática de pesquisa. Verifica o que no tema tem lacunas, que ainda não foram respondidas e tenta buscar a resposta para uma dessas lacunas. Portanto, **um problema de**

pesquisa é uma pergunta, apresentada de forma clara e precisa e que, ainda, não tem resposta.



Elaborar o problema ou pergunta de partida de pesquisa é uma etapa muito importante. Esta pergunta deve ser empírica e suscetível de solução. Para Lakatos e Marconi (1991, p. 126) um problema de pesquisa “consiste em um enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, [...]”. Operacionalizar um problema é torná-lo apto para chegar a uma conclusão, transformando saberes já existentes em novos conhecimentos. Consequentemente, transformar ideias é pô-las em ações passíveis de tornarem saberes.

De acordo com Kerlinger (apud LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 126) “o problema de pesquisa se constitui em uma pergunta científica quando explicita a relação de dois ou mais fenômenos (fatos, variáveis) entre si, adequando-se a uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica”. Portanto, formular um problema de pesquisa exige o conhecimento de literatura pertinente, ou seja, conhecer o que já tem escrito e publicado sobre o assunto.

Rudio (apud LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 126) afirma que “formular o problema de pesquisa consiste em dizer, [...], qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características”. Nesse momento, a formulação do problema de pesquisa leva a especificação e individualização do assunto trabalhado pelo pesquisador. Apresentar características significa especificar os aspectos ou desafios que impulsionam o pesquisador em sua busca investigativa.

Segundo Gil (2002) um problema de pesquisa não é tarefa fácil de ser elaborada. Para o autor, existem diferentes acepções sobre o que é um problema. Entretanto, Gil (2002; p. 23) adota como problema uma “questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. Contudo, nem todo problema pode ser tratado

cientificamente. Para Gil (2002) um problema é tratado cientificamente quando envolve variáveis que podem ser testadas.

Fiorentini e Lorenzato (2012, p. 90) afirmam que um problema de pesquisa “[...] expressa geralmente uma inquietação, uma situação dilemática ou um impasse a ser enfrentado pelo pesquisador”. Desse modo, o problema de pesquisa surge “[...] de uma contradição/dificuldade percebida na prática ou nos estudos já produzidos”, ou seja, ao investigar um tema o pesquisador depara-se com uma dificuldade e busca uma solução para a mesma.

De acordo com esses autores um problema pode surgir, ainda, de “[...] uma contradição/inquietação entre o que se sabe (conhecimentos, teorias, pontos de vista encontrados na literatura) e o que se percebe/encontra na realidade” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 90), isto é, o pesquisador observa a realidade e se inquieta a respeito de um aspecto sobre o qual pesquisa ou estuda. E, mais ainda, segundo eles um problema “[...] pode expressar a lacuna que existe entre uma situação insatisfatória de partida e uma situação desejável de chegada” (FIORENTINI; LORENZATO, 2012, p. 90). Assim sendo, o pesquisador depara-se com um aspecto que não satisfaz a realidade pesquisada e procura encontrar uma solução desejável, como resposta à situação insatisfatória.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 83) “definir o problema da pesquisa é explicitar, em uma frase objetiva, compreensível e operacional, a dúvida com a qual nos deparamos e planejamos resolver”. Consequentemente, consiste em apontar de forma clara qual a dificuldade que o pesquisador quer sanar. Para os autores, “o problema é mola propulsora de todo o trabalho de pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 83).

Os autores afirmam que um problema de pesquisa é algo a ser resolvido e é objeto de “discussão, investigação, decisão ou solução” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 84) e, que todo processo da pesquisa desenvolver-se-á para alcançar a solução do problema. De acordo com estes autores muitos fatores são determinantes para a escolha do problema de pesquisa. Eles acreditam que mais importante que chegar à solução da

pesquisa, é saber elaborar uma pergunta inicial. Transformar o tema em uma questão básica é imprescindível. Desse modo, o problema foca o que vai ser investigado dentro do tema de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para Minayo (2009, p. 39) “a definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil, mas também é a razão da existência de um projeto”. É uma maneira de provar que as coisas não estão dadas na realidade. Corroborava Laville e Dionne (1999, p. 85) quando afirmam que “um problema de pesquisa é um problema”, posto que a mente humana é mobilizada por problemas da realidade com a intenção de buscar suas soluções. Segundo as autoras “um problema de pesquisa é um problema que se pode resolver com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 87). Para elas um problema verdadeiro fornece novos conhecimentos, úteis à compreensão de um fenômeno e traz solução para este.

De acordo com Santos, Molina e Dias (2007, p. 132) problema é “[...] uma questão ainda sem solução, que emite uma pergunta voltada a uma dificuldade, teórica ou prática, a respeito de um problema de estudo que ainda o pesquisador sente que não foi resolvido por ele ou pelos autores consultados”. Nessa perspectiva, a clareza com que for formulado o problema trará para o pesquisador maior adequação sobre as decisões a serem tomadas em direção ao alcance da solução almejada.

A escolha ou elaboração de um problema está sujeito a regras de procedimentos ou normas acadêmicas e científicas. Além disso, deve seguir certos paradigmas adotados por instituições e/ou orientadores. Conforme Zamboni (2001, p. 51) “a escolha do problema, não raro, pode-se tornar outro problema para o pesquisador. Apontar o problema exige inclusive uma dose de criatividade”. Essa dose de criatividade segundo Moles (apud ZAMBONI, 2001, p. 51) “é a aptidão de criar ao mesmo tempo o problema e sua solução”.

O problema deve ser compreensível e ter uma profunda relação com o tema, tornando-se específico e individualizado, o qual obterá a resposta

adequada. Portanto, deve ser inconfundível, ou seja, possibilita a busca da solução exata, conduzindo as investigações no caminho apropriado ao desvelamento dos resultados. É por meio do problema que se constrói o conhecimento novo.

Por que elaborar um problema de pesquisa?

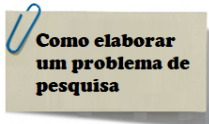
A elaboração do problema de pesquisa permite ao pesquisador saber o que deve ser respondido ao final da pesquisa. Desse modo, a formulação do problema visa a um efeito ou ação em determinada população ou realidade, que auxilie na resolução de situações problemas e que seja do interesse do pesquisador e da população envolvida. Portanto, elaborar um problema de pesquisa significa torná-lo específico, único, possível de obter tratamento científico.



Imagem capturada da internet

É claro que um tema suscita inúmeras inquietações e fervilham diversas perguntas a respeito. Como retratado na tirinha, é quase impossível termos um único problema sobre algo. Dessa forma, cabe ressaltar, que é importante distinguir problema de problemática ou problematização. **Uma problemática é considerada como a colocação dos problemas que é pretendido investigar dentro de um campo teórico.** Nessa perspectiva, problemática de pesquisa é o conjunto de fatores que faz com que o pesquisador tome conhecimento de um determinado problema, realizando um recorte no todo existente para a investigação. Desse modo, problema é uma interrogação elaborada mediante a realidade exposta ao pesquisador.

Já problematização, de acordo com Foucault (1984, p. 18, grifo nosso) “é o conjunto de práticas discursivas ou não-discursivas que traz algo para o jogo da verdade e da falsidade e o constitui como um objeto de pensamento (seja na forma de reflexão moral, conhecimento científico, análise política etc.)”. Consequentemente, seria o verdadeiro pensamento crítico sobre a realidade, do qual fervilham inúmeras perguntas. O pesquisador, na visão foucaultiana, deve afastar-se a uma distância crítica para retomar o problema e analisá-lo.



Para formular um problema de pesquisa é essencial ter conhecimento da literatura existente, evitando repetir o que já existe. Portanto, torna-se necessário buscar uma bibliografia inicial sobre o tema que se quer pesquisar e aprofundar os conhecimentos, inteirando-se das pesquisas já realizadas e das que ainda estão sendo desenvolvidas. Faz-se necessário manter contato com pessoas que acumulam conhecimento na área ou sobre o tema escolhido, ou seja, que pesquisem o tema de pesquisa. Portanto, cabe ao pesquisador, pelo menos, ter acesso às pesquisas destas pessoas.

Exige-se, ainda, fazer um estudo exploratório e acima de tudo, estar imerso na sistemática do tema ou problema de pesquisa, ou seja, o que se pretende pesquisar, que faça parte do cotidiano, quer profissional, acadêmico ou pessoal. Desse modo, um tema surgido dentro de um campo cotidiano permite ao pesquisador ter maior envolvimento. Entretanto, este envolvimento não pode direcioná-lo por caminhos, os quais ele queira. Este envolvimento deve possibilitar engajamento, comprometimento com o foco da pesquisa, levando-o a encontrar respostas e não a afirmar aquilo que ele acha ser a resposta da pesquisa. **Um pesquisador não é neutro quando pesquisa, mas, deve ser parcial, isto é, o pesquisador faz parte da pesquisa, mas, busca soluções adequadas, sem dar privilégios àquilo que ele acredita ser a solução.**

Pode-se falar em ética do pesquisador, ou seja, a necessidade da ética no trabalho de pesquisa como um elemento indicador de limites para a maneira como o pesquisador vê a investigação. Assim sendo, não há respostas prontas, tampouco de antemão. De acordo com Rios (2006, p. 81) “a ética pode, então, ser definida como uma atitude crítica diante da moralidade, uma investigação sobre a consistência e o significado dos valores morais”. **A ética consiste em uma atitude crítica e reflexiva, o que corrobora a parcialidade do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa, isto é, provoca inquietações sobre como se deve agir diante da construção de uma investigação.**



Como elaborar as perguntas iniciais?

O que significa as interrogações iniciais? Significa que o pesquisador ao se deparar com uma problemática de pesquisa, o iluminará, porá luz sobre o que originou a problemática de pesquisa. As interrogações iniciais dizem respeito à natureza, às vantagens de resolver o problema, à solução que se pode prever, às dificuldades que se pode encontrar, às possibilidades de materiais e documentos disponíveis, o que poderá ser produzido de novo etc. Assim, partindo do tema, passando pela problemática, chegar-se-á a um problema de pesquisa único e original.

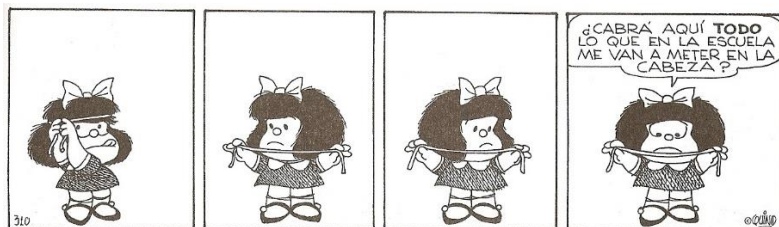


Imagem capturada da internet.

Para elaborar um problema de pesquisa, o pesquisador interroga-se sobre algo que lhe incomoda. Mas, de onde surge um problema de

pesquisa? Para Laville e Dionne (1999) as interrogações iniciais são as primeiras percepções que o pesquisador tem a respeito de determinada situação e que precisa ser analisada de perto. Observando a tirinha da Mafalda pode-se inferir que haverá muito a conhecer sobre um tema e deve-se atentar para o que se pode realmente realizar. Observa-se que as interrogações iniciais podem vir ou não das experiências do pesquisador.

Borbulham interrogações na mente sobre um determinado assunto. O pesquisador deve ter clareza que há elementos em algumas interrogações que dificultam o olhar sobre o problema, criando armadilhas entre ele e o problema e dele consigo mesmo. Desse modo, o pesquisador precisa olhar com profundidade, para além da simples aparência do problema, desenvolvendo uma atitude crítica e reflexiva. Conforme Rios (2006, p. 81) explica “a atitude crítica é aquela pela qual se procura olhar a realidade com clareza, profundidade e abrangência”.

Como elaborar uma "boa" pergunta de pesquisa?

Inferir um juízo de valor a uma pergunta, ou seja, atribuir o adjetivo “boa” significa torná-la específica, no que diz respeito a ser cientificamente testável. Uma “boa” pergunta apresenta um fio condutor para a pesquisa, pois se torna um guia para as etapas futuras. Portanto, a pergunta tem que ser significativa, clara e realizável, isto é, para ser significativa precisa ser original; ter clareza para que o pesquisador consiga traçar seu roteiro de investigação e ser realizável para que o pesquisador consiga desenvolvê-la e, desse modo, consiga chegar a resposta do problema.



Imagem capturada da internet.

Além disso, o pesquisador precisa desvincular-se do senso comum, ou seja, desvincular-se do conhecimento adquirido de forma popular, do disse me disse, preconceituoso, pois não há comprovação de sua veracidade. Entende-se por senso comum os conhecimentos equivalentes a opinião ordinária, ou seja, o que é habitual e corriqueiro, relacionado aos sentidos; são explicações tidas como verdades, mas sem comprovação científica. Nesse sentido, “senso comum se opõe à razão crítica e ao espírito científico” (PATY, 2003, p. 10).

Afastar-se do senso comum não significa desprezar a validade dos saberes e dos fazeres produzidos e difundidos pelos membros de uma comunidade, os quais são conhecimentos socioculturais. Entretanto, não pode afastar-se do bom senso, ou seja, o pesquisador precisa estar constantemente refletindo criticamente sobre o que escreve e o que recolhe em seus dados, para distinguir a melhor conduta a ser seguida na pesquisa. Entende-se bom senso como “a capacidade de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que denominamos ‘bom senso’ ou razão, é naturalmente igual em todos os homens” (DESCARTES, 1996, p. 2, grifo do autor).

Uma “boa” questão investigativa interroga a realidade, não se utiliza de juízo de valor, não está baseada no ponto de vista pessoal ou de um grupo, ou ainda, não é um julgamento moral, bem como, não é uma consideração subjetiva, desse modo deve ser empírica. Ser empírica significa identificar o tipo de estudo, bem como, elaborar o processo de coleta dos dados, a forma de análise dos dados e provar que os resultados encontrados são produtos da observação científica.

Uma “boa” questão não dita normas, isto é, não determina acontecimentos. Ela gravita em torno da realidade e capta problemas, que ainda não têm solução. Conseqüentemente, é uma dificuldade ou uma necessidade de alguma realidade ou contexto sociocultural, a qual ainda não tem solução. O exame investigativo deve ter precisão, análise crítica e reflexiva, bem como, avaliação dos resultados obtidos.

Em suma, uma “boa” pergunta de partida ou um “bom” problema de pesquisa verdadeiro deve ser individualizado, específico e original, que nos caminhos percorridos para o desenvolvimento da investigação, levará a produção de novos conhecimentos para a área de conhecimento, na qual está inserido o tema de pesquisa.

Cabe ressaltar, que o pesquisador não deve passar para a próxima etapa da pesquisa se não tiver bem delimitado o problema de pesquisa. Caso isto aconteça, o pesquisador corre o risco de ficar rodeando por inúmeras fontes e documentos, sem chegar ao ponto principal da pesquisa. Para mergulhar nas leituras necessárias, preciso se faz que o problema de pesquisa esteja claro, preciso e individualizado para o pesquisador. A seguir você encontrará um exemplo de elaboração do problema de pesquisa:

Avaliação da Aprendizagem – **tema geral ou assunto**

CrITÉRIOS de avaliação de aprendizagem utilizados por professores no ensino médio – **delimitação do tema**

Alguns possíveis problemas de pesquisa:

- 1) **Os professores do ensino médio utilizam critérios para avaliar a aprendizagem dos alunos?**
- 2) **Quais critérios de avaliação da aprendizagem são utilizados por professores no ensino médio?**
- 3) **Como os critérios de avaliação, utilizados por professores no ensino médio, podem favorecer a aprendizagem dos alunos?**
- 4) **De que forma os critérios de avaliação, utilizados por professores no ensino médio, podem favorecer e/ou prejudicar a aprendizagem dos alunos?**

Observando os exemplos acima vemos que os dois primeiros são perguntas que focam a existência ou não dos critérios de avaliação. Conseqüentemente, o pesquisador busca a comprovação ou não da existência de critérios de avaliação. Já nos dois últimos, o pesquisador tem conhecimento da existência de critérios para avaliar a aprendizagem dos alunos, contudo ele busca compreender se estes favorecem ou não a aprendizagem. Por conseguinte, pode-se trilhar um tema por diferentes pontos

de vista. O foco dado a uma pesquisa vai depender da inquietação que o tema provoca no pesquisador.

A pertinência do problema de pesquisa é estabelecida pelo grau de profundidade que se pretende alcançar. Refletindo, ainda, a intenção do pesquisador na compreensão do fenômeno que se observa para a realidade que se destina. Assim sendo, na elaboração de um problema de pesquisa necessário se faz que se separe o que é científico do que não é científico. Um “bom” problema é aquele que pode ser testado, revisto e compreendido ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa.

Você consegue elaborar seu problema de pesquisa? Se você respondeu sim, parabéns! Significa que o texto o auxiliou e você consegue desenvolver uma “boa” pergunta de pesquisa com clareza, coerência e objetividade. Se você respondeu não, não fique preocupado. Procure delimitar o máximo possível seu tema, afinando-o, isto permitirá a construção do problema de pesquisa. O importante é que você se sinta seguro e que entenda o tema ou assunto a ser pesquisado, suscitando muitas interrogações iniciais, dessa forma, terá facilidade para a elaboração do problema de pesquisa. De posse desse entendimento conseguirá elaborar seu problema de pesquisa.

3.4. Objetivos da pesquisa



Todos têm metas na vida, quer sejam de ordem pessoal, quer sejam de ordem acadêmica, quer sejam de ordem profissional, dentre tantas outras metas desejáveis ao longo da vida. Se não se tem objetivos a serem alcançados, perde-se a expectativa de evolução ou produção. Sendo assim, é necessário estabelecer objetivos ou metas, os quais precisarão trazer desenvolvimento sociocultural ao sujeito. Esses são objetivos de vida.

O objetivo científico é aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma pesquisa. Ele se atém a uma linguagem que deve facilitar a mensuração e a compreensão daquilo que se pretende alcançar. Convém

lembrar que a elaboração dos objetivos permite, ao pesquisador, vislumbrar caminhos a serem percorridos para alcançar a solução do problema. Há um objetivo geral que se traduz em uma visão ampla e global da pesquisa, esclarecendo o propósito da realização da pesquisa.

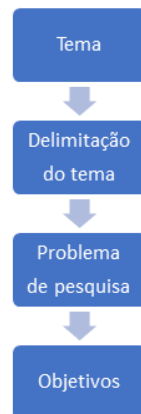
De posse do objetivo geral, particulariza-se em objetivos específicos, priorizando um caráter mais concreto da pesquisa. Aborda-se diversas relações para alcançar o mesmo problema. Lembre-se que um objetivo não é um problema, ele é o fio condutor que direciona a pesquisa para encontrar a resposta do problema proposto. O objetivo mostra a intenção de ação do pesquisador na busca de respostas. Entretanto não basta ter intenção, é necessário ter comprometimento e atitude ética para com os resultados que se pretende alcançar.



A palavra objetivo deriva do latim *objectivus*, que vem de *objectum* e significa algo colocado à frente dos olhos ou da mente. Está relacionada ao verbo *obicere*, que significa apresentar, pôr, colocar à frente de algo ou alguém. Este verbo é composto por *ob*, significando à frente + *jacere*, significando jogar, atirar. Em alguns dicionários, objetivo significa um fim a atingir, uma meta de pesquisa, propósito de pesquisa, ou seja, é a finalidade de um trabalho de pesquisa, indicando o que o pesquisador vai desenvolver.

Uma pesquisa envolve etapas importantes. Começa primeiro por uma inquietação, que eleva o pesquisador a optar por um tema. Após essa escolha, é necessário delimitar uma parte do todo que se refere ao tema, mas especificamente chegar a uma pergunta inicial ou pergunta de partida ou problema de pesquisa. Com isso, o pesquisador alcança uma etapa importantíssima no desenvolvimento de pesquisa: a elaboração dos objetivos. Esquematicamente

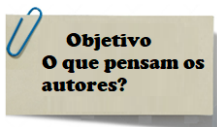
Em uma pesquisa científica o objetivo é um item relevante. Saber elaborar um objetivo coeso, consistente e claro é requisito para uma pesquisa



fluir e ser direcionada aos assuntos que se necessita obter para o seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, **o objetivo deve ser elaborado iniciando com UM VERBO no INFINITIVO e ser escrito em UMA ÚNICA FRASE sucinta**. Sem definir os objetivos não há pesquisa.

O objetivo de uma pesquisa tem a intenção de esclarecer aquilo que o pesquisador pretende desenvolver, desde os caminhos teóricos até os resultados a serem alcançados. Dessa forma, o percurso investigativo torna-se mais fácil. Estabelecer os objetivos da pesquisa indica o que o pesquisador pretende investigar e caracteriza sua visão a respeito do assunto ou tema. Sendo assim, o pesquisador empenha-se para alcançá-lo.

Os objetivos são as finalidades ou são metas a serem alcançadas no desenvolvimento da pesquisa. A definição dos objetivos auxilia o pesquisador em sua tomada de decisões sobre a metodologia utilizada, os sujeitos, os instrumentos para recolher os dados e a análise destes. Além disso, os objetivos auxiliam na elaboração das considerações finais, pois é lá que o pesquisador vai dizer se alcançou ou não os objetivos propostos inicialmente para a pesquisa. Cabe ressaltar que os objetivos têm a função norteadora das leituras e, ao término, da avaliação da pesquisa.

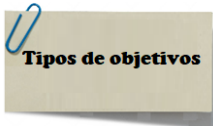


Para Marconi e Lakatos (2002, p. 24) “toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar”.

Definir objetivos da pesquisa é um requisito para desenvolver uma pesquisa científica. É necessário que o objetivo seja claro, preciso e coerente com o tema de pesquisa, pois ele apresenta os motivos para o desenvolvimento da pesquisa, informando assim, as contribuições que os resultados produzirão. Os objetivos de uma pesquisa têm o papel de nortear, pois direciona a leitura dos textos, bem como, permite entender o que o pesquisador fez em seu trabalho. Segundo as autoras (MARCONI; LAKATOS, 2002) os objetivos tornam claro o problema de pesquisa, possibilitando ao pesquisador aumentar seus conhecimentos sobre o assunto ou tema tratado.

De acordo com Andrade (2009) toda pesquisa deve ter objetivos claros e precisos. Com objetivos bem definidos é fácil conduzir a investigação, para quem sabe aonde quer chegar. Para Prodanov e Freitas (2013) na definição dos objetivos há os desdobramentos da pergunta de partida ou inicial. Para os autores (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 94, grifo do autor) “[...] os objetivos se constituem em declarações claras e explícitas do “para que desejamos estudar o fenômeno ou assunto”, ou seja, o que pretendemos alcançar com a realização da pesquisa”. É nesta fase que se responder: **Para que?** Qual a intenção de propor a pesquisa?

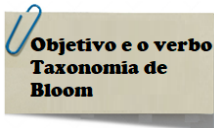
Fachin (2006, p. 110) afirma que objetivo “é um fim ao qual o trabalho se propõe a atingir”. Segundo a autora, ele é o resultado que se pretende alcançar e são orientados por aspectos que determinam a finalidade da pesquisa. Para Richardson (2012) os objetivos são extraídos diretamente do problema de pesquisa. Portanto, o pesquisador deve ater-se aquilo que pretende desenvolver com a investigação, pois os objetivos irão orientar os caminhos pelos quais a pesquisa se norteará.



Em um trabalho científico distingue-se dois tipos de objetivos: **OBJETIVO GERAL** e **OBJETIVO ESPECÍFICO**, cada um com sua especificidade. Em uma pesquisa é necessário ter **UM ÚNICO OBJETIVO GERAL E DE TRÊS A CINCO OBJETIVOS ESPECÍFICOS** – mas não é regra a respeito da quantidade dos objetivos específicos –, que ajudarão a direcionar os rumos ou os caminhos que a pesquisa seguirá. O objetivo específico é uma fragmentação do objetivo geral, ou seja, é por meio dos objetivos específicos que o pesquisador consegue alcançar o objetivo geral. O importante é que a formulação dos objetivos auxilie a obter resposta a três perguntas: **PARA QUÊ, POR QUÊ? PARA QUEM?**

Assim, para construir um objetivo, quer geral quer específico, o pesquisador tem que ter em mente a finalidade, as contribuições e o cenário de pesquisa. **O cenário de pesquisa é entendido como o contexto social e cultural, no qual os sujeitos estão imersos.** Pode ser entendido como o lócus da pesquisa, ou seja, é a determinação do lugar onde será

desenvolvida a pesquisa. Nessa perspectiva, o pesquisador não pode estudar o seu problema de pesquisa em qualquer comunidade, tampouco pode desconsiderar os sujeitos de pesquisa envolvidos. A determinação do tema e do problema de pesquisa, bem como os objetivos, sempre são direcionados para o lócus de pesquisa. Pode-se também denominá-lo por contexto da pesquisa, já que antes mesmo de desenvolver a problemática, o pesquisador deve conhecer o contexto quer seja do seu convívio sociocultural quer seja do seu convívio profissional.



A taxonomia de Bloom é utilizada para a escolha do verbo na elaboração dos objetivos da pesquisa. Esta taxonomia é estruturada em níveis de complexidade crescente dos processos mentais, por isso são cumulativos. Os processos categorizados pela taxonomia representam os resultados esperados. Assim, a tabela de domínio cognitivo de Bloom organiza os objetivos em seis níveis:

1. **Conhecimento** – é referente à habilidade de identificar a informação, partindo de situações anteriores;
2. **Compreensão** – é referente à habilidade de demonstrar compreensão da informação, capaz de reproduzi-la por meio ideias próprias;
3. **Aplicação** – é referente à habilidade de recolher e aplicar a informação em situações ou problemas concretos;
4. **Análise** – é referente à habilidade de estruturar a informação, separando as partes e estabelecendo relações para explicá-las;
5. **Síntese** – é referente à habilidade de recolher e relacionar a informação de diferentes fontes, para a produção de uma nova informação; e
6. **Avaliação** – é referente à habilidade de fazer julgamentos de valor sobre algo, considerando critérios conhecidos.

Alguns verbos utilizados na formulação dos objetivos, de acordo com o processo cognitivo de Bloom e que se pretende trabalhar na realização de uma pesquisa:

Taxonomia de Bloom					
1. Conhecimento	2. Compreensão	3. Aplicação	4. Análise	5. Síntese	6. Avaliação
- Descrever - Arrolar - Esclarecer - Examinar - Explicar - Expressar - Identificar - Localizar - Narrar - Reafirmar - Traduzir	- Apontar - Discutir - Definir - Enuunciar - Inscrever - Marcar - Registrar - Relatar - Repetir - Sublinhar	- Aplicar - Demonstrar - Dramatizar - Empregar - Ilustrar - Interpretar - Inventariar - Manipular - Praticar - Traçar - Usar	- Analisar - Calcular - Classificar - Comparar - Contrastar - Criticar - Debater - Diferenciar - Distinguir - Examinar - Provar	- Armar - Articular - Compor - Constituir - Coordenar - Criar - Dirigir - Esquematizar - Reunir - Formular - Organizar - Planejar - Prestar - Propor	- Ajuizar - Apreciar - Avaliar - Eliminar - Escolher - Estimar - Julgar - Ordenar - Preferir - Selecionar - Taxar - Validar - Valorizar

Segundo Ferraz e Belhot (2010, p. 424) houve uma revisão da taxonomia de Bloom para adaptá-la a vivência atual. De acordo com os autores:

Quarenta anos depois de ter sido divulgada, Lori Anderson publicou, em 1999, um significativo trabalho de retrospectiva da utilização da taxonomia e, no mesmo ano, um grupo de especialistas se encontrou em Syracuse, Nova Iorque, para discutir a possibilidade de rever os pressupostos teóricos da Taxonomia de Bloom uma vez que novos conceitos, recursos e teorias foram incorporados ao campo educacional, avanços psico-pedagógicos e tecnológicos ocorreram, e diversas experiências de sucesso no uso efetivo da taxonomia foram publicadas. (FERRAZ; BELHOT, 2010, 2 p. 44)

Nesta nova proposta ocorreu a estruturação bidimensional da taxonomia de Bloom, que dividiu o conhecimento em dois tipos: conhecimento como processo e conhecimento como conteúdo adquirido. Assim, a dimensão conhecimento pertence à coluna vertical e o processo cognitivo à coluna horizontal. É uma taxonomia flexível, que permite a interpolação das categorias do processo cognitivo. Para os autores (FERRAZ; BELHOT, 2010, p. 427): “o princípio da progressão da complexidade foi mantido: do simples para o complexo; do concreto para o abstrato; mas, novamente, foi atribuída mais flexibilidade ao conceito cumulativo e dependente de cada categoria, [...]”. Portanto, alguns verbos podem ser utilizados em diferentes categorias.

Estrutura revisada retirada de Ferraz e Belhot (2010, p. 429):

1. **Lembrar:** Relacionado a reconhecer e reproduzir ideias e conteúdos. Reconhecer requer distinguir e selecionar uma determinada informação e reproduzir ou recordar está mais relacionado à busca por uma informação relevante memorizada. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Reconhecendo e Reproduzindo.
2. **Entender:** Relacionado a estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido. A informação é entendida quando o aprendiz consegue reproduzi-la com suas “próprias palavras”. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Interpretando, Exemplificando, Classificando, Resumindo, Inferindo, Comparando e Explicando.
3. **Aplicar:** Relacionado a executar ou usar um procedimento numa situação específica e pode também abordar a aplicação de um conhecimento numa situação nova. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Executando e Implementando.
4. **Analisar:** Relacionado a dividir a informação em partes relevantes e irrelevantes, importantes e menos importantes e entender a inter-relação existente entre as partes. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Diferenciando, Organizando, Atribuindo e Concluindo.
5. **Avaliar:** Relacionado a realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Checando e Criticando.
6. **Criar:** Significa colocar elementos junto com o objetivo de criar uma nova visão, uma nova solução, estrutura ou modelo utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos. Envolve o desenvolvimento de ideias novas e originais, produtos e métodos por meio da percepção da interdisciplinaridade e da interdependência de conceitos. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Generalizando, Planejando e Produzindo.

Ambos os autores supracitados escalonaram os verbos de acordo com o desenvolvimento cognitivo do ser humano. Partem do mais simples para o mais complicado, do geral para o particular. É relevante em uma pesquisa estar atento se o objetivo proposto tem real condição de ser realizado ou, ainda, se a pesquisa já tem resposta, o que inviabiliza seu desenvolvimento. O pesquisador deve atentar também se não está organizando sua pesquisa partindo somente do senso comum, quando deve ser aliado ao senso crítico.

O senso comum é definido pela ausência de comprovação científica sobre um fenômeno, baseado apenas nas experiências vivenciadas ou transmitidas por pessoas na comunidade, ou seja, pela consciência coletiva. Entretanto, não se deve descartar os saberes e os fazeres cotidiano dos grupos ou comunidades. São importantes por serem conhecimentos empíricos. O senso crítico é definido pela investigação, pelo questionamento, pela pesquisa para ser aceito, sendo submetido à métodos próprios de investigação. Um conhecimento complementa o outro.

Você consegue elaborar seus objetivos? Se você respondeu sim, parabéns! Significa que o texto o ajudou e vai lhe possibilitar elaborar seus objetivos com segurança, abordando os aspectos essenciais para a pesquisa. Se você respondeu não, não fique preocupado. O essencial é que você entenda os aspectos importantes na elaboração dos objetivos. De posse desse entendimento conseguirá elaborar seus objetivos.

3.4.1. Objetivo geral

O objetivo geral é baseado na questão norteadora da pesquisa. É o foco da pesquisa. É amplo, entretanto, deve ser formulado em uma única frase. Ele dá a direção que a pesquisa tomará em seu percurso. Como já abordado anteriormente, para formular o objetivo geral o pesquisador deve perguntar: **PARA QUÊ PRETENDO PESQUISAR?** O objetivo geral, geralmente, contém verbos de análise, de síntese ou de avaliação pela taxonomia de Bloom e pela revisada contém verbos de avaliação, de análise ou de criação.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 219) o objetivo geral “está ligado a uma visão global e abrangente do tema”. Esta visão permite ao pesquisador compreender o todo da pesquisa. Para Andrade (2009) o objetivo geral está ligado ao tema de pesquisa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 94) o objetivo geral é a “síntese” do que o pesquisador pretende alcançar com o desenvolvimento da pesquisa. Segundo os autores (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 94) “é nesse momento que definimos o

tipo e a natureza do trabalho, os métodos a serem empregados, as obras e os documentos a serem estudados”. A seguir observe um exemplo de objetivo geral:

Analisar a avaliação da aprendizagem em EAD por meio da aplicabilidade dos instrumentos em relação à sua eficácia e usos. O tema é avaliação da aprendizagem em EAD e o foco são os instrumentos de avaliação da aprendizagem.

3.4.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos são assuntos complementares à questão, transformando-se no desdobramento do objetivo geral. O objetivo específico é mais delimitado, é o caminho a ser percorrido para alcançar o objetivo geral, ou seja, caracteriza as etapas ou fases de uma pesquisa. Para os objetivos específicos o pesquisador deve perguntar: **O QUE FAREI PARA DESENVOLVER A PESQUISA?** Na elaboração dos objetivos a escolha do verbo é importantíssima, pois ele vai manifestar a intenção do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. É necessário utilizar verbos **SOMENTE NO INFINITIVO**, que apresente apenas uma interpretação e que seja de ação, nunca de estado. Cabe ressaltar que cada objetivo, tanto o geral como o específico, deve conter **UM ÚNICO VERBO**.

Verbos de ação são aqueles que levam a uma prática, ao agir diante de algo ou alguém. Caracterizam-se por uma atividade expressa por um sujeito agente.

Verbos de estado são aqueles que indicam aspectos subjetivos, uma qualidade ou ainda, são verbos de ligação.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 219) os objetivos específicos “apresentam caráter mais concreto. [...], permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares.”. Portanto, os objetivos específicos são o desmembramento do objetivo geral, facilitando escolhas e qual caminho seguir para desenvolver a pesquisa. Para Andrade (2009) os objetivos específicos referem-se ao tema ou

assunto propriamente dito e definem as etapas que devem ser desenvolvidas para alcançar o objetivo geral de pesquisa. Portanto, o pesquisador deve perguntar: **O QUE FAREI PARA ALCANÇAR O OBJETIVO GERAL?**

O objetivo específico pode ser:

- a) **Exploratório** – no qual o pesquisador identifica, levanta, descobre, conhece, busca informações necessárias sobre o tema ou assunto;
- b) **Descritivo** – no qual o pesquisador descreve, caracteriza conceitos;
- c) **Explicativo** – no qual o pesquisador analisa, verifica, avalia, compara, explica as informações.

Segundo Richardson (2012, p. 63) deve-se ter sempre objetivos exploratório, descritivo e explicativo, nesta ordem, em uma pesquisa. Os objetivos específicos devem conter verbos de conhecimento, compreensão ou aplicação pela taxonomia de Bloom, já pela revisada deve conter verbos de lembrança, entendimento ou aplicação. A seguir alguns exemplos de objetivos específicos:

Definir o que é avaliação da aprendizagem em EAD;

Identificar as modalidades, critérios e tipos de avaliação de aprendizagem em EAD;

Examinar as questões legais sobre avaliação da aprendizagem em EAD;

Inventariar os diferentes tipos de instrumentos de avaliação da aprendizagem em EAD;

Investigar a eficácia e os usos dos instrumentos de avaliação da aprendizagem em EAD.

3.5. Hipóteses de pesquisa



A etimologia da palavra hipótese origina do grego *hypóthesis* que é uma combinação de duas outras palavras: *hypo* que significa abaixo de, sob; e *thésis* que tem o significado de posição. Dessa maneira, hipótese significa suposição que pode ou não ser verdadeira. As hipóteses originam-se das mais variadas fontes. Pode ser da simples observação do pesquisador ou de

outras pesquisas já realizadas, as quais tornaram possíveis outros problemas de pesquisa.

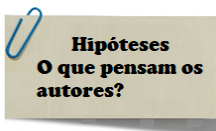
Pode haver hipóteses derivadas de teorias, as quais têm relações com um conjunto de conhecimentos. Há, ainda, hipóteses intuitivas que podem trazer ou não excelentes resultados. Entretanto, são hipóteses difíceis de determinar a priori sua validade. Geralmente, hipótese é um enunciado ou conjunto de enunciados que pode ser comprovado, examinado ou verificado indiretamente. Não possui garantia de verdade, tampouco de verificação direta. Uma hipótese pode ser verdadeira, mas essa verdade é resultado da verificação de suas consequências.



Após a formulação do problema o pesquisador pode elaborar algumas hipóteses. Nessa ótica, o pesquisador vai estabelecer quais as possíveis respostas para o problema de pesquisa. Essas possíveis respostas são as hipóteses de pesquisa. Diante dessas possíveis respostas, escolhe as adequadas ou possíveis para proceder a testagem. As hipóteses são o detalhamento dos objetivos da pesquisa. Esquemáticamente



Na elaboração de uma hipótese o pesquisador deve ser claro e coerente com o objetivo de pesquisa. Os conceitos contidos em uma hipótese devem ser precisos e rigorosos. Esses conceitos devem estar previamente definidos, não conter ambiguidades e serem baseados empiricamente. Ressalta-se que as hipóteses devem estar relacionadas as teorias atuais e terem alcance geral.



Hipóteses são afirmações feitas pelo pesquisador, as quais ele vai tentar provar por meio do desenvolvimento da pesquisa. Após elaboração do problema de pesquisa é proposta uma resposta em forma de sentença afirmativa. Para Gil (2002, p. 31) hipótese é uma

“proposição testável que pode vir a ser a solução do problema”. Richardson (2012, p. 104) define hipóteses “[...] como soluções tentativas, previamente selecionadas, do problema de pesquisa. Permitirão orientar a análise dos dados no sentido de aceitar ou rejeitar soluções tentativas”. Segundo o autor, nem todos os tipos de pesquisa requerem hipóteses.

Segundo Fiorentini e Lorenzato (2012, p. 95) as hipóteses “[...] são, normalmente, formuladas após a configuração do problema, sendo encaradas como uma alternativa fecunda para criar indagações a serem verificadas durante a investigação”. Para os autores (FIORENTINI; LORENZATO, 2012) as hipóteses orientam o caminho mais conveniente a ser seguido pelo pesquisador, portanto, pode se tratar de uma afirmação exploratória na pesquisa qualitativa, devendo ser reintegradas ao final. Já na pesquisa experimental, as hipóteses devem ser testadas empiricamente.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 88)

Hipótese de um trabalho científico é a suposição que fazemos, na tentativa de explicar o que desconhecemos e o que pretendemos demonstrar, testando variáveis que poderão legitimar ou não o que queremos explicar ou descobrir. Essa suposição tem por característica o fato de ser provisória, devendo ser testada para verificarmos sua validade. Exatamente por tratar-se de uma explicação, a hipótese é sempre enunciada na forma afirmativa.

Constata-se que uma hipótese é uma afirmação em relação ao problema de pesquisa, a qual precisa de validação. Geralmente, a hipótese é construída tomando por base o conhecimento existente e as análises já realizadas sobre ele. Sendo assim, é o que o pesquisador entende como possível para a solução do problema em questão.

De acordo com Minayo (2009, p. 43) além de ser afirmação possível e solução provisória, “a hipótese é também um diálogo que se estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada.” Nessa perspectiva, para a autora (MINAYO, 2009, p. 43) a hipótese “sugere uma orientação de estudo”, já que o pesquisador, ao final de sua pesquisa, deverá evidenciar se a hipótese foi confirmada ou refutada.

Conforme Lakatos e Marconi (1991, p. 124) hipótese é “[...] uma suposta, provável e provisória resposta a um problema”. Ainda, segundo as autoras (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 125), “[...] a hipótese deve ser submetida à verificação, para ser comprovada”. Esta comprovação deve estar de acordo com os fatos e os fenômenos já conhecidos ou não e com as teorias existentes. Assim, construir uma hipótese requer formular uma solução provável, por meio de uma proposição testável.

Laville e Didone (1999, p.) afirmam que a hipótese “apresenta uma resposta plausível, até mesmo provável, para a questão colocada”. Assim sendo, o pesquisador ao formular uma hipótese precisa ter em mente que ela pode ser comprovada ou não, ou seja, há necessidade de se ter consciência que a hipótese tem natureza provisória e pode, até mesmo, ser refutada ou descartada. Marconi e Lakatos (2003, p. 126) consideram hipótese como *um enunciado geral* de relações entre variáveis (fatos, fenômenos):

- a) formulado como solução provisória para um determinado problema;
- b) apresentando caráter ou explicativo ou preditivo;
- c) compatível com o conhecimento científico (coerência externa) e revelando consistência lógica (coerência interna);
- d) sendo passível de verificação empírica em suas consequências.

De acordo, ainda, com as autoras (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 28) uma hipótese é considerada “uma suposição que antecede a constatação dos fatos e tem como característica uma formulação provisória” e, por ser provisória, necessita ser testada por meio de uma verificação empírica. As autoras (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 29) afirmam que há três dificuldades na formulação de uma hipótese, ou seja, ocorre

- a. ausência ou o desconhecimento de um quadro de referência teórico claro;
- b. falta de habilidade para utilizar logicamente esse esquema teórico;
- c. desconhecimento das técnicas de pesquisa existentes para ser capaz de expressar adequadamente a hipótese.

Consequentemente, o pesquisador deve atentar para esses aspectos e só formular hipóteses se tiver segurança a respeito do assunto que irá investigar. Em uma pesquisa não há obrigatoriedade de formular hipóteses. Geralmente, somente os objetivos são essenciais.



Tipos de hipóteses

As hipóteses sugerem resoluções ao pesquisador. Porém, elas podem ser verdadeiras ou falsas, mas devem conduzir a solução do problema de pesquisa. Existem variados tipos de hipóteses. Alguns tipos:

3.5.1. Hipóteses casuísticas – são afirmações que não se repetem, pois se referem a determinado caso específico. São utilizadas em pesquisas históricas.

3.5.2. Hipóteses determinísticas ou com frequência de acontecimentos - são afirmações que antecipam determinada característica que ocorre com certa frequência. São utilizadas em pesquisas antropológicas e sociológicas.

3.5.3. Hipóteses de relações entre variáveis - são afirmações mais complexas. Podem ser de relações causais, ou seja, uma relação é causa da outra ou podem ser de diferentes relações.

Vejamos um exemplo:

Avaliação da Aprendizagem – **tema**

Critérios de avaliação de aprendizagem utilizados por professores no ensino médio – **delimitação do tema**

De que forma os critérios de avaliação, utilizados por professores no ensino médio, podem favorecer e/ou prejudicar a aprendizagem dos alunos? – **Problema de pesquisa**

Algumas possíveis Hipóteses:

- 1) Os critérios de avaliação da aprendizagem utilizados por professores no ensino médio, apoiados naqueles estabelecidos no PPP do colégio em que trabalha, favorecem a aprendizagem dos alunos por serem desenvolvidos, por meio de testes, provas e trabalho individual ou em grupo.

- 2) Os critérios de avaliação da aprendizagem utilizados por professores no ensino médio, apoiados naqueles estabelecidos no PPP do colégio em que trabalha, prejudicam a aprendizagem dos alunos por serem desenvolvidos, por meio de testes, provas e trabalho individual ou em grupo.
- 3) O professor do ensino médio não segue quaisquer critérios de avaliação da aprendizagem, o que prejudica os alunos na construção da aprendizagem dos conteúdos ensinados.
- 4) O professor do ensino médio não segue quaisquer critérios de avaliação da aprendizagem, o que favorece os alunos na construção da aprendizagem dos conteúdos ensinados.
- 5) O professor do ensino médio segue seus próprios critérios de avaliação da aprendizagem, o que prejudica os alunos na construção da aprendizagem dos conteúdos ensinados.
- 6) O professor do ensino médio segue seus próprios critérios de avaliação da aprendizagem, o que favorece os alunos na construção da aprendizagem dos conteúdos ensinados.

Observando os exemplos das afirmações acima, percebe-se que uma hipótese pode negar ou afirmar qualquer problema que o pesquisador tenha desenvolvido. Essa negação ou afirmação vai depender do que o pesquisador quer focar na investigação. O pesquisador pode querer comprovar que, no caso do exemplo, o professor não utiliza critério algum e que esta atitude pode prejudicar ou favorecer a aprendizagem dos alunos. Desse modo, ele vai trilhar sua pesquisa por meio das hipóteses 3 e/ou 4. Contudo, o pesquisador não pode perder de vista que uma hipótese pode ser confirmada ou não, o que significa que ao final dos estudos realizados, pode-se chegar a uma resposta diferente da hipótese formulada. Isto não invalida a pesquisa, já que hipóteses são afirmações propositivas passíveis de comprovação ou refutação.

3.6. Questões norteadoras



Na vida, o ser humano sempre se interroga sobre aquilo que é visto, ouvido ou falado. Algumas interrogações têm respostas mais fáceis que outras.

Algumas outras não encontramos respostas na realidade em que essa inquietação surgiu. Consequentemente, para resolvê-la há que se desenvolver uma pesquisa. Para realizar uma pesquisa é preciso uma interrogação, mas surgem várias outras interrogações, já não há uma única pergunta quando se está diante de um problema. São chamadas perguntas iniciais ou norteadoras ou orientadoras da pesquisa.

Percebe-se assim, que estando diante de um problema, diversas inquietações afligem o pesquisador. Não se pode descartá-las, pois são ou podem ser direcionamentos para a pesquisa. As perguntas norteadoras são elementos passíveis de serem testados. Entretanto, não são obrigatórias para o desenvolvimento de uma pesquisa. Depende da instituição, do orientador e daquilo que o pesquisador quer deixar mais claro no desenvolvimento da pesquisa. Dessa maneira, o desenvolvimento de uma pesquisa está sempre voltado para a busca ou comprovação de evidências. Consequentemente, as perguntas norteadoras podem ser comprovadas ou refutadas, exatamente por se tratar de interrogações passíveis de serem validadas ou não, pelo fato de serem provisórias.



Observar a realidade é uma maneira de obter inquietações passíveis de serem pesquisadas. Delimitar um tema, formular uma pergunta de partida e desmembrá-la em algumas outras, possibilita ao pesquisador orientar o trabalho científico. Portanto, é por meio dessas perguntas que o pesquisador define o local, os sujeitos, o tipo de instrumento, o tipo de coleta, a organização e a análise dos dados e consegue chegar à solução do problema formulado.

Da mesma forma, diante de um problema e na busca de solução, o pesquisador cria algumas perguntas que podem auxiliar no direcionamento e nos prováveis caminhos que orientarão a investigação. Essas perguntas norteadoras podem, ainda, surgir na inquietação do pesquisador quando está diante de um problema. Como o próprio nome induz, essas perguntas norteiam os caminhos a serem seguidos pelo pesquisador quando está desenvolvendo a investigação.

Questões norteadoras
O que pensam os autores?

As questões norteadoras são aquelas indagações que darão a direção a ser seguida pelo pesquisador. Estas questões giram ao redor do tema central da pesquisa e são formuladas a partir do problema de pesquisa. São novas questões, mais específicas, sobre o assunto a ser pesquisado e as quais vão ser ou não respondidas para chegar à conclusão do trabalho. Mas, afinal o que são questões norteadoras de Pesquisa?



Imagem capturada da internet.

A tirinha da Mafalda mostra que há sempre inquietações sobre algo. Essas inquietações podem surgir em forma de perguntas. Portanto, **as questões norteadoras são os desdobramentos do problema de pesquisa que pode facilitar o caminho percorrido pelo pesquisador no desenvolvimento da investigação.** De acordo com Gil (2002, p. 26) o que facilita esta tarefa é a “imersão sistemática no objeto de estudo, estudo da literatura existente e discussões com pessoas que acumulam muita experiência prática no campo de estudo.” Não é necessário elaborar muitas questões. É necessário ter em mente que todas poderão ou não serem respondidas ao final da pesquisa.

Pode-se observar que é feita uma analogia entre a construção do problema de pesquisa e as questões norteadoras. Portanto, seguem as mesmas normas de construção. Entretanto, quase nada se tem sobre o assunto ou não são tratadas pelos estudiosos da área. Nessa perspectiva, infere-se que as questões norteadoras são as interrogações iniciais, secundárias ao problema principal de pesquisa, ou seja, são interrogações que derivam ou que surgem quando o pesquisador está construindo o problema de pesquisa, mas que não são o questionamento principal que gerará uma

pesquisa. Mais precisamente, **as questões norteadoras são questionamentos secundários que têm estreita ligação com o problema central, que gravitam em torno do mesmo.**

Exemplo:

Avaliação da Aprendizagem – **tema**

Critérios de avaliação de aprendizagem utilizados por professores no ensino médio – **delimitação do tema**

De que forma os critérios de avaliação, utilizados por professores no ensino médio, podem favorecer e/ou prejudicar a aprendizagem dos alunos? – **Problema de pesquisa**

Algumas possíveis questões norteadoras:

- 1) **Que tipo de avaliação é mais utilizado pelos professores no ensino médio?**
- 2) **Os professores do ensino médio seguem algum critério para avaliar a aprendizagem?**
- 3) **Quais os critérios de avaliação da aprendizagem são mais utilizados por professores de um modo geral?**
- 4) **Será que algum professor, que atua no ensino médio, elaborou seu critério de avaliação da aprendizagem?**

Existem n maneiras de obter as questões norteadoras de uma pesquisa. Primeiro, elas surgem ao mesmo tempo em que o pesquisador encontra uma lacuna sobre algum tema ou assunto. Segundo, quando o pesquisador está tentando construir o problema de pesquisa, inúmeras interrogações afloram e são descartas, pois não abarcam o problema suscitado, mas que podem dar direção de encaminhamento para a pesquisa. Terceiro, quanto mais interrogações elabora-se, mais possibilidades têm-se de obter resultados viáveis e compatíveis com o questionamento inicial. Entretanto, corre-se o risco de acontecer desvio do foco principal da pesquisa. Quarto, tente responder a cada uma das interrogações suscitadas pelo problema principal. Quinto, em uma cabeça criativa, borbulham interrogações sobre a realidade que se depara. Em suma, o ser humano está em constante processo interrogativo sobre a realidade, sobre ele próprio e o sobre o mundo.

3.7. Justificativa de pesquisa



Em algum momento da vida já teve a necessidade de justificar algo? É claro! Constantemente justifica-se o que faz, como faz, por que faz. Justificar significa legitimar as ideias a respeito de algo ou alguma coisa. Justifica-se apresentando razões, motivos que tornem justas as ações ou os acontecimentos provocados por alguma pessoa. Geralmente, ao longo da existência, a justificativa envolve alguma ação executada pela pessoa, quer seja correta quer seja errada. Mas, justificar em uma pesquisa envolve de maneira geral, apresentar a fundamentação concreta para as decisões tomadas ou a serem tomadas no desenvolvimento de uma pesquisa.

A justificativa de pesquisa aborda a razão pela qual a pesquisa se faz necessária. Expõe, também, a lacuna existente em relação ao tema escolhido e esclarece o motivo de buscar uma solução para o problema encontrado. Nessa perspectiva, a justificativa respalda a importância teórico-prática da construção de um novo conhecimento e caracteriza a intenção do pesquisador. O objetivo inicial de uma justificativa é caracterizar e mostrar a relevância do tema, tal qual apresentar o motivo inicial do pesquisador em relação ao tema. Dessa forma, o pesquisador vai apresentar argumentos convincentes que dão possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa.

Percebe-se, assim, que sempre há uma intenção ou uma justificativa para as ações realizadas por qualquer pessoa e, cabe a ela e somente a ela, comprovar a real intenção que justifique aquilo que ela deseja desenvolver. Conseqüentemente, justificar é necessário para dar credibilidade às intenções pretendidas para a geração de novos conhecimentos.



Uma pesquisa acadêmica-científica é uma contribuição para a área de conhecimento escolhida pelo pesquisador. Esta contribuição somar-se-á às contribuições já desenvolvidas, tornando-se parte do conhecimento construído por diferentes pesquisadores, ao longo dos tempos. Um projeto

de pesquisa deve inserir-se e ser relevante para a sociedade atual, contribuindo para a melhoria da mesma e do mundo, bem como, para a melhoria da qualidade de vida do ser humano. Portanto, uma pesquisa acadêmica-científica deve justificar-se por sua relevância acadêmica, científica, pessoal e social. Esquemáticamente



A justificativa de um trabalho acadêmico deve mostrar ao leitor qual a relevância da pesquisa. Assim, é por meio da justificativa que o autor apresenta os aspectos relevantes, ou seja, os argumentos adequados e consistentes para o desenvolvimento da pesquisa. Como já foi abordado, uma justificativa traz em seu teor a motivação do pesquisador em realizar a investigação e as razões pelas quais tornaram possível a escolha do problema a ser desenvolvido, tal qual o contexto, os sujeitos, os métodos e as análises.

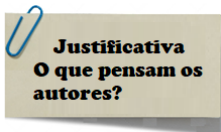
O importante é deixar o mais claro possível a intenção de se investigar determinado assunto ou tema. Cabe ressaltar que somente o pesquisador sabe ou pode tornar claro e coerente o motivo de tal empreitada. Em suma, **justificar é preciso e em sendo, torna-se uma etapa essencial em uma pesquisa científica**. Consequentemente, expõe o pesquisador de maneira que todos consigam compreender aquilo que ele pretende e de que forma quer realizar.

Por que justificar uma pesquisa?

Não é muito difícil justificar algo, mas quando se trata de uma pesquisa, de mostrar que fim será proposto, que caminhos serão seguidos, a ansiedade bate à porta. Inquietações surgem ao pesquisador para encontrar a maneira adequada de realizar a justificativa. Então, como chegar a tão sonhada justificativa? Não se desespere! **Justificar o desenvolvimento de uma pesquisa é apresentar aos leitores o que o estimulou a pesquisar.**

É o momento em que o pesquisador elabora a argumentação, tendo por base os teóricos da área, sobre a necessidade, a relevância e a viabilidade da pesquisa para o meio acadêmico-científico.

Ao elaborar a justificativa o pesquisador vai responder à pergunta: **Por quê?** Responder o porquê permite ao pesquisador apresentar coerentemente as razões que proporcionam o desenvolvimento da pesquisa. É aqui que o pesquisador deve convencer que a pesquisa trará novos conhecimentos e acrescentará resultados para a área em questão. Portanto, o pesquisador deve ter convicção daquilo que pretende.



Para Fiorentini e Lorenzato (2012, 9 p. 8) a justificativa “[...] geralmente se baseia na experiência profissional do pesquisador e faz referência às suas preferências, aos seus questionamentos e às suas dificuldades”. Assim, cabe ao pesquisador destacar a relevância e as razões que justificam a escolha do tema e do desenvolvimento da pesquisa.

A justificativa é uma parte fundamental da pesquisa, pois permite ao autor convencer o leitor sobre a contribuição que o desenvolvimento da pesquisa trará. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 219) justificativa “consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”. Para Furaste (2008, p. 210) justificativa é a parte da pesquisa que trata “da apresentação dos motivos que levaram a decisão de se abordar esse tema dentro do universo acadêmico”.

Para Richardson (apud MEDEIROS, 2006, p. 247) fazem parte da justificativa:

1. Informar o modo como se deu a escolha do fenômeno objeto da pesquisa;
2. Como surgiu o problema para o qual se busca a solução;
3. Relação do problema estudado com o contexto;
4. Motivos que justificam a pesquisa;
5. Possíveis contribuições do resultado da pesquisa para o conhecimento humano;
6. Viabilidade da execução da pesquisa;
7. Originalidade da pesquisa;

8. Informações sobre a escolha dos locais que serão pesquisados (local, regional, estadual, nacional, internacional).

De acordo com GIL (2002, p. 162) justificativa trata “de uma apresentação inicial do projeto”. Para o autor a justificativa pode incluir:

- a) Fatores que determinaram a escolha do tema;
- b) Relação com a experiência acadêmica e profissional do pesquisador;
- c) Argumentos importantes à pesquisa, relativos ao ponto de vista teórico, metodológico ou empírico.

Para Andrade (2009) a justificativa permite explicar por que o tema em questão foi escolhido, qual a relevância e oportunidade do assunto. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 120) a justificativa consiste “em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”. De acordo com os autores (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 120-121), a justificativa deve enfatizar:

- a) o estágio em que se encontra a teoria que diz respeito ao tema;
- b) as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer;
- c) a importância do tema do ponto de vista geral;
- d) a importância do tema para casos particulares em questão;
- e) possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade abarcada pelo tema proposto;
- f) descoberta de soluções para casos gerais e/ou particulares.

Para Garcia (1986, p. 40) a justificativa deve informar “a relevância e a oportunidade da pesquisa”, ou seja, que contribuições trarão efetivamente e se a pesquisa é viável de ser desenvolvida. Enfim, uma justificativa deve conter as informações necessárias para a realização da pesquisa. Deve ser elaborada em texto dissertativo, sem destaque de elementos e não conter citações. Consequentemente, justificar trata da relevância, do porquê de a pesquisa ser desenvolvida. É o motivo que levou o pesquisador a desenvolver a pesquisa. Revela as contribuições para a solução do problema de pesquisa. É a forma que “[...] produz maior impacto, é aquela que

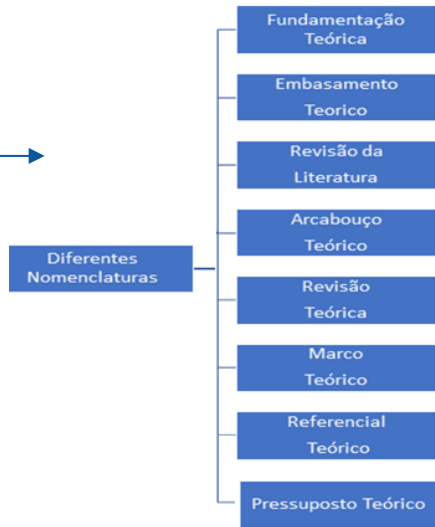
articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador” (PARRA FILHO; SANTOS, 2002, p. 202).

3.8. Referencial teórico



Nessa etapa o pesquisador vai responder as seguintes questões: **Quem já escreveu? O que escreveu? O que ainda falta abordar (lacunas)?** Iniciar-se-á esse capítulo fazendo a distinção entre as diferentes nomenclaturas existentes e que são utilizadas por diferentes autores, mas todas significam a mesma coisa. Existem diferentes nomenclaturas para designar o referencial teórico.

O pesquisador deve realizar um estudo bibliográfico exploratório inicial para ter consciência do que realmente quer pesquisar; se existem lacunas, se aquela necessidade à qual pretende investigar ainda não tem resposta e o que os autores da área já pesquisaram sobre o tema. É de suma importância realizar essa exploração inicial! Antes mesmo de ter um projeto, mas depois de ter um problema a ser investigado.



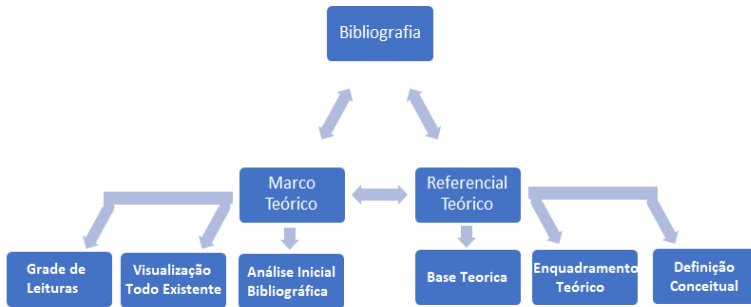
Para Gil (2002, p. 61)

Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.

Nessa perspectiva, o pesquisador já tem de antemão uma visão panorâmica do tema ou assunto a ser pesquisado e, é nessa etapa que o pesquisador vai decidir se realmente é o tema ou o assunto que deseja investigar mais profundamente. Passando, então para etapas posteriores a essa. Mas, o que se trata nesse capítulo é sobre a base teórica que o pesquisador precisa para dar suporte ou embasar aquilo que ele pretende responder com o desenvolvimento de pesquisa.

Aqui cabe fazer distinção entre marco teórico e referencial teórico. Assim, marco teórico é uma grade de leituras, que permite uma visualização do todo existente. É, por assim dizer, uma análise simples de cunho teórico. Já o **referencial teórico é um quadro de referências, ou seja, é base teórica da pesquisa com seleção dos aspectos relevantes para que a pesquisa tenha resultado fora do senso comum.** Veja o Organograma 4:

Organograma 4 – Diferenciação entre Marco Teórico e Referencial Teórico



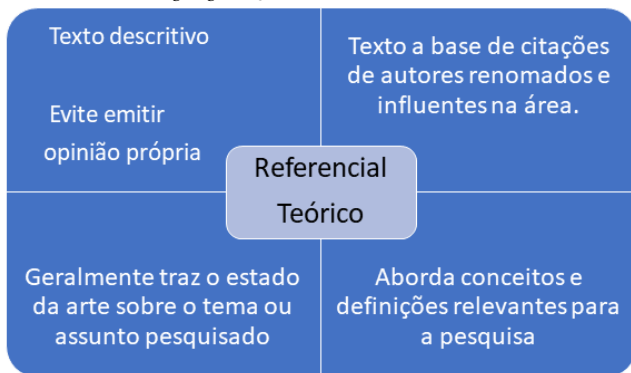
Fonte: Elaborado pela autora

Se no marco teórico o pesquisador encontra os conceitos e aspectos importantes para a construção da pesquisa, no referencial teórico ele assume posição com relação ao embasamento que pretende para a investigação. Esse embasamento é o suporte seguro para dar credibilidade e veracidade aos resultados da pesquisa. É no referencial teórico que o pesquisador opta por um enquadramento teórico, seja ele qual for: marxista, histórico- materialista, fundamentalista etc., depende da base teórica que fez escolha. Enquanto o marco teórico tem a ver com o problema e a

análise inicial da bibliografia, o referencial teórico tem a ver com a definição conceitual que guiará a coleta de dados, as análises e os resultados da pesquisa.

O pesquisador vai buscar autores que vão auxiliá-lo, mas, pode ocorrer que o levantamento bibliográfico inicial acarrete mudança de propósito ou pode mostrar as dificuldades existentes para a realização da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 61) “o levantamento bibliográfico preliminar depende de muitos fatores, tais como a complexidade do assunto e o nível de conhecimento que o estudante já dispõe a respeito”. O importante é ter certeza do que se quer pesquisar. Nessa perspectiva, pode-se utilizar diferentes nomes para se referir a busca da bibliografia necessária ao desenvolvimento de uma pesquisa. De acordo com a ABNT NBR 15.287 (BRASIL, 2011a) o referencial teórico faz parte da etapa de desenvolvimento da pesquisa referido como elemento textual. Observe o Organograma 5, que sintetiza a busca do referencial teórico:

Organograma 5 – Síntese do Referencial teórico



Fonte: Elaborado pela autora

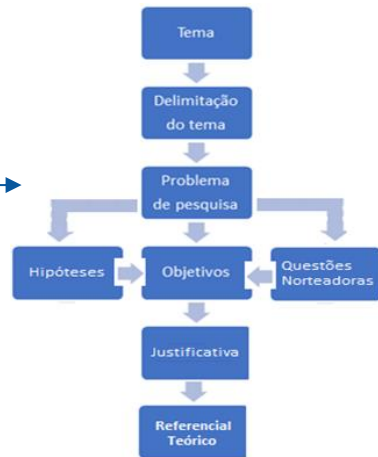


Um dos itens de suma importância em um trabalho de pesquisa acadêmico-científica é a construção do referencial teórico. É neste capítulo que será apresentado o arcabouço teórico que sustenta o desenvolvimento da pesquisa. Nesta perspectiva, para sustentar os argumentos do pesquisador é necessário fazer citações de autores que já pesquisaram sobre o tema. É neste

capítulo que o pesquisador vai explicar a relação entre os autores tratados e os objetivos da pesquisa.


O referencial teórico de um trabalho acadêmico-científico deve mostrar ao leitor o estado da arte sobre o tema ou, pelo menos, trazer os autores mais relevantes sobre o assunto. Assim, é por meio do referencial teórico que o pesquisador apresenta os conceitos necessários ao desenvolvimento da pesquisa, aspectos relevantes, divergências e convergências entre autores, entretanto não deve colocar sua opinião sobre o tema em questão. Não nesse momento!

É conhecer antecipadamente o que existe a respeito do tema que o pesquisador quer trabalhar. Esse conhecimento ocasiona a não repetição de algo que já existe. Possibilita, ainda, a determinação dos conceitos essenciais que embasarão a pesquisa. Favorece o realce daquilo que se pesquisa. Esquemáticamente



O referencial teórico tem por finalidade fazer um paralelo entre a pesquisa e o universo teórico existente. É o momento de o autor optar por um modelo teórico que sustentará a interpretação a respeito dos dados colhidos e dos resultados encontrados.

Assim, qualquer pesquisa precisa conter os autores com os quais o pesquisador fundamentará sua análise e sua interpretação dos dados, para chegar à conclusão de pesquisa. É nessa etapa que apresentará os conceitos fundamentais para a pesquisa, com os quais deve fazer um paralelo com os dados coletados e sobre os quais discutirá e analisará esses dados, alcançando os resultados da pesquisa. Nessa lógica, é imprescindível delimitar quais conceitos são importantes à investigação.



Referencial teórico
O que pensam os
autores?

Há diferentes autores com variadas abordagens sobre um mesmo tema. A escolha dos autores é parte essencial em uma pesquisa. Cabe ao pesquisador realizar escolhas que o auxiliem a comprovar o problema e alcançar os objetivos da pesquisa. Tal qual, identificar os documentos e livros adequados à pesquisa auxilia o pesquisador a planejar sua investigação, que caminhos seguir, com os quais obterá as respostas necessárias para solucionar o problema proposto.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 25) realizar a pesquisa bibliográfica é fazer “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Dessa forma, o pesquisador visualiza uma panorâmica de todos os trabalhos ou quase todos, aqueles acessíveis e que o possibilita abrir novos horizontes sobre o tema em questão. É o marco teórico da investigação, portanto, autores renomados na área devem constar dessa panorâmica.

A busca de textos, documentos, imagens, gráficos, figuras etc que subsidiará a pesquisa no que diz respeito ao tema permite descobrir quais autores escrevem sobre o tema e quais deverão ser escolhidos por seu destaque na área pesquisada. O pesquisador não pode ter dúvidas por onde caminhar para encontrar os autores necessários, tampouco pode elaborar uma colcha de retalhos com várias citações sem mostrar o porquê de trazer aquele autor. Nessa perspectiva, fazer citações de inúmeros autores, sem qualquer alusão sobre o que se pretende, prejudica o próprio pesquisador ter o entendimento sobre que caminho o desenvolvimento da pesquisa está tomando, além disso, dificulta para os leitores compreender o porquê das citações.

No pressuposto teórico o pesquisador vai fazer um recorte temático demonstrando o que já tem escrito sobre o assunto e o que ele pretende desenvolver. O pesquisador poderá colocar definições e conceitos que se farão necessários ao desenvolvimento do trabalho. Desse modo, a fundamentação teórica de um trabalho de pesquisa promoverá o diálogo entre

os diferentes autores e suas ideias, que podem ser semelhantes, convergentes ou divergentes. Essa fundamentação é o alicerce da pesquisa, pois permitirá consubstanciá-la.

Existem muitas formas de citar um autor. E existem características pertinentes para realizar uma citação. É claro, como já foi abordado, que não se pode fazer uma colcha de retalhos, ou seja, citar por citar. Na redação de um texto científico, o pesquisador vai construí-lo, isto é, o texto não será um mero aglomerado de ideias desconexas e sem o posicionamento do mesmo diante do que está escrevendo. Dessa forma, **o pesquisador deixa claro a identificação das vozes pelas quais ele está se baseando, ou seja, demarca o que é do autor e aquilo que ele interpreta sobre a ideia do autor.**

O pesquisador precisa fugir do excesso de citações, mas necessita desviar-se da falta de citações. Ambos são pecados cometidos por alguns pesquisadores inexperientes. Ambos, também, incidem sobre a forma como o pesquisador disserta sobre o tema ou assunto escolhido. É imprescindível ao pesquisador saber dosar o referencial teórico, entendendo aquilo que é estritamente necessário para o desenvolvimento adequado da pesquisa. Nessa ótica, o pesquisador afirma suas próprias ideias, trazendo autores que as reforcem ou dê credibilidade as mesmas.

O pesquisador deve esquivar-se de levantar impropriedade referente às fontes, ou seja, pecar pela falta ou incorreções de recursos documentais, imagens e textos. Na ausência de fontes o pesquisador necessita ir em locais ou pessoas que vão lhes dar respaldo. Além disso, deve utilizar-se com propriedade de tal fonte, isto é, citar aquilo que encontrou no local ou em pessoas da localidade. Nunca inferir aquilo que ele acredita ser a verdade.

Quando precisar de fontes outras, como as citadas acima, **o pesquisador precisará eximir-se de emitir opiniões ou manter um diálogo direcionando às respostas dos participantes.** Ele tem que se posicionar e tecer diálogo para compreender o raciocínio do participante. Dessa forma, quando não há autores que já pesquisem na área, é estritamente necessário trazer aquilo que encontrar na voz da pessoa que está

participando, sem levantar hipóteses ou dar opinião. Não é ficar neutro, mas manter-se a certa distância para dar credibilidade às suas descobertas.

Muitas fontes bibliográficas encontram-se em livros. Entretanto, a grande divulgação eletrônica permite ao pesquisador ter à mão inúmeros periódicos que trazem autores renomados e que influenciam as pesquisas em sua área. Há, ainda, bases de dados e um acervo de dissertações e teses disponível online pelo banco de dados da Capes. A pesquisa via web corre o risco de conter plágios e cópias grosseiras, repassadas sem controle dos autores envolvidos e com deturpação das ideias dos mesmos. O pesquisador deve ficar atento, buscando somente sites confiáveis.

Fazer a fundamentação teórica requer que o pesquisador se aprofunde sobre o assunto que quer pesquisar. Para Furasté (2008, p. 210) o referencial teórico é a “apresentação do embasamento teórico que fundamentará o trabalho. São os pressupostos que darão suporte à abordagem do trabalho”. Assim, o pesquisador vai expondo as ideias principais que cada autor tratou dentro do tema, juntamente com aquilo que ele quer esclarecer sobre o tema de pesquisa. O pesquisador pode levantar críticas, desde que, consiga argumentar o porquê e como modificar o assunto.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 225) “pesquisa alguma parte hoje da estaca zero”. Portanto, existem estudos, quer sejam semelhantes, quer sejam complementares, que já foram desenvolvidos por diferentes autores. A busca por tais fontes se faz necessária para não ocorrer “duplicação de esforços, a não “descoberta” de ideias já expressas, a não-inclusão de “lugares-comuns” no trabalho” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 225, grifos das autoras). Tal confirmação permite confrontar a contribuição que a pesquisa trará para o meio acadêmico e científico.

É por meio da fundamentação teórica que a pesquisa adquire credibilidade. É, portanto, necessário fazer uma transcrição das ideias dos autores, efetuando um levantamento criterioso e cuidadoso, em fontes confiáveis, que tragam contribuições relevantes sobre o assunto no elenco dos trabalhos já realizados. O pesquisador precisa estar atento para

aprender o máximo possível sobre o tema. Segundo Barbalho e Moraes (2003, p. 26)

Faz-se mister destacar que não se trata de uma simples transcrição de pequenos textos ou citações, mas sim de uma sistematização de ideias, fundamentos, conceitos e proposições de vários autores, apresentados de forma lógica, encadeada e descritiva, demonstrando que foram estudados e analisados pelo autor. Nesse sentido, deve-se efetuar o levantamento bibliográfico² junto a diferentes fontes documentais, como livros, obras de referência, periódicos científicos, teses, dissertações, monografias, artigos, dentre outros.

A sistematização das ideias deve partir dos autores de referência na área, sempre focando o essencial à pesquisa. Como já foi tratado anteriormente, a pesquisa não deve trazer citações nem demais nem de menos.

Para Laville e Dionne (1999, p. 112)

Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa. Nela tenta encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual. Aproveita para tornar ainda mais conscientes e articuladas suas intenções e, desse modo, vendo como outros procederam em suas pesquisas, vislumbrar sua própria maneira de fazê-lo.

Desse modo o pesquisador foca outras pesquisas relacionadas ao seu tema, sem perder de vista sua questão. Ainda, segundo estas autoras (LAVILLE; DIONNE, 1999) o pesquisador, nesta etapa da pesquisa, precisa estar atento a duas questões:

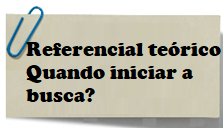
² O objetivo do levantamento bibliográfico é: viabilizar o aprendizado sobre uma determinada área; elencar os trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema; identificar e selecionar dos métodos e técnicas a serem utilizados; subsidiar a redação do trabalho. Devem ser utilizadas diversas fontes bibliográficas existentes sejam elas primárias, secundárias ou terciárias. Suas etapas de realização são: determinação de um ponto de partida a partir de listas de citações de trabalhos fundamentais para o tema ou similares ao que se pretende fazer, listas de citações de revisões recentes da literatura, ideias e dicas dadas pelo orientador, colegas, congressos, etc. números recentes e ver sumários de algumas revistas importantes na área e pesquisa na Internet (WWW) usando catálogos e mecanismos de busca; levantamento e fichamento das citações relevantes; aprofundamento e expansão da busca; seleção das fontes a serem obtidas; localização das fontes e obtenção; leitura, sumarização e redação.

1) A revisão da literatura refere-se ao estado da questão investigada e, portanto, o pesquisador não pode deixar-se levar por numerosas leituras e esquecer sua questão de pesquisa.

2) A revisão da literatura não é uma caminhada pelo campo em que se faz um buquê com todas as flores existentes. Portanto, esta revisão é crítica e reflexiva, selecionando somente aquilo que interessa para solucionar a questão proposta.

Leituras desnecessárias atrapalham o entendimento sobre o tema. O foco do pesquisador é selecionar o necessário. Por isso que o assunto ou tema deve estar muito bem delimitado. Isso permite ao pesquisador manter o foco, ou seja, vai olhar somente a parte do todo que diz respeito a investigação. É fato que cada leitura pode trazer novos conceitos, novas ideias, entretanto, cabe ao pesquisador discernir o que é pertinente investigar e se esse novo conhecimento dará validade ou acrescentará algo aquilo que ele pretende provar com a pesquisa.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 131) “nesta etapa, como o próprio nome indica, analisamos as mais recentes obras científicas disponíveis que tratam do assunto ou que deem embasamento teórico e metodológico para o desenvolvimento do projeto de pesquisa”. Para os autores (PRODANOV; FREITAS, 2013) é nesta etapa que o pesquisador seleciona os termos técnicos, os principais conceitos e estabelece o marco teórico.

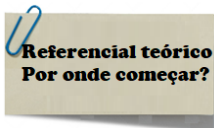


A revisão da literatura deve iniciar-se quando o pesquisador já estiver clarificado o tema de pesquisa, ou seja, após a delimitação do tema e não antes de ter elaborado o problema de pesquisa. Desse modo, o pesquisador tem uma ideia do que vai pesquisar e não vai ficar perdido coletando várias fontes, que possam não ser útil a pesquisa. O importante é citar o que for estritamente necessário a resolução da questão.

É interessante após ter delimitado o tema, quando for implementar a busca às fontes que o pesquisador estabeleça um limite temporal para realizá-la, ou seja, deve-se estipular um parâmetro, em anos, sobre o qual

o pesquisador vai debruçar-se. É nessa etapa que pesquisador faz um recorte do que já tem, caso haja muitos trabalhos já desenvolvidos. Entretanto, deve abranger os autores renomados da área, mesmo que eles estejam fora do recorte pretendido. Geralmente, faz-se esse recorte em buscas de dissertações e teses quando há muita quantidade.

Após ter elegido alguns autores de referência da pesquisa, inúmeros outros podem vir dar embasamento às ideias propostas, tanto por estes autores como pelo pesquisador. É necessário identificar aquele autor que vai viabilizar o desenvolvimento da pesquisa e que permitirá ao pesquisador trazer contribuições com novos conhecimentos para a área.




Existem numerosos instrumentos bibliográficos, os quais o pesquisador pode fazer uso. Entretanto, os principais são os livros e artigos de periódicos científicos. Assim, a pesquisa bibliográfica pode ser realizada em relatórios, teses, dissertações, enciclopédias, dicionários, resenhas, jornais, bancos de dados, anuários etc. O importante é trazer a informação certa para a solução da questão.

Utilize sempre sites confiáveis quando pesquisar na web, para tal, visite bibliotecas virtuais de faculdades e universidades renomadas; visite site de periódicos respaldados pela Capes. Evite utilizar uma informação, a qual não se verifica a veracidade e que não tem credibilidade sobre aquilo que está escrito. Não acredite em tudo que está escrito na internet. Procure ter certeza, buscando, quando possível, o próprio autor do texto.

É estritamente necessário diversificar as fontes pesquisadas. Entretanto, como existem fontes que podem ser consideradas não confiáveis, elas podem ter sido plagiadas. O pesquisador deve manter-se atento a essa questão. **PLÁGIO é CRIME!** É comum encontrarmos na web textos que são afirmados ser de um autor quando o mesmo é de outro. O avanço da tecnologia disponibiliza aceleradamente diversas informações, que podem ser verdadeiras ou não. Evitem utilizar sites não confiáveis, tais como, blog, artigos veiculados por sites de relacionamento, que não comprovem sua veracidade. Portanto, sempre busque sites confiáveis!!!

Cite todos os autores, os quais fizeram parte do pressuposto teórico, pois eles são os parceiros que garantirão a credibilidade da pesquisa. Tomando os autores como parceiros, não os deixe de fora da construção de um novo conhecimento, tampouco “tome para si”, isto é, não faça apropriação indevida sobre aquilo que um autor estudou, desenvolveu e publicou corretamente. Reafirma-se **PLÁGIO é CRIME!**




Por que realizar buscas no que já existe?

Primeiro, porque é importante para não haver perda de tempo com duplicidade de conhecimentos. Acontece que o pesquisador não realizando esta busca corre o risco de desenvolver um conhecimento que já existe e isto invalida seu trabalho, já que não era necessário haver a realização de tal empenho, pois este nada acrescentará ao conhecimento da área.

Segundo, porque é necessário aprofundar o conhecimento sobre o tema que será desenvolvido na pesquisa. Este aprofundamento trará segurança a respeito do tema e dará o aporte necessário ao trabalho. Não deve ser uma busca sem norte. Portanto, é preciso foco para buscar aquilo que é estritamente necessário ao desenvolvimento da pesquisa. É preciso uma agenda para distribuir o tempo e aperfeiçoar a busca. Pensar o que é importante, quais conceitos devem ser tratados, quais autores são importantes de serem apresentados, que dados devem ser coletados etc.

Terceiro, para construir um conhecimento novo, o pesquisador deve ter em mente o que já existe, de onde partir para chegar a este novo conhecimento. Todo conhecimento implica em pesquisa, possibilitando que o pesquisador se debruce nos estudos e que tenha certeza de que está produzindo e difundindo conhecimentos. Nada é mais gratificante do que ter a certeza que o trabalho resultará em acréscimos para a área e que esse conhecimento foi construído com comprometimento e responsabilidade.



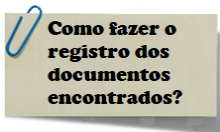
Como realizar essas buscas?

Existem dois tipos de busca para o conhecimento já existente. O primeiro segue o assunto de **forma geral** e o segundo de **forma mais específica**. Dessa maneira, de forma geral, o levantamento será feito buscando obras que

tratem o tema de forma geral. É importante explicar o tema amplamente e depois focar no específico. Já de forma específica, o levantamento será feito buscando obras que tratem o tema em um foco específico. Deve ser realizado após o tema geral estar bem entendido.

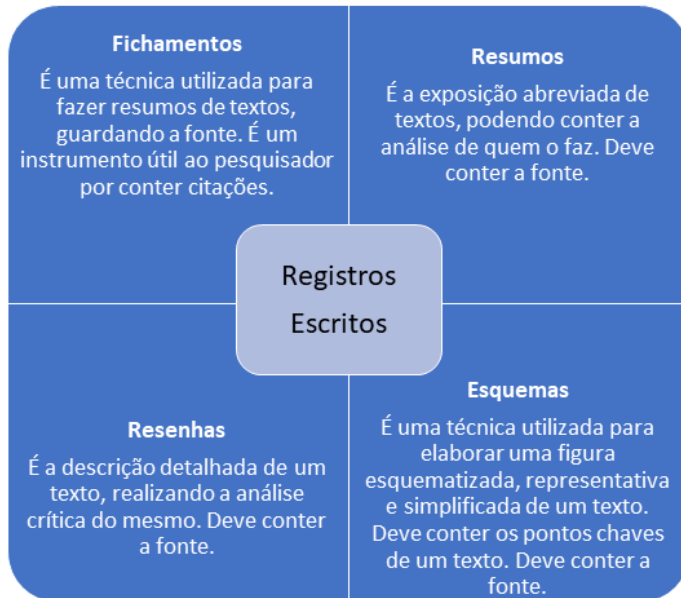
Para as buscas do assunto de forma geral, o pesquisador deve focar o conceito sobre o tema, as definições que envolvem, as delimitações já realizadas, se há divergências e/ou convergências entre autores que trabalham com o tema, se há lacunas, falhas, déficit detectado por autores na área etc.

Para as buscas do assunto de forma específica, o pesquisador deve focar aquilo que levará a resolução do problema de pesquisa, permitindo alcançar os objetivos propostos para o desenvolvimento da investigação. Para isto, o pesquisador buscará autores que desenvolvam pesquisas no assunto específico, trará análises realizadas, estatísticas quando necessário, comentários e resumos de autores já realizados etc. Esta busca foca os objetivos específicos de pesquisa. Encontrando a solução para cada um, será possível chegar à solução do problema e do objetivo geral de pesquisa.



Pode ser por meio de fichamentos, resumos, resenhas, quadro sinóticos, esquemas ou outra maneira para guardar os pontos principais das obras encontradas. Observe o Organograma 6 que traz detalhadamente essas maneiras de registro. Estes registros facilitam o retorno ao material e a própria consulta quando for realizar a elaboração do texto. O pesquisador pode optar por realizar xerox do texto para não precisar voltar ao local onde coletou o documento. É necessário preservar a fonte xerocopiando os dados essenciais para a citação e referência bibliográfica.

Organograma 6 – Formas de registros escritos



Fonte: Elaborado pela autora

Todo material recolhido pelo pesquisador deve ser organizado de forma que facilite o retorno ao mesmo. Desse modo, o pesquisador deve separá-los de acordo com algum critério o qual ele tenha estabelecido previamente. Pode ser por ordem de importância para o desenvolvimento da escrita do trabalho ou pode ser por tema tratado de forma geral e tema tratado de forma específica. Cabe ao pesquisador organizar da melhor forma possível, com a qual se sinta confortável.

3.8.1. Citações



Para desenvolver uma pesquisa é fundamental a elaboração de citações. É através delas que o pesquisador mostrará ao leitor que existem outros pesquisadores que trabalham com o mesmo assunto. Cada citação dará o encaminhamento necessário para que o pesquisador chegue à sua ideia e obtenha o embasamento que sustentará o desenvolvimento da pesquisa.

Nesta perspectiva, as citações sustentam os argumentos do pesquisador. As citações, atualmente, são regidas pela ABNT NBR 10.520/2002 (BRASIL, 2002a).

Mas, o que é ABNT? É a sigla da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que padroniza as normas técnicas no Brasil. Portanto, é responsável por elaborar as normas brasileiras de referência (NBR) para produção de textos científicos. Cada NBR é designada por um número e pelo ano de criação. Fora do Brasil, os trabalhos científicos são regidos pela APA (American Psychological Association), que são normas técnicas baseadas a partir da Psicologia, mas que foram adotadas por diferentes campos de investigação.



É comum o pesquisador iniciante confundir citar com referenciar. **Citar refere-se a TRANSCREVER**, ou seja, reporta ao texto ou palavras de alguém com o intuito de fundamentar aquilo que o pesquisador quer tratar. Lembre-se de que citar não é simplesmente copiar. Isto é **PLÁGIO!** Temos que **referenciar que se refere a MENCIONAR**, ou seja, reporta ao autor do texto ou às palavras citadas de um autor.

Em alguns dicionários, citar significa transcrever; fazer alusão a algo ou alguém; mencionar com propriedade o que é afirmado. Como constata-se, citar vai ao encontro de transcrever e mencionar, aspectos importantes em uma pesquisa. Etimologicamente, citar deriva do latim *citare* que significa convocar, chamar. Sendo assim, quando o pesquisador faz uma citação, convoca outros autores para respaldar suas ideias. De acordo com a ABNT NBR 10520/2002 (BRASIL, 2002a, p. 1) citação é “menção de uma informação extraída de outra fonte”. Repare que a norma trata de menção, não no sentido de mencionar alguém, mas de mencionar a informação extraída, o que leva à transcrição da informação aludida. Portanto, **citação é o registro parcial, que pode ser direto ou indireto, de obras de outros autores com a intenção de respaldar aquilo que é escrito pelo pesquisador.**

A localização das citações pode estar situada no corpo do texto ou em notas. Corpo do texto é o nome técnico dado a qualquer parte do trabalho acadêmico científico em que é introduzido, desenvolvido ou concluído o tema. Notas são indicações separadas do corpo do texto, localizadas ao final de página e que têm a função de esclarecer um conceito ou quaisquer outros que se façam necessários ao entendimento do texto.



Tipos de citação

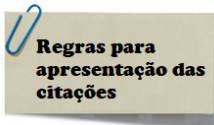
De acordo com a ABNT NBR 10520/2002 (BRASIL, 2002a) existem três tipos de citação: direta, indireta e citação de citação. **A citação direta é transcrição textual de parte da obra de um autor.** A citação direta pode ser elaborada de duas maneiras: **Citação direta com, no máximo, três linhas** – este tipo de citação deve ser transcrito entre aspas duplas (“”), utilizando o mesmo tamanho de fonte em que se escreve o texto e **Citação direta com mais de três linhas** – este tipo de citação deve ser transcrito destacada do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda. Não se utiliza aspas. A fonte utilizada deve ser menor que a fonte utilizada no corpo do texto, ou seja, se no texto está sendo utilizada fonte 12, deve-se utilizar para a citação recuada fonte 11 ou 10.

A citação indireta é um texto baseado na obra do autor consultado, ou seja, significa ler o texto e escrever o que entendeu a respeito do mesmo. Já **a citação de citação³ é a transcrição textual de uma citação direta ou indireta realizada por um autor, mas não foi ele quem escreveu o texto citado**, ou seja, a citação de um autor está contida em um texto de outro autor, mas o pesquisador não consegue ter acesso ao texto original do autor que foi citado por outro e esta citação é relevante para o desenvolvimento do texto desse pesquisador. Nessa lógica, é permitido ao pesquisador fazer cópia de um autor citado por outro autor, desde que faça as devidas referências à obra consultada e o ano do autor que foi citado. Geralmente, utiliza-se a expressão *apud* dentro dos parênteses de referência.

³ A citação de citação, normalmente, é utilizada quando você não encontra o livro ou texto original, mas o encontra em um autor que teve acesso ao original e fez uma citação extremamente importante para o seu trabalho.

De acordo com a ABNT NBR 10520/2002 (BRASIL, 2002a) pode-se citar utilizando notas. As notas aparecem na parte debaixo da folha, separada por uma linha e empregando a sequência numérica. Elas podem ser de referência, de rodapé ou explicativas. **As notas de referência indicam fontes consultadas ou remetem a outras partes da obra onde o assunto foi tratado.** A numeração é feita por algarismos arábicos, única e consecutiva para cada capítulo. **As notas de rodapé são indicações, aditamentos ou observações elaboradas por aquele que escreve o texto.** Utiliza-se o sistema autor-data para as citações no texto e o numérico para as notas explicativas. A primeira citação de uma obra, em nota de rodapé, deve ter sua referência completa, as demais podem ser referenciadas em forma abreviada. Já **as notas explicativas são comentários, esclarecimentos ou explanações, que não possam ser incluídas no texto.** A numeração é feita em algarismos arábicos, única e consecutiva para cada capítulo.

Segundo a ABNT NBR 10520/2002 (BRASIL, 2002a) as citações podem conter supressões, interpolações, acréscimos ou comentários e ênfase ou destaque. Por supressões entendem-se as partes do texto que não se quer citar ou não se quer fazer alusão, por não ser pertinente ao texto que se escreve. Para indicar supressões utiliza-se [...]. As interpolações, acréscimos ou comentários são partes na citação que foi colocada por quem escreve o texto. Para indicar estas entradas utiliza-se []. O texto deve estar escrito no interior dos colchetes. Ênfase ou destaque são partes que se quer realçar no texto, pode ser do autor ou do pesquisador. Para indicar estas entradas utiliza-se: grifo ou negrito ou itálico.



Toda citação tem regras a serem seguidas. De acordo com a ABNT NBR 10.520/2002 (BRASIL, 2002a), faz-se chamada pelo sobrenome do autor ou instituição responsável, seguidos de ano e página. **A chamada pelo sobrenome do autor deve ser escrita com a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas.** Quando o sobrenome estiver dentro de parênteses deve ser escrito em letras maiúsculas.

Quando não houver autor ou não há informação de autoria, utiliza-se Autor desconhecido. Quando houver coincidência de sobrenome é necessário acrescentar o prenome do autor abreviado ou por extenso, se a coincidência persistir.

A chamada do ano deve especificar qual o ano o texto foi elaborado pelo autor. O ano aparece logo após o sobrenome do autor, separado por vírgula. Quando não houver ano ou não se tem informação de ano, utiliza-se s.d., que significa sem data. Quando o texto estiver na internet e não constar a data, utiliza-se a data em que foi acessado o texto por quem faz a pesquisa. Existem, ainda, aproximações de ano, isto é, o pesquisador não tem conhecimento certo do ano, mas tem de milênio, século, década. Assim, pode colocar ? (interrogação) como data presumível. **A chamada da página especifica a página em que o texto se encontra no original do autor.** A página vem logo após o ano, separada por vírgula. A numeração da página vem precedida de: p. Quando não houver paginação no texto, utiliza-se s.p., que significa sem paginação.

3.9. Metodologia da pesquisa



A metodologia da pesquisa é uma parte essencial para o pesquisador. Exige cuidado e atenção, pois serão definidos o contexto, os sujeitos, os instrumentos, como será a análise e discussões dos dados. Minayo (2009, p. 46) afirma que a metodologia é “mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e os objetivos de estudo”. Essas definições influenciarão na produção dos resultados obtidos. Nessa ótica, a metodologia contém um corpo de regras estabelecidas para realizar a pesquisa.

A palavra metodologia, etimologicamente é uma junção de três palavras gregas: *metá* que significa atrás; *hodós* que é caminho e *logos* que significa estudo, tratado. Na composição da definição, de acordo com a

etimologia, metodologia é caracterizada como um tratado ou estudo ordenado por meio do qual se busca uma finalidade. Nessa perspectiva, a metodologia tem como objeto as técnicas da pesquisa, consideradas em suas estruturas específicas e nas condições que possibilitam o seu uso.

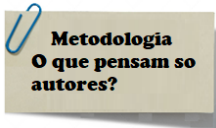


É comum, em qualquer trabalho científico, a elaboração da metodologia ou dos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento de uma pesquisa. Tomando por base o problema de pesquisa e os objetivos, o pesquisador já sabe qual contexto vai investigar, mas tem que definir quais os sujeitos irão participar. Assim, ele pode especificar a população existente e parte dela que irá se apropriar para o estudo. Essa parte é entendida como a amostra da população. Se o pesquisador for utilizar uma amostra deve ficar claro como vai estabelecer a seleção dos sujeitos que a comporão.

Escolhidos os sujeitos de pesquisa, o pesquisador tem que decidir quais os instrumentos serão apropriados para o tipo de amostra selecionado. Esses instrumentos serão elaborados de forma preliminar, pois deverão passar por uma fase de pré-testagem para que o pesquisador verifique se obterá dados suficientes para chegar aos resultados da pesquisa. O pesquisador pode utilizar quantos instrumentos forem necessários para a obtenção dos dados. De posse dos instrumentos definitivos, o pesquisador vai a campo colher os dados. Essa etapa deve estar descrita na metodologia e conter o tempo estabelecido para a realização da coleta dos dados. É uma fase extremamente importante, pois quaisquer falhas podem inviabilizar os resultados de pesquisa.

Com todos os dados colhidos, o pesquisador se prepara para a análise dos dados. Nessa etapa o pesquisador tem que especificar como fará a análise e discussão dos dados. Se for uma análise quantitativa terá que apresentar os dados em tabelas ou quadros. Pode, ainda, optar por gráficos estatísticos. Se for uma análise qualitativa terá que apresentar as técnicas utilizadas e o tipo de categorização que norteará a elaboração das análises

e discussões. Todas as análises e discussões devem trazer um paralelo com o referencial teórico adotado.



A metodologia de uma pesquisa é uma explicação detalhada e exata de todas as etapas de ação que serão desenvolvidas no método do trabalho de pesquisa, ou seja, é a maneira como vai desenvolver a pesquisa, seguindo certos critérios estabelecidos e em determinada ordem. Nesta etapa da pesquisa o pesquisador vai explicar que tipo de pesquisa vai desenvolver, qual tempo que será gasto para a realização do trabalho e como será feita a divisão do trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 221) “a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões como?, com quê?, onde?, quanto? [...]” e pode-se acrescentar com quem?

Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 12) metodologia é “o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.” Para Minayo metodologia é definida de diversas maneiras, ou seja,

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007, p. 44).

Com esse entendimento, buscamos em Mattos (2016, p. 95) quando afirma que

Escolher os procedimentos metodológicos é construir um caminho que diferencia um trabalho do outro, permitindo ao pesquisador mostrar seu ponto de vista. É, também, direcionar a visão para os objetivos, na solução da

problemática suscitada, pela inquietação do mesmo. Quando é feita a opção por um caminho metodológico e são definidos os instrumentos a serem utilizados, é delineada a trajetória de pesquisa.

Consequentemente, a metodologia é uma escolha pessoal do pesquisador, de acordo com o que ele vai pesquisar, com os objetivos e o que pretende alcançar.

3.9.1. Contexto da pesquisa



O contexto de pesquisa responde à pergunta: **onde?** O contexto de uma pesquisa está relacionado com a inquietação do pesquisador a respeito de algum fenômeno ou fato em uma dada realidade. Geralmente, o pesquisador encontra-se presente na realidade, a qual suscitou a inquietação que pode ser o ambiente de trabalho, um grupo de pesquisa que desenvolva um projeto ou uma realidade acadêmica ou não. O importante é que o pesquisador teve contato com a realidade, provocando inquietação a respeito de algo.

Consequentemente, o contexto de pesquisa pode não ser uma escolha do pesquisador. Isso vai depender do que ele esteja realizando no momento dessa opção. É provável que esse local de pesquisa se origine da atividade profissional do pesquisador ou da atividade acadêmica da qual faça parte. É relevante que o pesquisador tenha certa proximidade com o que pretende desenvolver, pois fica mais agradável e propicia mais engajamento.



A caracterização do contexto de pesquisa ou local de pesquisa envolve apresentar da maneira mais clara possível o *locus* de pesquisa que o cenário em que se desenvolverá as atividades propostas pelo pesquisador. Nessa ótica, o pesquisador pode apresentar esse cenário por meios de mapas para localizá-lo e situá-lo em um contexto mais abrangente. Pode, ainda,

descrevê-lo minuciosamente, demonstrando alguns detalhes essenciais para a compreensão do contexto em questão.

Se o pesquisador optou por apenas uma parte do contexto, ele deve deixar claro quando realizar a descrição do cenário de investigação. Assim, pode partir do ambiente macro para chegar ao micro em que desenvolverá a pesquisa. É importante apresentar o entorno no qual o contexto está envolvido, isto é, o que se encontra ao redor do contexto que pode ou não interferir no cenário de investigação. Ressalta-se que é relevante a descrição dos aspectos essenciais do local de pesquisa, tanto para o pesquisador como para os demais pesquisadores.

3.9.2. Sujeitos de pesquisa



Agora é a hora de responder: **Com quem?** A definição dos sujeitos de pesquisa é fundamental para o sucesso da investigação. O pesquisador precisa ter certeza de escolher as pessoas certas. Não são quaisquer pessoas que podem compor a amostra de sujeitos que participarão da pesquisa. Eles devem estar imersos no cenário de investigação e, ao mesmo tempo, ser membro dessa realidade. Conhecer a população é o primeiro passo para definir acertadamente a amostra. Você sabe o que é a população?

A população ou universo é o total de participantes que uma pesquisa pode ter, ou seja, “[...] é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. Sendo N o número total de elementos do universo ou população, o mesmo pode ser representado pela letra latina maiúscula X , tal que $XN = X_1; X_2; X_3; \dots; XN$ ”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 223). Explicitar a população envolve identificar as características essenciais para a pesquisa. Isso possibilita delimitar o universo existente. Entretanto, em muitas pesquisas não se pode computar o total de pessoas ou utilizá-los pela extensão. Quando isso corre, o pesquisador opta por utilizar uma amostra representativa da população.

Amostra ou amostragem é a parte da população que interessa à pesquisa ou que o pesquisador tem acesso. A amostra é um subconjunto do universo. Assim, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 223) “a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem etc.” Determinar a amostra envolver certas escolhas que somente o pesquisador pode definir.

Existem alguns tipos de amostra que podem ser utilizados pelo pesquisador para essa escolha. A amostra não probabilística em que os participantes são selecionados de acordo com a facilidade e acesso do pesquisador e a amostra intencional em que os participantes são selecionados de acordo com características, tidas como relevantes para a obtenção dos dados. A primeira é pouco utilizada devido ser um tipo de amostra aleatória de seleção. Em uma amostra todos os participantes têm as mesmas oportunidades de serem escolhidos.



A determinação tanto da população como da amostra pressupõe estabelecer certos parâmetros e o primeiro é a representatividade. Independentemente da quantidade, os sujeitos de pesquisa devem ser representativos do contexto envolvido na pesquisa. Se o pesquisador optou por utilizar hipóteses, os sujeitos devem cumprir alguns aspectos relevantes para confirmação ou refutação das mesmas. A definição, tanto da população como da amostra, está de acordo com o estabelecimento de critérios de seleção, tantos aspectos quantos forem necessários para selecioná-los com exatidão.

Richardson (2012, p. 160) aborda que existem diferentes tipos de classificação das amostras. Para ele, a “**amostra acidental** é um subconjunto da população formado pelos elementos que se pôde obter, porém sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo”. A utilização desse tipo de amostra não gera generalizações, mas pode servir para futuras pesquisas

que envolvam sujeitos semelhantes, levando a comparações e possíveis generalizações. A **amostra intencional ou de seleção racional** possibilita que “os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador” (RICHARDSON, 2012, p. 161). Esse tipo de amostra cria um sujeito tipo, o que significa que o pesquisador precisa ter conhecimento detalhado de cada participante da população para estabelecer as tipicidades e especificidades que constituem esse sujeito tipo.

De acordo com Richardson (2012, p. 161) nas **amostras probabilísticas, aleatórias ou ao acaso** “os elementos da população devem ter uma probabilidade igual ou conhecida, distinta de zero, de ser selecionados para formar parte da amostra”. O pesquisador deve construir uma lista com as características essenciais à pesquisa, escolhidas por método apropriado. Essas características são denominadas marco de referência ou base da amostragem. Geralmente, a representatividade, tanto da população como da amostra, é guiada por leis da probabilidade.

A **amostra estratificada proporcional** “[...] consiste em tomar uma fração de amostragem para cada estrato que seja semelhante à proporção que ele ocupa no universo” (RICHARDSON, 2012, p. 164) e a **amostra estratificada de fração ótima** “[...] é distinta para cada estrato, de modo que seja possível obter um número suficiente de elementos de cada um e, assim, efetuar comparações válidas entre eles e ponderar os resultados para não perder a representatividade da amostra” (RICHARDSON, 2012, p. 164). Nesses tipos de amostragem, a população é subdividida em grupos homogêneos, de acordo com certas variáveis que o pesquisador pretende focar na pesquisa.

Existem erros que são cometidos quando o pesquisador está selecionando a população e a amostra de pesquisa. Para Richardson (2012, p. 166) existem dois tipos desses erros: os **erros de amostragem** “[...] que se produzem pelo fato de se trabalhar com parte dos elementos que compõem a população e não com a totalidade deles”, portanto, estão ligados à maneira de obter a amostra. Já os **erros de vieses** “são aqueles que se produzem

quando, ao efetuar o estudo na amostra, não se tomam as precauções necessárias para medir as variáveis que interessam” (RICHARDSON, 2012, p. 166). Consequentemente, todo cuidado é pouco ao realizar a escolha de uma amostra!

3.9.3. Instrumentos de pesquisa



Para responder “**com quê?**” a pesquisa será realizada, é necessário saber que tipo de instrumento é importante para responder a problemática de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. De acordo com a técnica utilizada, seja ela documentação indireta, que abrange a pesquisa documental e bibliográfica ou, documentação direta, que abrange a parte prática da pesquisa, o pesquisador deve atentar-se para que tipos de dados ele quer recolher, com os quais obterá os resultados da investigação.

Os instrumentos de pesquisa são denominados de técnicas, com as quais o pesquisador vai coletar os dados, consequentemente, cada instrumento é elaborado para uma pesquisa em questão e não se aplica a quaisquer outras. Cada instrumento deve ser testado antes de sua aplicação, sendo um procedimento rotineiro em pesquisas científicas. Caso seja identificada alguma falha, o pesquisador procederá a revisão ou reformulação do mesmo. Cabe ressaltar que a testagem é realizada em uma parcela da amostra, escolhida pelo pesquisador.

Independentemente da utilização de quaisquer tipos de instrumentos, o pesquisador tem que elaborar o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, deixando claro o objetivo da pesquisa, os benefícios, garantindo sigilo da identidade e que não haverá riscos para o respondente, entre outros dados que se fizerem necessários.

Se a pesquisa necessita de participantes menores de idade, o pesquisador deverá elaborar o termo de assentimento para os menores e um TCLE para os responsáveis desses menores, que autorizarão ou não a participação dos mesmos. Tanto o TCLE como o termo de assentimento são

regidos pela resolução do conselho nacional de saúde 196/1996 (BRASIL, 1996) e deverão estar inclusos ao projeto, quando este for submetido ao conselho de ética. É importante ressaltar que os resultados só poderão ser publicados se o comitê de ética aprovar o protocolo submetido a ele. Todos esses cuidados são tomados para o devido respeito à dignidade humana e autonomia, reconhecendo a vontade própria do participante, não ocasionando vulnerabilidades.



Um instrumento de pesquisa só é válido para uma única pesquisa. Diante dessa afirmação, o pesquisador compreende que não pode utilizar quaisquer instrumentos para coletar seus dados de pesquisa, muito menos reproduzir instrumentos de outro pesquisador, pois pode invalidar seus resultados. **Instrumento de pesquisa é definido como técnica ou ferramenta, utilizada pelo pesquisador, para coletar o máximo possível de dados no desenvolvimento de uma pesquisa.** Eles são específicos e têm a função de orientar e determinar com exatidão os dados de uma pesquisa.

A escolha de um instrumento de pesquisa não é aleatória. Vai depender do tipo de pesquisa realizada, das características dos sujeitos selecionados para a pesquisa e se os instrumentos escolhidos vão auxiliar para chegar aos resultados da pesquisa. É um grande desafio para o pesquisador escolher os instrumentos que irá utilizar, mas se ele planejou a pesquisa não haverá erros nessa escolha. Cabe, ainda, ressaltar que um único instrumento pode não resultar benéfico para uma pesquisa e que, às vezes, é necessário mais de um instrumento para validar os resultados de uma pesquisa, principalmente, quando a pesquisa tem abordagem qualitativa.

3.9.3.1. Observação



A observação é uma técnica de pesquisa com a qual o pesquisador vai utilizar seus sentidos para captar e obter dados da realidade pesquisada. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 222) a observação “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” Nesse tipo de técnica, o pesquisador utiliza a subjetividade, captando aspectos e fatos que o afetem quando está no cenário de investigação. Por meio da observação, processa-se uma variedade de descobertas e aprendizagens a respeito do contexto e dos sujeitos de pesquisa.

A observação como técnica de pesquisa envolve um olhar crítico do pesquisador, direcionado para o problema e os objetivos da pesquisa. Existem diferentes tipos de observação e o pesquisador deve basear-se por uma. De acordo com Gil (1999, p. 110) “a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa” e deve ser realizada em conjunto com outras técnicas devido ao grau de subjetividade envolvido. Segundo Gil (1999, p. 110) “a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano”. Sendo sistematicamente planejada, a observação assume o aspecto de ser verificada. Portanto, deve-se ter sempre um roteiro de observação que a direcionará.



A subjetividade que permeia todo o processo de observação pode ser amenizada devido aos fatos e fenômenos serem coletados diretamente no contexto da pesquisa. Nessa ótica, não ocorre interferência externa, o que reduz o aspecto subjetivo no momento da coleta dos dados. Entretanto, ocorre uma desvantagem, pois a presença do pesquisador pode interferir no comportamento dos sujeitos de pesquisa. Gil (1999, p. 111) ressalta que “as pessoas, de modo geral, ao se sentirem observadas, tendem a ocultar seu comportamento, pois temem ameaças à sua privacidade”. Esse aspecto pode ser contornado de duas maneiras. Primeiro, o pesquisador mantém

contato sem realizar observação, adquirindo familiaridade com os sujeitos de pesquisa. Só, então, realiza a observação propriamente dita. Na segunda hipótese, ele inicia a observação, mas leva em consideração a interferência de sua presença no comportamento dos sujeitos pesquisados.



Tipos de observação

A observação pode ser desenvolvida de diferentes maneiras. De acordo com os meios utilizados pode ser estruturada ou sistemática e não estruturada ou assistemática. De consonância com a participação do pesquisador pode ser participante ou não-participante. De acordo com o número de pesquisadores envolvidos, a observação pode ser individual ou em equipe. Em conformidade com o local de realização, a observação pode ser na vida real ou em laboratório.

A **observação estruturada ou sistemática** pode ocorrer em laboratórios ou no campo de pesquisa (local) com a elaboração de um planejamento. É utilizada com o objetivo de descrever fenômenos precisamente. Já na **observação não estruturada ou assistemática** não há planejamento das ações. Por ser considerada espontânea, o registro dos fatos e fenômenos ocorrem pela experiência do pesquisador em atentar-se a tudo que ocorre no contexto da pesquisa. Esse tipo de observação exige muita astúcia do pesquisador para perceber as partes integradas ao todo, isto é, o contexto, os sujeitos e o comportamento social deles.

Na **observação individual** apenas um pesquisador coleta os dados, tornando-se mais pobre em relação a recolha de dados. Na **observação em equipe**, um grupo de pesquisadores observam o mesmo fato ou fenômeno por diferentes ângulos, que é uma oportunidade para confrontar dados e realizar comparações. A **observação na vida real** ou em lócus exige a imersão do pesquisador no contexto de pesquisa, facilitando um registro melhor dos fatos e fenômenos ocorridos, reduzindo tendências e deturpações do que se observa. A **observação em laboratório** requer condições especiais de pesquisa. Exige a elaboração e organização cuidadosa, além de controle e rigor na coleta dos dados. Tem como característica a

artificialidade, mas permite estabelecer condições próximas às existentes no contexto pesquisado.

A **observação participante** é a mais utilizada pelos pesquisadores. Este tipo de observação é realizado “*in lócus*”, ou seja, o pesquisador participa ativamente da vida dos participantes da pesquisa, procurando entender e compreender suas atitudes e comportamentos. De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 90) a observação participante “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo”, incorporando-se e confundindo-se a ele.

Se o pesquisador pertencer a comunidade ou grupo investigado, ele realiza uma observação participante naturalmente, mas se ele é externo, essa observação torna-se artificial, já que sua entrada no contexto tem a intenção de recolher dados para o desenvolvimento de sua pesquisa. Já na **observação não participante**, o pesquisador é um mero espectador do contexto. Ele apenas tem contato com os sujeitos de pesquisa, mas, permanece alheio, sem participação ativa. Ele presencia os fatos e fenômenos, mas não participa ativamente deles.

Existe, ainda, um tipo de observação denominada **observação assistemática impressionista da realidade**. De acordo com Mattos (2016) entende-se por assistemática o que não foi programado, que ocorre casualmente e por impressionista fatos ou eventos que afetam o pesquisador no momento que está em campo. Mattos (2016, p. 119) afirma que as observações assistemáticas impressionistas são “[...] aquelas observações não programadas, que nos impressionavam, afetando-nos e de que tínhamos oportunidade de participar em um dado momento na escola em que estávamos [...]”. Nesse tipo de observação, o pesquisador além de olhar o episódio, que o remete a um tipo de impressão afetiva, vê a realidade revelada segundo sua vivência em um dado momento quando está no contexto de pesquisa.

A observação assistemática impressionista aguça o olhar sensível para um determinado acontecimento. “Concentrar o olhar sensível envolve escutar os silêncios e os ruídos, implica estar aberto ao outro e ao

meio, que observa assistematicamente” (MATTOS, 2016, p. 120). Portanto, o pesquisador está coletando os dados de pesquisa e, ao mesmo tempo, tem um olhar atento aos fatos, acontecimentos e eventos que possam ajudar para o desenvolvimento dos resultados da pesquisa.

3.9.3.2. Questionários



O questionário é uma técnica recorrente em pesquisas e talvez seja o mais comum. O pesquisador quando elabora um questionário, ele busca medir certas características e aspectos da amostra escolhida, voltadas para a obtenção dos dados. Não existe definição sobre a quantidade de perguntas que um questionário pode ter, mas o pesquisador não pode sobrecarregá-lo com inúmeras perguntas, pois o respondente pode ficar cansado e desistir de respondê-lo. O importante é ter uma quantidade essencial para a obtenção dos dados.

Não existem normas claras sobre o questionário e sua adequação fica a critério de quem o cria. Cada questionário é específico e direcionado para uma única pesquisa. Para Richardson (2012, p. 190) “é responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado [...]”. No que diz respeito ao respondente, o pesquisador deve garantir sua integridade psicológica e ética, respeitando às necessidades do mesmo e entendendo possíveis divergências no que tange a pesquisa.



Marconi e Lakatos (2002, p. 98) conceituam questionário como “[...] um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Atualmente, o pesquisador envia o questionário e aguarda o retorno. Nesse ínterim, alguns questionários são perdidos ou extravaiados, mas com o advento da internet ficou mais fácil obter um número maior de devoluções. Mesmo com esse advento, o pesquisador deve ter

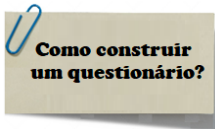
uma margem de devolução que seja necessária para o desenvolvimento dos resultados.

Gil (1999, p. 128) define questionário “[...]” como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, [...]”. O autor afirma que “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bens redigidos (GIL, 2002, p. 116). Portanto, as perguntas devem ser elaboradas de maneira clara, precisa e estar em consonância com aquilo que o pesquisador busca com sua investigação, ou seja, com o problema de pesquisa. O questionário tem a vantagem de economizar tempo e atingir um maior número de pessoas ao mesmo tempo. Entretanto, a grande desvantagem é que exclui os participantes analfabetos e impossibilita o pesquisador de auxiliar os respondentes.

O questionário é uma técnica que reúne uma série de perguntas que podem ser **abertas**, ou seja, o respondente tem liberdade de expressão e a possibilidade de desenvolver sua resposta livremente; **ou fechadas**, em que o respondente seleciona, dentre algumas opções, a resposta que melhor se adéqua à sua opinião. Ambas são importantes para uma pesquisa, a depender do que o pesquisador quer descobrir. Richardson (2012, p. 191) afirma que as perguntas fechadas apresentam “[...]” categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas”. Já as perguntas abertas “[...]” caracterizam-se por perguntas ou afirmações que levem o entrevistado a responder com frases ou orações” (RICHARDSON, 2012, p. 192).

Existe, ainda, um tipo de pergunta denominada **dependente**, o que significa que uma resposta depende de outra dada anteriormente. O pesquisador deve utilizar esse tipo de pergunta para compreender a resposta anterior do respondente ou quando a primeira pergunta apresentar alternativas dicotômicas, ou seja, sim ou não, certo ou errado, falso ou verdadeiro etc. Nesse tipo de pergunta, geralmente, o pesquisador utiliza termos como: Explique ou Justifique sua resposta ou Por quê? Para

Richardson (2012) esse tipo de pergunta é utilizado para aprofundar as opiniões do respondente.



A construção de um questionário está basicamente fundamentada nos objetivos da pesquisa, visando testar as hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa. Nessa lógica, o pesquisador vai fazer uma relação dos aspectos necessários para abordar no questionário. Marconi e Lakatos (2002, p. 99) ressaltam que “a elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade”, cabendo ao pesquisador o conhecimento sobre o assunto ou tema para subdividi-lo em algumas questões, levando em consideração a importância para a obtenção dos resultados da pesquisa.

Gil (1999) propõe que os conteúdos das questões podem envolver fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos ou crenças. Segundo o autor a escolha das questões está condicionada a inúmeros fatores inerentes à pesquisa. Entretanto, não deve conter dificuldades de respostas, tampouco entrar na intimidade do respondente. A ordenação das perguntas deve seguir a técnica do funil, em que cada questão se relaciona com a antecedente e contém maior especificidade. Prefira ordenar o questionário começando pelas perguntas mais simples e fáceis, terminando com perguntas mais complexas, mas que essa complexidade não impossibilite a resposta do respondente.

O pesquisador precisa estar atento para os mecanismos de defesa dos respondentes. Consequentemente, deve evitar perguntas em que o respondente se sinta julgado ou emita opiniões. Nesses casos, o pesquisador deve evitar iniciar as perguntas com: na sua opinião, o que você pensa a respeito etc. Evite, também, palavras que choquem ou tenha carga afetiva ou que haja emissão de julgamento de valor. Para coletar esse tipo de compreensão pode-se utilizar técnicas projetivas. Se uma pergunta tem complexidade elevada é preciso desmembrá-la para facilitar a obtenção de respostas compatíveis com a pesquisa e com maior entendimento por parte de quem responde.

3.9.3.3. Entrevistas



Em alguns dicionários, entrevista é definida como a reunião de duas ou mais pessoas, em um local e hora determinados, com o objetivo de expor ideias e opiniões a respeito de um tema ou assunto. A entrevista é baseada na linguagem oral, em que o participante se encontra face a face com o entrevistador. Esse tipo de interação é um elemento fundamental para o pesquisador, pois pode observar as reações afetivas em relação a certas perguntas. Geralmente, a entrevista é organizada pelo pesquisador e é desenvolvida em um ambiente acolhedor para o participante.

De fato, a entrevista explora os conhecimentos do participante e penetra em sua mente. Gil (1999, p. 117) afirma que a entrevista é uma técnica adequada “[...] para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito de coisas precedentes”. É uma coleta de dados que se mistura com reações afetivas do participante.



A palavra entrevista é formada por duas outras palavras: entre e vista. Ambas originárias do latim: *inter* e *videre* que significam, respectivamente, entre e ver. Entre indica a relação de lugar ou espaço que separa duas pessoas e vista refere-se ao ato de ver, de perceber o outro. Nessa perspectiva, para Richardson (2012, p. 208) “entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas”. Entrevista trata-se de ver-se com o outro ou, ainda, é o ato de ver um ao outro.

Marconi e Lakatos (2002, p. 92) definem entrevista como o “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Ainda, segundo as autoras, a entrevista “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 222). A obtenção dos dados é verbalmente, cabendo ao pesquisador

realizar a gravação das respostas. A vantagem da entrevista é que o respondente não precisa saber ler ou escrever e a desvantagem é que o respondente pode ser influenciado pela presença do entrevistador, emitindo respostas falsas ou ficar desmotivado por insuficiência de conhecimento a respeito do assunto ou tema.



Tipos de entrevistas

Existem diferentes tipos de entrevista. A escolha por um tipo ou outro de entrevista fica na dependência e no propósito do pesquisador. A **entrevista estruturada ou padronizada** “é aquela que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 93). De acordo com as autoras, o motivo de elaborar um roteiro é realizar as mesmas perguntas para diferentes respondentes, permitindo ao pesquisador fazer categorizações e comparações, estabelecendo semelhanças e diferenças, bem como pontos de convergências ou divergências entre as respostas obtidas.

Para Gil (1999, p. 121) a entrevista estruturada “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados”. Para o autor, tradicionalmente, a entrevista tem sido realizada face a face, mas nas últimas décadas, ela vem sendo desenvolvida por telefone. Acrescenta-se que na atualidade essa realização pode ser feita via Skype, WhatsApp ou Messenger, dentre outros, com respostas obtidas em áudios ou escritas pelo respondente.

A **entrevista não estruturada ou não padronizada** é realizada por meio de uma conversação guiada, obtendo informações mais detalhadas. Richardson (2012, p. 208) afirma que “a entrevista não estruturada procura saber que, como e por que algo ocorre”, obtendo informações e opiniões do respondente sobre um determinado assunto ou tema. Nessa lógica, o respondente tem liberdade para desenvolver seu pensamento na elaboração da resposta.

A **entrevista semiestruturada** é um tipo de entrevista que mantém um roteiro flexível, entretanto o pesquisador não pode perder o foco da entrevista. Segundo Gil (1999, p. 120) o pesquisador permite ao

respondente “falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. A desvantagem desse tipo de entrevista é quando o pesquisador não consegue que o respondente retome o assunto da pesquisa. Com isso, ele perde tempo e o foco da pesquisa.

A **entrevista em painel** é realizada em pequenos grupos, na qual o pesquisador formula as perguntas e os respondentes respondem, cada um, na sequência que quiserem. Corre-se o risco, com esse tipo de entrevista, de obter respostas muito semelhantes. De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 94) “as perguntas devem ser formuladas de maneira diversa, para que o entrevistado não distorça as respostas com essas repetições”, o que significa que algum respondente pode ser influenciado pela resposta dada por outro respondente.

3.9.3.4. Formulários



Com certeza você já preencheu algum tipo de formulário em instituições ou repartições públicas. Um formulário contém alguns itens e perguntas que devem ser respondidos pelo respondente ou preenchido pelo pesquisador ou funcionário. De acordo com alguns dicionários, formulário é um documento com campos a serem preenchidos pelos interessados. Os dados a serem preenchidos variam de acordo com o objetivo que se pretender. O formulário é uma técnica de pesquisa estabelecida entre o questionário e a entrevista. Portanto, admite certas características de um e outro instrumento.

Marconi e Lakatos (2002, p. 112) caracterizam o formulário como “o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchidos pelo entrevistador”. O pesquisador faz as perguntas e anota as respostas dadas pelo respondente. Uma característica do formulário é ser flexível e poder sofrer reformulações, caso algum respondente não entenda certos aspectos contidos no mesmo. A vantagem desse tipo

de técnica é que o respondente não precisa saber ler ou escrever. Outra vantagem é que, se o pesquisador optar pelo respondente escrever, ele pode ser aplicado em várias pessoas ao mesmo tempo.



Apesar do formulário ser um instrumento de fácil preenchimento e elaboração, o pesquisador precisa observar certos cuidados. O primeiro aspecto é o tamanho do formulário, em que o pesquisador não pode colocar muitos itens, pois o respondente pode ficar desestimulado. Dê preferência a utilização de uma folha somente, pois o excesso de laudas fazer com que o respondente evite responder todos os itens. Outro aspecto é forma, isto é, todas as perguntas no mesmo formato, utilizando números ou letras para separá-las por categorias e manter uma apresentação em que o respondente se sinta instigado a responder. Utilize uma redação clara, concisa e de fácil entendimento.

No que diz respeito às perguntas, elas devem ser ordenadas da mais simples para as mais complexas. Cada pergunta deve abordar apenas um conceito ou aspecto, o que não impede de ter mais de uma pergunta sobre o mesmo tema. Assim, como os instrumentos semelhantes – questionários e entrevistas – o formulário deve passar por pré-testagem. Dessa maneira, evita-se perguntas demasiadamente complexas que podem constranger o respondente. Além disso, evita-se itens desnecessários que não traz dados consistentes para a pesquisa e imprecisões e falhas nos itens.

3.9.3.5. Enquetes



Outro instrumento que você já deve ter respondido é a enquete. Quem não participou de alguma pesquisa em eleições, em supermercados, na rua etc.? Geralmente, uma enquete contém poucas perguntas de respostas rápidas sobre a opinião a respeito de algum assunto ou tema, polêmico ou não. A enquete é aplicada em amostras consideradas representativas da população e os dados obtidos, geralmente, influenciam as pessoas que não

participaram da enquete. O objetivo principal de uma enquete é esclarecer um tema ou assunto por meio de opiniões. É uma técnica pouco utilizada em pesquisas científicas.

Enquete é uma palavra de origem latina *inquirere* que significa perguntar. Como é pouco explorada não se encontra quase nada a respeito, mas a enquete é considerada uma técnica de opinião muito utilizada por empresas e outras instituições. Geralmente, as enquetes garantem o anonimato dos participantes, mesmo porque não há necessidade de identificação de quem responde, pois, a intenção é a coleta das respostas.

3.9.3.6. Survey



O survey é uma técnica de pesquisa em larga escala. Atualmente, com o advento da internet, ele é facilmente implantado, pois existem meios que facilitam a produção desse tipo de instrumento. O Google é um deles. Não há uma maneira precisa de estimar quando o pesquisador deve utilizar o survey, mas ele pode ser utilizado quando a intenção do pesquisador com sua pesquisa é trazer resultados que possam ser generalizados. Isso ocorre devido à grande participação nesse tipo de pesquisa.

O survey é considerado uma técnica de diagnóstico. Para Bryman (1989) o survey fornece um tipo particular de estrutura que abrange outras técnicas como o questionário, a enquete e o formulário. O autor prefere não o definir, mas afirma que o survey envolve a coleta de dados em várias unidades – essas unidades podem ser pessoas, empresas, instituições etc. –, em um único momento. Geralmente, o survey tem como objetivo a coleta, sistematicamente, de um conjunto de dados quantificáveis em relação a várias variáveis que são examinadas para discernir padrões de associação.

3.9.3.7. Escalas



A escala é uma técnica para medir opiniões e atitudes, apresentando-se de variadas maneiras. Na escala o respondente marca, dentre uma série graduada, a opção que melhor representa sua opinião. Gil (1999, p. 139) afirma que a construção da escala “envolve diversos problemas, posto que, por serem de natureza quantitativa, constituem instrumentos bastante complexos”. A grande vantagem da utilização da escala é possibilitar, ao pesquisador, transformar fatos e fenômenos qualitativos em quantitativos. Diferentes tipos de escala são usualmente utilizados em pesquisas.

Uma escala possibilita ao pesquisador organizar alguns itens em um contínuo. Isso significa que partindo de duas aceções opostas, o pesquisador identifique outras palavras intermediárias em uma escala progressiva. Pode, ainda, em uma escala numérica organizar do mínimo ao máximo valor a ser atribuído a algum aspecto selecionado pelo pesquisador. Gil (1999, p. 140) afirma que a construção de um contínuo exige o concurso de cuidadosa análise conceitual e de efetiva verificação empírica”. Para que isso ocorra é necessário, ao pesquisador, ter conhecimento aprofundado do assunto ou tema que investiga.



Você já deve ter visto algum tipo de escala e até ter respondido algumas. A escala é muito utilizada quando o pesquisador quer graduar a intensidade e a frequência de cada item investigado, pois é colido uma série de proposições que mede atitudes e opiniões dos respondentes. Marconi e Lakatos (2002, p. 114) afirmam que escala “é um instrumento científico de observação e mensuração dos fenômenos sociais”. A transformação de um item qualitativo em quantitativo exige ponderação entre a graduação que o pesquisador vai aplicar e o valor de cada item.

Para Gil (1999, p. 142) os itens de uma escala podem ser diretos ou projetivos. Os itens diretos constituem-se por aqueles que “não são apresentados sob a forma de enunciados referentes à opinião ou atitude que

está sendo medida” e os itens projetivos são “estímulos que conduzem as respostas dos pesquisados”. A grande desvantagem da utilização de escala é a determinação de quantas variações colocar e o quanto uma variação é mais baixa ou mais alta que a outra, já que a variação entre um item e outro pode ser obtido subtraindo ou adicionando, mas nunca multiplicando ou dividindo.



Tipos de escala

Para Marconi e Lakatos (2002) as escalas têm inúmeros tipos. Segundo as autoras, as escalas de mensuração possuem três tipos: nominal, ordinal e intervalar. A **escala de mensuração nominal** “consiste em duas ou mais categorias especificadas dentro das quais objetos, indivíduos ou respostas são classificados” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 115). De acordo com as autoras, essas escalas possuem categorias únicas, não hierarquizáveis. Na **escala de mensuração ordinal** há a indicação da “posição relativa dos objetos ou indivíduos com relação a alguma característica, sem nenhuma conexão quanto à distância entre as posições” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 115). Nessa escala, os itens podem ser categorizados e hierarquizados entre maior, igual e menor.

A **escala de mensuração intervalar** contém as características das duas anteriores mais as características de unidades iguais. Portanto, os itens desse tipo de escala vão do mais negativo, passando pelo neutro e chegando ao mais positivo. Inerentes a escala intervalar encontra-se as escalas Thurstone e Likert. Existe, ainda, a **escala razão** que possui as características das três anteriores, somando a ela um ponto zero absoluto. Esse tipo de escala identifica, ordena e compara intervalos, estabelecendo diferenças. A escala razão não permite a soma de uma constante arbitrária.

As escalas de ordenação são aquelas em que o pesquisador “organiza objetos e pessoas, relativos à determinada característica, pela ordem de preferência” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 117). Para Gil (1999, p. 143) a escala de ordenação “são constituídas por uma série de palavras ou enunciados que os sujeitos devem ordenar de acordo com sua aceitação ou

rejeição”. Quanto maior for o número de itens em uma escala, maior será o refinamento no que diz respeito a diferenciação entre eles.

Elas apresentam-se em três tipos: de pontos, de classificação direta e de comparações binárias. A **escala de ordenação de pontos** “consiste em apresentar ao indivíduo uma série de palavras, enunciados ou situações, que ele deverá escolher ou responder de acordo com sua opinião” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 118). A desvantagem da utilização desse tipo de escala é encontrar um número suficiente de palavras representativas daquilo que se pretende descobrir. A **escala de ordenação de classificação direta** consiste na classificação de preferência em relação à pergunta proposta. Já a **escala de ordenação de comparações binárias** apresenta itens, objetos, fatos ou fenômenos aos pares, dos quais o respondente escolhe apenas um. Inerente a essa escala, encontra-se a **escala de diferencial semântico** que apresenta um conceito e uma série de aspectos bipolares de avaliação de sete pontos entre eles.

Naturalmente, em algumas dessas escalas, você já observou os aspectos concordo plenamente ou discordo plenamente e uma série de outros entre esses dois aspectos completamente opostos. É interessante observar a colocação dos itens intermediários para não haver discordância ou similitudes entre estes, invalidando-a.

3.9.3.8. Testes



Todos já passaram por alguns testes na vida, sejam eles, escolares, psicotécnicos, de aptidões ou quaisquer outros. Esses testes “são instrumentos utilizados com a finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a competência, a capacidade ou a conduta dos indivíduos, em forma quantitativa” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 125). São vários tipos de testes para diferentes finalidades.

Etimologicamente a palavra teste vem da palavra latina *testis* que significa testemunha. Um teste mede a validade de algum aspecto ou

compara alguma coisa. Sua padronização diz respeito a uniformidade do processo de aplicação, análise e interpretação dos dados coletados. Existem normas próprias para análise, interpretação e avaliação dos resultados em um teste. Um teste deve ser planejado somente para um determinado grupo, estabelecido pelo pesquisador. Conseqüentemente, para ser aplicado em outro grupo pode sofrer alterações na interpretação e na avaliação dos dados.



Introduzindo o assunto

Por existir uma variedade de testes, eles são classificados de acordo com alguns aspectos. Assim, podem ser classificados segundo o uso; a modalidade de apresentação; a abordagem; o objeto; a natureza da função e a modalidade de construção. A utilização de testes em pesquisa reverte-se de alguns cuidados. O primeiro cuidado refere-se ao tipo de impacto que pode causar no respondente. Algumas pessoas têm aversão a quaisquer tipos de testes e sentem-se coagidas e constrangidas em participar desse tipo de técnica. Segundo, porque esse tipo de técnica exige para sua interpretação uma análise complexa a respeito dos dados coletados, pois incidem sobre aspectos psicológicos dos respondentes.

Portanto, o pesquisador deve ponderar sobre a aplicação de testes em uma pesquisa e ter em mente que lidará com aspectos psicológicos que talvez não tenha conhecimento. Entretanto, pode ser uma técnica oportuna quando o que se busca é analisar comportamentos, concepções e atitudes dos respondentes em relação a algum assunto ou tema. A escolha por esse tipo de técnica implica certos conhecimentos e a realização de uma análise crítica e minuciosa dos dados, estabelecendo categorias que abarquem possíveis interpretações ou analogias a respeito dos julgamentos que serão realizados pelo pesquisador.



Tipos de testes

Como recorte de testes, os quais são mais utilizados em pesquisas, apresentar-se-á o teste sociométrico e o teste projetivo. O **teste sociométrico** foi criado por Jacob Moreno para estudar grupos familiares, escolares e de trabalho. Atualmente utiliza-se essa técnica nos mais

variados tipos de grupos. A sociometria é uma técnica que busca explicar as relações pessoais de indivíduos de um grupo (MARCONI; LAKATOS, 2002). O texto sociométrico está baseado na construção de um questionário envolvendo questões projetivas e perceptivas. As questões projetivas indagam sobre preferências e rejeições de um indivíduo em relação aos demais participantes do grupo e as questões perceptivas indagam sobre preferências e rejeições que o indivíduo acredita receber dos demais participantes do grupo (GIL, 1999).

O **texto projetivo** é fundamentado na apresentação de uma situação, com a qual o respondente terá uma certa reação e emitirá sua opinião pelo modo como a situação o afeta. Essas situações podem ser apresentadas por intermédio de fotos, gravuras, desenhos, expressões, aspectos lúdicos etc. Mattos (2016, p. 101) afirma que “a utilização de técnicas projetivas tem a intenção de capturar a subjetividade [...]” dos respondentes de maneira camuflada, buscando os significados e sentidos a respeito de algum assunto ou tema. Ainda, de acordo com a autora, “[...] a técnica projetiva é uma forma indireta de realizar perguntas, incentivando os mesmos a exporem suas crenças, valores, motivações, atitudes e sentimentos subjacentes ao tema em questão” (MATTOS, 2016, p. 101).

Hair Jr, Wolfenbarger, Ortinau e Bush (2005 apud MATTOS, 2016, p. 101) afirmam que “as técnicas projetivas usam perguntas indiretas para encorajar os participantes a projetar livremente suas crenças e sentimentos sobre situações ou estímulos oferecidos pelo pesquisador.” Nessa lógica, o respondente projeta inconscientemente seus sentimentos, expondo-se sem ter a real noção do que está projetando, pois acredita que o que projeta pertence ao outro. Encontram-se no grupo dos testes projetivos, os testes visuais com utilização de borrões, imagens e fotos; verbais com associação de palavras, completamento de frases e histórias; lúdicos com utilização de personagens e jogos e; gráficos envolvendo cópias de desenhos, completamento de figuras e realização de desenhos sobre algum assunto.

3.9.3.9. Diário de campo



O diário de campo ou caderno de bordo é um instrumento de coleta de dado pessoal no qual o pesquisador faz anotações de eventos diários contendo suas reações e comportamentos, precisando ter regularidade nas escritas contidas do caderno. É uma forma de registro individual que descreve com precisão um fato ou fenômeno ocorrido. É uma maneira de lembrar fatos ocorridos e que poderiam ter sido perdidos com o passar do tempo. Deve constar data, local, descrição do que se observa, interpretação do que foi observado, com registro das impressões, dúvidas e desafios.

Para Alaszewski (2006) o diário de campo é definido como um instrumento criado pelo pesquisador para manter registro regular e pessoal de fatos ou eventos. Deve estabelecer critérios de entradas datadas quando ocorrem, realizadas pelo pesquisador com aquilo que ele considera relevante e importante para a pesquisa (ALASZEWSKI, 2006). A forma de anotação deve ser a mais simples possível e conter os comentários essenciais. É uma tarefa realizada por uma única pessoa. No diário de campo é muito difícil fazer distinção entre o que é pessoal e o que é público, ou seja, a anotação do evento em si.



Palavra diário origina-se do latim *diarium* que significa o que acontece diário e campo vem também do latim *campum* que significa espaço territorial aberto. Nessa ótica, diário de campo é um registro diário em um espaço, que no caso é o caderno. Araújo *et al.* (2013, p. 54) definem o diário de campo como um caderno em que o pesquisador “[...] registra as conversas informais, observações do comportamento durante as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados e ainda suas impressões pessoais, que podem modificar-se com o decorrer do tempo”, permitindo ao diário de campo mostrar suas

potencialidades para a análise da investigação, evidenciando os acontecimentos importantes para a pesquisa.

O diário de campo é um dispositivo de coleta de dados que contém informações e relatos de experiências nas quais o pesquisador foi espectador. Os momentos de anotações realizados pelo pesquisador envolvem a autobiografia momentânea que perpassam comportamentos e reações frente a um evento. O pesquisador deve ter cuidado com autocensura que engessa suas impressões sobre o evento. Para que isso não ocorra ele deve realizar as anotações quando ocorre o evento, em que seus sentimentos e percepções estão aflorados.

3.9.3.10. Memorial



Você com certeza já deve ter elaborado um memorial descritivo para algum processo seletivo, seja no meio acadêmico ou profissional. O memorial como o nome descreve é uma técnica em que o participante vai discorrer sobre eventos importantes de sua vida pessoal, acadêmica ou profissional. Vai trazer relatos com os quais vão aflorar sentimentos e percepções. Os métodos biográficos ou relatos autobiográficos assumem importância para as pesquisas, principalmente de formação de professores. Assim, a narrativa descritiva prima pela sequência dos acontecimentos e valoriza os comportamentos, sentimentos e percepções implícitas a essa narrativa.

É de longas datas que a narrativa faz parte da vida do ser humano. Essa prática é comum entre os povos tradicionais em que os conhecimentos e práticas são passados de geração a geração, resguardando a cultura e fortalecendo a identidade de cada grupo sociocultural distinto. Narrar uma história é diferente de autonarrar-se. No momento em que o participante começa autonarrar-se ocorre a rememoração de detalhes que, muitas vezes, passou despercebido pelo narrador. Afloram sentimentos e percepções que foram esquecidas. Ao escrever essas memórias, o narrador coloca no papel toda a carga afetiva que um dado evento suscitou quando ocorreu. É interessante notar que o narrador emite a totalidade de seus

sentimentos e de significados no ato de contar o que ele viveu. O memorial é conhecido também como narrativas autobiográficas ou autobiografias.

3.9.3.11. Roda de conversa



A roda de conversa é uma técnica pouco explorada nas investigações científicas, mas contribui para apreender sentidos, sentimentos, valores, crenças que afloram nessas rodas. Muitos povos tradicionais utilizam a roda de conversa para passar ensinamentos, como é o caso dos indígenas e quilombolas.

Na antiguidade, também era realizada roda de conversa, em que o mestre passava seu conhecimento para seus pupilos ou discípulos. Dessa maneira, a roda de conversa tem a capacidade de agregar pessoas ou grupos de pessoas para tratar de um determinado assunto comum para esses grupos. Possibilita, ainda, coligar diferentes opiniões em um mesmo espaço, sem que isso gere desarmonia. Permite, ainda mais, que o tema ou assunto seja ressignificado, apreendido e reaprendido a cada tempo que a roda ocorrer.



A primeira pergunta a ser respondida é o porquê roda? Afirma-se que a roda possibilita que todos se vejam. Essa visualização do todo por cada um, permite que todos os participantes sejam visualizados ao mesmo tempo por cada participante, o que já admite maior entrosamento e participação. Devido a isso, muitas brincadeiras infantis são feitas em rodas ou círculos. Na roda aprende-se a esperar a vez, a dar a vez, a trocar ideias, a seguir regras estabelecidas, a falar no momento certo, a participar e, acima de tudo, a compartilhar possibilidades de conversas. Todos esses aspectos e mais alguns estimula o diálogo em uma dinâmica entre o que se fala, o que se pensa e o que se faz.

Isso exposto, cabe responder o que é roda de conversa. Basicamente, a roda de conversa vai além de um simples bate papo. A roda de conversa

consiste em um método de pesquisa coletivo, que favorece a construção de espaços de diálogo, em que cada um pode expressar-se e escutar a fala dos outros, permitindo a reflexão crítica sobre um assunto ou tema problematizado, a troca de informações e diferentes olhares a respeito do mesmo. Segundo Sampaio, Santos, Agostini e Salvador (2014, p. 1301) “as rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes”. Assim sendo, os participantes da roda de conversa são sujeitos históricos e sociais que estabelecem uma relação crítica e reflexiva diante da realidade em que se inserem.

Dar voz a cada participante e perceber-se ouvido, promove a construção da autonomia, desenvolve o pensamento lógico e favorece o discurso. Para Sampaio, Santos, Agostini e Salvador (2014, p. 1301)

O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de “ser mais”.

Empodera-se cada um e todos ao mesmo tempo em uma relação na qual o diálogo é igualitário e aberto, sem, entretanto, promover discursos hegemônicos. É uma prática comprometida com o diálogo vivenciado. É tornar-se dialógico. Freire afirma que

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não organizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si” (FREIRE, 1983, p. 43).

Nessa perspectiva, ao dar voz e vez a cada participante da roda de conversa revela-se como o modo que cada um coloca-se diante do problema abordado pelo assunto ou tema, como cada um se vê e percebe os outros em situações idênticas e, finalmente, como apropria-se histórica e

culturalmente das situações que envolvem o tema ou assunto e, ao mesmo tempo, como produz essa cultura transformada e ressignificada.

A roda de conversa além de permitir a abertura de um espaço de troca de experiências, de diálogo por meio da emissão de opiniões que podem ser convergentes ou divergentes, valoriza os saberes e fazeres dos participantes. Dessa forma, cria um vínculo de grupalidade pelo qual proporciona o estabelecimento de táticas coletivas de mudança, proposta de como se organizam enquanto grupo e como organizam o trabalho do qual participam. “Laurindo (2003) vê a roda de conversa como um espaço de definição coletiva das formas do trabalho e da sua sequência, um espaço para estabelecer compromissos e de convívio coletivo organizado de forma democrática” (apud Antonio, 2016, p. 39). Cada participante sente-se corresponsável pelo seu desempenho e pela organização do seu trabalho.

Emerge na roda de conversa o sujeito que tem a possibilidade de transformar a realidade vivida. Esse sujeito está engajado na ação transformadora, respeitando as diferenças e aprendendo a escutar o outro. Para Freire (2003, p. 113) “[...] é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele”. Essa escuta sensível possibilita a transformação do discurso do sujeito, as vezes tão necessário para quem se fala, emergindo uma fala com ele. Nessa visão, a roda de conversa demanda sujeitos posicionados, lado a lado em pleno entrosamento, o que facilita a aprendizagem significativa entre os participantes.

De acordo com Sampaio, Santos, Agostini e Salvador (2014, p. 1302) “[...], a roda é viva, está “situada” no tempo histórico-social, isto é, entre as realidades objetiva e possível”. A roda de conversa como prática discursiva envolve um espaço democrático de quem fala, de quem escuta e do silêncio. Freire (2003) nos alerta para a importância de o silêncio como ser silencioso e não silenciado. Sendo assim,

De uma lado, me proporciona que, ao escutar, como sujeito e não como objeto, a fala comunicante de alguém, procure entrar no movimento interno do seu pensamento, virando linguagem; de outro, torna possível a quem fala,

realmente comprometido com comunicar e não com falar puros comunicados, escutar e indagação, a dúvida, a criação de quem escutou. (FREIRE, 2003, p. 117.

Nessa perspectiva, a comunicação é promovida por meio de uma postura em que há momentos de diálogo e escuta simultaneamente. Afonso e Abade (2008, p. 19) afirmam que “uma roda de conversa é uma forma de trabalhar incentivando a participação e a reflexão”. Há, portanto, a circulação de ideias, opiniões e posturas sobre um tema ou assunto. Ainda, segundo as autoras, a roda de conversa “é uma proposta dialógica que visa relacionar cultura e subjetividade” (AFONSO; ABADE, 2008, p. 19, nota de rodapé), ou seja, relaciona o contexto de vida dos participantes, incentivando a ressignificação dos problemas na busca de soluções transformadoras.

3.9.3.12. Inventário da realidade



Para analisar um fenômeno é necessário compreender o contexto em que ele se insere. Nessa perspectiva, é preciso conhecer a realidade, a história, a cultura, dentre tantos outros fatores necessários para ter-se o máximo sobre o contexto a pesquisar. Assim, o inventário da realidade é um recurso importante para esse esclarecimento. O inventário vem justamente da necessidade de se pensar a especificidade de cada situação problema a ser investigada e torná-la a mais clara possível.

Há que se fazer uma retomada de onde o problema surgiu e buscar as implicações ou transformações necessárias para chegar à solução dele. Inicialmente o inventário da realidade surgiu no contexto da educação do campo como possibilidade de apreender o entorno que envolvia a escola do campo. Ele é desenvolvido como uma forma de propiciar o diálogo de saberes entre as famílias, entre a escola e a comunidade, entre educadores e educandos e com a natureza envolvente, da qual todos são parte.



De acordo com Hammel, Farias e Sapelli (2015, p. 74), o inventário da realidade “consiste em [um] diagnóstico etnográfico preciso e detalhado da realidade [...]” na qual o problema surgiu. Pode ser uma instituição escolar ou não, formal, informal e não-formal, quaisquer tipos de organização coletiva de trabalho, associações, agremiação, cooperativa etc. Segundo Caldart *et al.* (2016, p. 1) o inventário da realidade “é uma forma de organizar o trabalho de levantamento das informações sobre o entorno” e do interior de qualquer instituição. Dessa forma, um processo dinâmico que está em movimento constante.

Sachs (2018, p. 4) afirma que “nessa proposta pedagógica, além dos processos cognitivos e dos conteúdos, o vínculo entre realidade e conhecimento é central”. A autora ainda afirma que quando se quer conhecer a realidade com o intuito de transformar os sujeitos deve-se buscar os elementos que servirão de aportes para a construção desse conhecimento. Sendo assim, “o inventário é uma ferramenta de trabalho para materializar sua ligação com a vida e as relações sociais de que é parte” (CALDART *et al.*, 2016, p. 1). O próprio contexto de onde se pesquisa é fonte de dados, já que se pretende investigar o interior para sanar problemas encontrados.

O inventário da realidade tem como objetivo levantar informações e possibilidades de aprofundamento de aspectos do entorno ou contexto envolvente para realizar uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no espaço e no tempo no que diz respeito à realidade de pesquisa. Busca, ainda, inventariar porções da realidade tendo em vista a compreensão de questões relevantes da atualidade e por fim, identificar a possibilidade de relação entre a instituição e o contexto socialmente produtivo para debate e esclarecimento de dúvidas.

3.10. Análises e discussões dos dados



A palavra análise significa, de acordo com alguns dicionários, estudo pormenorizado de cada parte do todo ou, ainda, separação do todo em partes.

Essa separação ocorre para que se possa conhecer melhor as causas, relações e consequências que os dados apontam. Etimologicamente, análise deriva do grego, *análysis* que significa dissolução, entendido como o processo de decomposição de algo. Já a palavra discussão é originária do latim *discussione*, que a junção de duas palavras *dis* que significa inadequado ou fora e *cussus*, particípio passado de *quassare* que variante de *quater*, significando sacudir ou bater. Discussão significa conversa polêmica ou defender com argumentos o seu ponto de vista.

Com esses entendimentos, a análise e discussão dos dados é uma maneira de defender ou apresentar os prós e os contras de assunto ou tema. A finalidade da análise e discussão dos dados é esclarecer o objeto da pesquisa em seus detalhes, estabelecendo relações de causas e consequências e apresentando inferências de acordo com o referencial teórico apresentado. Gil (1999) prefere utilizar análise e interpretação dos dados. Para o autor, a análise objetiva organizar e resumir os dados de forma que o pesquisador encontre respostas ao problema de pesquisa. Já a interpretação objetiva fazer a ligação entre esses dados e o conhecimento apresentado no referencial teórico. Constata-se assim, que o significado dado aos conceitos discussão e interpretação apresentam semelhanças, o que não impede que se possa utilizar um ou outro em um trabalho científico.

Marconi e Lakatos (2002) vão na mesma direção que Gil, utilizando para esse item análise e interpretação dos dados. Ressalta-se que a discussão envolve mais que interpretar dados, já que ao discutir o pesquisador lança mão dos autores abordados no referencial teórico, aspecto também abordado na interpretação, e apresenta sua reflexão crítica sobre os resultados que vão surgindo com a análise dos dados. Essa reflexão também

pode aparecer quando um pesquisador interpreta os dados. Independente do título estabelecido para esse item, o que importa é o tipo de resultados que se quer apresentar e como eles serão apresentados. A escolha cabe somente ao pesquisador.



A análise e discussão dos dados é uma etapa individual, ou seja, é uma atividade em que o pesquisador se debruça sobre todos os dados coletados e vai organizá-los, para obter as respostas ao seu problema de pesquisa. Ressalta-se que o pesquisador pode utilizar outras pessoas para ajudá-lo na organização e categorização dos dados, na transcrição de áudios etc., mas cabe a ele e, somente a ele, realizar as inferências e reflexões críticas no que diz respeito aos resultados. A importância da análise e discussão dos dados se dá pela necessidade de identificar semelhanças e diferenças nas respostas que foram recolhidas para, assim, chegar a uma conclusão.

Para Gil (2002, p. 133) a análise e discussão dos dados é definida como “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. O que faz com que essa etapa seja essencial para a validade, credibilidade e confiabilidade sobre os resultados que o pesquisador apresentará. Segundo Andrade (2009) a coleta de dados é uma etapa importante da pesquisa, mas não pode ser confundida com a pesquisa em si. Cabe ressaltar que a coleta dos dados é uma etapa crucial para a pesquisa, mas que a pesquisa envolve muito mais, já que os resultados esperados ou confirmados são o conhecimento novo que poderá modificar, refutar, retificar ou ratificar outras pesquisas anteriores ou futuras.

Segundo Marconi e Lakatos (2002) a análise e a interpretação dos dados são atividades distintas, mas estritamente relacionadas. Para as autoras a análise envolve a interpretação que envolve a verificação das variáveis a fim de ampliar o conhecimento sobre o assunto; a explicação que compreende o esclarecimento sobre a origem da variável; e a especificação que engloba a elucidação sobre as variáveis válidas. Já a

interpretação procura dar significado às respostas dadas, vinculando-as a outros conhecimentos. Para as autoras (2002, p. 35) a interpretação dos dados “significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações⁴ mais amplas dos dados discutidos”.

Após realizar a análise dos dados estatisticamente, é necessário expô-lo no corpo do trabalho. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 230) “os dados serão apresentados de acordo com sua análise estatística, incorporando no texto apenas as tabelas, os quadros, os gráficos e outras ilustrações estritamente necessárias à compreensão do desenrolar do raciocínio; os demais deverão vir em apêndice.”

3.10.1. Redução dos dados



A redução dos dados é feita tomando por base os objetivos da pesquisa, por isso, eles precisam ser claros, quanto aquilo que se pretende obter em resposta. Segundo Gil (2002, p. 133) “a redução dos dados consiste em processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo”. É a fase de codificação dos dados, ou seja, o pesquisador vai dar um tratamento e transpor os dados de forma sintética para conseguir chegar a semelhanças e diferenças. Para classificar os dados, o pesquisador estabelece alguns critérios, os quais devem estar definidos anteriormente, mas pode ser que haja necessidade de criar critérios novos a depender daquilo que o pesquisador coletou nos dados.

Rudio (2007, p. 123) afirma que classificar

[...] é dividir o todo em partes, dando ordem às partes e colocando cada uma no seu lugar. Para que haja classificação é necessário que um todo ou universo

⁴ Ilação significa ação de inferir, ato de chegar a uma conclusão, partindo dos fatos e deduções encontradas.

seja dividido em suas partes, sob um determinado critério ou fundamento, que é a base da divisão a ser feita.

Essa classificação é estabelecida pelo pesquisador de acordo com os conceitos-chave de sua investigação, do problema e dos objetivos propostos e dos resultados que quer alcançar. Existem variadas maneiras de reduzir ou classificar os dados. Aqui far-se-á um recorte apresentando algumas dessas maneiras.

3.10.1.1. Categorias



As categorias são palavras chaves retiradas do teor das respostas obtidas. Entretanto, não é fácil elaborar categorias. É preciso ler e reler o material coletado para tomar uma decisão quanto às categorias, que responderão ao objetivo proposto. Para Gil (2002, p. 134) “essas leituras sucessivas possibilitam a divisão do material em seus elementos componentes, sem perder de vista sua relação com os demais componentes”. Elaborar categorias é como fazer o esquema das respostas, coletando o imprescindível em cada resposta.

De acordo com Gil (1999) para que as categorias elaboradas sejam uteis, elas devem ter um único princípio de classificação, serem exaustivas e mutuamente excludentes. Para ter um único princípio de classificação o pesquisador seleciona uma amostra dos dados e constrói critérios. Para que a categoria seja exaustiva é necessário que consiga incluir todas as respostas obtidas. Para ser mutuamente excludente, a organização das categorias deve possibilitar a inclusão da resposta em apenas uma categoria.

Um princípio de classificação é um aspecto estabelecido pelo pesquisador que pode ser favorável, desfavorável ou neutra. Haverá, ainda, resíduos de dados que não estarão nesse grupo estabelecido, com os quais o pesquisador terá que lidar. Pesquisas que têm instrumentos padronizados são de fácil categorização. Mas, o que é categorização dos dados? De acordo com Gil (2002, p. 134) “a categorização consiste na organização dos

dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles”, ou seja, requer a construção de um conjunto de categorias, que podem ser retirados das respostas ou elaborados anteriormente pelo pesquisador.

3.10.1.2. Codificação



A palavra codificar significa estabelecer um código. Simples!? Talvez não tão simples assim. Para Rudio (2007, p. 124, grifo do autor) “codificar é o processo pelo qual se coloca uma determinada informação (ou, melhor, o “dado” que ela oferece) na categoria que lhe compete [...]”. A cada categoria é atribuído um item para o qual se estabelece um símbolo. Gil (1999, p. 170) afirma que codificação é um “processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos para que possam ser tabulados”.

Segundo Marconi e Lakatos codificação é uma operação em que “os dados aproximados são transformados em símbolos – números ou letras – que podem ser tabulados ou contados”. De acordo com as autoras, “o processo de codificação engloba duas tarefas: classificação e atribuição de códigos” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 140).

Na classificação os dados são ordenados em diferentes classes que podem ser quantitativas que responde à pergunta “quanto?” ou qualitativas que responde à pergunta “como?”.

Após o pesquisador estabelecer um código, ele não poderá modificá-lo no decorrer da análise dos dados, pois isso inviabiliza a confiabilidade e validade dos resultados encontrados. Cabe ao pesquisador manter todos os cuidados quando organiza e estabelece os códigos necessários à sua análise.

3.10.1.3. Tabulação



Tabular é uma palavra de origem latina *tabularis* que tem o significado de feito em forma de tabela ou em forma de tábua. Gil (1999, p. 171) aborda que a “tabulação é um processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise”. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 144) a tabulação “é uma parte do processo da técnica de análise estatística dos dados”. De acordo com Rudio (2007, p. 125) tabulação designa “o processo, pelo qual se apresentam graficamente os dados obtidos das categorias [...]”, o que permite sintetizar os dados coletados.

De acordo com os autores citados, a tabulação dos dados requer organizar dados, mas como é feita essa organização? Essa organização pode ser simples ou cruzada e manual ou eletrônica. Na tabulação simples é realizada a simples contagem das frequências. Já na tabulação cruzada, o pesquisador utiliza uma tabela de dupla entrada. Na tabulação manual, o pesquisador realiza as anotações manualmente em uma folha. Para a tabulação eletrônica, o pesquisador vai utilizar um computador para obter as tabelas. Cabe ressaltar que para quaisquer dos tipos escolhidos haverá a necessidade da criação de uma folha-sumário que funciona como um “espelho” de todas as respostas obtidas, não havendo a obrigação de manter todos os instrumentos por perto.

3.10.2. Interpretação dos dados



A interpretação dos dados é a etapa crucial da pesquisa para o pesquisador. É nessa etapa que o pesquisador, de posse dos dados reduzidos e sintetizados, vai chegar aos seus resultados, ou seja, vai fazer analogias, inferências e uma reflexão crítica sobre os dados coletados e analisados, apoiado por seu referencial teórico. Realizar esta etapa é a parte mais importante na análise dos dados e, talvez, a mais perigosa para o

pesquisador, pois é a etapa em que ele explanará suas ideias e opiniões, sempre baseado pelos teóricos que trouxe na elaboração da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 231) “é aqui que são transcritos os resultados, agora sob forma de evidências para a confirmação ou a refutação das hipóteses” ou das questões norteadoras de pesquisa. Essas evidências serão obtidas pela discrepância ou semelhanças entre os resultados, pelo valor de generalização, pela validação e sustentabilidade das teorias, que embasarão os resultados obtidos. É necessário que o pesquisador ultrapasse a mera interpretação dos dados e, através deles, faça uma análise crítica e reflexiva dos resultados alcançados. Para que os resultados tenham validade é necessário que se mostre capaz de levantar novas questões de pesquisa, lacunas existentes ainda, que poderão ser consideradas no futuro por outros pesquisadores ou por ele.

3.10.2.1. Tabelas, gráficos, quadros, esquemas e figuras



Geralmente, a apresentação dos dados, reduzidos e sintetizados, é realizada por meio de gráficos, tabelas, quadros, fluxogramas, histogramas etc. Entretanto, nada impede que o pesquisador os apresente em categorias, cite partes das respostas dos pesquisados, aspectos essenciais para embasar os resultados obtidos e dar confiabilidade às análises dos dados. É na organização dos dados e resultados que torna possível, a quem lerá o texto da pesquisa, entender os caminhos da levaram o pesquisador a chegar ao resultado de pesquisa.

Algumas pesquisas não utilizam estes recursos gráficos. Isso é opção do pesquisador, mas ressalta-se que a representação gráfica dos dados constitui uma linguagem visual que facilita o entendimento do leitor. Esses recursos apresentam séries estatísticas que se constitui em um conjunto de dados homogêneos, organizado de acordo com certos critérios. Marconi e Lakatos (2002, p. 188) afirma que série “é toda e qualquer coleção de dados referentes a mesma ordem de classificação”. As séries estatísticas

podem ser classificadas de acordo com o tempo, lugar, categoria e intensidade.

Na série temporal ou cronológica os dados são organizados de acordo com o período que ocorreram, ou seja, na época em que foram coletados. Nas séries de lugar, denominadas territorial ou geográfica, os dados são organizados de acordo com a região que serviu de base para a pesquisa. As séries categóricas os dados são organizados de acordo com alguma categoria estabelecida pelo pesquisador. Nas séries de intensidade ou frequencial os dados são organizados de acordo com um atributo de intensidade. Há, ainda, as séries mistas que apresentam duas ou mais entradas, podendo ser temporal e territorial, temporal e categórica etc.

Todo recurso gráfico necessita de identificação sobre aquilo que está exposto. Sendo assim, de acordo com a ABNT NBR 15287/2011 (BRASIL, 2011a) sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa⁵, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título⁶. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte⁷ consultada. Tanto a identificação como a fonte são elementos obrigatórios. O tamanho da fonte para o título geralmente é 12 e para a fonte comumente é 10.

3.10.2.1.1. Tabelas



A tabela é um dos recursos gráficos mais utilizados em pesquisas. Uma tabela é construída utilizando os dados, reduzidos e sintetizados, obtidos pelo pesquisador em números absolutos e/ou percentagens. De acordo com a ABNT NBR 15287/2011 (BRASIL, 2011a, p. 8) as tabelas “devem ser citadas no texto, inseridas o mais próximo

⁵ A palavra designativa é o tipo de recurso gráfico que se utiliza, ou seja, pode ser gráfico, figura, tabela etc.

⁶ O título é referente aquilo que está exposto no recurso gráfico.

⁷ A fonte é quem elaborou o recurso gráfico e/ou onde foi encontrado.

possível do trecho a que se referem e padronizadas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

Para Marconi e Lakatos (2002, p. 191) a tabela “é uma forma de disposição gráfica das séries, de acordo com determinada ordem de classificação”, tendo como objetivo sintetizar os dados, tornando-os compreensíveis. De acordo com normas estabelecidas internacionalmente, uma tabela nunca é fechada lateralmente, o que significa que existe uma causa anterior e uma consequência posterior que não foram pesquisadas. Preferencialmente, uma tabela não deve ultrapassar uma página para facilitar a leitura e a apresentação dela.

Exemplo:

Tabela 1 - Sentimentos de tonalidades desagradáveis em relação à Matemática

SENTIMENTO	6 ANO	7 ANO	8 ANO	9 ANO
MEDO	24	26	23	17
INFELICIDADE	13	16	26	27
INSATISFAÇÃO	18	18	15	18
DESINTERESSE	6	8	10	12
INDIFERENÇA	2	2	6	3

Fonte: Mattos, 2016

3.10.2.1.2. Quadros



Outro recurso gráfico muito utilizado em pesquisas é o quadro. O quadro é semelhante à tabela, seguindo as mesmas normas. O que difere o quadro da tabela é ser totalmente fechado, portanto, suas laterais também são fechadas. Outra diferença diz respeito a apresentação dos dados, os quais podem apresentar dados numéricos ou categorias escritas. O quadro é definido como um recurso gráfico predominantemente disposto e organizado em linhas e colunas, as quais contêm os dados, apresentando em seu teor a descrição, portanto não é estatístico.

Exemplo:

Quadro 1 - Questão: Na sala de aula fico com medo quando ...

Ano no Ensino Fundamental II	Respostas dos alunos
Alunos do sexto ano	O medo diz respeito às atitudes do professor ou às próprias
Alunos do sétimo ano	O medo diz respeito às próprias atitudes ou à momentos de avaliação
Alunos do oitavo ano	O medo diz respeito às atitudes do professor ou às próprias
Alunos do nono ano	O medo diz respeito às atitudes do professor ou a momentos de avaliação

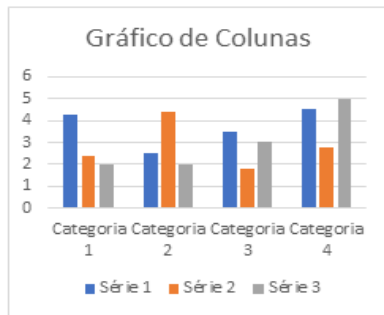
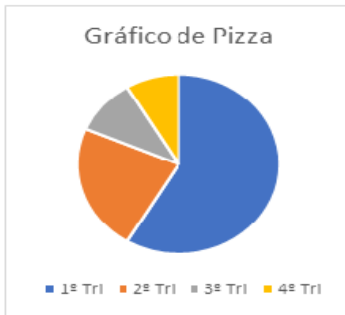
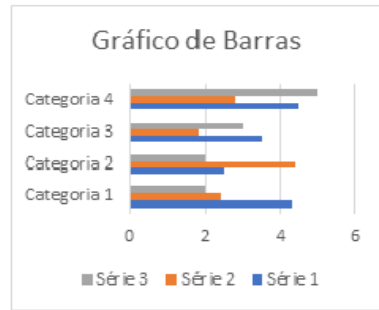
Fonte: Mattos, 2016

3.10.2.1.3. Gráficos



O gráfico está incluso na categoria figura. É uma representação gráfica de fácil compreensão, melhorando o acesso à informação e facilitando a visão imediata do conjunto dos dados que foram reduzidos e sintetizados pelo pesquisador. Para Marconi e Lakatos (2002) os gráficos evidenciam aspectos visuais dos dados, de forma clara e de fácil compreensão. Segundo as autoras, são empregados para dar destaque a certas relações significativas. “A representação dos resultados estatísticos com elementos geométricos permite uma descrição imediata do fenômeno” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 196). Os gráficos podem ser informativos ou analíticos. Os informativos mostram o conhecimento da situação real e os analíticos fornecem ao pesquisador elementos de interpretação. Os gráficos têm variados tipos, tais como de barra, colunas, circular, organogramas, setores, linhas etc.

Exemplos:

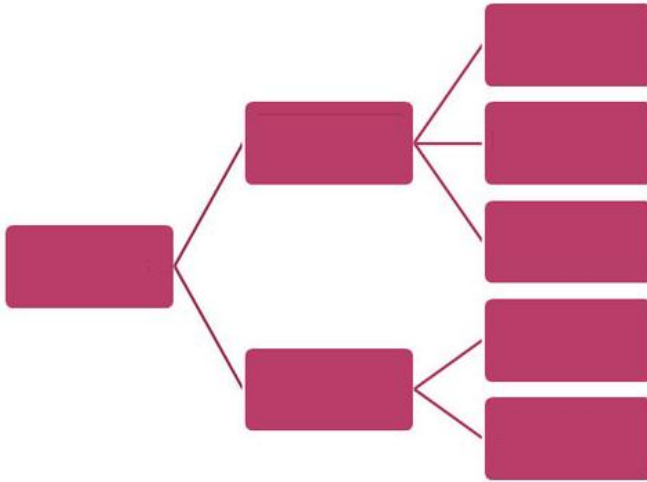


3.10.2.1.4. Esquemas



O esquema é um recurso gráfico que também é incluído na classe das figuras. Um esquema pode ser apresentado em tópicos, ou seja, “em cada frase, a ideia expressa pode ser condensada em palavras-chave; em um parágrafo, a ideia principal é geralmente expressa numa frase-mestra; e, finalmente, na exposição, a sucessão das principais ideias concretiza-se nos parágrafos-chave” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 25). Um esquema é representado graficamente em forma de organograma, mapa conceitual, chaves, setas etc. É organizado da mesma maneira que de realização para textos de autores.

Exemplo:



3.10.2.1.5. Figuras



A figura é um recurso gráfico que compreende vários outros. Uma figura pode ser uma foto, um desenho, um diagrama, um organograma, um esquema, um gráfico, fotografias, gravuras, mapas, plantas etc. Genericamente uma figura é qualquer imagem ou demais tipos ilustrativos. A ABNT NRB 15287/2011 (BRASIL, 2011a) opta por designar as figuras por ilustrações, independentemente do tipo que seja. Ela segue as mesmas especificações de outras figuras. Algumas figuras são consideradas pertencente a parte documental, tais com mapas, plantas, fotografias antigas, partes de jornais ou revistas, manuscritos e outros. As figuras devem ser citadas no texto, o mais próximo possível delas e antes de aparecerem no texto.

3.11. Considerações finais



Quando se escreve um texto científico o mais importante é a realização do fechamento, ou seja, apontar o resultado encontrado. Como fazê-lo? Por

onde começar? Essas são algumas perguntas que vem à cabeça do pesquisador. Ele está prestes a finalizar sua ideia inicial. Reelaborar os caminhos percorridos, os desafios encontrados, as angústias apresentadas, as idas e vindas ao referencial teórico, a metodologia escolhida, os sujeitos, a análise dos dados e por fim, concluir. Simples! Parece simples e o é.

É justamente nesta etapa que o pesquisador responderá se resolveu o problema proposto inicialmente, se alcançou os objetivos geral e específicos de pesquisa e se ampliou o entendimento a respeito do tema pesquisado. Além disso, o pesquisador informa sua posição diante do assunto desenvolvido, demonstrando qual contribuição trouxe para a área acadêmica. Nesta perspectiva, o pesquisador vai realizar uma **SÍNTESE**, unindo as ideias de alguns autores com o que foi proposto por ele. Para tal, ele busca os elementos teóricos necessários para comprovar o seu.

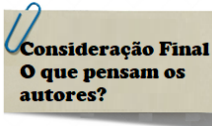


Mas, afinal o que são as considerações finais? Antes da explicação do que seja consideração final há a necessidade de o pesquisador atentar para a escolha do termo **consideração final**. Concluir indica que o assunto foi finalizado, que levou a termo o tema pesquisado. Não há mais o que realizar a respeito. Mas, como um assunto nunca está totalmente fechado, o mais lógico é optar por consideração final.

A consideração final é o fechamento de um trabalho científico. Assim, a consideração final de um trabalho científico evidencia pontos importantes que foram desenvolvidos pelas análises realizadas nos dados encontrados. O essencial é relatar que não se trata de repetição de trabalhos existentes, mas, é o posicionamento do pesquisador sobre o assunto pesquisado. Portanto, a consideração final é parte essencial para a compreensão dos resultados inovadores alcançados. Como já foi pontuado anteriormente, é a elaboração de uma síntese, ou seja, consiste em reunir elementos que expressem as ideias de diferentes autores e, aliando à ideia do pesquisador, forme um todo coerente, coeso e inovador.

Geralmente, a consideração final é escrita antes da introdução e do resumo, ou seja, há uma introdução inicial, a qual originou a pesquisa e

que após a consideração final será modificada para acrescentar um resumo da consideração final. O resumo, geralmente, é a última parte a ser elaborada no texto. Entretanto, nada impede que a ordem seja alterada. O lógico seria seguir a ordem natural de um texto científico. Quando o pesquisador já tem certa experiência ele pode iniciar pelo resumo, o qual lhe dará uma visão ampla do que pretende desenvolver.



A qualidade de uma boa consideração final é a objetividade. Desse modo, a consideração final deve ser clara e concisa, permitindo o equilíbrio entre o desenvolvimento do trabalho, as análises dos dados e as discussões. De acordo com Andrade (2009, p. 151, inclusão nossa):

A conclusão [consideração final] consiste em uma síntese interpretativa da pesquisa. Procede-se à revisão dos principais fatos e retomam-se as hipóteses [ou questões norteadoras ou objetivos da pesquisa] a fim se verificar a confirmação ou rejeição. Na conclusão cabem, ainda, sugestões para outros trabalhos, com novo enfoque, mais amplo, ou sobre assunto correlato.

A consideração final é uma das últimas fases de um trabalho de pesquisa, explicitando os resultados considerados relevantes. Para Marconi e Lakatos (2002, p. 39, inclusão nossa) “em termos formais, [consideração final] é uma exposição factual sobre o que foi investigado, analisado, interpretado; é uma síntese comentada das ideias essenciais e dos principais resultados obtidos, explicitados com precisão e clareza”. Por conseguinte, as considerações finais devem apresentar inferências sobre os resultados. Sem a consideração final o trabalho de pesquisa não está terminado.

Concluir, no sentido de encontrar argumentações a serem consideradas importantes, sendo uma das últimas fases de uma pesquisa, significa algumas modificações, correções e argumentações com os dados e os resultados, como pode-se observar na imagem a seguir.

Piled Higher and Deeper by Jorge Cham

www.phdcomics.com



title: "Draft approved!" - originally published 1/12/2007

Imagem capturada da internet.

Gil (1999, p. 189, inclusão nossa) acredita que

[...] as conclusões [considerações finais] constituem o ponto terminal de uma pesquisa, para o qual convergem todos os passos desenvolvidos ao longo de seu processo. Sua finalidade básica é ressaltar o alcance e as consequências dos resultados obtidos, bem como indicar o que pode ser feito para torná-los mais significativos.

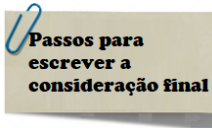
Consequentemente, as considerações finais devem decorrer da interpretação dos dados, representando a síntese dos argumentos, os quais os dados trouxeram à tona.

A consideração final é uma interpretação pessoal e trata exatamente da reelaboração crítica e reflexiva das discussões obtidas pela análise dos dados, mostrando as contribuições dos mesmos. Deve ser construída com linguagem objetiva. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 47) “consiste no resumo completo, mas sintetizado, da argumentação desenvolvida na parte anterior. Devem constar da consideração final a relação existente entre as diferentes partes da argumentação e a união das ideias e, ainda, a síntese de toda a reflexão”. A consideração final é a parte terminal de um trabalho de pesquisa, mas não significa o fim, pois um trabalho de pesquisa pode levar a diferentes outros trabalhos de pesquisa.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 253) consideração final consiste em a “parte final do texto, na qual são apresentadas conclusões

correspondentes aos objetivos e/ou às hipóteses”. Segundo os autores, é o fechamento do texto, é parte onde o pesquisador explicita como respondeu à pergunta de pesquisa e as limitações encontradas no decorrer o trabalho. Ainda, de acordo com Prodanov e Freitas (2013) a consideração final deve ser breve, ou seja, visa a recapitular ou fazer uma síntese dos resultados encontrados. Dessa forma, o pesquisador evidencia qual o caráter inovador sua pesquisa trouxe para a área.

Prodanov e Freitas (2013, p. 254, inclusão nossa) afirmam que “nem sempre uma conclusão [consideração final] é uma resposta final e acabada a um problema”. Pelo contrário, uma pesquisa sempre deixa “portas abertas” à novas pesquisas. De acordo com os autores é importante, ainda, apresentar as limitações, as dificuldades, os desafios que foram responsáveis por “dar um cunho particular ao estudo” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 254), tornando-o diferenciado dos demais já apresentados e divulgados no meio acadêmico.



- 1) Inicie retomando o tema tratado no desenvolvimento da pesquisa.
Ex: Utilize expressões como: Partindo do tema estudado temos que... ou aborde o tema especificamente.
- 2) Procure abordar se respondeu ao problema de pesquisa proposto.
Ex: Utilize expressões como: De acordo com o exposto, conseguimos responder o problema de pesquisa devido ... ou: Em resposta ao problema de pesquisa ...
- 3) Procure abordar se atingiu os objetivos propostos. (Totalmente ou parcialmente, pois pode ocorrer que o pesquisador só consiga alcançar alguns objetivos).
Ex: Utilize expressões como: Os objetivos da pesquisa foram alcançados devido ou: Nem todos os objetivos foram alcançados por causa de
- 4) Retome a metodologia trabalhada durante a pesquisa.
Ex: Utilize expressões como: A metodologia utilizada... ou: Partimos da metodologia... ou: Utilizamos como metodologia...
- 5) Apresente possíveis soluções para o problema exposto inicialmente, ou seja, coloque os resultados alcançados com a análise dos dados.
Ex: Utilize expressões como: Os resultados apontam para ... ou: Diante do exposto ... ou: Dessa forma, ... ou: Logo,

6) Apresente possíveis continuidades da pesquisa.

Ex: Utilize expressões como: É preciso que ... ou: Faz-se necessário que...

7) Apresente uma análise crítica e reflexiva sobre os resultados encontrados.

Ex: Utilize expressões como: Somos levados a acreditar que, ou: Entendemos que, ou: Entende-se que...

8) Faça um fechamento geral do trabalho de pesquisa, correlacionando-o ao objetivo proposto no início da pesquisa.

Ex: Utilize expressões como: Em suma, ou: Podemos concluir que, ou: Conclui-se que..., ou: Sintetizando ...

Estes são alguns passos que você pode se orientar, mas você pode elaborar o seu.

3.12. Introdução



A introdução é a apresentação de um trabalho científico, ou seja, permite ao leitor, seja técnico ou seja leigo, saber sobre o que o trabalho foi desenvolvido por um autor. É uma abertura do trabalho elaborado. Uma “boa” introdução contém algumas páginas, mais não é necessário exceder-se. Portanto, a introdução deve ser direta, simplificada e não conter repetições.

Com já foi abordado, a introdução é a penúltima parte a ser feita em um trabalho científico, já que mostra sucintamente o que foi realizado, ou seja, faz um resumo de tudo que foi desenvolvido. Deve ser redigida em texto dissertativo, que tenha começo (parte introdutória), meio (desenvolvimento) e fim (consideração). A introdução é um passeio, uma visão panorâmica do trabalho e, como tal, é necessário fazer uma explanação rápida, apontando os pontos principais, explorando os tópicos e relatando as razões do desenvolvimento do trabalho. A linguagem deve ser clara, coesa, coerente e mostrar a respeito do que trata o trabalho.



Fazer a introdução de um texto é uma etapa desafiadora. É nesta parte que o pesquisador vai mostrar sua habilidade de síntese, apresentando ao público uma visão geral do trabalho desenvolvido por ele. Uma boa introdução não é uma colcha de retalhos, em que são recortadas partes do trabalho e organizado como a parte introdutória. Ao fazer estes recortes, o pesquisador prejudica o entendimento do trabalho, além de poder deixar algo importante de fora. Uma boa introdução não contém citações, mas nada impede que haja.

Fazer a introdução, de acordo com a ABNT significa que esta deve conter alguns elementos considerados essenciais. Nesta perspectiva, ao fazer a introdução que é o “abre-alas” da pesquisa, o pesquisador vai descrever os elementos considerados importantes para o entendimento de qualquer leitor. Imagine uma escola de samba desfilando sem o abre-alas. Seria um desastre! Isso pode ocorrer com o trabalho acadêmico. Assim sendo, não pode faltar essa parte, aspecto que caracteriza a pesquisa como um todo.

ALGUMAS DICAS:

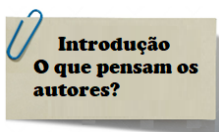
- 1) Lembre-se que você sabe tudo a respeito do trabalho, pois foi você que o fez.**
- 2) A introdução é um texto atrativo, trazendo o leitor para a pesquisa de forma agradável. Portanto, o autor precisa “fisgá-lo” para que queira ler o texto em sua íntegra.**
- 3) Introduzir um texto é uma arte. Somente o autor, que escreveu o texto, consegue realizar uma boa introdução.**

Segundo a ABNT qualquer trabalho acadêmico escrito precisa conter algumas partes essenciais, dentre elas, a introdução. Segundo a ABNT 6022/2003, a introdução faz parte dos elementos textuais de um trabalho acadêmico. No item 6.2.1, desta norma, que trata sobre a introdução,

afirma-se que introdução é a “parte inicial do artigo, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo” (BRASIL, 2003d, p. 4).

Na ABNT 15287/2011, no item 4.2.2 que trata sobre elementos textuais explica sobre a parte introdutória, ou seja, a introdução como sendo um texto constituído de alguns tópicos, tais como: “o tema do projeto, o problema a ser abordado, a(s) hipótese(s), quando couber(em), bem como o(s) objetivo(s) a ser(em) atingido(s) e a(s) justificativa(s)” (BRASIL, 2011a, p. 5). É necessário, ainda, que sejam indicados sucintamente o referencial teórico que embasa o trabalho, a metodologia utilizada, os capítulos que foram desenvolvidos e a conclusão geral.

Na ABNT 14724/2011, no item 4.2.2, que trata dos elementos textuais de um trabalho acadêmico, afirma que o texto deve conter “uma parte introdutória, que apresenta os objetivos do trabalho e as razões de sua elaboração” (BRASIL, 2011b, p. 8). Nas razões de elaboração constam a problemática, a justificativa, um resumo do referencial teórico, a metodologia e algumas conclusões obtidas. É claro que a escolha é do pesquisador, ao desenvolver a introdução, sobre aquilo que é essencial apresentar. Entretanto, não pode fugir de certos aspectos que situarão o leitor a respeito do desenvolvimento de pesquisa, que ora apresenta, dando um encadeamento lógico e claro do que se propôs a realizar.



Como já foi abordado introduzir é dar uma visão geral do trabalho. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 46) a introdução deve conter a “formulação clara e simples do tema, sua delimitação, importância, caráter, justificativa, metodologia empregada e apresentação sintética das questões”. Aspecto relevante é apresentar a importância da pesquisa, mostrando sua utilidade ao leitor. Ainda em Marconi e Lakatos (2003, p. 236) introdução, para trabalhos monográficos, é tratada como a “formulação clara e simples do tema da investigação; é a apresentação sintética da questão, importância da metodologia e rápida referência a trabalhos anteriores, realizados sobre o mesmo assunto”. Outro aspecto

que não pode faltar em uma introdução é mostrar quais os autores que embasaram a pesquisa, com os quais o pesquisador desenvolve um diálogo para fortalecer sua ideia.

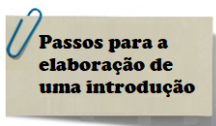
Para Furasté (2008, p. 219) a introdução “serve para o leitor ter uma noção genérica do tema que será abordado”. Segundo o autor uma boa introdução precisa criar expectativa e desenvolver o interesse no leitor para que continue lendo o trabalho. Entretanto, o pesquisador não deve divagar, precisa ser coerente com aquilo que desenvolveu na pesquisa, apresentando o tema de forma geral para especificar logo a seguir. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 252) “a introdução refere-se ao posicionamento da questão central da Monografia, ou seja, da colocação clara do problema de pesquisa, dos objetivos do trabalho, bem como os meios a serem utilizados para tal”. A apresentação do problema de pesquisa é de suma importância, pois permite ao leitor saber de onde o pesquisador partiu. Ainda, de acordo com os autores, a introdução deve incluir “a justificativa de escolha do tema, o que constitui fator importante” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 252).

Para Andrade (2009, p. 149) a introdução é composta por alguns elementos, tais como: “tema, delimitação do assunto, objetivos, hipóteses, variáveis, universo da pesquisa (amostragem), justificativa e procedimento metodológicos”. Além de trazer, resumidamente, os resultados encontrados. Segundo a autora, o tema “corresponde ao conteúdo do trabalho” (ANDRADE, 2009, p. 149); a delimitação do assunto especifica “o enfoque, a extensão e a profundidade do assunto a ser investigado” (ANDRADE, 2009, p. 150). As hipóteses e variáveis, quando o pesquisador trabalhar nesta linha, devem ser apresentadas. Pode ser que a pesquisa apresente “questões norteadoras” ao invés de hipóteses, estas devem ser expostas na introdução. O universo da pesquisa é a amostra selecionada para desenvolver a pesquisa, ou seja, são os sujeitos. Pode ocorrer que o pesquisador queira apresentar o contexto da pesquisa, melhor dizendo, o local onde desenvolveu a pesquisa. Ele pode fazê-lo desde que de forma sucinta.

Wilkinson (apud CRESWELL, 2010, p. 128) afirma que a introdução “é a parte do material que proporciona aos leitores as informações de fundo para a pesquisa relatada”. Segundo o autor citado por Creswell, a introdução tem o propósito de estabelecer a estrutura da pesquisa para que os leitores entendam como o pesquisador a relacionou às outras pesquisas. Creswell (2010, p. 128) entende que a introdução “precisa suscitar o interesse no leitor” e deve ser realizada “em uma seção concisa, de poucas páginas”, que deve ser desafiadora na maneira “tanto de escrever como de entender”.

Em relação a quantidade de páginas para a elaboração de uma introdução, a ABNT não traz uma especificação, mas o pesquisador deve tomar como medida a quantidade total de sua pesquisa, estabelecendo uma proporcionalidade entre o texto e a introdução. Essa ideia é corroborada por Prodanov e Freitas (2013, p. 252) quando afirmam que a extensão da introdução deve ser “proporcional ao porte do trabalho”. O que significa que deve haver um equilíbrio, isto é, que não seja pequena, tampouco grande. Se o pesquisador está desenvolvendo um artigo, a introdução é bem sucinta, a depender da quantidade de páginas do artigo, ela geralmente é realizada em uma ou duas páginas.

Se o pesquisador está desenvolvendo uma monografia, uma dissertação ou uma tese, a quantidade de páginas fica a critério do pesquisador ou, às vezes, é determinado pelo curso. O pesquisador precisa estar atento para não cometer exageros, pois a introdução é apenas a apresentação do trabalho, é porta de entrada ou não para a leitura dele. Nesta perspectiva, é pela quantidade de informações que uma introdução contém, que será determinado o número de páginas. Entretanto, a necessidade de ser clara, coesa e coerente com a pesquisa desenvolvida, torna a introdução algo não muito extensa.



Alguns passos são necessários para desenvolver uma introdução, em que esta seja representativa do trabalho desenvolvido pelo pesquisador. Desse modo:

- 1) Leia o texto integralmente;
- 2) Apresente o tema ou assunto do trabalho;
- 3) Apresente a problemática de pesquisa;
- 4) Coloque os objetivos do trabalho;
- 5) Acrescente a justificativa da pesquisa;
- 6) Coloque o referencial teórico sucintamente;
- 7) Especifique a metodologia trabalhada resumidamente;
- 8) Especifique como está desenvolvido o trabalho, ou seja, mencionar cada capítulo e do que trata cada um; e por fim,
- 9) Coloque a que conclusão chegou, de maneira geral, sobre o desenvolvimento do trabalho.

Exemplo de como desenvolver uma introdução:

Este trabalho trata (desenvolver o tema em um ou dois parágrafos). Assim, a pesquisa norteou-se, partindo do problema (colocar a problemática de pesquisa). Esta pesquisa teve como justificativa (especificar a justificativa da pesquisa e as questões norteadoras). O (tema) foi desenvolvido tendo como objetivos (especificar os objetivos).

Este trabalho teve como subtemas (especificar os subtemas), desenvolvidos da seguinte maneira (especificar).

Foi adotado como referencial teórico os autores (citar os autores utilizados e ano. Pode trazer o que cada autor aborda em seu trabalho).

Para alcançar os objetivos foi utilizada a metodologia (especificar o tipo de pesquisa, os sujeitos, instrumentos, aplicação e análise dos dados).

Com este trabalho concluiu-se que (escrever a que conclusão chegou).

O que cada cor significa:

Vermelho – apresentação do tema de pesquisa

Preto – apresentação da problemática de pesquisa

Marrom – apresentação da justificativa da pesquisa e questões norteadoras ou hipóteses

Azul – apresentação dos objetivos da pesquisa

Rosa – apresentação do plano de trabalho e dos capítulos

Verde – apresentação sucinta do referencial teórico

Laranja – apresentação sucinta da metodologia

Lilás – apresentação sucinta da conclusão da pesquisa.

3.13. Resumo



A palavra resumir é de origem latina *resumere* que significa tornar a tomar, retomar, isto é, realizar uma recapitulação sucinta de todo o teor de um trabalho extenso. Portanto, resumir significa apresentar de forma breve e concisa um trabalho, ou seja, um conteúdo acadêmico e científico. O resumo é a última etapa de um trabalho de pesquisa. É parte obrigatória e deve ser desenvolvido com frases concisas para que o leitor possa compreender os pontos relevantes do trabalho. **O resumo deve ser elaborado em um único bloco sem recuo de parágrafo**, apresentando as ideias de forma sequencial.

Fazer um bom resumo é fundamental para a compreensão da totalidade do trabalho, em especial, porque permite ao pesquisador restaurar ideias, conceitos e informações com as quais lidou ao longo de seu trabalho de pesquisa, bem como, informar à academia aquilo que desenvolveu cientificamente. Assim sendo, o resumo tem como finalidade fornecer elementos para que o leitor decida ler ou não o texto em sua íntegra. Consequentemente, o resumo é uma espécie de “isca” para atrair o leitor, proporcionando facilidade de acesso à informação e compreensão a respeito do que trata o texto completo.



O resumo de um trabalho acadêmico científico é a síntese do que foi desenvolvido pelo pesquisador. Em poucas palavras o pesquisador vai apresentar o trabalho ao leitor. Para elaborar o resumo deve-se orientar pela ABNT NBR 6028/2003, que trata sobre resumo e abstract. Segundo esta norma, resumo significa a “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento” (BRASIL, 2003a, p. 1). Assim sendo, o resumo de um trabalho acadêmico científico informa, ao leitor, o que foi desenvolvido. Deve ser claro, conciso e ter uma estrutura lógica. Descreve

sucintamente o tema trabalhado, o objetivo e faz uma breve conclusão, destacando os aspectos mais importantes da pesquisa.

Segundo a norma da ABNT 6028/ 2003 (BRASIL, 2003a) existem algumas regras para elaboração de um resumo. Deve ser composto de frases concisas e ter sequenciação, em um bloco único sem parágrafo. É necessário escrever o texto do resumo utilizando o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular. É necessário conter, ao final, as palavras-chave, separadas entre si por vírgula e finalizadas por ponto. De acordo com a norma ABNT 6028/2003 (BRASIL, 2003a) palavra-chave é uma “palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferencialmente, em vocábulo controlado” (BRASIL, 2003a, p. 1).

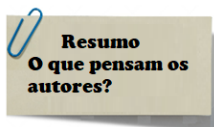
Outra regra é conter cabeçalho anterior ao resumo. Consequentemente, o pesquisador, antes de elaborar o resumo, vai fazer a referência do documento que segue as mesmas normas das referências. Desse modo, de acordo com a nova edição da ABNT NBR 6023 realizada em 2018 (BRASIL, 2018a) a referência vai apresentar o nome do autor, iniciado por seu sobrenome; o título do trabalho e subtítulo quando houver; ano do depósito; qual o tipo de trabalho, ou seja, se é monografia, dissertação ou tese, contendo entre parênteses o grau obtido; vinculação acadêmica; instituição, cidade e ano da defesa. O ano do depósito pode não ser o mesmo da defesa, geralmente é. Em algumas referências podem constar a quantidade de páginas do documento. Fica assim apresentado número de páginas, seguido de f e ponto. É um elemento complementar, assim como o nome do orientador que é apresentado logo após o título.

Exemplo:

MATTOS, Sandra M.N. **O sentido da matemática ou a matemática do sentido:** um estudo com alunos do ensino fundamental II. Orientadora: Laurinda Ramalho de Almeida/Maria do Céu Roldão. 274f. 2016. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Universidade Católica Portuguesa, São Paulo, 2016.

Outra regra a ser seguida na elaboração do resumo é evitar a utilização de símbolos, fórmulas, equações, diagramas etc., que não sejam absolutamente necessários, ou seja, quando for imprescindível, defini-los na primeira vez que aparecem. Geralmente, um resumo não apresenta estes recursos, tampouco citações. É extremamente desconfortável apresentar uma pesquisa utilizando-se destes recursos, já que é uma apresentação do pesquisador, no que diz respeito ao seu trabalho. Mais uma regra estabelecida pela norma ABNT NBR 6028/2003 (BRASIL, 2003a) é sobre a extensão do resumo, o qual pode conter de 150 a 500 palavras para trabalhos acadêmicos (tese, dissertação, monografia); de 100 a 250 palavras para artigos e de 50 a 100 palavras para indicações breves (BRASIL, 2003a).

Em alguns trabalhos acadêmicos como tese, dissertação e monografia é necessário elaborar o resumo em uma língua estrangeira que pode ser o inglês (Abstract) ou o francês (Résumé) ou espanhol (Resumen). Alguns pesquisadores optam por acrescentar as três línguas estrangeiras. Outros optam por duas. Isso vai depender da fluência do pesquisador na língua estrangeira escolhida. O importante é conter o resumo na língua materna (Português, no Brasil) e uma versão em uma língua estrangeira. De certo modo, a língua estrangeira mais utilizada é o inglês por ser considerada uma língua universal. Após a versão em língua estrangeira optada, também, é necessário colocar as palavras-chave. Assim, palavras-chave em inglês é designado Keywords, em francês Mots-clés e em espanhol Palabras clave. Não se esqueça de que todo o conteúdo do resumo deve estar traduzido para a versão escolhida.



O resumo na língua vernácula é elemento obrigatório em um trabalho acadêmico científico. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 249) o resumo deve conter “os pontos relevantes do texto, fornecendo uma visão rápida e clara do conteúdo e das conclusões do trabalho”. Segundo estes autores o resumo não deve utilizar expressões negativas.

Ainda, de acordo com Prodanov e Freitas (2013) deve conter de três e cinco palavras-chave ou descritores representativos do trabalho.

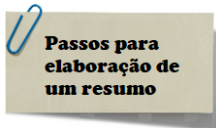
Andrade (2009) afirma que o resumo de um texto acadêmico científico é uma sinopse e é elaborado apenas pelo autor da obra. O resumo utiliza linguagem objetiva e concisa, facilitando a compreensão de quem lê. As frases são curtas, utilizando menos palavras, mas contendo mais informações. Desse modo, o pesquisador reorganiza seu pensamento e aborda o trabalho de maneira clara.

Para Medeiros (2006, p. 137) resumo é caracterizado como “uma apresentação sintética e seletiva das ideias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas”. No resumo configura as principais ideias do pesquisador. Segundo este autor, o resumo pode influenciar a consulta ao texto integral, bem como, facilitar outros pesquisadores em sua busca, pois é fácil compreender o que consta no trabalho. O resumo deve evitar a repetição de frases inteiras do texto original e respeitar a ordem de apresentação das ideias, “não deve apresentar juízo valorativo ou crítico” (MEDEIROS, 2006, p. 137) e sua leitura deve possibilitar, ao leitor, não precisar acessar o texto original, caso não precise ou o assunto fuja aos seus interesses.

Para o autor, o resumo é construído com frases afirmativas, geralmente, com menos de trinta palavras, em que “A primeira frase do resumo deve explicar o assunto do texto” (MEDEIROS, 2006, p. 138). Severino (2007, p. 204) afirma que o resumo não é uma “miniaturização” do texto. É uma síntese das ideias. Para o autor, o resumo é a “apresentação concisa do conteúdo de um trabalho de cunho científico” e tem a “finalidade específica de passar ao leitor uma ideia completa do teor do documento” (SEVERINO, 2007, p. 208). Assim sendo, o leitor terá todas as informações necessárias para fazer uma avaliação do texto que está preste a ler.

Os autores citados concordam que um resumo é uma apresentação sucinta de um texto maior. Por conseguinte, deve conter aspectos principais e relevantes da pesquisa desenvolvida, evitando que o leitor perca tempo ou que leia um texto que não lhe interessa. É de suma importância

realizar a síntese do texto original, demonstrando a ideia completa, sem subterfúgios ou retalhos desconexos ou, ainda, colocando frases soltas, que não expressam a ideia central da pesquisa.



Alguns passos são necessários para desenvolver um resumo, e que este represente o trabalho desenvolvido pelo pesquisador. Desse modo:

- 1) Leia integralmente o trabalho;
- 2) Apresente o tema do trabalho, em uma frase ou duas frases;
- 3) Apresente a justificativa do trabalho, em uma ou duas frases;
- 4) Apresente o problema de pesquisa, em uma frase ou duas frases;
- 5) Apresente os objetivos do trabalho, em uma ou duas frases;
- 6) Apresente a metodologia do trabalho, em uma ou duas frases;
- 7) Apresente os principais autores que fundamentaram o desenvolvimento do trabalho. Utilize uma ou duas frases;
- 8) Apresente as principais conclusões, em uma ou duas frases.

Exemplo:

RESUMO

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **A eficácia dos instrumentos de avaliação em EAD:** uma análise dos instrumentos de avaliação nos cursos de gestão escolar da UFRJ e da SEEDUC. 2011. Monografia (Especialização PIGEAD). Lante. Universidade Federal Fluminense, 2011.

Este trabalho aborda a avaliação da aprendizagem e a verificação da eficácia de seus instrumentos no que concerne à educação a distância, sob a ótica das propostas de Instituições de Ensino Superior – IES privadas e públicas, objetivando analisar a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação, levando em conta a avaliação da aprendizagem, sua eficácia e seu uso em algumas IES. A metodologia utilizada nesta pesquisa visou conduzir uma investigação acerca dos instrumentos ou ferramentas de avaliação da aprendizagem presentes na Web, mais precisamente na plataforma Moodle, justificando-se de que a construção de uma avaliação participativa,

inclusiva, amorosa e formativa, passa pela discussão, que pode se constituir em um caminho para a compreensão da eficácia dos instrumentos de avaliação em EAD. Para responder à questão de como este paradoxo se apresenta atualmente, principalmente no que concerne ao uso de modelos de avaliação vigentes no contexto da educação a distância foram utilizados autores como Luckesi (1995, 1998, 2005), Hoffman (1994, 2000, 2009), Esteban (2001, 2002), entre outros. Refletir sobre a eficácia dos instrumentos de avaliação utilizados em cursos de graduação, em instituições públicas e particulares, permitiu compartilhar a trajetória que envolve o processo avaliativo e a forma como é implantado, tornando acessível à construção do conhecimento e levando ao aprender. Através do desenvolvimento desse estudo, foi possível observar quanto os processos de avaliação, assim como os seus respectivos instrumentos, são de suma importância para o aprendizado e desenvolvimento do aluno, tanto intelectual quanto nos aspectos psicológicos de interação.

Palavras-chave: instrumentos de avaliação, eficácia, aprendizagem em EaD, instituições de ensino.

O que cada cor significa:

Azul – apresentação do tema

Verde – objetivo do trabalho

Laranja – metodologia do trabalho

Rosa – justificativa

Vermelho – problema de pesquisa

Marrom – referencial teórico

Roxo – conclusões.

3.14. Referências



A palavra referência tem origem latina *referentia* que significa mencionar, relatar, trazer de volta.

Portanto, referência é o ato ou efeito de referir, ou seja, representar algo que já foi apresentado. Pode-se inferir que

referenciar é fazer **MENÇÃO**, ou seja, reportar-se ao autor do texto ou das palavras citadas, além de conter todos os detalhes para que qualquer pessoa possa encontrar o documento ou a informação mencionada.

Por meio das referências o pesquisador mostra ao leitor quais foram os autores que embasaram a pesquisa, a lógica seguida para detalhar os conceitos existentes e necessários ao desenvolvimento de sua ideia. O pesquisador não caminha no vazio, segue os conhecimentos já produzidos que norteiam a área de pesquisa, fazendo recortes a respeito do tema e delimitando aquilo que é necessário. Cada referência escolhida tem um sentido que a torne essencial no trabalho científico. Na elaboração da lista de referências, o pesquisador deve guiar-se pela ABNT NBR 6.023/2002 (BRASIL, 2002b).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT padroniza as normas técnicas no Brasil. Portanto, é responsável por elaborar as normas brasileiras - NBR para produção de textos científicos. Cada NBR é designada por um número e pelo ano de criação, além de especificar qual conceito vai padronizar e estabelecer os critérios para essa padronização. Fora do Brasil, os trabalhos científicos são regidos pela American Psychological Association - APA, que são normas técnicas baseadas a partir da Psicologia, mas que foram adotadas por diferentes campos de investigação.



Como já foi abordado referenciar é mencionar. Logo, **REFERÊNCIA** é o ato de mencionar os dados necessários à identificação de uma obra de alguém, ou seja, é a transcrição dos elementos importantes, contidos na obra, que identificam documentos, textos ou palavras de outras pessoas, vídeos, imagens etc. De acordo com a ABNT NBR 6.023/2002 (BRASIL, 2002b), referência é a apresentação padronizada dos elementos constitutivos de uma obra, a qual permite sua identificação, ou seja, é um conjunto de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.

As referências podem estar situadas em notas, ao final de capítulos ou de textos ou em listas de referências. As notas constam ao final de cada página, separadas por uma linha, em sequência numérica. As outras duas localizações constam ao final do trabalho escrito.

3.14.1. Elementos de uma referência



De acordo com a ABNT NBR 6.023/2002 (BRASIL, 2002b) existem dois tipos de elementos: essenciais e complementares. Os elementos essenciais são aqueles indispensáveis, sem os quais não se identifica a obra pesquisada. Eles são caracterizados como sendo de extrema importância em um trabalho científico. Já os elementos complementares são entendidos como aqueles aspectos que facilitam, ainda mais, a identificação de uma obra consultada pelo pesquisador. Ambos são aspectos elaborados por biblioteconomistas e constam em quaisquer documentos acadêmicos e científicos.

Os elementos essenciais são informações indispensáveis à identificação da obra ou documento consultado pelo pesquisador, ou seja, não podem deixar de aparecer em uma referência, pois **são obrigatórios**.



3.14.1.1. Autor



Autor é o proprietário da ideia em um documento, podendo ser intelectual ou artístico. De acordo com a ABNT NBR 6.023, revisada em 2018 (BRASIL, 2018a), a autoria de quaisquer documentos deve ser da seguinte maneira: Sobrenome em letras maiúsculas e o restante do nome pode ser informado por extenso ou somente as iniciais em letras maiúsculas, seguidas de ponto.

Exemplo: FREIRE, P. ou FREIRE, Paulo.

Quando houver até três autores todos devem ser indicados.

Exemplo: MATTOS, J.R.L.; MATTOS, S. M.N.; SURUI, G.

Quando houver quatro ou mais autores, convém indicar todos. Permite-se que se indique apenas o primeiro, seguido da expressão *et al.*, que significa “e outros”.

Exemplos: RASTAN, S.; HOUGH, T.; KIERMAN, A.; HARDISTY, R.; ERVEN, A.; GRAY, I.C.

ou RASTAN, S. *et al.*

Quando houver sobrenome composto ou com indicativo de parentesco (Junior, Filho, Neto, Bisneto, Sobrinho etc.), utiliza-se o penúltimo sobrenome seguido do indicativo de parentesco.

Exemplo: Dias Sobrinho, J.

Quando houver responsável intelectual (organizador, colaborador etc.), utiliza-se a designação pertinente, entre parênteses, logo após o nome do autor.

Exemplo: MATTOS, J.R.L. (org.)

Quando houver casos homônimos, utiliza-se acrescentar o primeiro nome ou país ou estado, caso persista a equidade.

Exemplo: SILVA, Eduardo. Joaquim Nabuco e a luta contra a escravidão: ‘ação política’ e ‘ação revolucionária’. **Revista IHGB**, v. 172, p. 73-88, 2011.

SILVA, Erminia. Histórias do aqui e agora: cabaré e teatralidade circense. **Repertório: teatro & dança** (online), v. 1, p. 52-58, 2011.

Quando não houver autoria ou não souber a autoria, a entrada deve ser feita pelo título do documento. Os termos autor desconhecido ou anônimo não podem ser utilizados.

3.14.1.2. Título



O título da obra é uma expressão ou frase que designa o conteúdo do documento. Deve ser citado da seguinte maneira: separado do nome do autor por ponto e um espaço, em destaque, podendo utilizar

itálico, negrito ou sublinhado, seguido de ponto. O subtítulo quando houver, é uma informação complementar ou esclarecedora do conteúdo da obra. É apresentado após o título. Não há destaque para esta parte em ABNT.

Exemplo: FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa.

3.14.1.3. Edição



A edição é o aspecto da obra que especifica os exemplares seguintes à obra original ou matriz (primeira impressão), ou seja, são as reimpressões, tiragens etc. Deve ser citado da seguinte maneira: separado do título por um espaço, número da edição seguido de ponto, abreviatura da palavra edição em letras minúsculas, seguida de ponto. Quando for a primeira edição não há necessidade de citá-la. Indica-se, ainda, acréscimos ou emendas de forma abreviada, tais como revista, ampliada, aumentada etc.

Exemplo: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed.

3.14.1.4. Local



O local é indicado pela cidade onde a obra foi publicada. Deve ser citado da seguinte maneira: separado da edição por um espaço, iniciando em letra maiúscula, seguido de dois pontos. Pode ser transcrito por completo ou de forma abreviada. A opção do autor deve constar em todas as referências. No caso de cidades homônimas, acrescenta-se a sigla do estado ou o nome do país, separados por vírgula. Quando o local não constar na publicação, mas pode ser identificado, utiliza-se a indicação entre colchetes. Quando não houver local ou não for possível determinar, utiliza-se s.l. entre colchetes, que significa *sine loco*, ou seja, sem local.

Exemplo: FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo:

3.14.1.5. Editora



A editora é o local onde foi produzido o documento. Deve ser citado da seguinte maneira: separado da edição por um espaço, iniciando em letra maiúscula, seguido de vírgula. Quando não houver a editora na publicação, mas pode ser determinada, utiliza-se a indicação entre colchetes. Quando não houver editora ou não for possível determinar, utiliza-se entre colchetes s.n., que significa *sine nomine*, ou seja, sem editora. Quando o local e o editor não puderem ser identificados na publicação, devem-se utilizar as expressões *sine loco* e *sine nomine*, abreviadas, entre colchetes e separadas por dois pontos [S. l.: s. n.].

Exemplo: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra,

3.14.1.6. Data



A data de publicação consiste no ano em que foi publicado o documento. Deve ser citado da seguinte maneira: separado da editora por um espaço, seguido de ponto. Quando não for possível determinar a data, utiliza-se a data aproximada, entre colchetes. Quando não for impossível determinar a data, utiliza-se s.d., que significa *sine datum*, ou seja, sem data, entre colchetes.


Exemplo: FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.



**Elementos
Complementares**

Os elementos complementares são informações acrescentadas aos elementos essenciais, os quais permitem melhor caracterizar o documento pesquisado. São elementos que podem constar para identificar a obra, mas **não são obrigatórios**.

3.14.1.7. Descrição física




**Iniciando
nossa conversa**

A descrição física refere-se ao número de páginas e dimensões do documento. Deve ser citado da seguinte maneira: número de páginas – separada do ano por um espaço e seguida de p., seguida de vírgula; dimensão – separada do número de páginas por um espaço, seguida de cm, seguida de ponto.

Exemplo: MATTOS, Sandra M. N. (org.). **Currículo, formação e práticas docentes**. Curitiba: CRV, 2018. 152 p. 16 x 23 cm.

3.14.1.8. Séries e coleções



**Iniciando
nossa conversa**

As séries ou coleções são recursos criados por editores ou instituições para reunir obras com o mesmo tratamento gráfico-editorial. Deve ser citado da seguinte maneira: separado por um espaço, entre parênteses coloca-se o nome da coleção ou série, separado por vírgula, seguido do número da coleção (quando houver).

Exemplo: IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 77).

3.14.1.9. Notas



As notas Especiais (quando houver) referem-se a alguma modificação ou incorporação realizada na obra original. São notas tais como: no prelo, não publicado, revisado, ampliado, mimeografado etc.

Exemplo: LAURENTI, R. **Mortalidade pré-natal**. São Paulo: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, 1978. Mimeografado.

Pode-se ainda adicionar o ISBN (quando houver) que é um número elaborado de acordo com o sistema de identificação internacional padronizado para livros. Tanto os elementos essenciais como os complementares são retirados da própria obra consultada. Quando não for possível, utiliza-se outras fontes de informação, indicando entre colchetes.

OBSERVAÇÃO: É importante frisar que há formatações diferentes a depender do tipo de documento. Nessa ótica, artigos em periódicos grifa-se o título da revista; anais de eventos o destaque é para os anais; capítulos de livro deve-se grifar o título da obra etc. Para mais especificações verifique a ABNT NBR 6023/2018.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AFONSO, Maria L.M.; ABADE, Flávia L. **Para reinventar as rodas**. Belo Horizonte: Rede de cidadania Mateus Afonso Medeiros – RECIMAM, 2008. [Publicação eletrônica].
- ALASZEWSKI, Andy. **Using diaries for social research**. London: SAGE, 2006.
- ALVES, Ubiratã K. **O papel da instrução explícita na aquisição fonológica do inglês como L2: evidências fornecidas pela teoria da otimidade**. Dissertação [Mestrado em Letras]. 335f. Pelotas: UCPel, 2004.
- American Psychological Association. **Publication manual of the American Psychological Association**. (6th ed.) Washington, DC: American Psychological Association, 2009.
- ANDERY, Maria A. *et al.* **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. [rev. e ampl.]. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/São Paulo: EDUC, 1996.
- ANDRADE, Maria M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia na prática escolar**. São Paulo: Papirus, 1995.
- ANTONIO, Cristiane S. **Roda de conversa: uma pesquisa bibliográfica sobre o tema**. [Monografia. TCC]. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2016.
- ARAÚJO, Laura F. S.; DOLINA, Janderléia V.; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleiciene A.; BELLATO, Roseney; LUCIETTO, Grasielle C. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, v. 15, n. 3. Espírito Santo, p. 53-61, 2013.
- BACON, Francis. **O progresso do conhecimento**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

BACON, Francis. **Novo Organum**. Trad. José A. R. de Andrade. Ebook, 2002.

BARBALHO, Célia R.S.; MORAES, Suely O. **Guia para normalização de relatórios técnicos científicos**. Manaus: EdUA, 2003.

BARROS, Aidil J.P.; LEHFELD, Aparecida N. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BEILLEROT, Jacky. La « recherche », essai d'analyse. **Recherche & Formation**, n. 9, p. 17-31, 1991.

BRYMAN, Alan. **Rechearch methods and organization studies**. Great Britain: Routledge, 1989.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - Referências - elaboração. 2. ed. Rio de janeiro, 2018a.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBT 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. 2. ed. Rio de janeiro, 2018b.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287**: informação e documentação - Projeto de Pesquisa - apresentação. Rio de janeiro, 2011a.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos - apresentação. Rio de janeiro, 2011b.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação - Resumo - apresentação. Rio de janeiro, 2003a.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação - Sumário - apresentação. Rio de janeiro, 2003b.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de janeiro, 2003c.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBT 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de janeiro, 2003d.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002a.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - Referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002b.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196 de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 1996.

CALDART, Roseli S.; HADICH, Ceres; TARDIN, José. M.; DAROS, Diana; SAPELLI, Marlene; FREITAS, Luiz C.; KOLLING, Edgar J.; CERIOLO, Paulo R.; SILVA, Nivia e MARTINS, Adalberto. **Inventário da Realidade**: guia metodológico para uso nas escolas do campo. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016.

CORDEIRO, Gisele R.; MOLINA, Nilcemara L.; DIAS, Vanda F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ibpex, 2007.

COSTA, Regina C.; KRÜGER, Verno. Concepções sobre objetividade/subjetividade no fazer ciência e possíveis implicações na sala de aula universitária. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 4, 2003, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: ABRAPEC, 2003. p. 1-11.

COULON, Alain. **Etnometodologia**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DESCARTES, René. Discours de la méthode. *In*: ADAM, Ch.; TANNERY, P. (ed.). **Oeuvres de Descartes**. vol. VI. Paris: Vrin, 1996, p. 1-78.

DIONÍSIO, Angela P. (org.). **Verbetes enciclopédicos**: tabelas e esquemas. Recife: Pipa comunicações, 2013.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. [rev.]. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERRAZ, Ana P.C.M.; BELHOT, Renata V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção**, São Carlos, n. 17, v. 2, p. 421-431, 2010.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2017 [Coleção Questões da nossa época, vol. 6].
- FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3. ed. ver. São Paulo: Autores Associados, 2012. [Coleção Formação de Professores].
- FIORIN, José L.; SAVIOLI, Francisco P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- FONSECA, João J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. [Apostila].
- FONTANA, Nuria M. Estratégias eficazes para resumir. **Chronos**. v. 28, n.1. Caxias do Sul: UCS, p. 84-98, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. [Coleção Tópicos].
- FOUCAULT, Michel. Le souci de la vérité. Entretien avec F. Ewald. **Magazine Littéraire**, n. 207, p. 18-23, 1984.
- FRANÇA, Vera R. V. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 138-152, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Extensão e comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico**: elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: s.n, 2008.
- GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Mosaico, 1979.
- GATTI, Bernardete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. [Série Pesquisa em Educação, v. 1].
- GATTI, Bernardete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2010. [Série Pesquisa, v. 1].
- GATTI, Bernardete A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 25-35, 2006.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. A palavra e seus “mistérios”. **Revista Linha Mestra**, Campinas, n. 21, p. 401-407, 2012.
- HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- HAMMEL, Ana C.; FARIAS, Maria I.; SAPELLI, Marlene L. S. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: SAPELLI, Marlene L. S.; FREITAS, Luiz C.; CALDART, Roseli S. (org.). **Caminhos para transformação da escola**: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 67-96.
- KAHLMAYER-MERTENS, R. S.; FUMANGA, M.; TOFFANO, C. B.; SIQUEIRA, F. **Como elaborar projetos de pesquisa**: linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003a.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003b.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1999. [Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor].

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1993.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento, execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTOS, Sandra M. N. **O sentido da matemática ou a matemática do sentido**: um estudo com alunos do ensino fundamental II. 274 f. Tese [Doutorado em Educação]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

MATTOS, Sandra M.N. **A afetividade como fator de inclusão escolar**. Teias, Rio de Janeiro, ano 9, n. 18, p. 50-59, 2008.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: bases biológicas para o entendimento humano. São Paulo: Psy II, 1995.

MEDEIROS, João B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 9-29, 2009.

- MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Jacobina, E. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MORIN, Edgar. **O método 3 – o conhecimento do conhecimento**. Trad. Juremir Silva Machado da. 3. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2005.
- NOSELLA, Paolo. Ética e pesquisa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 255-273, 2008.
- PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João A. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2002.
- PATY, Michel. A ciências e as idas e voltas ao senso comum. **Scientle Studia**, v. 1, n.1, p. 9-26, 2003.
- PEREIRA, Bruno A.; SILVA, Williany M. O gênero esquema no evento aula: funcionalidade e repercussões para o processo de ensino/aprendizagem. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais - SIGET, 4, 2007, Santa Catarina. **Anais [...]** Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007. p. 756-766.
- PITTA, Guilherme B.B.; CASTRO, Aldemar A. A pesquisa científica. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 5, n. 4, p. 243-244, 2006.
- PONTECORVO, Clotilde. Styding wirting and writing acquisition today. *In*: PONTECORVO, Clotilde. (org.). **Writing development: as interdisciplinary view**. USA: John Benjamins Publishing Company, 1997. p. xv-xxxii.
- PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. [Recurso eletrônico]. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RICHARDSON, Roberto J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIOS, Terezinha A. A ética na pesquisa e a epistemologia do pesquisador. **Psicologia em Revista**, v. 12, n. 19, p. 80-86, 2006.

RUDIO, Franz V. **Introdução ao projeto científico**. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

SACHS, Línlya. Inventário da realidade: uma potencialidade na educação do campo. Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática – SIPEM, 7, 2018, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: SBEM, 2018. p. 1-12.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney C.; AGOSTINI, Marcia e SALVADOR, Anarita S. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado da saúde: uma experiência com jovens no sertão de pernambucano. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, supl. 2, p. 1299-1312, 2014.

SANTOS, Boaventura S. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. 3. ed. São Paulo: Graal, 1989.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Eduardo J. Moreira da. **Notas para elucidação do conceito de ciência**. Ponta Delgada: Ed. do autor, 2011.

TARTUCE, Teresinha de J. A. **Metodologia da pesquisa científica**. UNICE – Ensino Superior. Fortaleza, 2006. [Apostila].

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986. [Coleção Temas básicos de pesquisa-ação].

WEG, Rosana M. **Fichamento**. São Paulo: Paulistana Editora, 2006. [Coleção Aprenda a fazer].

YIN, Robert K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em artes: um paralelo entre as ciências e a arte**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2001. [Coleção Polêmicas do nosso tempo, 59].

Sobre a autora

Sandra Maria Nascimento de Mattos (Nome Paiter: *Walet Asoe Mapihn*)

Doutora em Educação, área Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Universidade Católica Portuguesa. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura – Gepec e do Grupo Internacional de Pesquisa Educação em Fronteiras – EmF. É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGA/UFRRJ. Atuou com professora da Educação Básica. Trabalha com formação de professores com os temas prática docente, currículo e avaliação, com afetividade segundo Wallon, e com educação matemática com os temas processos de ensinagem e aprendizagem dos conteúdos matemáticos escolares, educação escolar indígena, práticas docentes para preservação do ambiente e sustentabilidade em terras indígenas.

E-mail: smnmattos@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9632990540395574>

<https://orcid.org/0000-0003-2622-0506>

<https://fronteirasurbanas.wixsite.com/emfronteiras>

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org